BOOK - ENCONTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO

UNIFESSPA – 2017

09 e 10 de março

Organização: Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação Tecnológica

APOIO:

Fapespa
Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

CNPq
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

UNIFESSPA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ

Sumário

1. PROCESSOS IDENTITÁRIOS NAS RELAÇÕES ETNICO-RACIAIS: MEMÓRIAS AUTOBIOGRÁFICAS NO ENSINO DE LINGUA PORTUGUESA 4

2. ACUMULAÇÃO POR ESPOLIAÇÃO E IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS NA MINERAÇÃO 11

3. STREPTOCOCCUS AGALACTIAE CAUSADOR DE INFECCÇÕES 19

4. DIREITOS HUMANOS, ANTROPOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO E AMAZÔNIA: A IMPORTÂNCIA DO SABER LOCAL 25

5. ENFOQUE AGROECOLÓGICO NA EDUCAÇÃO DO CAMPO: 34

6. ANÁLISE DE RISCO NO SETOR DE PERFURAÇÃO DE UMA PEDREIRA LOCALIZADA NO NORTE DO PARANÁ 40

7. DINÂMICAS TERRITORIAIS E IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS NA AMAZÔNIA – O AGROTURISMO COMO PERPECTIVA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL 49

8. UMA POESIA SEM PUDOR: A TRAJETÓRIA LITERÁRIA DE 61

9. GRANDES PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA NO SUDESTE DO PARÁ: AS EXPECTATIVAS GERADAS PELO PROJETO ALPA EM MARABÁ 67

10. OS PEÕES DE TRECHO: NOVOS OUTSIDERS CONTEMPORÂNEOS 78

11. A VIOLÊNCIA MIDIÁTICA NO ANÚNCIO DO DERROCAMENTO DO PEDRAL DO LOURENÇÃO 85

12. UMA ABORDAGEM CONTEMPORÂNEA DO SECRETARIADO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO BÁSICA 93

13. A IMPORTÂNCIA DO USO DE PROTETOR SOLAR PELOS COLABORADORES DA CONSTRUÇÃO CIVIL: UM ESTUDO DE CASO EM ARACAJU/SE 99

14. CULTURA QUILOMBOLA: A COMUNIDADE QUILOMBOLA ILHA SÃO VICENTE E DAS INTENÇÕES DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 109

15. O *LEAN THINKING* E A LOGÍSTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE REDES DE VAREJO NO ESTADO DO PARÁ 117

16. ENTRAVES E INOVAÇÕES DA PRÁTICA PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR 128

17. PRESSUPOSTOS, FUNDAMENTOS E PRINCÍPIOS EPISTEMOLÓGICOS DA COMPLEXIDADE: CAMINHOS PARA A REFORMA DO PENSAMENTO 136

18. ANÁLISE DO PROJETO DE REVITALIZAÇÃO DE MATAS CILIARES E INCENTIVO A PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS PROMOVIDO PELO TERRA VIVA JUNTO AGRICULTORES FAMILIARES NO EXTREMO SUL DA BAHIA 148

19. O PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO E EMPODERAMENTO DAS MULHERES ASSENTADAS DO CASTANHAL ARARAS 157

20. O RESGATE DO SER NA POÉTICA DE CLARICE LISPECTOR: CONTOS QUE NOS CONTAM 166

21. AVALIAÇÃO DE SISTEMA AGROSSILVIPASTORIL IMPLANTADO DE FORMA PARTICIPATIVA EM UNIDADE DE PRODUÇÃO FAMILIAR 175

22. ELEMENTOS QUE ENVOLVEM A CRISE NO SETOR SIDERÚRGICO DO DISTRITO INDUSTRIAL DE MARABÁ 183

23. RAÇA, ETNIA E POLITICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ETNICO-RACIAIS NO ENSINO MÉDIO EM MARABÁ 192

24. ESTADO E DESENVOLVIMENTO URBANO AO LONGO DOS TRILHOS DA ESTRADA DE FERRO CARAJÁS NO NÚCLEO URBANO DE MARABÁ 201

25. APLICAÇÃO DO MÉTODO MULTICRITÉRIO PARA A RESOLUÇÃO DO PROBLEMA DA COMPRA DE UM APARTAMENTO 209

26. PERFIL SOCIOECONÔMICO E PERCEPÇÃO AMBIENTAL DOS MORADORES DA MICROBACIA HIDROGRÁFICA DOS IGARAPÉS AÇAIZAL E GABRIEL EM SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA-PA 216

28. ANÁLISE DOS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DECORRENTES DA INSTALAÇÃO DA UHE DE MARABÁ NO PROJETO DE ASSENTAMENTO CASTANHAL ARARAS E PROPOSTAS DE MITIGAÇÃO 233

29. HARDENING COM VIRTUALBOX OSE: UM ESTUDO DE CASO PARA FORTALECER UMA PROPOSTA DE VIRTUALIZAÇÃO A BAIXO CUSTO ORGANIZACIONAL 242

30. AS FORMAS DE USO E APROPRIAÇÃO DA TERRA SOB A DINÂMICA DO CAPITAL ÀS MARGENS DO RIO TOCANTINS EM ITUPIRANGA, MARABÁ E SÃO JOÃO DO ARAGUAIA... 250

31. TRAJETÓRIA MIGRANTE DOS GUARANI MBY'A DO SUDESTE DO PARÁ 255

Anais do **Encontro de Pós-Graduação** da Unifesspa é uma publicação anual dos alunos dos Cursos de Pós-Graduação, servidores pós-graduados da instituição e alunos de outras instituições de ensino. O **Encontro de Pós-Graduação** traduz-se em um espaço de integração e socialização das produções acadêmicas de diversas áreas do conhecimento.

EQUIPE EDITORIAL

Editora-Chefe
Prof.ª Maria Liduína das Chagas

Avaliadores(as)
Prof.ª Maria Liduína das Chagas
Prof.ª Fernanda Carla Lima Ferreira
Prof. Franco Jefferds dos Santos Silva
Prof. José Elisandro de Andrade
Prof. Dirlenvalder do Nascimento Loyolla
Prof. Luiz Moreira Gomes

Conselheiros(as) do Comitê Científico
Prof.ª Fernanda Carla Lima Ferreira
Prof.ª Maria Liduína das Chagas

Coordenação do evento
Prof.ª Maria Liduína das Chagas
Prof.ª Fernanda Carla Lima Ferreira
Prof. Franco Jefferds dos Santos Silva
TAE. Jordanio Silva Santos
TAE. Salmus Lima Balieiro

Edição da página do evento
TAE Jordanio Silva Santos
Bolsista Gabriela Ferreira Pimentel

Desenvolvimento da página do evento
TAE Antônia Silva de Sousa

Tradutora e Intérprete
TAE Laís Menezes da Costa Sousa

APOIO

Equipe da Assessoria de Comunicação Institucional da Unifesspa

1. PROCESSOS IDENTITÁRIOS NAS RELAÇÕES ETNICO-RACIAIS: MEMÓRIAS AUTOBIOGRÁFICAS NO ENSINO DE LINGUA PORTUGUESA

Aliane Correa de Alencar
alianecaufpa@yahoo.com.br
Ana Clédina Rodrigues Gomes
ana.cledina@unifesspa.edu.br
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa)

Resumo

A língua é uma totalidade, é marca de identidade que, constituída na história humana, constituí os sujeitos, condição de pensamento, forma fundamental de relacionamento e de intervenção no mundo (BRITTO, 1997). Parto desses conceitos para as seguintes prerrogativas: O que é ensinar língua? Para quê e para quem ensinar língua. Pretendo neste artigo discutir concepções de língua e gramática na perspectiva de descolonizar o ensino da língua mãe. Para isso utilizo como base metodológica a memória autobiográfica.

Palavras-chave: Memória autobiográfica; Ensino; Língua.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho é um recorte da pesquisa de Mestrado Profissional em Letras, intitulada: "A construção de processos identitários para as relações étnico-raciais a partir da implantação da Lei nº 10.639/2003 na escola São Félix: ancestralidade e memória. A pesquisa tem como abordagem metodológica a memória autobiográfica e a pesquisa-ação.

A memória autobiográfica como recurso metodológico relaciona minha história de vida como um papel central. É nessa abordagem, concretamente, na memória autobiográfica, que defino o percurso das minhas experiências pessoais e profissional com a Língua Portuguesa.

Pillemer (1998) define a memória autobiográfica como a memória de acontecimentos e fatos da própria vida, como memórias relacionadas com o Eu.

A problemática do estudo se estabelece: como o ensino de Língua Portuguesa com ênfase em variações linguísticas pode auxiliar na formação das competências de leitura, escrita e oralidade, bem como na formação integral do estudante voltada para as dimensões identitária, cultural, cidadã e política? **Minha língua (portuguesa).**

Penso que a língua portuguesa (assim mesmo com letra minúscula, ela como substantivo próprio, carrega a ciência etnocêntrica no seu âmago e não é essa minha intenção) é

extremamente preconceituosa. Primeiro porque remete-me a legitimação histórica de ter sido colônia de Portugal, essa herança está entranhada no meu modo de ser e de falar. Segundo há uma valorização da escrita (somos extremos grafocêntricos), assim como da língua padrão. Imagine só! Existe no Brasil um número maior de ancestrais e descendentes de africanos e indígenas e nossa língua materna é a língua portuguesa (apesar de reconhecer a diversidade de língua desses povos, nossos povos). Terceiro, quando é legitimado esse alicerce como o ensino de Língua Portuguesa nas escolas mantem-se a relação histórica colonizador e colonizado.

Penso que isso ou essas constatações tem seus indícios muito cedo na minha vida, na verdade ainda na infância quando pronunciava "pedo fio" para Pedro Filho, "bemuda" para bermuda. Toda vez que pronunciava alguém corregia e eu ria.

Ao iniciar meu ensino de Língua Portuguesa, como diz Drummond "o ensino era outro nada relacionado com minha língua". Isso anunciava que eu não sabia falar a Língua Portuguesa ou eu falava outra, pois minha pronúncia estava com conceito enfadonho de "errado". Mas como errado? Tudo que eu aprendi fora dos muros da escola estava errado?

No início da minha Graduação em Letras deparei-me com uma situação que senti o peso do curso na minha vida. Ensino fundamental e médio me situa na condição de aprendiz (que já é um peso) ser formada em Letras pressupõe um ser que: fala, observa analisa, faz uso da gramática normativa, sobretudo na escrita - um ser que usa e abusa da língua padrão, europeia, etnocêntrica, e, portanto branca.

A título de exemplo, estava num estágio e pronunciei com conjugação inexistente para a Língua Portuguesa padrão – aprendimos – assim como sempre falava "comimos" pela coerência existente com o verbo terminado em –ir: saímos, "aprendimos", "comimos". Isso porque faço parte de uma comunidade e família com variação linguística não padrão. Alguém observou: - não é aprendemos professora.

Essa situação incomodou-me (ainda prefiro me incomodou) e percebi a distância da língua materna (mãe) e a língua materna (pátria). Uma distância que eu não sabia (ainda não sei) como atravessá-la. Outra questão é que eu não sei se quero atravessar. Por dois motivos que destaco: Aprender a Língua Portuguesa significa me desprender da língua mãe.

Segundo pesquisadores em educação essa apreensão é uma condição para ascensão social, isso legitima a importância da relação de poder elitista existente que descaracteriza, inferiorizando as outras variações e sem esquecer que o mesmo acontece com outras línguas de matriz africana e indígenas existente no nosso país.

Por esses motivos atravessar essa distância parece diminuir como educadora formada em Letras e com muito mais ênfase em língua mãe – com predominância na oralidade – o meu poder contestatório. Tenho tomado consciência disso e isso parece estar cada vez mais vivo dentro de mim.

Nesse sentido, ressalto a relevância teórica, educacional e política dessas memórias, por estar sensível a refletir práticas educacionais que perpassam pelo ensino de língua, ensino de gramática, e, sobretudo um ensino que reflita sobre as variações linguísticas na perspectiva da inclusão, garantido assim, o direito de aprender e de ampliar conhecimentos, sem obrigar a negar a si mesmo, ao grupo étnico/racial e linguístico a que os alunos pertencem e a adotar costumes, ideias e comportamentos que lhes são adversos (DCN, 2004). Pensar ações nesse viés significa promover indicadores de igualdade e qualidade da/na educação.

O ensino de Língua Portuguesa (Brasileira) reconhece a presença e o ensino da variação linguística, mas vai refleti-la a partir de uma relação dicotômica, muito presente no platonismo estruturalista de base do eurocentrismo: adequado/inadequado; formal/informal; urbana/rural; pobre/rico; escolarizado/descolarizado (BAGNO, 2011), mas reconhecer não é suficiente para incluir, para diminuir as desigualdades sociais em que o uso da norma padrão é determinante.

Gostaria de dar continuidade ás minhas memórias profissionais dizendo que não tem muito tempo que ando professorando (3 anos) e que andei observando a prática de professores mais experientes, numa espécie de residência forçada. No início da minha profissão assumi oito turmas, em média 260 alunos. Nesse desafio que sufoca e provoca. Várias interrogações inicialmente questionaram minha identidade. Não nego, ainda são espectros. Como eu vou trazer o que sei de teoria para essa realidade? Como posso intervir nessa escola? Como relacionar teoria e prática? Como me apresento?

O primeiro contato que legitimou a minha ação de professorar foi uma matriz curricular da disciplina Língua Portuguesa dividida por séries e habilidades a serem adquiridas, distribuídas em três categorias – produção de texto: orais e escritos, habilidades leitoras e gramática – que foram organizadas a partir de planejamentos em sequências didáticas, tanto organizadas pelo livro didático como estratégia de ensino indicada nas formações continuadas, como elemento para aprendizagem e o avanço dos alunos como caminho para resultados visíveis e palpáveis a ser diagnosticado pela Prova Brasil.

Apesar de tudo isso girar em torno do aluno. Percebi que ele não é o centro. E isso deveria incomodar. E me incomodava. As observações e reflexões me levaram a conclusão: O aluno, principal sujeito da escola, para quem deve ser pensado os objetivos de cada ação escolar,

motivo da existência profissional de professorar. Ele sujeito protagonista do enredo. Torna-se um elemento composicional secundário da trama/cultura escolar. Pois, a individualidade dele se perde na forma como a escola se organiza, etnocêntrica, homogênea, unilateral.

Para Fleuri (2001) a igualdade era concebida como um processo de uniformização, homogeneização, padronização, orientado a afirmação de uma cultura comum a que todos e todas têm direito a ter acesso. Desde o "uniforme" até os processos de ensino-aprendizagem, os materiais didáticos, a avaliação, tudo parece contribuir para construir algo que seja "igual", isto é, o mesmo para todos os alunos e alunas. Nesta perspectiva, certamente impossível de ser alcançada, as diferenças são invisibilizadas, negadas e silenciadas, apresentando os processos pedagógicos um caráter monocultural.

A negação é um elemento constante nas escolas, até então parecia-me velado, distante ou eu que ainda não tinha percebido. O deslocamento para essa percepção me assustou. Quando (in)felizmente apresentou-se de forma latejante no início do segundo semestre de 2014. Duas turmas do 9° ano mostraram uma total falta de interesse e rejeição que não disfarçavam durante as aulas - não só de português - estavam sempre com conversas paralelas, brincadeiras, dispersão, uso do celular, notas vermelhas, faltas injustificadas, evasão e violência.

Essas atitudes podem ser vistas por duas vias: a primeira é adolescentes sem compromisso com a escola e com seu próprio futuro (essa afirmativa é mais usada e o culpado pelo fracasso escolar é o aluno - e de início confirmara que o aluno não é o fio condutor, o protagonista da escola); a segunda a uma negação e reivindicação ao processo de escolarização (essa afirmativa significa questionar o ambiente escolar, o ritual de professorar e o ritual de alunar).

Depois de uma auto-avaliação e ainda querendo descobrir onde está o erro. Pensei em rever minha identidade profissional, minha metodologia, minhas concepções epistemológicas de educação e de Língua. Pensei em não me preocupar e fingir que os alunos/adolescentes/estudantes estavam estudando e aprendendo, pensei em desistir. Entre anseios e devaneios cheguei à conclusão de que devo ficar com a segunda afirmativa - rever a escola, rever o currículo. Afinal, eu, meus alunos, a comunidade precisava se perceber nesse processo, rever as relações que estávamos estabelecendo com a escola, com a aprendizagem, com o ensino e mesmo com a comunidade.

Senti-me provocada, pois, a experiência não me confortava. Nesse momento não sabia se as proposições que nasceram em mim eram afirmativas ou interrogações. Era a partir dessa

"realidade" que eu deveria dar a partida!?. Eu "sozinha" poderia desenvolver intervenção na base curricular de ensino e no ensino de Língua Portuguesa?

Pensando sobre o espaço que atuo - escola do ensino fundamental, com alunos de comunidade periférica, refletindo a relação desses elementos como meu objeto de ensino - Língua Portuguesa, e na junção de minhas experiências pessoais, profissionais e formações percebo uma disparidade curricular do ensino da língua materna com a vida dos alunos e isso me causa frustrações, anseios.

Na formação inicial, realizada a partir do ano de 2005, as abordagens teóricas em destaque a Linguística Aplicada e a Sociointeracionista e afunilando o gênero textual sobre o ensino da língua, mais precisamente, como estas se realizariam na enunciação, essas perspectivas de estudo sobre a língua me causaram ânimo em saber que poderia trabalhar diferente daquilo que eu vivenciara como estudante no primário – decorar e descrever sentenças gramaticais e tipologias textuais.

Meu contato, *a posteriori* em 2012 com o espaço escolar revelou-me que a escola ainda está longe de realizar na prática verdadeiramente o que os cursos de licenciatura avançaram em pesquisas, como por exemplo os estudos citados no parágrafo anterior.

Conheci em 2013 o currículo oficial de ensino de Língua Portuguesa de 6º ao 9º ano, o qual, apresenta as habilidades a serem cumpridas com ênfase no tripé: gramática, escrita, leitura, com predominância e sistematização dessas habilidades nos livros didático. Há também um destaque na variação formal sistematizada por meio dos gêneros textuais. Todos esses conteúdos são organizados de forma sistemática correspondendo série/idade que serve para preparar o aluno para "passar de série", para "passar em provas externas" e "ter sucesso na vida".

Pesquisas como as defendidas pelo Grupo de estudos de Genebra com participação de Scheneuwly, Dolz, Noverraz, sobre a didatização dos gêneros textuais e essas pesquisas constituem a base do livro didático e projetos nacionais de incentivo ao ensino da leitura e escrita como o Prêmio Educador Nota Dez[1] e Olimpíada de Língua Portuguesa tem forçado a presença permanente do gênero textual e a sequência didática na sala de aula como promotores de leitores ávidos e quem sabe de escritores. Como por exemplo, a Sequência Didática para promoção, execução e avaliação de determinado gênero em que o foco está na escrita - nesse contexto tem-se um destaque no conteúdo e no método.

[1] Prêmio Educador Nota 10 – criado em 1998 reconhece professores da Educação Básica de diversos segmentos de ensino, na inscrição de trabalhos a cada edição do prêmio em diferentes áreas do conhecimento.

Percebo uma compreensão equivocada sobre os estudos das teorias textuais e como são intercaladas entre ensino, pesquisa e extensão, o ensino básico almeja essa extensão - em curto prazo - para projetar o seu modo de ensinar a língua. Não posso deixar de ressaltar que tivemos avanços acentuados de pensar a aula com o texto, a partir do texto e sobre o texto, porém o ensino de Língua Portuguesa continua (só mudamos o elemento central: gramática para texto) baseado na instrução, apreensão de conteúdos técnicos e habilidades técnicas, no ensino do gênero textual compactado, acumulativo e ficcional, por meio da compreensão encestada do método eficaz e homogêneo como bem pontua Geraldi (1996) e Bagno (2011).

O ensino da Língua Portuguesa nessa perspectiva não tem dado conta do ensino da língua por ser um objeto de ensino vivo, variável, sócio-histórico e ideologicamente situado como expõe Bakhtin (2003); Bertoni-Ricardo (1995); entre outros.

Minhas memórias pessoais em consonância com a realidade dos meus alunos me obrigaram a repensar o processo de ensino-aprendizagem como possibilidade de uma mudança não artificial – metodológica somente. Isso não me aquecia e nem motivava. Preferi um processo mais sólido. Defendo a tese de que é a lógica que configura a cultura escolar que temos de desconstruir e reconstruir, se queremos trabalhar em profundidade esta problemática (CANDAU, 2000).

Procurei entender a cultura, as variantes linguísticas e ao mesmo tempo a identidade do público em questão na tentativa de garantir e potencializar os processos de aprendizagem escolar – direito esse que estava sendo violado - na perspectiva da garantir a todos/as do direito a educação. Percebi então, a urgência de se trabalhar as questões relativas ao reconhecimento e a valorização das diferenças culturais no contexto escolar. Para isso precisei colocar no cerne dessa discussão em processo a concepção de educação intercultural. Ao estudar vários autores, entre eles, destaco: Candau (1997) e Fleuri (2001) foram de suma importância para perceber a inter-relação entre esta questão e a educação em direitos humanos.

2. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Memorando o meu percurso profissional desde a formação inicial ao exercício da docência percebo que as estratégias de ensino precisam de elementos que possam promover essas dimensões fazendo sentido para mim e conseguinte sentido para o aluno, possibilitando uma formação subjetiva, formativa e integrada. Isso significa dizer que as atividades que vinha realizando tinham finalidades linguístico e instrucional, mas não político e social.

Fico pensando que de fato tenho ensinado a Língua Portuguesa epistemologicamente eurocêntrica e geneticamente branca e consequentemente por ser descendente do neoliberalismo imposto não percebi minha prática fincada: a) Na gramática normativa, a qual reconhece a variação linguística, mas a ênfase é no ensino culto; b) uma valorização da escrita em detrimento da oralidade (internalizando a ideologia avançado/primitivo, europeia/africana); c) valorização do saber científico em detrimento do saber cultural e ancestral; d) valorização da uniformidade e homogeneização em detrimento a diversidade e heterogeneidade.

Constato que as práticas de linguagem que realizei e que mediei sempre trouxeram conforto com suas respostas a perguntas prontas, mas as que me instigavam e incomodavam eram suprimidas, intocadas quando tocadas sem relevância social, além de ser apresentadas somente a partir de uma ótica a do livro didático ou a do professor.

Aprendi assim, me formei assim e agora percebo que na minha prática faço o mesmo.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Irandé. Muito além da gramatica: por um estudo de línguas sem pedras no caminho – São Paulo: Parabola Editorial, 2007.

BAGNO, Marcos. Gramatica Pedagógica do Português Brasileiro. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

BAKHTIN, M. Estética da criação verbal. São Paulo: Martins Fontes, 2003

BORTONI-RICARDO S.M. Variação linguística e atividades de letramento em sala de aula.. In: Angela Kleiman. (Org.). Os significados do letramento. São Paulo: Mercado das Letras, 1995, v. 1, p. 82-94.

BUENO. Belmira O. Memória e autobiografia Formação de mulheres e formação de professora. Revista Brasileira de Educação. Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. N º 2, 1996

BRITO, Luiz Percival Leme. A sombra do caos: ensino de língua x tradição gramatical. – Campinas, SP: Mercado de Letras, 1997.

CANDAU, V. M., (2000). Cotidiano escolar e cultura(as): encontros e desencontros. In: Reinventar a escola. Petrópolis: Vozes. p. 61-78.

CANDAU, Vera Maria. Pluralismo cultural, cotidiano escolar e formação de professores; In: CANDAU, Vera Maria (Org.). Magistério: construção cotidiana. Rio de Janeiro: Vozes, 1997a. p.237-250

CORTESÃO, L.; STOER, S. “Levantando a pedra”: da pedagogia inter/multicultural às políticas educacionais numa época de transnacionalização. Porto: Afrontamento, 1999.

FLEURI, Reinaldo Matias, (2001). Desafios à educação intercultural no Brasil. Educação, Sociedade e Culturas, nº 16, p. 45-62

GERALDI, Joao Wanderley. Linguagem e ensino: exercício de militância e divulgação. – Campinas, SP. Mercado de Letras 1996.

Pillemer, D. (1998). Momentous Events, Vivid Memories. Cambridge, M.A.: Harvard University Press.

PINHO, Maria José (org). Formação de professores e interdiciplinaridade: diálogo investigativo em construção. Goiânia: América, 2014.

POSSENTI, Sírio. Por que (não) ensinar gramatica na escola –Campina, São Paulo: Mercado de Letras. 1996.

2. ACUMULAÇÃO POR ESPOLIAÇÃO E IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS NA MINERAÇÃO

Andréia Aparecida Silvério dos Santos[1]
(andreiasilverios@hotmail.com)
Edma Silva Moreira
(edma@unfiesspa.edu.br)
Andrea Hentz de Mello
(andreahentz@unifesspa.edu.br
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

Resumo

Através do estudo do conflito coletivo da Fazenda São Luís, localizada no Município de Canaã dos Carajás, é possível analisar um amplo processo de reconfiguração dos conflitos fundiários, onde não necessariamente estão envolvidos os clássicos atores sociais (fazendeiro x trabalhadores rurais). A atual conjuntura demonstra a influência e participação direta de grandes empresas na reorganização do espaço rural, através da espoliação dos ocupantes da terra. Nesse sentido, o objetivo deste estudo é demonstrar como esse processo desponta dentre os impactos socioambientais causados pela mineração.

Palavras-chave: Apropriação por espoliação; Impactos socioambientais; Mineração; Conflitos.

1. INTRODUÇÃO

A Mineração tem se caracterizado atualmente, como a nova fase do conflito agrário, segundo apontamento do caderno Conflitos no Campo Brasil (CPT, 2013). Lançando um olhar crítico sobre a estrutura fundiária dos Municípios do Sudeste Paraense, onde as atividades minerárias são desenvolvidas a pleno vapor, especialmente em Canaã dos Carajás, é possível constatar que a expansão dessa frente do Capital mostra-se, de fato, dependente da apropriação de imensa extensão territorial, formada em sua maioria por terras públicas e agricultáveis.

[1] **Autoras:** Andréia Aparecida Silvério dos Santos – Mestranda do Programa de Pós Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia (PDTSA). Edma Silva Moreira - Professora do Programa de Pós Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia (PDTSA). Andrea Hentz de Mello - Professora do Programa de Pós Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia (PDTSA).

A identificação da ocorrência de conflitos fundiários em Canaã dos Carajás, através dos depoimentos e processos judiciais originados em razão das ocupações efetivadas pelos trabalhadores/as rurais locais e migrantes (CPT, 2015), nas áreas apropriadas pela Vale, revelam a necessidade de um estudo sobre essa nova fase dos conflitos fundiários que envolvem a exploração mineral, a criação de espaços protegidos e a espoliação de trabalhadores/as rurais.

Soma-se à importância do tema, a inexistência, até o momento, de estudo que trate dos impactos socioambientais causados pela atividade minerária, sobretudo na região de Carajás. Sendo assim, este trabalho se dispõe a uma tentativa de aprofundar as análises sobre os conflitos sociais e a luta pela terra na região, à medida que objetiva revelar que esses fatores decorrem também da ação mineral, por vezes respaldada pela ação estatal, especialmente pelo Poder Judiciário, em um contexto em que um grande empreendimento reproduz o tradicional modelo de expansão do capital, garantindo expansão e domínio territorial a partir da espoliação de tradicionais ocupantes da terra, exclusão e violação de direitos humanos, que, caracterizam-se como impactos socioambientais ocasionados pelo empreendimento.

Com intuito de melhor delimitar o universo de pesquisa direcionamos nosso âmbito de investigação aos impactos gerados pelo projeto S11D, com enfoque no campo fundiário e no campo ambiental, utilizados pela empresa como meios para a reprodução do capital e legitimação de suas ações, respectivamente. O estudo de caso da Fazenda São Luís mostra-se fundamental nesse sentido.

2. CONFLITO SOCIOAMBIENTAL NA FAZENDA SÃO LUÍS

Com o propósito de garantia de seu capital, nos inúmeros projetos de mineração de seu interesse, a Vale investe, sobretudo, na exploração da Mina S11D, adotando como estratégia a expansão de seu domínio territorial em Canaã e resguardando da ocupação humana as áreas onde possui interesse minerário. Para tanto, adquiriu terras de domínio público ou privado que se localizem em áreas de incidência das minas, ou em seu entorno, chegando a concentrar milhares de hectares na região (CPT, 2015).

Dentre as áreas adquiridas pela empresa em seu processo de expansão territorial, identificamos o imóvel denominado Fazenda São Luís. Trata-se de um complexo de áreas com perímetro total superior a 18 mil hectares, formado por dezenas de fazendas menores, algumas delas particulares com títulos concedidos pelo Grupo Executivo de Terras do Araguaia e Tocantins (GETAT), outras de domínio da União pertencentes ao Projeto de Assentamento Carajás II, criado ainda na década de 1980 também pelo GETAT (dados - ação possessória 0014461-68.2015.8.14.0136).

Todas essas áreas do complexo de Fazendas São Luís foram sendo concentradas nas mãos de um grande fazendeiro. Ele foi responsável pela aquisição de dezenas de lotes, inclusive aqueles pertencentes ao PA Carajás II, vendidos sem anuência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. Com o passar dos anos e o crescente interesse da VALE em adquirir terras em Canaã dos Carajás, para viabilização de seus projetos, a Fazenda São Luís foi uma das áreas adquiridas pela empresa (dados - ação possessória 0014461-68.2015.8.14.0136).

Chama atenção a existência de terra pública no perímetro do imóvel. Recente documento elaborado pelo setor de cartografia do INCRA esclarece que no perímetro da Fazenda São Luís está inserido 714 hectares de terras do PA Carajás II.

Outro aspecto de suma importância e central para o presente estudo é o interesse manifestado pela Vale de destinação da Fazenda São Luís à integração do perímetro onde será criada uma Unidade de Conservação. A criação dessa Unidade de Conservação foi uma das medidas estabelecidas pelo ICMBio como condicionante para liberação da licença de operação do Projeto S11D (Licença de Operação do Projeto S11D, p. 4). Além dos 714 hectares de lotes do PA Carajás II, sobre o restante da área do Parque está sob investigação a existência de pelo menos 4 mil hectares de terras públicas não tituladas, além de outras situações fundiárias que inviabilizariam a criação imediata da Unidade de Conservação (CPT, 2015).

A mina do Projeto S11D está localizada na parte sul da Serra de Carajás e interior da Floresta Nacional de Carajás, que por sua vez compõe um mosaico de áreas de conservação existentes na região de Carajás: Floresta Nacional do Tapirapé-Aquiri, Floresta Nacional do Itacaiunas, Área de Proteção Ambiental do Igarapé Gelado e a Reserva Biológica do Tapirapé; fazendo fronteira ainda com a Terra indígena Xikrin do Cateté.

No interior da Floresta Nacional de Carajás encontra-se o ecossistema raro de savana metalófila, que inserido no contexto amazônico favorece o crescimento de espécies únicas, típicas dessa região, como a Flor de Carajás. A mina do Projeto S11D, assim como as minas dos corpos de canga de minério norte (N4 e N5, totalizando cinco já abertas e ocupando 4.120 km²) está inserida na Floresta Nacional de Carajás, criada em 2 de fevereiro de 1998, através do Decreto 2.498. S11D inaugura a abertura de minas na Parte Sul da Serra de Carajás.

Nesse sentido, a Licença de Operação do Projeto S11D concedida pelo IBAMA à Vale apresenta como uma de suas condicionantes a criação de uma Unidade de Conservação que possibilite a preservação de uma porção do ambiente de savana metalófila, também encontrada na Serra da Bocaina (Licença de Operação do Projeto S11D, p. 4).

No entanto, o interesse da VALE em expandir seu domínio territorial, buscando viabilizar a implantação do Projeto S11D, através da criação dessa Unidade de Conservação, conflita-se diretamente com o interesse de ocupação da terra manifestado por trabalhadores/as rurais locais e migrantes, que disputam o território com a empresa. A mobilização da empresa, nesse sentido, pode ser revelada pela sua posição e disposição no campo social, onde ela, como ator, garante sua reprodução social e sua legitimidade com a parceria de outros atores sociais cujo interesse convergem, mas, também, com atores potencialmente em divergência com ela, como demonstra Bourdieu (2003) em sua abordagem do campo social.

Em Canaã dos Carajás, ocorre um interessante e complexo fenômeno social, onde o "excedente populacional" atraído em razão da instalação do empreendimento passou a engrossar as filas em busca de emprego, não o encontrando na maioria das vezes. De outro lado, a expansão territorial da VALE na Zona Rural do Município gerou uma mobilização forçada dos trabalhadores no sentido campo-cidade.

Essas circunstâncias curiosamente refletem características da fase inicial do capitalismo, conforme apontado por Acserald e Bezerra (2010, p.5):

> Naquela fase inicial do capitalismo, os capitais eram relativamente pouco móveis, mas contavam com uma mobilização forçada dos trabalhadores no sentido campo-cidade, que produzia uma "população relativamente excedente" (nos termos de Marx) nos centros industriais, responsável por fabricar a competição inter-proletária.

Considerando, por conseguinte, a resistência a essa expansão, a ocorrência do conflito agrário torna-se inevitável. A conjunção desses atores e motivações ocasionou, a partir de 2015, a intensificação dos questionamentos em torno dessa expansão territorial. Em âmbito municipal, houve a formação de pelo menos oito acampamentos efetivados por trabalhadores/as rurais locais e migrantes, junto às terras apropriadas pela mineradora. Esses grupos organizados em torno da luta pela terra recebem apoio dos Movimentos Sociais do Campo: Federação Estadual dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da Agricultura (FETAGRI) e Movimento Sem Terra (MST) (CPT, 2015).

Nesse contexto, a Fazenda São Luís foi ocupada por um grupo de 150 trabalhadores/as rurais locais e migrantes ligados à FETAGRI e ao Sindicato de Trabalhadores/as Rurais de Canaã dos Carajás (dados - ação possessória 0014461-68.2015.8.14.0136).

Segundo dados da assessoria jurídica da Comissão Pastoral da Terra de Marabá (2015), que acompanha alguns desses Acampamentos, as ocupações visam questionar a forma de

atuação da empresa a partir da aquisição indiscriminada de áreas rurais no Município de Canaã dos Carajás e requerer dos órgãos fundiários (INCRA e Iterpa – Instituto de Terras do Estado do Pará), que realizem levantamento da totalidade de terras ocupadas pela VALE no município, além de reivindicar o assentamento das famílias.

3. IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DECORRENTES DA "APROPRIAÇÃO POR ESPOLIAÇÃO"

Esse processo de expansão territorial da Vale no Município de Canaã dos Carajás pode ser compreendido a partir do que Harvey (2004) denominou "a espoliação do capital". Ao utilizar o conceito cunhado por Marx, responsável por descrever uma fase primitiva do capitalismo, Harvey (2004) aduz que a acumulação por espoliação não foi somente um momento vivido no passado do modo de produção capitalista, como defendido por alguns autores contemporâneos, mas um processo em curso e vivenciado na atualidade:

> A desvantagem destes supostos é que relegam a acumulação baseada na depredação, na fraude e na violência a uma "etapa originária" que deixa de ser considerada relevante, ou, como no caso de Luxemburgo, é vista como algo "exterior" ao sistema capitalista. [...] Dado que denominar "primitivo" ou "originário" um processo em curso parece equivocado, daqui em diante vou substituir estes termos pelo conceito de "acumulação por espoliação" (HARVEY, 2015, p. 109).

Dentre os processos inseridos nessa categoria de acumulação por espoliação, Harvey (2004) aponta:

> A mercantilização e privatização da terra e a expulsão forçada das populações camponesas; a conversão de diversas formas de direitos de propriedade – comum, coletiva, estatal, etc.– em direitos de propriedade exclusivos; a supressão do direito aos bens comuns; a transformação da força de trabalho em mercadoria e a supressão de formas de produção e consumo alternativos, incluindo os recursos naturais; a monetarização das trocas e a arrecadação de impostos, particularmente da terra; o tráfico de escravos; e a usura, a dívida pública e, finalmente, o sistema de crédito (HARVEY, 2004, p. 109).

O amplo processo de apropriação praticado pela Vale em Canaã dos Carajás reproduz essas características descritas por Harvey (2004), inserindo-se também, dentre o rol de impactos socioambientais ocasionados a partir da implantação do projeto minerário, que, a partir da ocorrência dos conflitos fundiários torna-se visível. Além deste impacto, podemos também citar: Desigualdades sociais e impactos ambientais; Desigualdades sociais em razão da ausência de emprego e renda; Danos aos recursos hídricos; Danos a espécies da fauna e da flora; Além de destruição do ambiente de canga (savana metalófila) localizados na porção sul da Serra de Carajás.

Em razão do foco do presente estudo interessa-nos especialmente a análise dos impactos socioambientais causados por esse processo de apropriação da propriedade da terra, com ênfase no jogo das estratégias empresariais, fundamental para a garantia de sua expansão territorial, agora, com a criação de espaços protegidos, mobilizando, assim, o campo ambiental para legitimar sua ação territorial.

O campo ambiental, que aqui nos referimos é o argumento fático de criação da Unidade de Conservação. Este argumento tem sido utilizado pela empresa como uma estratégia retórica para legitimar suas ações sociais. Notadamente, a apropriação e gestão desses territórios, sobretudo por abrangerem terras públicas em seu interior, irá depender do sucesso na implementação de algumas estratégias adotadas pela Empresa em questão. Segundo Almeida (2009), essas práticas enquadram-se, na verdade, dentro de uma estratégia recorrente nas grandes empresas minerárias e agrícolas de incorporar novas extensões de terra, a fim de garantir a reprodução do capital que, no presente caso, trata-se da produção, circulação e distribuição de *commoditties* metálicas. Essa iniciativa de incorporação de novos territórios vem acompanhada de outras estratégias, discursivas, vale dizer, as estratégias retóricas.

Um exemplo nítido da utilização dessa estratégia retórica é a ação de reintegração de posse proposta pela empresa, contra o grupo de trabalhadores/as rurais que ocupou a Fazenda São Luís. Ao dar entrada na possessória os advogados da Vale argumentam que o imóvel em litígio é na verdade área de interesse do ICMBio e necessária à implantação de uma Unidade de Conservação, além de inapta à agricultura (dados - ação possessória 0014461-68.2015.8.14.0136).

Deferindo a ordem liminar requerida pela mineradora, o Juiz demonstra estar convencido da necessidade de atender ao pedido em caráter de urgência, em razão da destinação do imóvel ocupado à compensação ambiental e criação de uma Unidade de Conservação:

> Com efeito, ao observarmos a LI - Licença de Instalação n. 947/2013 acostada aos autos, constata-se que a Serra da Bocaina (vide item 2.6 do Alvará – fl.775), é área integrante de Projeto Minerário, ou seja, área necessariamente destacada para cumprimento de condicionantes impostas pelo Governo Federal. Não pode passar despercebido que o Chefe da Floresta Nacional de Carajás (fl.777/778) informa que referida fração territorial será destinada à constituição de futura Unidade de Conservação – UC, que, como se sabe, pode retornar ao patrimônio público ou remanescer a sua gestão, o que, de um modo ou outro, conduzem a duas ilações: (a) a inexistência de vocação agrária; (b) e, a sua afetação direta em projeto de mineração. (Decisão interlocutória – ação possessória da Fazenda São Luís – processo número 0014461-68.2015.8.14.0136).

Por esse trecho da decisão interlocutória, que determinou o despejo das famílias ocupantes da Fazenda São Luís, é possível perceber que o argumento fático sobre a criação da Unidade de Conservação foi fundamental para o convencimento do Juiz, possibilitando o reconhecimento do direito de posse da autora, mesmo após aventar a existência de terra pública no perímetro do imóvel. Trata-se do papel crucial desenvolvido pelo Estado ao promover e respaldar os processos de apropriação (Harvey, 2004). Conforme apontado por Quintans (2011), através do crescente fenômeno da judicialização, o Poder Judiciário está cada vez mais no centro dos conflitos fundiários e coletivos, na perspectiva de dizer a quem pertence o direito de permanecer na terra.

Não obstante o interesse manifestado pela Vale para a criação da Unidade de Conservação – já que esta é uma das condições de viabilização de seu projeto minerário - as circunstâncias expostas apontam, para utilização do campo ambiental como um jogo, um discurso retórico para legitimação dos interesses da empresa.

Acserald e Bezerra (2009), ao discutirem sobre as chantagens locacionais e a desregulação ambiental, já apontam para essa tentativa do capitalismo de ambientalizar o seu discurso e assim, diminuir as críticas advindas dos impactos causados:

> Sabemos que os principais agentes da acumulação global de capital (grandes corporações, bancos multilaterais de desenvolvimento, aparatos estatais) tem procurado "ambientalizar" o seu discurso. Via de regra, proclamam a proteção do meio ambiente como uma das principais metas que suas políticas de "desenvolvimento" estariam buscando atingir. Entretanto, há uma evidente contradição entre o consenso crescente de que é "preciso fazer algo" e a fragilidade das iniciativas tomadas para de fato substituir as técnicas degradantes que caracterizam o atual modelo de desenvolvimento capitalista. (ACSERALD E BEZERRA, 2009, p. 10).

Nesse sentido, compreendemos esse processo de apropriação por espoliação como uma das categorias de impactos socioambientais causado pela mineração, que se torna possível também, graças à mobilização realizada por ela no campo ambiental, encontrando possibilidades de legitimação através do Estado, sobretudo, do Poder Judiciário. Dentre as formas de mobilização dos atores sociais envolvidos está o discurso da ambientalização, que, a nosso ver, se consubstancia em uma de suas estratégias retoricas de legitimação. A criação dessa Unidade de Conservação, apesar da sua relevância para a preservação ambiental, está sendo utilizada como oportunidade à expansão do capital em Canaã dos Carajás e, consequentemente no Sudeste Paraense.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que o processo de expansão territorial da VALE em Canaã dos Carajás garante a reprodução do grande capital, a partir de empreendimentos minerários, baseando-se na espoliação de trabalhadores/as rurais e exclusão de migrantes, ocasionando impactos socioambientais. Para garantir seu processo de expansão territorial no Município de Canaã dos Carajás, a Vale mobiliza outros atores sociais, como o Estado, sobretudo, o Poder Judiciário e, ao ingressar com a ação de reintegração de posse perante a Comarca de Canaã dos Carajás, contra o grupo de trabalhadores/as rurais locais e migrantes que ocuparam a Fazenda São Luís, utiliza-se de um discurso ambientalista e preservacionista, garantindo, com isso, uma ordem liminar favorável mesmo sem análise perfunctória do Juízo acerca da documentação comprobatória da propriedade apresentados.

REFERÊNCIAS

ACSERAL, Henri e BEZERRA Gustavo Neves. Desregulação, deslocalização e conflito ambiental - considerações sobre o controle das demandas sociais no Brasil contemporâneo. IPPUR/UFRJ, 2010.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. AGROESTRATÉGIAS E DESTERRITORIALIZAÇÃO: DIREITOS TERRITORIAIS E ÉTINICOS NA MIRA DOS ESTRATEGISTAS DOS AGRONEGÓCIOS. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de, et.al. Capitalismo globalizado e recursos territoriais, Rio de Janeiro: Editora lamparina, 2010. p. 101 – 141.

BARBOSA, Aline Miranda. Territorialidades Específicas e Territorialidades Hegemônicas: O embate entre povos tradicionais e projetos de desenvolvimento hegemônico capitalista, 2011.

BARCELOS, Eduardo e GREEN, Maria. Mapa das Minas. iBase, 2016.

BOURDIEU, P. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

COELHO, Tádzio Peters. A QUESTÃO MINERAL NO BRASIL, VOL. I. Projeto Grande Carajás: trinta anos de desenvolvimento frustrado. Marabá: Editorial iGuana, 2015.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA – CPT. Conflitos no Campo Brasil. Goiânia, 2013.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA – CPT. Arquivo Jurídico. Marabá, 2015 – 2016.

DISTRITO FEDERAL. Casa Civil da Presidência da República. Decreto Lei Nº 1.813, DE 24 de Novembro de 1980. Institui regime especial de incentivos para os empreendimentos integrantes do Programa Grande Carajás e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del1813.htm>. Acesso em: 20 set. 2016.

FAUSTINO, Cristiane e FURTADO, Fabrina. MINERAÇÃO E VIOLAÇÕES DE DIREITOS: O PROJETO FERRO CARAJÁS S11D, da VALE S.A. Relatório da Missão de Investigação e Incidência. Plataforma DHESCA BRASIL. Açailândia, 2013.

HALL, Anthony L. Amazônia: Desenvolvimento para quem? Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 2003.

HARVEY, David. Os limites do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

HARVEY, David. O "NOVO" IMPERIALISMO: ACUMULAÇÃO POR ESPOLIAÇÃO, 2010.

3. STREPTOCOCCUS AGALACTIAE CAUSADOR DE INFECÇÕES EM GESTANTES

Carolina Azevedo Amaral
carolinaraazevedo@gmail.com
Faculdade Integrada Ipiranga

RESUMO

Estima-se que 10 a 30% das mulheres grávidas estejam colonizadas pelo *Streptococcus agalactiae* (EGB). Esse microrganismo pode ser transmitido no momento do parto e representa importante causa de sepse neonatal. Dessa forma, o conhecimento da colonização pelo EGB em gestantes é importante passo na adoção da profilaxia da infecção causada por esse microrganismo. O estudo objetivou analisar as produções bibliográficas acerca de infeções neonatais por EBG para apresentar as consequências da infecção e importância do exame para detecção pré-parto da bactéria. As informações coletadas para este estudo foram apartir de artigos em revistas cientificas, nas bases de dados SciELO, Medline, Lilaes e PubMed. O rastreamento do EGB em gestantes é acessível e de fácil coleta, devendo ser feito entre 35ª e a 37ª semana de gestação e mesmo sendo de fácil realização observa-se que ainda hoje a cultura do EGB não é realizada rotineiramente durante o pré-natal. Dada à escassez de informações a respeito da ocorrência da infecção, a pouca atenção dada pelos órgãos responsáveis na prevenção da infecção neonatal pelos *Streptococcus b*, e ausência da profilaxia correta, estima-se que 1 a 2 % dos recém-nascidos de mães colonizadas desenvolvam alguma doença precoce causada por EBG. Para prevenir a infecção neonatal, o método de escolha é a antibiótico profilaxia intraparto, iniciada 4 horas antes do nascimento, com eficácia em torno de 25 a 30% dos casos e redução de mortalidade de 10%.

Palavras-chave: *Streptococcus agalactiae.* Gestante. Recém-nascido

1. INTRODUÇÃO

Desde 1984, a infecção neonatal de início precoce pelo *Streptococcus agalaciae* ou Estreptococo do grupo B (EBG) tem despertado um interesse. Essa infecção apresenta alto grau de morbidade e mortalidade, principalmente nos pacientes com diminuição da defesa imunológica (CAIAFFA FILHO *et al*., 1986). Estudos revelam que o EGB é responsável por quadros de sepse, meningites e pneumonias neonatais (SCHUCHAT,1998; SCHRAG *et al*.,

2002). Acredita-se que 50 a 75% dos recém-nascidos (RN) expostos ao EGB tornam - se colonizados, e que cerca de 2% desenvolvem infecções (POGERE *et al*., 2005).

Os EGB podem causar infecções em gestantes tais como: cistite, pielonefrite, endocardite, endometrite, celulite e sepse puerperal, podendo também comprometer a evolução da gestação e do feto, provocando abortamento, morte fetal intra-uterina, corioamnionite, ruptura prematura de membrana, levando a um parto prematuro, induzindo um significativo aumento de RN com baixo peso e com infecções no período pós-parto como pneumonia, infecções cutâneas, ósseas ou articulares e meningite, podendo causar retardo mental, assim como perda de visão e audição nas crianças sobreviventes (FREITAS *et al*., 2002).

Pela gravidade desta infecção e pela necessidade de conhecer mais sobre ela, torna-se necessária uma revisão das características da infecção e dos casos, com o que se pretende alertar sobre a presença deste microrganismo, a fim de orientar para estratégias adequadas para melhorar o diagnóstico em laboratório e um manejo terapêutico eficaz na assistência pré-natal.

2. OBJETIVO

Analisar as produções bibliográficas acerca de infecções neonatais por *Streptococcus agalactiae* para apresentar as consequências da infecção e importância do exame para detecção pré-parto da bactéria.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 CARACTERÍSTICAS DO MICRORGANISMO

Stretococcus agalactiae foi inicialmente isolado de leite bovino em 1887 e associado basicamente à etiologia da mastite bovina. Na década de 1930 foi descrita a presença do patógeno em secreções vaginais de pacientes assintomáticos e sua associação com sepse e pneumonia puerperal, assim como em neonatos. Entretanto, somente a partir da década de 1970 foi confirmada a atuação desse microrganismo como patógeno em seres humanos. Assim sendo, foi demonstrada a emergência deste agente como causa de bacteremias, pneumonias e meningites em crianças com idade inferior a 3 meses de idade, assim como de infecções em adultos, homens ou mulheres (parturientes ou não). A gravidade do problema estimulou a implantação de medidas profiláticas, tais como o uso de antibióticos durante o parto *(intra-partum) e* estudos relacionados à elaboração de vacinas. Na década de 1990, foi revelado um aumento na detecção de *S.agalactiae* em infecções, incluindo infecções urinárias, em mulheres

não grávidas e homens com condições debilitantes ou com mais de 60 anos de idade. (TRABULSI *et al.*, 2005).

Os microrganismos da espécie EGB, assim como outras espécies do gênero, são células esféricas ou ovóides gram-positivas, catalase negativa, que se apresentam aos pares ou em cadeias. São imóveis e não esporulados. São anaeróbios facultativo, obtendo energia para a síntese de material celular através da fermentação de carboidratos, sendo o ácido fólico o maior produtor de glicose (HARDIE, 1985; HARDIE & WHILEY, 1997; KILLAN, 1998). Algumas cepas produzem um pigmento amarelo, laranja ou avermelhado, que pode ter a produção aumentada com adição de amido ao meio de cultura (HARDIE, 1986)

As características microscópicas após a coloração pelo Gram (cocos Gram positivos dispostos aos pares e em pequenas cadeias), o teste da hidrólise do hipurato e teste de CAMP positivo são os testes de identificação presuntiva do EGB. O teste de CAMP é baseado na identificação do fator CAMP, que é uma proteína importante, considerado como um fator de virulência devido sua capa cidade de se ligar à imunoglobulina G e M, via fração Fc. Para identificação definitiva, recorre-se à pesquisa do antígeno do grupo B, através de métodos sorológicos empregando anti-soro específico (RUOFF *et al*., 2003)

3.2 COLONIZAÇÃO PELO *STRETOCOCCUS AGALACTIAE*

O principal reservatório do EGB é o trato gastrointestinal (TGI) e que por proximidade anatômica, pode colonizar o trato genitourinário (TGU). A colonização do TGI é mais constante que do TGU e esta pode ocorrer de maneira crônica, intermitente ou transitória. A intermitência da colonização por EGB em gestantes, foi demonstrada por BOYER *et al*. (1983) que avaliaram pacientes entre 26 e 28 semanas de gestação, verificando que 65% delas permaneciam colonizadas até o final da gravidez e 8% das gestantes inicialmente com cultura negativa apresentavam positividade para EGB ao término do período gestacional. A colonização vaginal assintomática ocorre em 5 a 35% das mulheres grávidas (SCHRAG *et al*., 2002).

O *S.agalactiae* pode causar desde quadros clínicos leves (infecção vaginal e urinária) até infecções graves como celulite e fascite; na gravidez, além das doenças acima citadas, pode causar endometrite puerperal, amnionite e infecções de feridas na mãe (PHILIPSON *et al*.,1995). Sua maior relevância são os quadros graves de septicemia e meningites no neonato, além da ocorrência de partos prematuros ou nascimento de crianças a termo com baixo peso corporal (MCCRACKEN, 1973; YANCEY *et al*., 1994; REGAN *et al*., 1996; SCHUCHAT, 1998).

3.3 APRESENTAÇÃO CLÍNICA EM NEONATOS CAUSADO POR *E.AGALACTIAE*

A transmissão vertical do EGB pode ocorrer de 30 a 70 % dos neonatos cujas mães têm cultura positiva para esse microrganismo, na ausência de quimioprofilaxia adequada. Estudos demonstram que um a dois recém-nascidos por 1000 nascidos - vivos (NV) desenvolverá doença pelo EGB (SCHUCHAT, 1998; GIBBS *et al*., 2004).

A doença de início precoce representa 85% das infecções neonatais causadas por EGB e ocorre logo após o nascimento, com manifestações clínicas desde as primeiras horas de vida até o sétimo dia de nascimento, com média de 20 horas. A incidência varia de 0,7 a 3,7 /1000 NV (BAKER e EDWARDS, 1995). Em 89% dos casos, a apresentação clínica inicial é a sepse com ou sem pneumonia. O diagnóstico de pneumonia é realizado em 35 - 55% dos casos com quadro geralmente extenso e com grave evolução. A meningite pode ocorrer em 10% dos RN com infecção precoce, desses, 50% apresentam convulsões nas primeiras 24 horas (BAKER, 1997; SCHRAG *et al*., 2002)

3.4 PROFILAXIA

A identificação das gestantes colonizadas pelo EGB, mediante rastreamento universal, associada à adoção de antibióticos no momento do parto são as medidas preventivas atualmente preconizadas (SCHRAG *et al*., 2000)

A gestante colonizada por EGB não necessita de cesariana para proteger o feto do microorganismo, primeiro porque o EGB pode atravessar membranas intactas e segundo porque existem formas mais eficazes e menos invasivas para impedir a transmissão vertical desse microorganismo, como a quimioprofilaxia intraparto, por exemplo (SCHUCHAT, 1998).

Estudos comprovam que 5 a 40% das gestantes estão colonizadas por EGB em algum momento da gravidez, mas que apenas 1 a 2% dos seus recém-nascidos desenvolvem doença de início precoce; por outro lado, a probabilidade da criança adquirir infecção por EGB aumenta na presença de algum dos seguintes fatores de risco: ruptura precoce da membrana amniótica (antes da 37 o semana de gestação ou mais de 18 horas antes do parto), presença de febre durante o trabalho de parto (≥38ºC), parto múltiplo, criança anterior com infecção por EGB ou mãe colonizada por EGB (WALKER, 1998). A corioamnionite é um grande fator de risco para a sepse neonatal (YANCEY *et al*., 1996; WENDEL *et al*., 2002).

O índice de isolamento do microorganismo depende do tipo de meio de cultura empregado e dos sítios anatômicos a partir dos quais são coletadas as amostras. A não utilização de meio enriquecido e seletivo para inibir o crescimento da flora normal, pode levar à não-

identificação de até 50% das portadoras de S.agalactiae (ORTIZ & VÉLEZ, 1996). A coleta de amostra vaginal/anal executada com o mesmo *swab* diminui o custo do exame e apresenta um índice de positividade duas vezes maior do que a coleta de amostra apenas vaginal (PLATT *et al*., 1995; QUINLAN *et al*., 2000). Foi demonstrado que não há diferenças significativas entre a coleta perianal e anoretal para isolamento de S.agalactiae, não sendo necessário submeter a paciente ao desconforto da coleta anoretal (ORAFU, 2002).

4. METODOLOGIA

Este trabalho obedece aos critérios do estudo exploratório, através de uma pesquisa bibliográfica, a qual é caracterizada pela utilização de livros, artigos científicos, dissertações e trabalhos de conclusão de curso (TCC).

Em seguida foi feita uma leitura seletiva para focalizar os assuntos principais para o trabalho. E finalmente foram registradas as informações extraídas das fontes, tais como autores, ano da publicação, método utilizado, resultados e conclusões.

4.3. TERCEIRA ETAPA: INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

Na terceira etapa foi realizada uma leitura analítica como objetivo de organizar as informações contidas nas fontes, de forma que possibilitasse a obtenção das respostas aos objetivos da pesquisa.

5. DISCUSSÃO

Os EGB são um dos principais agentes envolvidos na septicemia do recém-nascido, podendo também ser associado a partos prematuros e rotura das membranas durante a gestação.

No Brasil, a taxa de colonização por *Streptococcus agalactiae*, reveladas por pesquisas já realizadas, mostraram uma variação de 15 a 25%.(MOCELIN *et al,* 1995*;* BENCHETRIT *et al, 1982*) A menor porcentagem foi observada em um estudo realizado por Mocelin e colaboradores em 1995, realizado com 100 gestantes atendidas no ambulatório e/ou Pronto Socorro Obstétrico do Hospital Universitário Regional do Norte do Paraná , Londrina, no estudo os sítios pesquisados foram o vaginal e periuretral e o meio seletivo na foi utilizado.

Estudos mais recentes realizados em Santa Catarina e no Paraná encontraram prevalências de 21,6% em 273 gestantes e 14,9% em 309 gestantes, respectivamente (BERALDO *et al*., 2004; POGERE *et al*., 2005). Apesar da diferença estatística, os trabalhos de Beraldo e colaboradores (2004) e Pogere e colaboradores (2005) utilizaram a mesma

metodologia: coleta vaginal e anorretal, utilizando dois *swabs* que foram inoculados separadamente em meio seletivo e incubados por 18 a 24 horas.

Em 2002, num estudo realizado na cidade de São Paulo sobre incidência de sepse neonatal por EGB, foi relatado 13% de positividade para esta bactéria nas gestantes da instituição, mas somente amostra vaginal foi realizada e o método de cultura utilizado não foi especificado. Nesta mesma pesquisa, a incidência de infecção neonatal precoce foi de 0,39 casos por 1000 nascidos vivos, taxa menor que a observada em países desenvolvidos, sendo que em 30% dos casos não foi possível detectar o agente etiológico (VACILOTO *et al.,* 2002)

A epidemiologia da infecção por *Streptococcus agalactiae* em mulheres grávidas e neonatos tem sido muito estudada nos Estados Unidos e Europa, mas o mesmo não ocorre na América Latina (ROWEN *el al.,* 1998). Ainda assim, as taxas de prevalência descritas nos estudos brasileiros, mesmo que subestimadas, levam a uma reflexão sobre a importância de uma estratégia de profilaxia das mães e recém-nascidos. Os custos com internações e terapias para os neonatos acometidos por esta patologia podem ter maior impacto financeiro do que estabelecer um protocolo de profilaxia (AKKER-VAN MARLE *et al*., 2005).

REFERÊNCIAS

J.P.; AMELINK-VERBURG, M.P.; *et al*. Costeffectiviness of different treatment strategies with intrapartum antibiotic prophylaxis to prevent earlyonset group B streptococcal disease. **BJOG**, v.112, n.6, p.820-6, 2005.

BOYER KM, GADZALA CA, KELLY PD, BURD LI, GOTOFF, SP. Selective intrapartum chemoprophylaxis of neonatal group B streptococcal early - onset disease. II. Predictive value of prenatal cultures**. J Infect Dis** 1983; 148:800 - 3.

CAIAFFA FILHO HH, MENDES CMF. Novo método para a rápida identificação presuntiva dos estreptococos beta-hemolíticos do Grupo B (Streptococcus agalactiae). **Rev Bras Patol Clín** 1986.

FREITAS F, MARTINS-COSTA SH, RAMOS JGL, MAGALHÃES JA. **Rotinas em obstetrícia.** 4a ed. Porto Alegre: Artmed; 2002.

HARDIE J M. 1986. Genus streptococcus Rosenbach 1884, 22 Al . 1986. Vol 2, pag 1043-1054. **In: Bergey´s Manual of systematic bacteriology** . Murray R G E., Brenner D J,

HARDIE and WHILEY.1997. Classification and overview of the genera Streptococcus and Enterococcus. **J Appl Microbiol. Symposium Supplement**, 83: !S-11S.

MOCELIN CO, CARVALHO DAF, BRITES C, CHRISTOFOLLI D, MOCELIN AO, FRACALANZZA SEL, et al. Isolamento de Streptococcus agalactiae de gestantes na região

Londrina-PR. **Rev Bras Ginecol Obstet**. 1995;17(9):915-8.

PHILIPSON E H, PALERMINO D A and ROBISON A . 1995. Enhanced Antenatal Detection of group B Streptococcus colonization. **Obstet Gynecol** , 85, nº 3: 437-439.

POGERE, A.; ZOCCOLI, C.M.; TOBOUTI, N.R.; FREITAS, P.F.; D'ACAMPORA, A.J.; ZUNINO, J.N. Prevalência da colonização pelo estreptococo do grupo B em gestantes atendidas em ambulatório de pré-natal. **Rev. Bras. Ginecol. Obstet**., v.27, n.4, p.174-180, 2005.

REGAN J A, KLEBANOFF M A, NUGENT RP. 1991. The epidemiology of Group B Streptococcal colonization in pregnancy. **Obstet Gynecol**, 77(4):604-610.

REGAN J, CHOO S, JAM S L. Premature rupture of membrane es, preterm delivery and group B streptococcal colonization of mothers. **Am J Obstet Gynecol** 1981; 141:184

REGAN JA, KLEBANOFF MA, N UGENT RP, ESCHE NBACH DA, BLACKWELDE R WC, LOU Y, GIBBS RS,RETTING PJ, MARTIN DH, EDELMAN R.Colonization with Group B Streptococci in Pregnancy And Adverse Outcome. **Am. J. Obstet**. Gynecol 1996, 174:1354 -1360.

RUOFF K L, WHILEY R A and BEIGHTON D.2003. Streptococcus. P: 405-421. **In:Manual of Clinical Microbiology**. MURRAY P R, BARON E J, PFALLER M A,JORGENSEN J H, YOLKEN R H.,(ed), 8th ed., American Society for Microbiology,Washington,DC.

SCHRAG SJ, ZYWICKI S, FARLEY MM, et al. Group B streptococcal disease in the era of intrapartum antibiotic prophylaxis. **N Engl J Med** 2000; 342:15 --20.

SCHRAG S, GORWITZ R, FULTZ - BUTTS K, SCHUCHAT A. Prevention of Perinatal Group B Streptococcal Disease. **Revised Guidelines from CDC. MMWR** recomm Rep 2002; 51(RR- 11):1 22.

SCHUCHAT A, Epidemiology of Group B Streptococcal Disease in the United States: shifting paradigms. **Clinical Microbiology Review**, 1998, p.497 - 513, vol.11, n.3.

TRABULSI LR, ALTERTHUM F. (ORG.). **Microbiologia** . 5a. ed. São Paulo: Atheneu, 2005.

VACILOTO E, RICHTMANN R, DE PAULA FIOD COSTA H, KUSANO EJ, DE ALMEIDA MF, AMARO ER. A survey of the incidence of neonatal sepsis by group B Streptococcus during a decade in a Brazilian maternity hospital**. Braz J Infect Dis.** 2002;6(2):55-62.

4. DIREITOS HUMANOS, ANTROPOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO E AMAZÔNIA: A IMPORTÂNCIA DO SABER LOCAL

Gabriel Moraes de Outeiro[1]
(gmouteiro@unifesspa.edu.br)
Daniel de Sousa Soares[2]
(danielsoares@unifesspa.edu.br)
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

RESUMO

A garantia de direitos, considerados fundamentais, a todo ser humano caminha junto com a ideia de igualdade moral, para que não haja distinções entre pessoas ou grupos, que poderiam ser mais importantes que os demais. Porém, os seres humanos não são iguais: gênero, idade,

[1] Doutorando em Desenvolvimento Socioambiental (NAEA/UFPA); Mestre em Direito (PPGD/UFPA). Professor Assistente da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará.
[2] Graduando em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará.

renda e costumes podem alterar o significado de vida digna. Para lançar uma outra luz sobre esta questão, trabalho analisou a importância da Antropologia do Desenvolvimento no desafio de implementar direitos humanos, por meio de políticas públicas. O objetivo foi examinar o debate que permeia a compreensão universalista de direitos humanos e desenvolvimento diante da pluralidade de concepções do conceito de vida digna, a partir de situações concretas encontradas na Amazônia – povo Asuriní, em Tucuruí; Apyterewa no sudoeste do Pará; Kayapó, no sul do Pará, dentre outros. Trata-se de pesquisa qualitativa, que utilizou como procedimento metodológico pesquisa bibliográfica e descritiva. Ao final, pode-se confirmar como a Antropologia do Desenvolvimento permite a criação de sensibilidades jurídicas para mediar o diálogo em situações de conflito entre o viver amazônico e a garantia da qualidade de vida.

Palavras-chave: Antropologia do Desenvolvimento; Direitos Humanos; Desenvolvimento; Amazônia; Povos Indígenas.

ABSTRACT: The protection of rights, considered fundamental, to every human being is placed along with the idea of moral equality, so that there are no distinctions between persons or groups, which could be more important than the others. However, human beings are not equal: gender, age, income, and customs can alter the meaning of a dignified life. To shed further light on this issue, the paper analyzed the importance of Development Anthropology in the challenge of implementing human rights through public policies. The objective was to examine the debate that permeates the universalist understanding of human rights and development before the plurality of conceptions of the concept of dignified life, from concrete situations found in the Amazon – Asuriní, in Tucurí; Apyterewa, in Southwest Pará; Kayapó, in Southern Pará, among others. It is a qualitative research, which used as a methodological procedure bibliographic and descriptive research. At the end, it can be confirmed how Development Anthropology allows the creation of legal sensibilities to mediate the dialogue in situations of conflict between the Amazonian living and the guarantee of the quality of life.

Keywords: Development Anthropology; Human rights; development; Amazon; Indigenous people.

1. INTRODUÇÃO

O debate acerca dos direitos humanos tem chamado a atenção das mais diversas áreas do conhecimento e ocupado um espaço central nas agendas dos Estados. A defesa de que todo ser humano possui direitos inalienáveis para que possa viver com dignidade caminha junto com a defesa de que todos são iguais. Porém, os seres humanos não são iguais. Algumas circunstâncias, como gênero, idade, renda e costumes podem alterar o significado de vida digna. Por isso, é comum que haja uma discussão entre a compreensão universal dos direitos humanos e sua (in)compatibilidade com particularidades locais.

Até que ponto a constatação de que existe um grande número de concepções de vida digna, de formas de viver, de cultura e de valores prejudica ou atrapalha a defesa de que todos os seres humanos possuem direitos?

Para responder a esta questão, num primeiro momento será apresentada a importância do discurso universalista na proteção de direitos humanos. Em seguida será abordado o surgimento de crises na discussão sobre desenvolvimento, que levou a rediscussão sobre dignidade e qualidade de vida. No terceiro capítulo, a Antropologia do Desenvolvimento será examinada, para demonstrar como esta disciplina tem o condão de construir pontes para a proteção do ser humano, a partir de três exemplos encontrados na literatura que trata de indígenas na Amazônia. Ao final, serão apresentadas as conclusões da pesquisa.

O objetivo deste artigo é examinar o debate que permeia a compreensão universalista de direitos humanos e desenvolvimento diante da pluralidade de concepções do conceito de vida digna, a partir de situações concretas encontradas na Amazônia, sem olvidar da proteção do ser humano.

Para viabilizar esta investigação, foi usada uma abordagem de natureza teórica. Para a operacionalização deste método foram utilizadas as técnicas metodológicas de pesquisa bibliográfica e descritiva, pesquisa documental e fichamento de textos. Trata-se de pesquisa qualitativa. Assim, espera-se, será possível contribuir, ainda que de forma modesta, para a discussão sobre direitos humanos e pluralidade de concepções de vida.

2. O DISCURSO UNIVERSALISTA DOS DIREITOS HUMANOS

Quando os documentos internacionais que versam sobre direitos humanos são confeccionados, é usual que adotem uma linguagem universalista. Para ilustrar esta situação, basta ler a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) de 1948, que afirma que todos os homens nascem livres e iguais, com direito à vida, à liberdade, dentre outros direitos[1]. O mesmo se nota na Declaração Americana de Direitos e Deveres do Homem de 1948[2], bem como em outros instrumentos internacionais. Os direitos humanos seriam, nessa linha de raciocínio, um conjunto mínimo imprescindível de direitos para que um indivíduo possa viver com dignidade.

[1] Artigo 1° Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade.
Artigo 17°, parágrafo 1.Toda a pessoa, individual ou coletiva, tem direito à propriedade. 2.Ninguém pode ser arbitrariamente privado da sua propriedade.

[2] Artigo 1º. Todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança de sua pessoa.

Para Cançado Trindade (2009, p. 18-21) a experiência internacional em matéria de proteção dos direitos humanos tem revelado o consenso quanto à sua universalidade, concebendo tais direitos como inerentes à pessoa humana, independente da forma de organização política ou social. Isso se constata com a DUDH de 1948, a adoção de dois Pactos de Direitos Humanos em 1966, a proliferação de instrumentos internacionais nos planos global e regional que visam proteger o ser humano.

Todavia, o fato de muitos países serem signatários de tratados internacionais de direitos humanos não deve ser dissociado de um contexto mais amplo, pois muitos buscam legitimidade política na esfera internacional, interesses econômicos ou sofrem pressões de atores da sociedade civil (RAMOS, 2008). Logo, nem sempre a adesão a tratados internacionais que versem sobre direitos humanos implica que todos os países tenham a mesma visão de mundo. Porém, para a melhor compreensão da discussão é imprescindível entender porque os direitos humanos são construídos sob uma base universalista.

2.1 O caráter universal da dignidade humana e seus entraves

Ao se afirmar que todos têm direito a algo, é o mesmo que dizer que o Estado tem o dever de garantir o seu cumprimento (DONNELLY, 2003, p. 11-34), seja diretamente ou pela regulação, ou por outros meios. Como os direitos humanos carregam forte conotação de justiça (vida, liberdade, propriedade, qualidade de vida, autodeterminação dos povos, etc.), a melhor forma de enuncia-los tem sido a elaboração de instrumentos internacionais, com força legal.

A premissa de que direitos humanos são universais tem uma inclinação a rejeitar a diferença, com um fundamento que se apresenta como legítimo: melhorar a qualidade de vida de todos. Daí advém certa dificuldade em relação a rejeitar a universalidade da dignidade humana e aceitar regimes diferentes de uma democracia constitucional ocidental (como sociedade de castas, regimes ditatoriais, que adotam escravidão, etc.).

Para Killander (2010, pp. 150-155, 168), devido à linguagem imprecisa de muitos tratados internacionais de direitos humanos, os tribunais internacionais estabelecem regras, como a de interpretação mais favorável ao ser humano (princípio *pro homine*). Ou seja, os tribunais têm interpretado de forma extensiva os tratados internacionais, para garantir a mais abrangente proteção dos direitos humanos, justamente pela dificuldade em dar densidade à ideia do que é vida digna em textos normativos.

A perspectiva universalista dos direitos humanos indica o caminho: a proteção do ser humano, independente de lugar, religião, etnia, regime político, idade, gênero, etc. Mas sozinha

tende a considerar que certas diferenças podem indicar inferioridade ou que a região/país ainda está em desenvolvimento. É claro que o direito à autodeterminação, previsto no Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, em seu artigo 1º, item 1º, serve como ponte que liga a premissa de que todo ser humano tem um conjunto de direitos mínimos, mas que é a própria sociedade que deve decidir qual o rumo que irá tomar, ou de definir qual o tipo de desenvolvimento que deseja alcançar. Entretanto, é necessário conferir maior densidade à esta ideia.

3. O SURGIMENTO DE CRISES NO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO

O direito é um saber local, como um complexo de caracterizações e suposições, histórias sobre acontecimentos, apresentadas por meio de imagens relacionadas a princípios abstratos. Portanto, o desafio contemporâneo para os direitos humanos guarda mais relação com o gerenciamento da diferença, já que o assunto tem sido mais invocado justamente onde e quando menos funciona ou onde e quando há mais conflitos (GEERTZ, 1997, p. 272-274). Logo, não há apenas uma única forma de vida digna e de desenvolvimento.

O debate sobre desenvolvimento é antigo (VIOLA RECASENS, 2000, p. 10), mas, como é de conhecimento geral, as discussões ganharam espaço, principalmente, a partir da década de 1970, após anos de crescimento acelerado da produção econômica dos países industrializados. Assim, a Conferência de Estocolmo de 1972 foi a primeira conferência das Organização das Nações Unidas que questionou a relação homem-ambiente. Em seguida, em 1987 foi publicado o Relatório Brundtland, intitulado “Nosso Futuro Comum”, que qualificou o desenvolvimento como sustentável quando este satisfaz as necessidades presentes gerações, sem comprometer a capacidade das futuras de suprir suas próprias necessidades, consolidado na Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e Desenvolvimento, em 1992 (Rio 92).

Ocorre que este conceito de desenvolvimento padece de dois vícios: ele endossa a imprescindibilidade de se atender ao critério econômico e acaba reforçando a ideia de que é necessário crescimento econômico para ser desenvolvido. Entretanto, a economia de mercado não digere muito bem as consequências do processo produtivo, chamadas de externalidades negativas. Como bem leciona no tocante aos limites do conceito de desenvolvimento, Leroy (2010, p. 97) o mercado não internaliza a ideai de que alguns bens naturais são insubstituíveis e não devem ser protegidos via o sistema de preço. Do mesmo modo, este conceito de desenvolvimento mantem a dicotomia desenvolvido/em desenvolvimento, sem que haja um critério que respeite formas de produção e de viver alheias ao mercado global.

Sobre o tema, Escobar (2005, p. 21, 47) afirma que o discurso desenvolvimentista é incapaz do pensamento crítico e de transcender a historicidade ocidental para redefinir o que é desenvolvimento, como um conjunto particular de relações de poder discursivas que constroem uma representação própria, capitaneado por movimentos sociais. Isto pode libertar as sociedades do imaginário do desenvolvimento acrítico.

No desenvolvimento há um processo histórico, em que bens naturais locais e investimentos exógenos, capacidade adaptativa da população, organização institucional e nível tecnológico podem conduzir aos mais variados resultados. Portanto, nem o desenvolvimento ou o que pode ser chamado de subdesenvolvimento são fatalidades. Na verdade, são processos históricos próprios multilineares, pois tantas variáveis tornam impossível adotar uma única fórmula de sucesso.

4. ANTROPOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO E POVOS INDÍGENAS

A Antropologia do Desenvolvimento tem por objeto a observação de implantação de projetos de desenvolvimento, identificando atores, estratégias e relações de dominação-subordinação. Nesse passo, não é necessário rejeitar o conceito de desenvolvimento ou de vida digna. O que é imprescindível é considerar que cada sociedade, ao exercer seu direito à autodeterminação, defina os seus problemas, seus objetivos e o que é qualidade de vida, progresso e desenvolvimento em seus próprios termos (KIPLER, 2010, p. 6).

É interessante notar como esta abordagem desconstrói padrões, como desenvolvido/em desenvolvimento; civilizado/selvagem; superior/inferior. É uma desconstrução que enseja uma reconstrução, sob novos ângulos e perspectivas

Em síntese, os teóricos da Antropologia do Desenvolvimento, como Escobar (2005), Viola Recasens (2000) e Gardner e Lewis (1996) apontam alguns alicerces, que podem ser condensados da seguinte maneira:

1. O desenvolvimento e a vida digna devem ser definidos pela própria comunidade;
2. Ao lado da participação das comunidades locais, o Estado possui responsabilidade em proteger grupos minoritários, incluindo as suas áreas tradicionalmente ocupadas;
3. A comunidade local pode se organizar para salvaguardar seus direitos, que podem ser incompatíveis com a economia de mercado.

É válido considerar que nestes três itens está a garantia da existência da diferença e da construção da alteridade. Assim, cada exemplo a seguir, a ser retratado de maneira sucinta e

objetiva, evidenciará um desses três eixos citados acima. Muito mais do que soluções prontas, os antropólogos que estudam o desenvolvimento trazem novas utopias e novas possibilidades.

4.1. Grupo indígena Asuriní e políticas públicas em Tucuruí-PA

Ao estudar os impactos etnoambientais na terra indígena Trocará, localizada no município de Tucuruí-PA e pertencente ao grupo indígena Asuriní, Pedrazzani e Leitão (2008, p. 1-15) relatam um pouco das práticas sociais tradicionais deste grupo indígena. Os autores utilizaram o método antropológico de observação direta da vida social do grupo, com coleta de dados etnográficos e demográficos e realização de entrevistas não-estruturadas com os moradores mais antigos.

A história do grupo Asuriní foi modificada pela implantação de grandes projetos em Tucurí-PA. No séc. XX, com a exploração do caucho e da castanha, a região foi alterada com a atração de imigrantes e consequente aumento populacional. A importância da exploração da castanha levou à construção da Estrada de Ferro Tocantins, sem consultar a população indígena, para facilitar o transporte da castanha. Apenas na década de 1970 foram iniciados os estudos para demarcação da terra indígena, concluída em 1982.

Segundo Pedrazzani e Leitão (2008, p. 5-8), até por volta de 1980, os indígenas ainda se organizavam aos moldes dos padrões tradicionais, ocupando diferentes pontos no território, como se fossem pequenas aldeias. Contudo, em 1982, foram incentivados a viverem todos juntos. A criação de infraestrutura e a execução de grandes obras (sem consulta ou informação aos Asuriní) afetou sobremaneira o modo de viver deste grupo, com a crescente pressão e ocupação de suas terras. Nem o meio de transporte fluvial escapou de se ser alterado, para privilegiar a via terrestre. Com base no referencial apresentado, políticas públicas deveriam, além de garantir a participação da população Asuriní em sua formulação, assegurar que o estilo de vida tradicional possa ser preservado, nos termos da comunidade.

4.2. Terra do Meio e povos indígenas

O Instituto Socioambiental (2015, p. 4-8) publicou estudo sobre a chamada Terra do Meio, situada no sudoeste do Pará, entre os rios Xingu e Iriri, que hoje conta com áreas reconhecidas como unidades de conservação e terras indígenas e foi construída uma hidrelétrica (Belo Monte). Com os projetos de ocupação traçados a partir da década de 1970 para a Amazônia, a Terra do Meio torna-se uma frente de expansão.

Nessa região residem diversos povos indígenas, dentre os quais cabe destacar os Apyterewa, Trincheira-Bacajá, Koatinemo e Araweté. Houve durante a década de 1990 pressão

predatória sobre a floresta, que arrefeceu após a criação de Unidades de Conservação. Nessa região a implantação da usina hidrelétrica de Belo Monte, pois os povos tradicionais têm sofrido ameaças e agressões na luta pelos recursos florestais com as madeireiras (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2015, p. 12).

Neste caso, há a violação aos direitos dos povos indígenas e comunidades ribeirinhas pela devastação florestal, que afeta o modo de produção destas populações. De todo o modo, o Instituto Socioambiental (2015, p. 10) faz a ressalva, que além da atuação de madeireiras ilegais, conflitos são gerados no desrespeito por parte do Estado aos direitos de povos e comunidades tradicionais, quando estabelecem unidades de conservação de proteção integral em seus territórios tradicionalmente ocupados, ou quando se omite em relação à realocação de colonos.

4.3. Conhecimento tradicional e direito autoral

Por fim, há um último estudo digno de nota, sobre conhecimento tradicional de populações indígenas na Amazônia, direito autoral e biopirataria. Ao examinar o tema, Simonian (2005, p. 61), explica que em alguns casos há a exploração de saberes e tecnologias de populações tradicionais. O conhecimento tradicional abarca o manejo relacionado a certos produtos como tintas, habitações, venenos e remédios, dentre outros, que podem ser apropriados indevidamente das mais variadas formas, como ausência de remuneração pela exploração ou remuneração aquém do valor real, contratos não assinados, etc. As histórias na Amazônia são inúmeras, cabendo destacar os Kayapó, com produção de óleo de castanha, no Pará; os Urueu-Wau-Wau e Amondawa em relação à planta *tike-uba*, que serve como anticoagulante; e a exploração do cupuaçu e do açaí para atender ao mercado nacional e internacional (SIMONIAN, 2005, p. 60-73).

Tem havido, assim, uma *comoditização* dos conhecimentos, saberes e bens naturais de populações tradicionais, que é incompatível com a sua forma de viver, em que há forte interconexão ecológica e cultural, a impedir a produção em escala para atender ao mercado e a exigir a garantia de seus direitos.

Este caso expõe uma particularidade: em alguns casos, dentre de certos limites, não há óbice para a comercialização de certos bens naturais, desde que fique assegurada uma justa compensação à população indígena e que se respeite seu modo de produção.

5. CONCLUSÃO

O presenta artigo tem como o objetivo conciliar a noção de que todo ser humano merece proteção, por ostentar tal condição, com a defesa de diferentes visões de mundo e de qualidade de vida. A ponte que une estas ideias é construída pela Antropologia do Desenvolvimento, permitindo aprimorar o processo de planejamento e de elaboração de políticas públicas.

É claro que parte da crítica trazida pelos autores que tratam de desenvolvimento, questionam a própria base conceitual deste termo. Mas o princípio de proteção universal do ser humano não precisa ser abandonado. O que deve ser privilegiado é a busca pelas mais variadas formas de desenvolvimento, pois a realidade muda de acordo com o contexto. O mundo não é estático e passível de ser dividido em categorias estanques, o que faz com que o desenvolvimento também não seja (GARDNER E LEWIS, 1996, p. 75).

Os exemplos trazidos de populações indígenas servem para materializar a pluralidade de concepções de vida digna que existem. Há, portanto, intrínseca à ideia de desenvolvimento, um processo histórico, construído de forma multilinear. Essa postura, que não abre mão da defesa do ser humano e exige, para alcançar o seu fim, que se considere o desenvolvimento como um processo histórico multilinear, pode não responder à todas perguntas. Todavia, apresenta novos questionamento e, consequentemente, novas possibilidades para tratar de direitos humanos e desenvolvimento, sendo necessária a realização de mais pesquisas sobre o tema.

REFERÊNCIAS

CANÇADO TRINDADE, Antonio Augusto. O legado da declaração universal dos direitos humanos e sua trajetória ao longo das seis últimas décadas (1948-2008). In: GIOVANNETTI, Andrea (Org.). *60 anos da declaração universal dos direitos humanos*. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2009, p. 13-46.

DONNELLY, Jack. *Universal human rights in theory and practice*. 2. ed. Londres: Cornell University, 2003.

ESCOBAR, Arturo. Imagining a post-development era? Critical thought, development and social movements. In: EDELMAN, M; HAUGERUD, A. (Ed.). *The anthropology of development and globalization*. Malden: Blackwell Publishing, 2005, p. 20-56.

GARDNER, Katy; LEWIS, David. The anthropology of development. In: EDELMAN, M.; HAUGERUD, A. (Ed.). *Anthropology, development and the post-modern challenge*. London: Pluto Press, 1996, p. 50-76.

GEERTZ, Clifford. *O saber local*: novos ensaios em antropologia interpretativa. Petrópolis: Vozes, 1997.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. *Rotas do saque*: violações e ameaças à integridade territorial da Terra do Meio (PA). São Paulo, 2015.

KILLANDER, Magnus. Interpretação dos tratados regionais de direitos humanos. *Sur* - Revista internacional de direitos humanos, São Paulo, vol. 7, n. 13, p. 149-75, 2010.

KIPPLER, Caroline. Exploring Post-Development: Politics, the State and Emancipation. The question of alternatives. *POLIS Journal*, Vol.3, p. 1-38, Winter 2010.

LEROY, Jean Pierre. Amazônia: território do capital e território dos povos. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. *Desenvolvimento e conflitos ambientais*. Belo Horizonte: UFMG, 2010, p. 92-113.

PEDRAZZANI, Gabriel; LEITÃO, Wilma. O povo Asuriní da terra indígena Trocará (PA): políticas públicas e os impactos etnoambientais da UHE Tucuruí. In: *26ª Reunião Brasileira de Antropologia* - Desigualdade na Diversidade, Porto Seguro, 2008, p. 1-15.

RAMOS, André. Avanços e recuos: a universalidade dos direitos humanos no século XXI. In: COSTA, Paulo. W. A. *Direitos humanos em concreto*. Curitiba: Juruá, 2008, p. 69-88.

SIMONIAN, Ligia. Saber local, Biodiversidade e populações tradicionais: perspectivas analíticas, limites e potencial. In: MOREIRA, E.; Belas, C. A.; BARROS, B (Org.). *Anais do seminário saber local/interesse global*. Belém: CESUPA, MPEG, 2005, p. 59-93.

VIOLA RECASENS, Andreu. La crisis do desarrollismo y el surgimento de la antropología del desarrollo. In: _____. (Org.). *Antropología del desarrollo*. Barcelona: Paidós, 2000, p. 9-64.

5. ENFOQUE AGROECOLÓGICO NA EDUCAÇÃO DO CAMPO: ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA (EFA) DO MUNICÍPIO DE MARABÁ

Deise da Silva Lobo
deisesilva@unifesspa.edu.br
Dr. Luís Mauro Santos Silva
lmsilva@gmail.com

RESUMO

Devido seu modo de vida peculiar, as pessoas que vivem no campo têm direito a uma educação diferenciada do modelo educacional urbano. Este reconhecimento extrapola a noção de espaço geográfico e compreende as necessidades culturais, os direitos sociais e a formação integral desses indivíduos. Na luta por esses direitos se concebe a Educação do Campo. Para se obter um projeto educacional que considere o modo de viver camponês, é necessário a desconstrução de paradigmas, preconceitos e injustiças, capazes de reverter as desigualdades educacionais, estabelecidas historicamente, entre campo e cidade. Neste processo, percebe-se uma relação possível entre educação do campo com a agroecologia, uma vez que, ambas consideram as peculiaridades e inúmeras realidades do campo. Esta relação é complexa porque se coloca no âmbito de um projeto de transformação da sociedade e da agricultura. Este trabalho tem por objetivo abordar o enfoque agroecológico desenvolvido na Escola Família Agrícola Professor Jean Hebete em Marabá, sudeste do Pará. A metodologia utilizada foi estudo de caso para compreender como funciona a dinâmica desta escola segundo o regime de alternância. A abordagem agroecológica nas escolas do campo, em especial na EFA Marabá, além de contribuir para o fortalecimento da agricultura familiar, está caminhando no processo de construção e consolidação da educação do campo, principalmente porque esta escola defende um projeto de desenvolvimento social, economicamente justo e ecologicamente sustentável.

Palavras-chave: agroecologia; pedagogia da alternância; desenvolvimento sustentável.

1. INTRODUÇÃO

As pessoas que vivem no campo – agricultores, criadores, extrativistas, pescadores, ribeirinhos, caiçaras, quilombolas, seringueiros – possuem uma forma diferente de ver a natureza, estabelecendo uma relação harmônica de respeito ao meio natural, retirando dela o sustento diário sem depredar sua biodiversidade. Portanto, têm direito a uma educação diferenciada daquela oferecida a quem vive nas cidades. Este reconhecimento é recente e inovador, extrapolando a noção de espaço geográfico e compreende as necessidades culturais, os direitos sociais e a formação integral desses indivíduos. Para oferecer uma educação de qualidade atendendo a essas especificidades, adequada ao modo de viver, pensar e produzir das populações identificadas com o campo, vem sendo concebida a Educação do Campo (EHLERS, 1999; FLORIT, 2006; SECAD/ MEC, 2007).

Para se ter um projeto de educação que considere as peculiaridades e inúmeras realidades do campo, é necessário desconstruir paradigmas, preconceitos e injustiças, capazes de reverter as desigualdades educacionais, concebidas historicamente, entre campo e cidade (SECAD/ MEC, 2007).

Nesta desconstrução, percebe-se uma relação possível entre educação do campo com a agroecologia, uma vez que, ambas consideram as peculiaridades e inúmeras realidades do campo. Mas infelizmente esta relação não é simples e ainda precisa ser conquistada, porque se coloca no âmbito de um projeto de transformação da sociedade e da agricultura, onde será necessário integrar a Educação do Campo e suas práticas educativas, vinculadas à vida e à complexidade das questões que envolvem uma disputa política entre a lógica industrial e as lógicas camponesas de produzir e viver (CALDART, 2015; ARAÚJO e SILVA, 2016).

Para Caldart (2015), aproximar a agroecologia das escolas do campo representa um amplo movimento de transformação social e nos exige “nadar contra a maré”, pois não conseguiremos ir mais fundo nestas relações sem compreendê-las e sem saber por que é necessário lutar para construí-las. Para elencar, no histórico de lutas por um projeto educacional do campo e para o campo no estado do Pará, especificamente no Município de Marabá, este trabalho tem por objetivo evidenciar o enfoque agroecológico no modelo pedagógico

desenvolvido pela Escola Família Agrícola Professor Jean Hebete em Marabá, sudeste do Estado, que representa uma proposta educacional do campo orientada pelos princípios da agroecologia. A metodologia utilizada foi estudo de caso, necessitando de análise documental do PPP da EFA –Marabá e registros fotográficos, para compreender como funciona a dinâmica desta escola segundo o regime de alternância.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 AGROECOLOGIA E EDUCAÇÃO DO CAMPO

A superação do antagonismo entre a cidade e campo, é preconizada no modelo da Educação do Campo, e estes espaços passam a ser vistos como complementares e de igual valor. Ao mesmo tempo, este modelo considera as especificidades locais, contrariando a pretensa superioridade do urbano sobre o rural e admitindo variados modelos de organização da educação e da escola. (SECAD/ MEC, 2007). Segundo Leff (2002), "a Agroecologia sugere alternativas sustentáveis em substituição às práticas predadoras da agricultura capitalista e à violência com que a terra foi forçada a dar seus frutos". Caldart (2015) afirma que a agroecologia possibilita a produção de tecnologias que confrontam o agronegócio em qualquer escala, pois disponibiliza métodos e técnicas diferenciadas e adequadas a cada caso, mas ainda é preciso lutar para poder concretizar este modelo.

Concordando com Moreira & Carmo (2004), a agroecologia é uma ciência que fornece os princípios ecológicos básicos para estudar, desenhar e manejar agroecossistemas produtivos e conservadores dos recursos naturais, apropriados culturalmente, socialmente justos e economicamente viáveis.

Sendo assim, a Agroecologia vem sendo construída a partir de uma demanda social, uma vez que o modelo industrial de produção nos monocultivos causa consequências socioambientais extremamente negativas. Dessa forma, segundo Petersen, Dal Soglio; e Caporal (2009) no âmbito acadêmico vem se construindo uma ciência a serviço do campesinato. Trata-se de uma nova perspectiva científica da agricultura familiar. Esses autores afirmam que durante a evolução do processo de construção do pensamento agroecológico, houve a preocupação com a sustentabilidade da produção familiar, elencando movimentos sociais do campo como nova dimensão política, enriquecendo a luta pela terra, direitos básicos e cidadania.

A educação do campo teve suas origens, nessas lutas dos movimentos sociais, pela reforma agrária e pelos direitos básicos historicamente negados à população do campo. Como

exemplo dessas ações em prol se uma política educacional voltada às especificidades do campo, pode-se destacar o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária- Pronera. O principal objetivo deste Programa é o fortalecimento da educação dos beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária. Além disso, o Pronera visa contribuir para a promoção do desenvolvimento, com base nos princípios da sustentabilidade econômica, social e ambiental dos homens e mulheres que vivem no campo (FERNANDES et al., 2008).

Como proposta pedagógica localmente significada às realidades campesinas, a educação do campo conta com a formação em alternância. O Brasil conta atualmente com centenas de escolas do campo que utilizam como proposta educacional a Pedagogia da Alternância, localizada em regiões cuja estrutura agrária predomina a agricultura familiar, com forte presença de mini e pequenos agricultores, com parcela significativa da população residente no meio rural (GNOAT *et al*, 2006). Este autor considera uma das propostas educacionais que visam promover a formação integral do adolescente e do jovem residente no meio rural, seja justamente a Pedagogia da Alternância.

> Esta proposta teve sua origem na França, em 1935, denominado de modelo Escola Família Agrícola. Foi criado por iniciativa de um grupo de famílias residentes do meio rural, que propunham uma formação profissional aliada a uma educação humana para seus filhos. Atualmente, este projeto está presente nos cinco continentes e em trinta países, com uma mesma concepção: a responsabilidade e o entrosamento das famílias na formação dos jovens, no sentido de provocar o desenvolvimento global de seu meio. No Brasil, este projeto educacional para o meio rural, surgiu em 1968, no Estado do Espírito Santo, em vários municípios, sob coordenação do MEPES[11], com o intuito de resolver, através de uma educação voltada mais especificamente para crianças e jovens, os problemas da ignorância e da pobreza da comunidade rural extremamente carente e excluída pela sociedade, empregando uma pedagogia adequada à realidade deles, preservando a identidade cultural destas crianças. (GNOAT *et al*, 2006)

Qual a importância de enfatizar agroecologia nas escolas do campo? A resposta para esta pergunta encontramos na fala de Caldart (2015, p. 5 e 6), quando expõe que uma primeira razão para se aproximar da agroecologia é a vocação humanista das escolas do campo: tudo que tem importância para defesa e valorização da vida, em suas diferentes dimensões e na sua diversidade, é de interesse da escola. Para esta autora, ainda há outras razões como: a natureza ética, a de ordem política que se refere aos objetivos formativos mais amplos de escolas vinculadas à Educação do Campo, a de natureza epistemológica e pedagógica e se refere ao trabalho com o conhecimento.

[1] MEPES: Movimento Educacional e Promocional do Espírito Santo.

2.2 ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE MARABÁ: ENFOQUE AGROECOLÓGICO NAS EXPERIÊNCIAS EDUCATIVAS.

A Educação do Campo, no Estado do Pará, tem suas origens relacionadas às experiências educativas de formação de jovens agricultores que se iniciou com a Casa Familiar Rural (CFR) de Medicilândia constituída em 1995 e Escolas Famílias Agrícolas (EFA), primeiramente em Afuá em 1992, e mais tarde, em 1996, a EFA da Região de Marabá (EFA/ Marabá). Segundo Santos (2013) no contexto atual, a escola cumpre uma função mediadora entre o conhecimento científico e conhecimento empírico, na perspectiva de proporcionar a formação do/a trabalhador/a no mundo do trabalho com conhecimentos científicos, tecnológicos e sócio-históricos em vista de uma sociedade, sobre bases mais justas e igualitárias. A escola Família Agrícola de Marabá –EFA, busca alcançar esses objetivos através de suas atividades educativas, desenvolvidas sob a lógica da pedagogia da alternância, e possui como lema: produção de conhecimento e produção de alimento.

Foi no dia 18 de março de 1996, que iniciavam as aulas da primeira turma da Escola Família Agrícola Prof. Jean Hebete / EFA-Marabá, localizada no Km 23 da Rodovia Transamazônica (sentido Itupiranga, BR 230), no Projeto de assentamento Grande Vitória. Dos vinte e dois jovens rurais que havia na primeira turma, a EFA formou em 1999, catorze alunos. (MARINHO, 2016, p. 136).

A EFA é uma Escola Municipal de Ensino Fundamental integrada a Rede Ensino da Secretaria Municipal de Educação de Marabá (SEMED). Neste estabelecimento de ensino, são desenvolvidas as seguintes atividades voltadas para a realidade do campo: cultivo de hortaliças e plantas medicinais, avicultura e suinocultura. Esta escola atende duas turmas de jovens agricultores/as que alternam seus estudos com a prática em suas propriedades. Esta EFA, aloja os jovens agricultores/as durante 15 dias na escola e os outros 15 dias do mês, estes jovens encontram-se no âmbito do seio familiar. Durante os 15 dias no alojamento, eles têm aulas práticas voltadas para os cultivos e aulas teóricas de todas as disciplinas obrigatórias componentes do currículo escolar convencional.

A educação do campo possui como princípios a legitimidade dos processos didáticos localmente significados, defesa de um projeto de desenvolvimento social, economicamente justo e ecologicamente sustentável. (SECAD/ MEC, 2007). Neste sentido, as Escolas Família Agrícola fazem parte da proposta da educação do campo, esta afirmação está contida nos objetivos gerais de seu PPP. A EFA de Marabá orienta suas práticas educativas segundo os princípios agroecológicos, que segundo Araújo e Silva (2016) podem compreender: enfoque

multidisciplinar, racionalidade camponesa/ sócio produção, valorização dos saberes não acadêmicos, considera a natureza como capital ecológico, sustentabilidade multidimensional em oposição à racionalidade econômica.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se que a educação do campo, possui princípios que conversam com os princípios agroecológicos como a busca de um desenvolvimento social, economicamente justo e ecologicamente sustentável. O enfoque agroecológico nas escolas do campo, em especial na EFA Marabá, sudeste paraense, está caminhando no processo de construção, principalmente porque esta escola é norteada pelos princípios da educação do campo. Durante a análise do PPP da EFA de Marabá, percebe-se alguns princípios agroecológicos que norteiam as atividades pedagógicas desta escola como, a valorização dos saberes não acadêmicos, o enfoque multidimensional e sustentabilidade multidimensional presentes em seus objetivos específicos.

A agroecologia estuda a vida e fundamenta a opção por uma agricultura a favor da vida, assim como a educação do campo, que também tem este caráter humanista, como anteriormente afirmado por Caldart (2015). O enfoque agroecológico possibilita a ampliação da abordagem dos problemas rurais, contribuindo para a construção de um novo paradigma de desenvolvimento, fortalecimento do diálogo entre sociedade e academia, fazendo com que o campesinato na Amazônia supere a condição de marginalização, pois terá uma ciência, a Agroecologia como bandeira política.

As lutas sociais ocorridas ao longo da evolução do pensamento agroecológico contribuíram para o fortalecimento da educação do campo e consequentemente, fortalecendo a luta por uma agricultura sustentável e equidade ambiental e social. Esta evolução pôs em evidência a interação entre a academia e as populações rurais na construção e adaptação de técnicas aplicadas às formas alternativas de se fazer agricultura. O ensino segundo os princípios agroecológicos também veio reforçar a importância do saber local, as culturas diversas existentes no campo, uma vez que, como conhecimento supra- acadêmico, traz para a agricultura familiar as inovações tecnológicas, mas também, valoriza o "saber fazer" local mesmo que este esteja embasado em conhecimentos não científicos convencionais como a cosmologia, metafísica, crenças e superstições.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, William Bruno Silva; SILVA, Luis Mauro Santos. **A ênfase agroecológica na formação do educando do ensino técnico integrado: o estado da arte da política**

pedagógica institucional do campus rural de Marabá – CRMB. Revista Brasileira de agroecologia. ISSN: 1980- 9735. 2016.

BARROS, Flávio Bezerra. E SILVA, Luís Mauro Santos. **Aproximações sobre saberes amazônicos como essência do Desenvolvimento Sustentável nos trópicos.** In: Agroecologia: princípios e reflexões conceituais/editores técnicos, João Carlos Costa Gomes, William Santos de Assis. – Brasília, DF: Embrapa, 2013, p. 109-144.

EFA de Marabá e Instituições de Ensino Superior iniciam projeto de pesquisa. Disponível em: http://www.unefab.org.br/2016/03/efa-da-regiao-de-maraba-20-anos-de.html#.V9f-t9fan7U. Acesso: 13/ 09/ 2016.

EHLERS, E. **Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma**. 2ª ed., Guaíba: Agropecuária, 1999, p. 19-86.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Et. al. Organizadora SANTOS, Clarice Aparecida dos. **Educação do campo: campo, políticas públicas, educação**. Brasília: INCRA, MDA, 2008.

FLORIT, LUCIANO. **A reinvenção social do natural. Natureza e agricultura no mundo contemporâneo.** Cap. 05, Blumenau: Edifurb, 2004, p. 99-124

GNOATO, Almir Antônio, *et al*. **Pedagogia da alternância; uma proposta de educação e desenvolvimento no campo.** XLIV Congresso da SOBER- Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural "Questões Agrárias, Educação no Campo e Desenvolvimento". Fortaleza, Junho de 2006.

LEFF, Enrique. **Agroecologia e saber ambiental**. Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável, Porto Alegre, 2002, v. 3, n. 1, p. 36-51

MARINHO, Dalcione Lima. **Rompendo as cercas e construindo saberes:** a juventude na construção da educação profissional do campo no sudeste do Pará. Recife: Imprima, 2016.

MOREIRA, R. M. & CARMO, M. S. do. **Agroecologia na construção do desenvolvimento rural sustentável**. Agric. São Paulo, São Paulo, v. 51, n.2, jul./dez. 2004, p. 37-56

PETERSEN, Paulo.; DAL SOGLIO, Fábio Kessler.; CAPORAL, Francisco. Roberto. **A construção de uma ciência a serviço do campesinato**. In: Agricultura familiar camponesa na construção do futuro. Paulo Petersen (org) - Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009, p. 85-104.

SECAD- Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad/MEC) Esplanada dos Ministérios. Brasília, DF: 2007.

SEVILLA GUZMAN, Eduardo. **A perspectiva sociológica em agroecologia: uma sistematização de seus métodos e técnicas. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável.** Emater, Porto Alegre: v. 3, n.1, 2002, p. 18-28.

SANTOS, Damião Solidade dos. **Escola Família Agrícola (EFA) "Prof. Jean Hébette:** viva e produtiva – primeiro ano**.** no Jornal Opinião, Marabá– Pará, 7 e 8 de maio de 2015, Edição: 2601, p. 2.

6. ANÁLISE DE RISCO NO SETOR DE PERFURAÇÃO DE UMA PEDREIRA LOCALIZADA NO NORTE DO PARANÁ

Diego de Souza Andrade

(engenheirodiegoandrade@gmail.com)
Centro Universitário de Maringá

Resumo

A segurança no trabalho é assunto imprescindível nos dias atuais, pois com o crescente número de acidentes e doenças ocupacionais pelo mundo, aliado pelo aumento da fiscalização, as empresas têm se preocupado mais com o bem-estar de seus funcionários. Dentro desse contexto, esse estudo tem como objetivos a análise do ambiente de trabalho de um setor específico (perfuração de rocha), levantar os riscos existentes e por fim, propor medidas preventivas para a mineradora localizada na cidade de Campo Mourão, no Estado do Paraná. Os dados foram levantados a partir da observação da rotina de trabalho dos funcionários em estudo, além de pesquisas bibliográficas sobre o assunto. Os resultados revelaram a existência de agentes de riscos que poderão trazer prejuízos à saúde dos trabalhadores necessitando dessa forma, a aplicação de medidas preventivas como o uso de equipamentos de proteção individual, além de medidas administrativas, proporcionando dessa maneira condições de trabalho adequadas e maior segurança no trabalho.

Palavras-chave: segurança no trabalho; acidente; doença ocupacional; medidas preventivas.

1. INTRODUÇÃO

Para Godoy (2014, p. 87), o trabalho é essencial para a vida do ser humano, pois é por meio dele que se obtém o acesso aos elementos necessários à manutenção da vida.

Para que o trabalho seja executado com alta produtividade, bom clima organizacional, baixo absenteísmo e qualidade de vida é necessário que a empresa volte seus olhares para a saúde e segurança do trabalhador. No Brasil, a preocupação com este assunto ganhou ênfase a partir de 1970, quando o país passou a ser recordista mundial em número de acidentes, decorrentes das más condições do trabalho e da ausência de uma política preventiva eficiente. Por isso, trabalhadores, empresários e governo passaram a reunir esforços para reverter tal quadro adverso (MICHEL, 2001).

Marras (2000) enfatiza que a segurança do trabalho envolve a prevenção e a eliminação das causas de acidentes no trabalho. Tanto que afirma ser a prevenção de acidentes no trabalho, um programa de longo prazo com o objetivo de conscientizar o trabalhador a proteger a sua própria vida e a de seus companheiros.

Segundo Zocchio (2001), prevenir acidentes de trabalho é dever de todos, uma vez que se têm obrigações a cumprir, como, por exemplo, as autoridades de todos os escalões; os empresários e dirigentes de empresa de vários tamanhos e ramos de atividade; as entidades

patronais e de trabalhadores; os profissionais de todas as categorias e artes; e assim como os simples cidadãos.

Com isso, este estudo será realizado através da observação da rotina de trabalho do setor de perfuração de rocha basáltica da mineradora Campusmorão, localizada na cidade de Campo Mourão, no Estado do Paraná. Com o objetivo de identificar os riscos e fazer uma análise das consequências, que tal risco encontrado, poderá causar à saúde do trabalhador. E ao fim, propor medidas preventivas, além de aplicar medidas de caráter técnico, educacional e motivacional.

2. PERFURAÇÃO DE ROCHA

Pedreira é um tipo de mineração a céu aberto para a obtenção de pedra britada, sendo composta, normalmente, por rochas ígneas ou metamórficas (MARANGON, 2006).

A reserva mineral mais comum de ser encontrada no Estado do Paraná é o basalto. Para Leinz e Amaral (1989), basalto é classificado como uma rocha ígnea de origem vulcânica, que contém em sua composição: quartzo, feldspatos alcalinos e minerais ferro-magnesianos de granulação muito fina.

O equipamento de perfuração, que realiza os furos sobre a rocha, é chamado de perfuratriz. Ricardo e Catalani (2007, p. 399) descrevem o funcionamento do equipamento.

> A perfuratriz transmite movimentos de percussão e rotação à haste da broca, mas é a pastilha que executará a escavação. Sendo constituída de materiais mais duro que a rocha, recebe e transmite os golpes e vai gradualmente triturando-a. Sendo necessário certo esforço sobre a perfuratriz para que exista uma pressão da broca contra a rocha.

Esse processo de perfuração produz a liberação de poeira mineral, que se espalha pelo ar. Por isso que a Norma Regulamentadora (NR) 22 estabelece que as operações de perfuração devam ser realizadas por processos umidificados para evitar a dispersão da poeira no ambiente de trabalho (BRASIL, 2012).

2.1 SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO

Saúde e segurança do trabalho é um tema de grande importância para as empresas mineradoras, pois alguns ambientes de trabalho podem apresentar risco e causar danos para a saúde do trabalhador.

"Os riscos ambientais podem ser classificados segundo a sua natureza e a forma com que atuam no organismo humano" (SCALDELAI *et al*., 2009, p. 157).

A natureza desses agentes, em razão do grau de concentração, intensidade e tempo de exposição, podem originar acidentes ou doenças ocupacionais.

> Acidente do trabalho é o que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço da empresa [...], provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte ou a perda ou a redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho (BRASIL, 1991).

Para Azambuja (2014, p. 164), "doenças ocupacionais são doenças ocorridas devido à exposição contínua ao agente estressor. Podem provocar lesões reversíveis ou irreversíveis".

A silicose e a perda auditiva induzida por ruído (PAIR) são exemplos de doenças ocupacionais, que poderão ocorrer na atividade de extração de basalto.

"Silicose é o nome dado à fibrose pulmonar causada pela inalação de poeira contendo sílica cristalina, sendo a mais frequente das pneumoconioses" (TERRA FILHO; SANTOS, 2006).

"A PAIR é a perda provocada pela exposição por tempo prolongado ao ruído. Configura-se como uma perda auditiva do tipo neurossensorial, geralmente bilateral, irreversível e progressiva com o tempo de exposição ao ruído" (BRASIL, 2006, p. 13).

Wachowicz (2012, p. 129) informa outros danos causados pelo ruído na saúde do trabalhador:

> O ruído é um dos itens mais importantes da saúde ocupacional, estando quando inadequado, relacionado as lesões do aparelho auditivo, à fadiga auditiva e, provavelmente, aos efeitos psico fisiológicos negativos associados ao estresse psíquico (perturbação da atenção e do sono; sintomas neurovegetativos, como taquicardia e aumento da tensão muscular).

Outros danos, não menos importantes, que poderão ser identificados no processo da atividade são como, por exemplo, a lombalgia, ferimentos e outras doenças provenientes à exposição ao sol.

Couto (1996, p. 34) informa que:

> O manuseio de carga com peso excessivo pelo trabalhador, especialmente o levantamento de carga, pode aumentar consideravelmente a incidência de lombalgia (dor lombar), devido principalmente às posturas inadequadas assumidas pelos trabalhadores durante a realização destas atividades, levando a um esforço muscular aumentado e a uma maior compressão entre as articulações da coluna vertebral.

Ferimento é o rompimento traumático do tecido mole, como a pele, tecidos gordurosos, músculos e órgãos internos. Ele pode ser leve ou superficial, extenso ou profundo, provocando de imediato dor, sangramento e possibilidade de infecção (BRASIL, 2010).

Queimaduras solares que causam vermelhidão, coceiras, ardor, e bolhas, resultam da exposição exagerada da pele ao sol. Podem ser causadas até por mormaço e o reflexo da luz do sol em água ou gelo, aumenta o risco (PAIVA, 2001).

Além disso, Zanini (2012) complementa informando que a exposição exagerada ao sol pode causar catarata, fotossensibilização, queratoconjuntivite e neoplasias (câncer de pele).

Costa (2014, p. 63) informa que o equipamento de proteção individual (EPI) é utilizado para minimizar e/ou eliminar os riscos ocupacionais a partir do momento em que as estratégias de proteção coletiva não surtem efeito suficiente para eliminar a fonte dos riscos.

A NR 06 considera EPI todo dispositivo ou produto de uso individual utilizado pelo trabalhador, destinado à proteção de riscos (BRASIL, 2012).

A NR 06 fornece uma lista de EPI's, tais como o capacete para proteção contra impactos de objetos sobre o crânio; óculos para proteger os olhos dos raios ultravioletas; protetor auricular para abafar os níveis sonoros; máscara de proteção respiratória do tipo PFF 1, que retém poeiras e névoas; luvas e avental para proteção contra riscos de origem mecânica; calçado para proteção contra impactos de queda de objetos sobre os pés; toca árabe para a proteção do raios solares na nuca e o protetor solar de fator 30 com repelente.

Outro fator que colabora para a manutenção da saúde do trabalhador é a ginástica laboral, que ocorre através de exercícios físicos, alongamentos e relaxamento muscular. Trata-se de uma prática coletiva, que promove a descontração e integração entre os colegas de trabalho (ARAÚJO, 2012).

Esta atividade deve ser acompanhada e orientada por um profissional da saúde física, para que se obtenham os resultados esperados. Além disso, ela age psicologicamente, ajudando a aumentar o poder de concentração e motivando-os em sua autoestima.

3 . PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A ferramenta utilizada para alcançar a finalidade desse artigo é a pesquisa qualitativa, ocorrendo através da observação da rotina de trabalho dos funcionários do setor de perfuração de rocha basáltica da empresa Campusmorão.

Richardson (1999) afirma que as investigações que se voltam para uma análise qualitativa têm como objetivo situações complexas ou estritamente restritas. Além disso, Minayo (1994, p. 22) diz que:

> A abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações das relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas, ou seja, pesquisar dados que não sejam mensuráveis através de números estatísticos.

Aliado à pesquisa qualitativa, utilizou-se a análise preliminar de riscos (APR), a fim de visualizar os riscos existentes no local de trabalho e monitorar a função exercida pelo trabalhador.

A APR pode ser utilizada como técnica inicial de análise de riscos em projetos, processos, produtos ou sistemas. Esse método auxilia na identificação de medidas preventivas, que objetivam controlar os riscos. (AZAMBUJA, 2014).

Os trabalhadores observados foram os operadores de perfuratriz; marteleteiros e auxiliares de perfuratriz.

O operador de perfuratriz realiza as seguintes atividades: operar máquina perfuratriz para a perfuração da rocha; auxiliar na manutenção de primeiro nível; limpar máquinas, equipamentos e ferramentas do processo; verificar as condições dos equipamentos; reparar eventuais defeitos mecânicos.

Já o marteleteiro, realiza atividades como: operar martelete; realizar perfuração, rompimento e escavação; operar máquina para furação/quebra da rocha; auxiliar na manutenção de primeiro nível; realizar limpeza do local de perfuração; demolir edificações, preparar canteiros de obra, compactar solo.

Por fim, o auxiliar de perfuratriz trabalha com realização de limpeza do local de perfuração, retirando pedras soltas e materiais diversos encontrados na rocha e transporta peças e outros materiais quando solicitado.

Os funcionários realizam suas atividades com uma carga-horária total de 44 horas por semana. O serviço é realizado em uma área aberta com ventilação e iluminação natural.

4. CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA CAMPUSMORÃO CONSTRUÇÃO

A pesquisa foi realizada na empresa Campusmorão Construção LTDA (Pedreira Casali), localizada no município de Campo Mourão/PR, conforme ilustra a figura abaixo. Tal empreendimento atua no ramo da mineração para a construção civil.

Figura 1: Área de estudo contendo a localização da cidade onde se encontra o empreendimento (Documentos cedidos pela empresa).

A empresa foi fundada há mais de 50 anos e atualmente conta com 237 funcionários entre os setores: administrativo, produção de brita, fabricação de tubos e asfalto. O empreendimento trabalha com produção de brita de várias granulometrias, pó de pedra, graduada, pedra marroada, além da venda de cascalho, areia e terra. Seus principais clientes são os depósitos da cidade e região, além de fornecer material para obras de nível municipal, estadual e federal. Na cidade de Campo Mourão, há outra pedreira que trabalha com a mesma atividade, sendo para a empresa sua principal concorrente.

5 . ANÁLISE DOS DADOS E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

O resultado desse projeto foi alcançado pela análise qualitativa, através da observação da rotina de trabalho dos funcionários do setor de perfuração de rocha. O estudo foi realizado no mês de março de 2015, tendo como amostra três funcionários do mesmo ambiente de trabalho em estudo.

Desse modo, foi possível perceber que eles estão expostos aos seguintes agentes de riscos: ruído, radiação não ionizante, poeira, transporte manual de peso e projeção de partículas.

O ruído é um agente do risco físico, que se caracteriza como um som desagradável (KROEMER; GRANDJEAN, 2005 *apud* WACHOWICZ, 2012, p. 129). Sendo gerado quando as ferramentas e o maquinário estão em processo de perfuração da rocha.

Além de causar a PAIR, de acordo com Wachowicz (2012) o ruído também provoca alteração no sono, estresse, falta de atenção, problemas relacionados ao coração e aumento da tensão muscular. Para este risco foi observado que o funcionário utilizava o protetor auricular.

O segundo risco físico encontrado foi a radiação não ionizante, devido ao trabalho ser desenvolvido em uma área aberta com exposição ao sol, que segundo Paiva (2001), provoca de

simples queimaduras, bolhas e ardor até câncer de pele. Já para este risco, identificou-se que no início da jornada de trabalho, os funcionários utilizam protetor solar com repelente e toca árabe.

Outro agente de risco encontrado no ambiente de trabalho foi a poeira, que pertence ao grupo de risco químico, sendo gerado pelo processo de perfuração da rocha.

A FUNDACENTRO (1981) classifica a substância química, poeira

> São substâncias químicas sólidas provenientes da segregação mecânica das substâncias no estado sólido; podem ser altamente nocivas, dependendo da sua dimensão, podendo causar pneumoconiose. A NR 15, em seu Anexo 12, prevê três agentes: asbestos (amianto), manganês e seus compostos e sílica livre cristalizada.

A poeira mineral em contato de forma contínua com o trabalhador, sem o uso adequado de um equipamento de proteção individual ou coletivo eficaz, poderá ocasionar a doença silicose. O funcionário, para se proteger dessa substância química, utiliza a máscara respiratória.

A área circulada em vermelho na figura a seguir, demonstra a dimensão em que a poeira mineral consegue alcançar no processo de perfuração de rocha.

Figura 2: Processo de perfuração de rocha com geração de poeira mineral (Arquivo da empresa pesquisada).

O transporte manual de peso, por sua vez, ocorre quando se tem que trocar ou adicionar uma haste na perfuratriz para atingir a metragem final do furo. Essa atividade poderá trazer problemas à saúde do trabalhador de origem ergonômica, como a lombalgia. Para esse risco, não foi identificado nenhum tipo de medida preventiva.

Por fim, a projeção de partículas poderá ocorrer através do desprendimento de alguma peça da máquina, quando esta estiver em funcionamento, podendo atingir algum funcionário em volta da perfuratriz, ocasionando, deste modo, um acidente. A fim de evitar corte e

ferimentos, percebeu-se que os funcionários usam capacete, avental de proteção, luvas e botina de segurança.

6 . CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com a pesquisa, foi possível identificar que a segurança no trabalho na mineração desempenha papel de extrema importância para a saúde dos trabalhadores, para a identificação e eliminação dos riscos existentes no ambiente de trabalho.

Com o desenvolvimento desse estudo percebeu-se a exposição do trabalhador a alguns riscos, sendo dois deles de caráter irreversível: a silicose e a PAIR, caso nenhuma medida preventiva seja adotada ou pelo uso incorreto dos EPI's fornecidos pela organização.

Desse modo, é necessário que os trabalhadores utilizem seus EPI's, conforme orientação fornecida pela equipe de segurança no trabalho da empresa estudada, fazendo com que eles tenham consciência de que é para a preservação de sua própria integridade física e mental. Para isso, sugere-se a adoção de treinamento ergonômico no início das atividades, como ginástica laboral, a fim de evitar problemas oriundos do transporte manual de peso.

Sugere-se ainda, a instalação de uma cabana próximo da perfuratriz, para que o trabalhador se abrigue evitando o sol nos horários em que a máquina esteja realizando a perfuração, sem que haja a necessidade da intervenção do operador.

Outro aspecto relevante, é o de caráter motivacional. É necessário que ocorra palestras e reuniões com os funcionários para que eles exponham suas limitações, desejos e problemas ocorridos durante o trabalho. Realizando dessa forma maior interação com seus encarregados, para que eles consigam expor melhorias e sugestões para o processo produtivo, auxiliando desse modo, na elevação da autoestima dos funcionários e formando assim uma gestão de caráter participativo e democrático.

Enfim, um ambiente de trabalho mais seguro proporciona ao trabalhador maior satisfação na realização de suas atividades, o que impulsiona a melhoria do clima organizacional.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, A. P. **Ginástica Laboral.** 2012. Disponível em: < http://www.infoescola.com/educacao-fisica/ginastica-laboral/> Acesso em: 18 mai. 2015.

AZAMBUJA, L. **Gestão e prevenção**. Curitiba: Intersaberes, 2014.

BRASIL. Ministério da Previdência Social. **Acidente no trabalho.** 1991

BRASIL. Ministério da Saúde. **Perda auditiva induzida por ruído (PAIR).** Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Ferimentos.** Campanha de prevenção de acidentes nas estradas Brasília, 2010. Disponível em: < http://bvsms.saude.gov.br/bvs/folder/10006003115.pdf> Acesso em: 18 mai. 2015.

BRASIL. **Segurança e medicina do trabalho.** 69. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

COSTA, T. R. **Segurança no trabalho.** Maringá: EAD, 2014.

COUTO, H. A. **Ergonomia aplicada ao trabalho:** o manual técnico da máquina humana. Belo Horizonte: Ergo, 1996.

FUNDACENTRO. **Introdução à engenharia de segurança no trabalho** – textos básicos para estudantes de engenharia. São Paulo: Fundacentro, 1981.

GODOY, D. **Saúde e segurança.** Curitiba: Intersaberes, 2014

LEINZ, V.; AMARAL, S. E. **Geologia Geral.** 11ª ed. São Paulo: Nacional, 1989.

MARANGON, M. **Geologia aplicada à engenharia**. UFJF, 2006. Disponível em: http://www.ufjf.br/nugeo/files/2009/11/togot_Unid01GeologiaAplicada-2006-2.pdf. Acesso em: 10 abr. 2015.

MARRAS, J. P. **Administração de recursos humanos**: do operacional ao estratégico. 3.ed. São Paulo: Futura, 2000.

MICHEL, O. **Acidentes do Trabalho e Doenças Ocupacionais**. São Paulo: LTR, 2001.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social:** Teoria, métodos e criatividade. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

PAIVA, M. B. G. **Massagem Terapêutica em Vítimas de Queimaduras.** Niterói: AFR, 2001.

RICARDO, H. S.; CATALANI, G. **Manual prático de escavação:** terraplenagem e escavação de rocha. 3. ed. São Paulo: Pini, 2007.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social:** métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

SCALDELAI, A. V. *et al*. **Manual prático de saúde e segurança no trabalho**. São Caetano do Sul: Yendis, 2009.

TERRA FILHO, M.; SANTOS, U. P. **Silicose.** Jornal Brasileiro de Pneumologia. São Paulo, vol. 32, maio 2006. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1806-37132006000800008&script=sci_arttext>. Acesso em: 05 abr. 2015.

WACHOWICZ, M. C. **Segurança, saúde e ergonomia.** Curitiba: Intersaberes, 2012.

ZANINI, R. E. A. A. **Direito ao adicional de insalubridade nas atividades a céu aberto com exposição aos raios solares.** Revista Jus Navigandi, Teresina, ano 17, n. 3222, abr. 2012. Disponível em: < http://jus.com.br/artigos/21611/direito-ao-adicional-de-insalubridade-nas-atividades-a-ceu-aberto-com-exposicao-aos-raios-solares>. Acesso em: 07 abr. 2015.

ZOCCHIO, A. **Segurança e saúde no trabalho como entender e cumprir as obrigações pertinentes**. São Paulo: LTR, 2001.

7. DINÂMICAS TERRITORIAIS E IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS NA AMAZÔNIA – O AGROTURISMO COMO PERPECTIVA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL

Elizamar Gomes da Silva Pupio

(elizamarpupio@unifesspa.edu.br)
William Santos de Assis
(williamassis@ufpa.br)
Universidade Federal do Sul e sudeste do Pará

Resumo

O presente estudo em processo pauta sobre a sustentabilidade da agricultura familiar como protagonista do desenvolvimento territorial sul paraense. Toma-se como proposta de elemento propulsor de desenvolvimento rural sustentável e objeto de análise, o Agroturismo na Agricultura familiar; apresentando como perspectiva o planejamento integrado para implantação em um recorte territorial de Assentamento agrário, no município de Conceição do Araguaia; discorre-se suscintamente sobre a agricultura familiar no território de fronteira agrária sul paraense. Situa a temática no contexto da sustentabilidade em dimensão holística, tecendo complementarmente uma abordagem teórica acerca do Agroturismo na Agricultura familiar. Através do método de análise bibliográfica, anotações empíricas e entrevistas, apresenta-se como resultado preliminar, o ambiente propício à problematização da demanda e os principais impactos socioambientais a curto e longo prazo previstos a partir da proposta de inclusão do Agroturismo no recorte proposto. Considera-se o estudo importante no sentido de trazer à discussão sobre ascensão ao protagonismo da posta categoria, enquanto atores do processo de Desenvolvimento territorial e rural com sustentabilidade a partir da lógica endógena de planejamento.

Palavras chave: Agricultura familiar; Agroturismo; Desenvolvimento territorial sustentável

1. INTRODUÇÃO

As reflexões sobre desenvolvimento territorial com sustentabilidade nas dinâmica de ocupação do território amazônico constituem-se pauta de debate a medida que as desigualdades sociais se evidenciam em razão de uma lógica de desenvolvimento que não responde às necessidades dos diversos atores que ali formam o complexo conjunto social desse território[1]. Nessa perspectiva o planejamento territorial deve ser pensado nas suas múltiplas dimensões onde se evidenciem as teias que constituem as possibilidades de desenvolvimento local e principalmente a sustentabilidade socioambiental.

A esse tratado, Gehlen e Riella (2004) inferem que o território tido como referência de espaço globalizante[2] favorece o planejamento de ações que valorizem especificidades locais, reversas ao processo de globalização, que em suma favorece economicamente a uma categoria

[1] O conceito de território, neste artigo, será tratado em contexto multidisciplinar, na Geografia, como delimitação de espaço territorial, na Antropologia e Sociologia como espaço de construção e identificação social, na Ecologia na perspectiva do desenvolvimento sustentável e ainda como meio de produção, a partir da Economia. (Gehlen e Riella, 2004)

[2] Termo neologístico utilizado para se contrapor a ideia de globalização, produto do capital, para hegemonização.

sobreposta às outras, não levando em consideração os impactos negativos nas mais diversas dimensões, destacando ainda que todas as ações desenvolvidas no espaço territorial afetam de certa forma os atores ali compostos.

A partir dessa abordagem, discorre-se no presente artigo sobre as possibilidades de planejamento integrado para implantação da atividade de agroturismo como forma de fortalecimento da agricultura familiar, prevendo dentre outros aspectos e dimensões, os impactos socioambientais, econômicos, políticos e culturais decorrentes dessa atividade. Problematizando teorias conceituais que ajudaram a subsidiar a temática em discussão. Os elementos metodológicos de investigação preliminarmente foram a análise bibliográfica, entrevistas, relatos informais e anotações de campo. Desta forma pretende-se: 1) Investigar as possibilidades de desenvolvimento do agroturismo no recorte territorial objeto do estudo na perspectiva do desenvolvimento sustentável; 2) Caracterizar a área de influência e os atores envolvidos, problematizando sobre os elementos que constituem a base do desenvolvimento e a lógica de organização territorial; 3) Identificar o potencial turístico do recorte territorial de influência; 4) Analisar os impactos previstos e mecanismos de desenvolvimento do agroturismo no território estudado.

Nesse contexto serão abordados os conceitos teóricos que fundamentam o trabalho, os materiais e métodos utilizados e resultados alcançados preliminarmente a partir dos estudos iniciais, considerando na abordagem, o olhar para os conhecimentos e demandas endógenas das comunidades pretendidas. Apresentando a possibilidade de empreendimento comunitário em um recorte territorial de Assentamento agrário no Município de Conceição do Araguaia/PA.

2. A AGRICULTURA FAMILIAR E DEMANDAS NA FRONTEIRA AGRÁRIA SUL PARAENSE

Com o advento das políticas impulsionadas pelo processo de modernização da agricultura, iniciado no período pós guerra até os dias atuais, o meio rural brasileiro tem passado por diversas modificações (Graziano, 1998, p. 03). Nesse contexto insere-se a categoria do agricultor familiar, que da produção para subsistência vem se incorporando aos poucos aos novos meios de produção, baseados na adequação às novas tecnologias. Tais mudanças são motivadas em parte pela política de crédito de incentivo ao meio rural que, visando a demanda mercadológica, direciona a política de financiamento, voltada para esse fim.

Com as condições impostas pela lógica capitalista, que se esboça na conjuntura de política agrária e nas políticas governamentais de subsídio, atreladas à baixa produtividade

relacionadas ao nível tecnológico empregado, devido, dentre outros fatores, assistência técnica insuficiente e as condições físicas do ambiente, e ainda, na maioria das vezes, aplicação inadequada de recurso, não favorecem os resultados, acarretando diversos problemas que comprometem a sobrevivência e sua continuidade no meio rural.

Na Amazônia, não muito diferente do cenário brasileiro, existe ainda o aspecto peculiar de ser umas das regiões onde mais se concentram Projetos de Assentamento da reforma agrária, criando uma dinâmica territorial diferenciada de apropriação da terra, pelas diversas formas de ocupação e formação do território, com adensamento de atores diferenciados pelo aspecto dinâmico em que se desenvolvem as questões culturais, socioambientais e econômicas. Nos quais, os sistemas de produção desenvolvidos empiricamente tendem a se agravar em função dos meios de integração da produção agropecuária à floresta, onde as práticas de produção não levam em conta o equilíbrio ecológico, incorrendo em desequilíbrio das formas de sobrevivência em todas as suas dimensões e consequente fragilidade territorial.

Desta forma, a consolidação dessa categoria torna-se fragilizada por diversas questões, dentre elas a desarticulação nos sistemas de produção e da cadeia produtiva e sobretudo nas políticas públicas direcionadas. (...) essa instabilidade ganha um peso a mais quando se considera a presença de uma multiplicidade de interesses, principalmente no que diz respeito à posse e uso dos recursos naturais e dos meios de produção, dando margem a uma constante disputa pela consolidação de diferentes projetos coletivos (ASSIS, OLIVEIRA, HALMENSCHLAGER, 2008, p.02).

Nesse aspecto, analisando a agricultura familiar no território de fronteira agrária sul paraense, observa-se que não se difere das outras realidades amazônicas. Apresentam diferentes contextos de formação do meio rural, com formas similares de produção, onde pode-se identificar as sub categorias dos agricultores tradicionais, assentados da reforma agrária, chacareiros, além de indígenas, pescadores e horticultores que procuram, em meio aos processos de transformação socioeconômico político e ambiental, manter suas características e tradições (Assis, Oliveira, Halmenschlager, 2008), tendo a mão de obra familiar como a base de sustentação da produção, enfrentando os adventos tratados anteriormente.

A despeito disso, Gehlen e Riella (2004, p. 02) apontam que os caminhos para consolidação estão em resolver coletivamente os desafios, posto que:

> Colocam-se desafios para a ação coletiva no sentido de gerir a apropriação compartilhada dos benefícios desta competitividade; tais desafios podem ser encaminhados através da negociação dos conflitos, de regras claras e comuns, da tomada de decisões coletivas. Este processo constrói um patrimônio

> sociocultural respaldado na tradição (história local) e possibilita apontar alternativas inovadoras. Aos poucos, sedimenta uma memória coletiva rearticulando os saberes e as relações com o meio natural e com o patrimônio material e simbólico e desencadeando processos de construção de cidadania. Seria inimaginável, nesse processo compartilhado, a implementação de um modelo de desenvolvimento que não seja sustentável segundo os padrões atuais do conhecimento e das tecnologias.

Desta forma, evidenciam-se como demandas da agricultura familiar a serem organizadas e consolidadas no território sul paraense, 1) o enfrentamento da problemática de produção de alimentos, contínua e de qualidade, para subsistência e geração de renda, tendo como efeito direto a solução para a soberania e segurança alimentar e nutricional das comunidades rurais; em sistemas de produção familiar sustentáveis, de base agroecológica, que perpassa pela transferência de tecnologias, gestão da propriedade, verticalização e comercialização do que se é produzido como excedente; 2) o fortalecimento das organizações coletivas e sociais considerando o regate das tradições culturais, valorizando o conhecimento endógeno, o protagonismo das mulheres e jovens, favorecendo a participação e formação política dos agricultores e agricultoras e ainda a construção de uma rede territorial de interesses afins, incluindo aí o urbano, com vista ao favorecimento dos processos que envolvem as demandas socioeconômicas e ambientais; 3) e (Gehlen e Riella, 2004) o aproveitamento de outras potencialidades não agrícolas geradoras de ocupação e renda, que vão desde uso dos recursos naturais de forma sustentável e responsável, através do agroturismo regulamentado, às agroindústrias familiares e o artesanato rural.

Com pretensão a esse propósito, desmontar um cenário sujeito à vulnerabilidade socioeconômica, política, cultural e ambiental. Sendo possível a partir daí, projetar-se no espaço dinâmico de ocupação territorial, como motor de produção com sustentabilidade, geração de emprego e renda e, acima de tudo autoestima e articulação social. Configurando assim, o desenvolvimento territorial sustentável com inclusão das camadas da população rural que compõem este território, em seus anseios de bem estar social. Ao que Gehlen e Riella (2004, p. 02) complementam: “O olhar holístico aponta para a incorporação de recursos específicos, propicia a invenção de alternativas de competitividade dos produtos gerados no interior de um território, vantagem compartilhada coletivamente”.

Das demandas discorridas acima, todas de igual importância, dá-se ênfase à discussão sobre a exploração da cadeia do Agroturismo como uma das alternativas de fortalecimento da agricultura familiar sul paraense. Os inserindo na prática como atores do desenvolvimento territorial com vista a exploração racional dos recursos naturais de forma sustentável. Tomando

a temática como referência, por considerar o grande potencial e riqueza de recursos naturais e humanos ali existentes, que podem ser aproveitados para a organização socioeconômica do meio rural, constituindo assim, mais um fator de fortalecimento da agricultura familiar e impulsor de suscitar a consciência sobre a necessidade de conservação e recuperação ambiental no bojo das propriedades rurais.

3. REDE TEÓRICA DO AGROTURISMO NO CONTEXTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

A discussão acadêmica acerca do Agroturismo no Brasil tem sua gênese a partir das décadas de 80/90, na Região centro sul do país. Schneider e Fialho (2000) abordam o tema a partir de uma percepção das emergências de novas atividades no meio rural, procurando romper com a ideia de que o espaço rural se resume à atividades ligadas à agricultura e pecuária.

Fazendo um apanhado das principais ocupações nesses setor, referem-se ao conceito mais amplo de turismo no meio rural como uma possibilidade de geração de emprego e renda, a partir de um paralelo com outras atividades, apresentando com subsidio, estudo realizado em uma pequena cidade do Rio Grande do Sul. A pesquisa chama atenção para um importante fator dentro da proposta de desenvolvimento do turismo sustentável, consideram que "é desejável que as atividades relacionadas ao turismo rural sejam complementares à atividade agrícola da propriedade. "Tendo em vista a sazonalidade da atividade agrícola, e dependendo da estação do ano, o fluxo de turistas pode sofrer variações devido as características climáticas de cada região" (SCHNEIDER E FIALHO, 2000).

Complementando que o turismo rural pode ter a função de indutor de desenvolvimento e de preservação, pois tem o papel de conservar, manter e valorizar o patrimônio histórico, cultural e natural da região onde está sendo explorado. Também proporciona benefícios à população local, com melhorias na infraestrutura e nos serviços oferecidos, além de criar mercado para os produtos agrícolas. Em contrapartida, ele pode trazer transtornos a comunidade através da influência dos turistas, como por exemplo, os impactos sobre o meio ambiente, o aumento do custo de vida e descaracterização de determinados traços culturais da sociedade local.

Corrobora com a ideia final, outra pesquisa realizada por Vezzani (2008), que vem abordando a temática do turismo rural a partir das responsabilidades socioambientais produzidas com a atividade. Segundo o autor, os aspectos de descaracterização do ambiente devem ser considerados, definindo que "para que este tipo de turismo se efetive, ele deve estar

atrelado a quatro pilares fundamentais: 1) ser ecologicamente correto; 2) ser economicamente viável; 3) ser socialmente justo; 4) ser verdadeiramente rural (VEZZANI, 2008).

Bathke (2002) enfoca o agroturismo como alternativa complementar de renda à propriedade agrícola, apresentando o conceito a partir da abordagem de agroturismo sustentável, através de um estudo de caso sobre o município de São Joaquim-SC, onde aborda que para os residentes o agroturismo é o fator de desenvolvimento local e redenção econômica, mesmo não tendo apoio de políticas governamentais. Mesmo assim a comunidade tem provado que é possível a implantação do agroturismo garantindo a sustentabilidade da propriedade.

3.1 GESTÃO DO AGROTURISMO NA AGRICULTURA FAMILIAR

> Um caso peculiar, abordando a gestão através do associativismo no agroturismo, é apresentado por Mendonça et al (2012) também em Santa Catarina com um grupo de agricultores familiares fazendo uma análise temporal num período de 10 anos. Abordando que o chamado "modelo catarinense" de desenvolvimento resultou da ação não planejada dos atores sociais e definiu uma forma de organização produtiva distinta do restante do país, onde predomina a agricultura familiar, com pequena produção e formas de cooperação entre os agentes econômicos e sociais, assim contemplando que um dos diferenciais que se pode observar no modelo da região é o fato do agroturismo representar uma atividade secundária e complementar à agricultura familiar, o que evita que agricultores abandonem suas atividades originais para se dedicarem ao turismo na região, além de favorecer a inclusão de jovens e mulheres.

Outra característica importante abordada é o fato do modelo estar baseado no associativismo e cooperativismo, o que fortalece os laços sociais, fazendo com que as decisões sejam tomadas pela coletividade, para o bem estar de todos.

Nessa mesma linha de pesquisa está a dissertação de Alves (2006), porém com análise no aspecto mais profissionalizado do turismo rural, abordando que os ganho em eficiência adquirido no processo de desenvolvimento da atividade econômica do agroturismo na Comunidade Nova Imigrantes no Espírito Santo, pode ser relacionado ao patrimônio cultural como base determinante da estrutura institucional, bem como em parcerias formadas com outros agentes que propiciaram investimentos em capacitação, novos conhecimentos e habilidades dos produtores rurais para atuarem com a atividade econômica do agroturismo, proporcionando uma mudança no ambiente institucional do território estudado. Evidenciou

ainda a dificuldade em gerenciamento do grupo de associados quando há integração de novos participantes.

3.2 AGROTURISMO EM PROJETOS DE ASSENTAMENTO AGRÁRIO

Aborda-se duas experiências nos Assentamentos Agrários, analisadas por Souza (2014) e Moreira e Schlindwein (2014) nos estados de Pernambuco e Mato Grosso do Sul respectivamente. Ambos partem da Sustentabilidade socioambiental nos Assentamentos agrários, baseada na atividade do turismo rural. A primeira tem suas referências no turismo de base comunitária, mas segundo o autor, foi um projeto implantado de "fora para dentro" o que trouxe consequências não muito positivas no aspecto socioambiental, como o consumo de drogas, prostituição e aumento de resíduos sólidos sem destinação adequada; e ainda de gerenciamento financeiro da atividade. Embora que no processo seja verificável as contribuições positivas no aspecto econômico.

Por ser o projeto ainda recente, os dados soam com empirismo, contudo são observáveis como positivos quanto aos objetivos pretendidos e sob o ponto de vista do desenvolvimento local. A segunda pesquisa sobre o turismo em Assentamento agrário enfoca mais a gestão comunitária, apontando como prática de desenvolvimento sustentável, o protagonismo da comunidade e o melhor aproveitamento do espaço. Inferem que a necessidade de desenvolver capacitações e a organização dos produtores rurais, de acordo com as necessidades locais e/ou regionais, permite o seu desenvolvimento local, de maneira que, a permanência do produtor no campo seja validada e o potencial de sua importância para a economia da região, no meio social e político, e consequentemente, toda a cadeia produtiva do agronegócio seja enaltecida também no âmbito regional. Sendo assim, concluem que pode-se assegurar que a gestão como desenvolvimento local traduz melhores alternativas para o processo decisório, "troca de informação e novas ideias, melhores métodos de trabalho e inovação, atendendo de forma adequada e preferencial os pontos fortes e fracos de cada propriedade rural e as necessidades de seus produtores, sobretudo àqueles de cunho local" (MOREIRA E SCHLINDWEIN, 2014, p. 13).

3.3 AGROTURISMO NA AMAZÔNIA LEGAL

Das experiências pesquisadas sobre o turismo rural na Amazônia, destaca-se os estudos realizados na região das Ilhas do arquipélago Marajó por Tavares (2008) e Corradi, Santana e

Luíndia (2010); e ainda Costa Novo (2011) que aborda o turismo rural de base comunitária na Região metropolitana de Manaus-AM. Ambos partem do ponto de vista do Desenvolvimento das comunidades com sustentabilidade, partindo da concepção de que o aparelho estatal, ou seja a interferência exógena, é parte fundamental para o aprimoramento do produto turístico bem como o planejamento e envolvimento dos setores.

Conforme Tavares (2008) o turismo no estado do Pará apesar dos passos que tem dado no sentido de divulgar as suas potencialidades territoriais atrativas para a dinamização turística, ainda não alcançou o patamar de contribuição efetiva para o desenvolvimento local. As suas ações têm se dimensionado, também, como outra forma de exclusão, seja porque reduz suas práticas aos atrativos naturais, seja porque não tem oportunizado às populações locais espaços para participação de seus saberes, ou por ter deixado de incorporar o patrimônio histórico, arqueológico e cultural dos lugares. Corroborando com a afirmativa, Corradi, Santana e Luíndia (2010) afirmam que essa nova fase de produção ligada ao turismo rural implicaria portanto em novas posturas e dinâmicas socioculturais, sejam vias às políticas públicas ou mesmo fundamentadas nas iniciativas privadas, as quais vêm a cada ano influenciando no perfil da sociedade marajoara, abordando como positividade a interferência de agentes exógenos para a profissionalização do turismo rural.

Constatando isso, Costa Novo (2011) infere que na pesquisa desenvolvida identificou que as práticas não estão apoiadas nos pilares do turismo rural de base comunitária, sendo que estão a mercê de agentes externos, tolhendo o protagonismo dos atores locais no processo de decisão. Contando com a prática de exploração ambiental maciça com apoio de órgãos do terceiro setor.

4. MATERIAL E MÉTODOS

Baseado no objetivo proposto, em que serão analisados dados de fontes diversas, a pesquisa se enquadra na abordagem qualitativa pois, segundo Trivinos (1990), permite o estudo de forma integrada. As informações levantadas serão fonte de análise dos fatores a partir da relação com os indivíduos para compreensão do contexto apreciado, portanto, a abordagem qualitativa.

Serão usados ainda método de pesquisa descritiva, cujo conceito de aplicabilidade se enquadra às necessidades do objetivo. Gil (2002) define que as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou,

então, o estabelecimento de relações entre variáveis. Desta forma, será fundamental no momento da caracterização do território local.

Os sujeitos foco da pesquisa serão abordados de acordo com o grau de influência. Delimitados de acordo com critérios de proximidade e envolvimento com a temática a ser estudada. Os atingidos diretamente nas comunidades rurais e na área de influência terão maior abordagem, visto que a originalidade das informação poderão ser captadas a partir deles. E ainda os diretamente ligados aos órgãos e instituições que, de alguma forma, tem relação com a comunidade.

Os instrumentos e técnicas de utilização para a coleta de informações serão anotações de campo; entrevista semiestruturada, aplicada aos sujeitos envolvidos e o questionário para levantamento de informações nas comunidades envolvidas e demais atores e instituições relacionadas.

5. RESULTADOS PRELIMINARES E DISCUSSÃO

5.1 O RECORTE TERRITORIAL DA PESQUISA E A PERSPECTIVA DO AGROTURISMO

Nos estudos iniciais, a pesquisa aponta para um grande potencial turístico frente ao desenvolvimento territorial; o recorte escolhido possibilitará a problematização sobre o protagonismo da agricultura familiar em um Assentamento agrário. Nesse aspecto os dados iniciais apontam para uma potencialidade existente que é a relação de proximidade da comunidade com atores externos, a organização do espaço em comunidade e sub comunidades, onde os atores estão representados em organizações associativas de trabalhadores e trabalhadoras rurais, facilitando o levantamento de dados para a pesquisa e também o envolvimento da pesquisadora com os pesquisados, pela possibilidade de ação nas atividades coletivas dos Assentados. Apontam também ao direcionamento de planejamento sistêmico de políticas públicas envolvendo atores públicos e privados e maior controle sobre os impactos socioambientais.

O local escolhido para análise, situa-se em uma região de transição floresta-cerrado, com ampla floresta amazônica densa, flora e fauna diversificada, enriquecida por um complexo de lagos, berços de espécies aquáticas, nativas do Rio Araguaia, anexado como área de reserva legal coletiva do Assentamento denominado Padre Josimo Tavares. Tendo como elemento contributivo, a possibilidade de gestão e protagonismo dos agricultores familiares ali residentes,

com prospecção de envolvimento de aproximadamente 1.000 famílias direta e indiretamente, desenvolvendo elementos como geração de emprego e renda a médio e longo prazo, conservação dos recursos naturais ali presentes, dentre outros benefícios. É potencial em desenvolvimento agroturístico, por oferecer alternativa de aproximação com a natureza, aos turistas que visitam a cidade tradicionalmente entre os meses de junho a agosto, em busca de turismo sol/praia, praticado informalmente.

5.2 IMPACTOS PREVISTOS A CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZO COM O AGROTURISMO

Os dados preliminares preveem a incidência de impactos causados pelo empreendimento agroturístico no recorte proposto.

Compreendendo que um empreendimento que envolve a comunidade, partindo do olhar e anseio desta, deve requerer uma visão holística da realidade, pois carecem uma interconexão que definirá toda a estrutura e envolvimento dos atores para organização do projeto. Desta forma, foram identificados inicialmente, impactos em diferentes ambientes, influenciados pelo projeto de agroturismo: comunidade, reserva, entorno da reserva e lagos. Sendo projetados aspectos positivos e negativos dos impactos diretos do projeto, nas dimensões sociopolítica, econômica, ambiental e cultural, elencados. Os estudos indicam esses impactos nas fases de implantação e operação do empreendimento, assim a curto, médio e longo prazo, conforme segue:

- ✓ Retirada da cobertura vegetal, corte de pequena parte da mata ciliar para abertura de picadas e corredores;
- ✓ Movimentação de veículos e Interferência de indivíduos estranhos à comunidade;
- ✓ Criação de expectativas inverídicas na comunidade podendo causar o endividamento das famílias;
- ✓ Acidentes com animais nativos e peçonhentos;
- ✓ Mudança na infraestrutura da vila e no entorno;
- ✓ Alteração no modo de vida e de produção da comunidade;
- ✓ Alteração no ecossistema e na paisagem;
- ✓ Regeneração de áreas degradadas e conservação das áreas preservadas;
- ✓ Risco de incêndios e contaminação do solo e fontes de água por coliformes fecais;
- ✓ Oportunidade de emprego e geração de renda local;
- ✓ Possibilidade de conter êxodo rural;

- ✓ Diversificação da produção e Fortalecimento das formas de organização social

6. CONSIDERAÇÕES

O estudo em processo se lança ao desafio de problematizar sobre as possibilidades e potencialidades da atividade de Agroturismo a partir de planejamento endógeno. Buscando propor como alternativas de Desenvolvimento territorial a sustentabilidade como forma de equilíbrio socioambiental. Propondo-se ainda a superação da visão reducionista de que o território somente se equaciona com investimento do capital, que em vias de obtenção de ganhos econômicos, aposta em grandes projetos e desconsidera todos os outros fatores e atores endógenos, promovendo desequilíbrio em todos aspectos de estruturação territorial.

Contudo, infere-se previamente, que os agentes externos assim como a integração com as políticas públicas poderão tornar-se grandes aliados, quando inseridos no processo de planejamento integrado que absorvam todas as demandas do território, respeitando suas dinâmicas e demandas diferenciadas em todas as dimensões.

REFERÊNCIAS

ASSIS, William Santos de; OLIVEIRA, Miriam; HALMENSCHLAGER, Fábio. **Dinâmicas territoriais e as complexidades das áreas de Fronteira agrária na Amazônia oriental**. Revista Estudo sociedade e agricultura, Rio de Janeiro, vol. 16, no. 2, 2008: 228-261.

BATHKE, Maria Eliza Martorano. **O turismo sustentável rural como alternativa complementar de renda à propriedade agrícola Estudo de caso – fazenda Água Santa – São Joaquim-SC**, dissertação de mestrado. 2002.

CORRADI, Analaura; SANTANA, Antônio Cordeiro; LUÍNDIA, Luiza Azevedo. **Turismo rural das fazendas de pecuária nos municípios de Soure e Salvaterra – Ilha do Marajó – PA**. Revista Movendo Ideias, Vol. 15, Nº 1 – 2010.

GEHLEN, Ivaldo; RIELLA, Alberto. **Dinâmicas Territoriais e desenvolvimento sustentável**. Revista Sociologias, Porto Alegre, ano 6, nº 11, jan/jun 2004, p. 20-26.GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro**. Campinas, UNICAMP, Instituto de Economia, 1999 (Coleção Pesquisas, 1).

MENDONÇA, Maria Cristina Angélico de. **Gestão do Turismo no espaço rural**. Apresentação oral. Universidade Federal de Lavras. Minas Gerais. 2009. Disponível em http://www.sober.org.br/palestra/6/69.pdf. Acesso em 17/08/2016.

MOREIRA, Fabiano Greter; SCHLINDWEIN, Madalena Maria. **A Gestão como Desenvolvimento Local na Agricultura Familiar e nos Assentamentos Rurais: Uma Análise para Nova Andradina/MS**. Artigo - IX Congresso Internacional sobre turismo rural e desenvolvimento sustentável. São Paulo. 2014.

NOVO, Cristiane Barroncas Maciel Costa. **Turismo de base comunitária na região metropolitana de Manaus: caracterização e análise crítica**. 2012. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana)

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Doi:10.11606/D.8.2012.tde-28062012-165759. Acesso em: 14/09/2016.

SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e pluriatividade**. Porto Alegre, Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. UFRGS, 1999b.

SOUSA, Plínio Guimarães de. **Inovação e Empreendedorismo no Turismo Rural A Consolidação do Turismo de Base Comunitária no Assentamento Bom Jardim, em Barreiros/PE**. Artigo - IX Congresso Internacional sobre turismo rural e desenvolvimento sustentável. São Paulo. 2014.

TAVARES, Maria Goretti da Costa. **Turismo e Desenvolvimento na Amazônia Brasileira: O caso do arquipélago do Marajó Pará**. Seminário internacional - Amazônia e fronteiras do conhecimento NAEA - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Universidade Federal do Pará. 2008.

VEZZANI, Marco Antônio. **Turismo rural e responsabilidade ambiental e ecológica no espaço rural brasileiro**. Caderno Virtual de Turismo. Vol. 8, N° 1. Goiás. 2008.

8. UMA POESIA SEM PUDOR: A TRAJETÓRIA LITERÁRIA DE MARIA TERESA HORTA

Fabio Mario da Silva
(fabiomario@unifesspa.edu.br)
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

Às feministas, às vadias, às mulheres que lutam pelo direito de igualdade

Resumo

Este ensaio tem por objetivo mostrar o percurso literário da escritora portuguesa Maria Teresa Horta, apontando o caráter inovador de sua poesia no que diz respeito às temáticas que utiliza para a construção de suas obras. O tema do erotismo, aliado a um discurso sem comedimentos, segue uma proposta de liberdade poética e feminina até então nunca evidenciada na literatura portuguesa. Analisaremos, em específico, os poemas "Vagina" e "O Pénis – A Haste", demonstrando o caráter inovador e a destreza poética de Maria Teresa Horta que procura produzir uma literatura feminista livre de qualquer opressão patriarcal.

Palavras-chave: erotismo; poesia; Maria Teresa Horta; Portugal.

1. INTRODUÇÃO: O PERFIL BIBLIOGRÁFICO DA ESCRITA DE MARIA TERESA HORTA

Maria Teresa Horta nasceu em Lisboa, onde frequentou a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Jornalista e crítica literária, estreou-se na poesia em 1960[1] com

[1] Todas as informações aqui transcritas sobre os dados biográficos, as datas de publicação de obras e os prêmios recebidos foram cedidas pela própria Maria Teresa Horta a mim e publicadas posteriormente na *Revista Alere*, em 2012, disponível em http://periodicos.unemat.br/index.php/alere/article/view/515.

Espelho inicial, tendo participado no ano seguinte no volume *Poesia 61* com "Tatuagem". Ao longo dessa década publica, sucessivamente, *Cidadelas submersas*, *Verão coincidente*, *Amor habitado*, *Candelabro*, *Jardim de inverno* e *Cronista não é recado*. Em 1971 publica a obra *Minha senhora de mim*, afrontando o moralismo salazarista e a tradicional sociedade portuguesa, que seria apreendida pela polícia política da ditadura e que é uma obra-chave para se entender a viragem pela qual passa a autoria feminina em Portugal, tendo em vista que nesta obra nos deparamos, pela primeira vez de forma explícita, com a descoberta das sensações de prazer do corpo feminino. Dito e cantado sem nenhum pudor, seja na experimentação das suas próprias sensações, seja nas do amado – "Deitar-me sobre/ o teu corpo/ país de minha evasão" (HORTA, ["Geografia",] 2009, p. 346) –, o corpo feminino é objeto da sua própria posse – "Meu corpo que não derramo/ meu insuspeito/ de mim" (HORTA, ["Poema de amor",] 2009, p. 335) – numa tentativa de escape de qualquer tipo de repressão e condenação social, violando o posicionamento do homem como aquele que tem a posse da mulher como sujeito passivo do seu desejo, invertendo assim os papéis dos gêneros socialmente atribuídos: "Ó beber pelos teus braços/ respirar a tua boca/ precipício que desato/ Ó corpo que sei ser meu/ mas que me foge/ e não toco" (HORTA, ["Poema de muito amor",] 2009, p. 327). Em 1975 vem a lume *Educação sentimental* e em 1977 *Mulheres de abril*. Nos anos 80 são editados *Rosa sangrenta*, *Os anjos* e *Minha mãe, meu amor* (Prêmio Poesia Revista Mulheres). *Destino* e *Só de amor* saem na década de 90. No final de 2006 publica *Inquietude* e, na França, *Les sorcières – Feiticeiras*, edição bilíngue da Actes Sud. No Brasil são publicadas, em 2007, as obras *Antologia pessoal*, com 22 poemas inéditos, e *Palavras***,** seu livro inédito de poesia, e em 2009, *Poemas do Brasil*. No mesmo ano, é publicada em Portugal a antologia de toda a sua poesia escrita até então, *Poesia Reunida*, e já em finais de 2012, o livro *Poemas para Leonor* e em 2016, *Anunciações*.

No romance surge com *Ambas as mãos sobre o corpo* em 1970 e no ano seguinte, conjuntamente com Maria Isabel Barreno e Maria Velho da Costa, publica *Novas cartas portuguesas*, obra que valeu às autoras um processo judicial "por ofensa à moral pública", movido pelo governo fascista. Esta obra encontra-se editada em numerosos países. No romance destacam-se ainda *Ema* (Prêmio Ficção Revista Mulheres) e *Paixão segundo Constança H.*, reeditado em finais de 2010. Já em 2011 foi editado o romance sobre a Marquesa de Alorna, *As luzes de Leonor*, obra que levou mais de treze anos a escrever.

Em 2004 Maria Teresa Horta foi condecorada Grande Oficial da Ordem do Infante D. Henrique pelo Presidente da República Jorge Sampaio. Em 2007 foi convidada a abrir o XXI Encontro de Professores Brasileiros de Literatura Portuguesa. Em 2008 foi-lhe atribuído o

Prêmio Paridade-Mulheres e Homens na Comunicação Social, pelo seu ensaio "A palavra das mulheres: Uma escrita do corpo". Já em 2009 foi homenageada no IV Seminário Internacional "Mulher e Literatura", que decorreu em Natal, Brasil. Em 2010 foi distinguida com o Prêmio Máxima Vida Literária pela antologia *Poesia Reunida*. E em 2012 recebeu o Prêmio D. Dinis[1] pelo romance *As luzes de Leonor* e o Prêmio Máxima Literatura, pela mesma obra.

2. DIZER VERSOS SEM PUDOR

Agredida várias vezes, fisicamente e verbalmente, por ter escrito versos sem nenhum tipo de autocensura, Maria Teresa Horta se destaca também pela luta dos direitos das mulheres em Portugal. Na maioria de sua obra, encontramos a representação do corpo de tal forma explicitamente erótica, que esta atua como uma denúncia da repressão sexual imposta socialmente às mulheres. Ou seja, Maria Teresa Horta questiona os valores pré-estabelecidos na sociedade portuguesa, devido a um compromisso assumido com os direitos femininos, por isso destitui sua poesia de qualquer puritanismo (historicamente imposto às escritoras portuguesas), introduzindo lexemas e temas como o aborto, a menstruação, o púbis, a vulva, o pênis, etc. Aliás, lembra-nos Constância Lima Duarte que há dois eixos norteadores na obra de Horta: "o erotismo amoroso e o engajamento político-social, que, articulados, testemunham o compromisso assumido com os direitos das mulheres à sexualidade e à participação política". (2015, p.13)

Se fizermos uma revista, sucinta, na história da literatura de autoria feminina em Portugal, encontramos um número até considerável de mulheres que escreveram antes do século XX, principalmente monjas. Se observarmos as entrelinhas dessa produção, parece estar implícito que o discurso erótico-amoroso cantado na autoria masculina desde Camões era permitido exclusivamente nesta, pelo menos até surgirem Florbela Espanca, Judith Texeira e Beatriz Delgado. Contudo, é com a poesia de Maria Teresa, que se distingue das demais autoras citadas, que a temática da sexualidade e do sexo é exposta com afinco, sem, no entanto, se tornar pornográfica. Maria Teresa Horta subverte a ideia que associa o sexo ao pecado[2] e canta livre de qualquer opressão o ato sexual e as experimentações das descobertas dos prazeres

[1] Prêmio que Maria Teresa Horta recusa das mãos do então primeiro-ministro Passos Coelho, por princípios éticos, devido a implementações de uma política econômica austera que vem prejudicar o país.

[2] Michel Foucault, nos três volumes da sua *História da Sexualidade*, investiga porque durante tanto tempo se associou o sexo ao pecado e coloca o século XVII como o início de uma idade de repressão. A purificação do corpo (feminino) vem na esteira da Idade Média, organizada, então, em torno do tema da carne e da prática da penitência (1994a, p. 34).

femininos através do corpo como ato de liberação da libido e de libertação das mulheres, que deixam de ser meros objetos na relação sexual:

A Vagina[1]

É cálida flor
E trópica mansamente
De leite entreaberta às tuas
Mãos
Feltro das pétalas que por dentro
Tem o felpo das pálpebras
Da língua a lentidão
Guelra do corpo
Pulmão que não respira
Dobada em muco
Tecida em água
Flor carnívora voraz do próprio suco
No ventre entorpecida
Nas pernas sequestrada. (HORTA, 2009, p. 417)

A exaltação da genitália feminina, aliada à descoberta dos prazeres íntimos da mulher, desde as carícias de uma mão até uma língua que se sacia de um suco-flor, é ativador das sensações de prazer, criando uma ambiência erótica e poética que só é possível dada toda uma atmosfera de exposição de desejos, expressa através de um jogo de sonoridades. Uma das características predominantes nesse poema são as referências ao elemento aquoso ou a um clima úmido: muco, leite, suco, guelra, água, elementos que associam com frequência – como explicita Gaston Bachelard (1997, p. 89-140), em *A Água e os Sonhos: ensaios sobre a imaginação da matéria* – a imagem feminina às características da água, pois essa imagem é um símbolo da origem da criação, sendo ela mãe, natureza, útero, fonte de vida (o leite materno) e de morte, ligada a fontes de prazer, e aos banhos como limpeza do corpo. Vejamos agora a construção poética referente à genitália masculina:

O Pénis – a haste[2]

Eis a haste da noite
acesa no meu corpo

um gesto mais longo
a encrespar a pele
num silêncio poisado

[1] Poema faz parte da obra *Educação Sentimental*.
[2] Poema faz parte da obra *Educação Sentimental*.

mas de borco

Eis a haste do corpo
em seu repouso
como se a rosa ou nada
ou campo raso
como se a haste
só apetecida
brandura erecta em que se reparte (HORTA, 2009, p. 394)

Maria Teresa Horta alude elementos geralmente atribuídos aos gêneros, como a haste, representativo da lança, da vara, simbolismo da virilidade masculina e a rosa, representação do feminino, das formas da vulva. Tal cena cantada no poema descreve, de maneira muito sutil, o ato sexual, a penetração, ou, melhor dizendo, o "repouso da haste".

O erotismo presente nos citados poemas, bem como, geralmente, na obra de Maria Teresa, segue uma dinâmica parecida com aquela teorizada por George Bataille (2004, p. 32-33) e que distingue o erotismo em três categorias: o erotismo sagrado (i), notado através dos sacrifícios, nos ritos solenes, nos êxtases e visões com o divino; o erotismo dos corações (ii), ou seja, dos amantes, que expressa sentimentos passionais exacerbados e que pode adicionar violência à dinâmica do erotismo dos corpos; e, por fim, o erotismo dos próprios corpos (iii), aquele que se refere à fusão corporal durante o coito. Predominantemente, não apenas no poema supracitado, mas na obra em geral de Maria Teresa Horta sobressai a construção tanto de um "erotismo dos corações" quando de um "erotismo dos corpos", devido à necessidade da autora em expor, através da poesia, o corpo feminino como elemento de empoderamento das mulheres. Isso tudo porque o sexo quase sempre esteve presente, como sublimação artística (principalmente nas obras de autoria feminina), nos desejos humanos traduzidos em obras de artistas e arquitetos, nas leis civis, nas proibições religiosas, no Direito; por mais que se tente não falar deste assunto, ele está claramente introjetado desde a sociedade medieval e, apesar da abertura que a idade moderna proporcionou ao debate em torno da sexualidade, Michel Foucault nota que ainda sentimos o peso de tal cultura, ao invertermos o nosso posicionamento falando constantemente do assunto e dedicando-lhe ainda o mesmo sentido medieval: "O que é próprio das sociedades modernas não é o terem votado o sexo a permanecer na sombra, é o terem-se dedicado a falar sempre dele, salientando-o como segredo." (FOUCAULT, 1994a, p. 39).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É então contra esse permanecer nas "sombras" ou contra suprimir esse "segredo" que a poética de Maria Teresa Horta realiza aquele que é um dos desígnios da literatura: contrapor-se a uma escola ou estilo vigente, ou associá-la a uma norma social imposta, ou ainda reiventar-se na maneira, traços e no jeito de produzir o seu substrato literário. É assim que Maria Teresa se inscreve na literatura portuguesa: organizando o desejo masculino como de posse e dominação erotizada dos prazeres femininos, ou colocando ambas as formas de erotização em pé de igualdade. É, de uma certa forma, uma maneira de combater a dominação masculina e refutar ideias fortemente impostas na sociedade, como, por exemplo, relembra-nos Foucault (1994b, p. 29) ao afirmar estar quase sempre o comportamento sexual feminino (ocidental e europeu, analisado sob a ótica greco-romana) sob o poder do outro (pai, marido, tutor). Tentando ressignificar as implicações ideológicas associadas às mulheres, o ato sexual também se faz presente na obra hortiana como a melhor maneira de expressar o prazer na construção de sua poesia. Por isso, num poema intitulado "Fazer amor com a poesia", o eu lírico descreve aquilo que é de suma importância na obra da autora: a descoberta dos sentidos prazerosos harmonicamente dispostos em palavras que ziguezagueiam construindo metáforas e sonoridades na tentativa de representar a sedução, um "flerte" ou apenas a relação de dois enamorados:

> As Palavras do Corpo
>
> Deito-me com as palavras
> beijo a boca dos poemas
> quando a razão desvaria
> *
> Manipulo a linguagem
> tomo a nudez dos meus versos
> faço amor com a poesia
> *
> (HORTA, 2009, p. 35)

Fazer amor e fazer poesia têm em comum, segundo a poesia hortiana, a experimentação dos desejos, por outro lado, fazer amor com a poesia se assemelha com o ato sexual ao desnudar as palavras e a exposição a outrem sem nenhuma espécie de tabu. Por isso, Alexandre Bonafim chega a afirmar, em relação à obra *Os Anjos*, numa asseveração que podemos estender a outras obras e poemas da autora, que "a poeta atinge o gozo do Ser, a delícia do Existir, com palavras que são verdadeiras explosões de prazer e enlevo." (DUARTE, 2015, p. 23). Em suma, há uma linha-chave de leitura da poesia de Maria Teresa Horta: as inibições, proibições e condenações ao sexo feminino e ao seu corpo são desprovidos de qualquer censura, no sentido de provocar

e convocar um posicionamento de libertação das mulheres e de sua linguagem poética, despertando nos seus leitores e nas suas leitoras uma conscientização crítica relativa a um certo feminismo, bem como convidando-nos a uma experiência sensorial e corpórea da linguagem poética e do ato sexual como componente libertador de desejos, de completa libertação das normas da sociedade patriarcal. O pudor, que historicamente foi ensinado como uma característica do comportamento feminino, não existe na poética de Horta, não por causa, cremos, de um certo compromisso com o feminismo ou algum tipo de ativismo, visto que a literatura não pode estar a serviço de nada. Ela não "serve" para atingir a liberdade. A literatura é a própria liberdade.[1]

REFERÊNCIAS

BACHELARD, Gaston. **A água e os sonhos: ensaio sobre a imaginação da matéria**. Tradução de Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BAITALLE, Georges. **O erotismo.** São Paulo: Arx, 2004.

BONAFIM, Alexandre. Os Anjos de Maria Teresa Horta. In: FLORES, Conceição (Org.). **Ensaios sobre a obra de Maria Teresa Horta 1:** o sentido primeiro das coisas. Natal: Jovens Escribas, 2015. p. 17-24.

CONSTÂNCIA, Lima Duarte. Prefácio. Maria Teresa Horta: uma poética da liberdade. In: FLORES, Conceição (Org.). **Ensaios sobre a obra de Maria Teresa Horta 1:** o sentido primeiro das coisas. Natal: Jovens Escribas, 2015. p. 11-16.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1:** a vontade do saber. Tradução de Pedro Tamen. Lisboa: Relógio d'Água, 1994a.. **História da sexualidade 2:** o uso dos prazeres. Tradução de Pedro Tamen. Lisboa: Relógio d'Água, 1994b.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 3:** o cuidado de si. Tradução de Pedro Tamen. Lisboa: Relógio d'Água, 1994c.

HORTA, Maria Teresa. **Poesia Reunida.** Prefácio de Maria João Reynaud, Lisboa: Dom Quixote, 2009.

SILVA, Fabio Mario da; HORTA, Maria Teresa. Entrevista com Maria Teresa Horta. **Revista Alere – Programa de pós-graduação em estudos literários (PPGEL)**, Tangará da Serra, ano 5, v. 6, n. 6, p. 225-230, dez. 2012.

9. GRANDES PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA NO SUDESTE DO PARÁ: AS EXPECTATIVAS GERADAS PELO PROJETO ALPA EM MARABÁ

Autora: Flávia Madeira da Silva
(madeira@unifesspa.edu.br)
Coautora: Célia Regina Congílio
(celiacongílio@unifesspa.edu.br)

[1] Essas conclusões foram inspiradas através de um diálogo com minha mentora intelectual, Professora Doutora Ana Luísa Vilela, a quem muito devo o meu crescimento intelectual e humanístico.

RESUMO

A dinâmica de implantação de grandes projetos de exploração mineral no Sudeste Paraense e em especial na microrregião onde localiza-se Marabá, além de evidenciar a simetria entre Estado e capital privado, vem transformando radicalmente a estrutura física, político-econômica e social do município que desde a década de 1980 passa por um imenso inchaço populacional e desenvolve sérias problemáticas referentes ao trabalho. Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa ligada ao Programa de Pós Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia (PDTSA) que procurou delinear por meio da análise bibliográfica, documental e ainda através de pesquisas de campo, reflexões acerca das teorias de Estado no contexto de exploração da Amazônia e as condicionantes capitalistas de degradação socioeconômica e ambiental no município de Marabá quando da expectativa de implantação de mais um megaprojeto de exploração ligado a Siderúrgica Aços Laminados do Pará (ALPA).

Palavras-chave: Amazônia; Estado; projetos exploratórios; ALPA

1. INTRODUÇÃO

Ao longo do processo de ocupação e exploração do território Amazônico o Estado sempre desempenhou papel de fundamental importância no contexto de intervenção e ordenamento das políticas voltadas à região. No decorrer do século XX este processo tornou-se ainda mais latente a medida em que a Amazônia brasileira adentrava no cenário econômico mundial por meio da exploração de seus recursos naturais. Conforme Picoli (2006), o imenso potencial econômico fez da região o alvo da cobiça internacional diante da conjuntura de reordenação do Estado hegemônico capitalista em nível mundial, cenário que impôs ao Brasil, e mais especificamente a esta região, a condição de mera fornecedora de produtos primários aos países do centro capitalista, as chamadas *commodities*. Nesta dinâmica se insere o município de Marabá, cuja demanda econômica volta-se em grande escala às exigências do capital na implantação de grandes projetos de mineração viabilizados pelo Estado. Os interesses que delineiam estas parcerias público-privadas são orientados por uma mística de desenvolvimento e modernização que afetam, desde os anos 1960, as relações de trabalho em toda a região Amazônica. As estratégias desenvolvimentistas que englobam o município e a Amazônia como um todo foram tratadas, inicialmente, como políticas para ocupar e "integrar" a região, vista como a mais afastada do centro do país.

Advieram destas ações programas que levaram a um acelerado processo de ocupação do território, de modo que estes empreendimentos consolidaram uma divisão territorial que submeteu a região à lógica da divisão internacional do trabalho e acentuou a posição do Estado enquanto reprodutor das condições capitalistas de exploração. O projeto Aços Laminados do Pará (ALPA) caracteriza o viés exploratório ao qual é submetido a região; por intermédio da análise da expectativa gerada no mercado de trabalho local ao longo dos 10 anos de anúncio de sua instalação, procuraremos evidenciar o desgaste sócio-econômico ocasionado pelo mesmo ao trabalhador local.

2. FRONTEIRA AMAZÔNICA: ESPAÇO ABERTO A EXPLORAÇÃO MUNDIAL EM DETRIMENTO DAS MASSAS.

Hébbete (2004) descreve a abertura da fronteira Norte como a abertura da Amazônia ao capital industrial e financeiro, processo que se inicia ao largo da construção das rodovias Belém-Brasília e Brasília-Acre no Governo Kubitschek, decorrentes da implantação da indústria automobilística no país. Após o golpe militar de 1964 surgem os incentivos governamentais concedidos a empresas nacionais e estrangeiras que alocaram a Amazônia ao cenário econômico internacional. A descoberta do gigantesco potencial mineral no sudeste paraense e o objetivo de explorá-lo gerou a necessidade de abertura de mais estradas ligando a região ao restante do país, além da construção de hidrelétricas, ferrovias e portos em todo o território para o escoamento dos produtos no mercado mundial.

Este processo de implantação de projetos de infraestrutura para favorecer o capital segue uma conjuntura desenvolvimentista histórica. Segundo Castro (2012), as estratégias governamentais voltadas para a Amazônia brasileira assumem uma postura de interdependência, na qual as demandas são o reflexo da globalização da economia e o Estado assume o papel de agente local e central na reprodução do capital, alicerçando, validando e reproduzindo organizações econômicas internacionais. Esta postura explica a implantação destes projetos como uma questão de prioridade nacional, a medida em que o governo lança mão de uma série de pactos nacionais e internacionais para exploração da região e assume o controle de seu desenvolvimento econômico.

Em consonância a Castro (2012), Madeira (2010) descreve a dependência do Estado brasileiro e, no que se refere a Amazônia, o aprofundamento de uma relação que consolida um padrão de acumulação do capital que inseriu toda a América Latina num paradigma de "desnacionalização do crescimento e do desenvolvimento", com efeitos na economia, política

e cultura local. Assim, a região é obrigada a dividir o que produz, e o Estado compromete-se apenas a solucionar os "problemas nacionais" relacionados às frações de classe burguesas locais, diretamente associadas a burguesia dos países centrais. À população resta o ônus dos conflitos agrários, da expulsão de comunidades indígenas e camponesas de suas terras, do crescimento urbano acelerado e sem contrapartidas sociais e do trabalho precário.

A expectativa de implantação de cada um desses grandes empreendimentos e sua demanda por infraestrutura na década de 1980 gerou uma migração sem precedentes para a região de Marabá. Estes migrantes vinham em sua maioria com o intuito de trabalhar nos empreendimentos ou adquirir as terras prometidas pela política de "colonização" impulsionada pelo incentivo governamental. Como destaca Hébbete (2004), o interesse do capital se chocou com o interesse dos trabalhadores; a conquista da terra logrou em lutas sangrentas e conflitos de despossessão violentos, em meio à omissão e descaso do Estado a estas questões, vistas como secundarias diante do ideário de progresso e de desenvolvimento.

O mais notório projeto governamental para exploração agromineral na Amazônia deu-se na implantação do Programa Grande Carajás (PGC) que abrange uma província mineral de 900 mil km² entre o sudeste do Pará, norte do Tocantins e o sudoeste do Maranhão (CARNEIRO 2013), cujo centro administrativo se localiza em Marabá. Em meio a tantos projetos de exploração agrominerais na década de 1980, o programa assegurou a viabilidade de investimentos do capital privado em associação ao Estado nesta região, na época representado pela companhia Vale do Rio Doce (CVRD), até então estatal e privatizada em 1996, quando então se torna VALE S.A.

Para Picoli (2006) o Estado desempenhou papel determinante no fornecimento de incentivos a grupos econômicos organizados, enquanto criou órgãos com a especial finalidade de servir às classes dominantes. Os projetos oriundos desta parceria assumiram um caráter não somente econômico, mas também político, limitando e reprimindo as massas e consolidando a Amazônia como "área de livre acesso ao capital mundial." Na esfera marabaense os mega projetos de exploração mineral refletem a estrutura de degradação do modo de vida de suas populações, pois modificaram sua composição econômica e social e exacerbaram a disparidade entre as camadas mais populares e os efeitos midiáticos do grande capital. Estes empreendimentos renderam ao município *status* internacional como um dos maiores produtores de ferro-gusa do País, o que colocou a produção mineral como o carro chefe da economia regional e deu viabilidade à produção do Distrito Industrial de Marabá (DIM). Em contrapartida, os discursos do progresso que atraíram milhares para a região escondiam os

artifícios do capital industrial que não contratava a maioria dos trabalhadores que se deslocavam na busca por empregos nas empresas de exploração.

Para Theis e Butzke (2012) a produção de desigualdades e pobreza são elementos cruciais no processo de desenvolvimento das economias capitalistas, uma vez que tais elementos são responsáveis pela produção de "uma força de trabalho excedente altamente expropriável pelos detentores dos meios de produção". Neste contexto, na Amazônia criou-se um exército de reserva de alta rotatividade e conforme aponta Loureiro (2002) estes projetos estatais e industriais em si, jamais deram condições para aproveitamento da excessiva força de trabalho, fazendo o governo justificar o desemprego no analfabetismo ou na ausência de formação técnica e delegando aos próprios trabalhadores a responsabilidade por sua qualificação para adentrar no mercado.

A implantação destes grandes projetos agravou as desigualdades regionais porque desde sua instalação não respeitou os limites de territórios indígenas ou de ribeirinhos e agricultores familiares estabelecidos há muito que, de repente, tiveram que ser remanejados de suas terras, vendê-las a preços somente convenientes ao empresariado ou simplesmente perderam o direito a sua posse. Muitos se deslocaram para outras regiões onde "ainda" não há interesse por parte do capital ou migraram para os centros urbanos no entorno dos grandes empreendimentos, gerando um crescente processo de favelização. Neste sentido, Congílio (2015) e Hebbete (2004) convergem quanto ao processo de proletarização dos povos e tomada violenta de suas terras, medidas resultantes da sucessão desastrosa de governos "militares, neoliberais e progressistas".

Congilio (2015) destaca ainda que nos quase 40 anos de implantação dos grandes projetos de exploração no Sudeste do Pará, a região desenvolveu uma série de problemas procedentes da nova conjuntura das relações de trabalho. Verificou-se o aumento do desemprego e intensificação do uso da força de trabalho, inclusive em situações correlatas à escravidão. Acerca das diferenciadas formas de exploração do trabalho nesta região, as descreve como o resultado do deslocamento de empresas por meio de incentivos estatais que culmina num processo de acumulação contemporânea do capital e resulta em:

> Impactos sociais enormes, especialmente na composição dos núcleos urbanos do sudeste paraense, que nos últimos anos tem se caracterizado por um grande crescimento em todos os setores de produção públicos e privados, compondo uma rede diversificada de atividades industriais, agropecuárias, extrativistas, de serviços e de infraestrutura que perpassam setores estratégicos em praticamente toda a cadeia produtiva. São fatores que na mesma medida ampliam intensa atração de uma força de trabalho excedente e a deterioração dos serviços públicos, expressos especialmente na enorme desassistência aos

> jovens e crianças oriundas da classe trabalhadora. (CONGÍLIO, 2010, pag. 127).

Estas considerações pressupõem que os grandes projetos de exploração mineral motivaram investimentos para além do circuito empresarial em seus setores e que a dinâmica das relações produtivas no sudeste paraense está vinculada à uma vasta teia de outras atividades. Por outro lado, indica também que o arranjo de relações que sempre rodeou o grande capital não garantiu os empregos prometidos, mostrando-se ínfimos os benefícios à população, em sentido contrário do que realmente faturam as empresas instaladas no município.

No Sudeste paraense se reestruturam frações de classes dominantes que conforme as exigências do mercado interno e externo mobilizaram seus recursos nas sustentações do capital agrário, industrial, comercial e financeiro, sempre atrelados a distintas fases do extrativismo na Amazônia e contando com os incentivos fiscais e creditícios do governo. As questões ambientais também não são consideradas ou surgem num discurso de que serão inseridas em soluções amenizadoras frente aos problemas ecológicos. O Estado é parte fundamental no processo de validação da ideologia de dominação a qual submete a região, pois como outrora mencionado, alicerça as ações do capital. Em seu mais recente plano de ação para o Sul e Sudeste do Pará em parceria com o grande capital, o governo divulgou ainda em 2008 a possibilidade de implantação da Siderúrgica Aços laminados do Pará (ALPA) no município de Marabá, uma parceria conjunta com a Companhia Vale.

Esta expectativa foi o fio condutor para uma série de transformações no terreno urbano da cidade e provocou mais uma etapa da onda migratória que acomete a região desde a implantação dos projetos. Aglutinou ainda a instalação de dezenas de novos empreendimentos que esperavam faturamento em prol do alargamento populacional e criou larga expectativa em reduzir o desemprego na região (SILVA, 2014). O empreendimento, no entanto, apresentou uma série de entraves que comprometeram sua implantação desde 2010. Uma imensa área urbana, à beira do Rio Tocantins foi cedida à VALE pelo governo do estado paraense, que, em ação conjunta com o Estado, remanejou assentamentos há tempos constituído e pequenas propriedades de agricultura familiar. A ALPA, porém, nunca saiu do papel, a não ser mesmo pela propriedade fundiária que foi terraplenada e constitui hoje um imenso terreno vazio às margens do Tocantins.

3. AS EXPECTATIVAS EM TORNO DO PROJETO ALPA E SEUS IMPACTOS NO MERCADO DE TRABALHO LOCAL.

O modelo de desenvolvimento capitalista implantado na Amazônia confere à região a categoria de exportadora a baixo custo de matéria prima destinada à produção nos centros hegemônicos de poder. As *commodities* representam o posicionamento do País diante da ordem capitalista mundial, caracterizado por destinar aos Estados centrais, produtos primários e responsabilizar-se pela infraestrutura de alocação de megaprojetos de exploração extrativista dotada de alta tecnologia, como atesta o novo empreendimento em Canaã dos Carajás, outro município do sudeste paraense, que vai triplicar a produção do ferro retirado em Carajás.As siderúrgicas marabaenses, quando no auge do período de funcionamento, evidenciaram bem esta lógica de produção sem acesso ao bem produzido. O Distrito Industrial de Marabá (DIM) instalado nos primórdios da implantação do PGC tornou-se na década de 1990 um dos maiores polos produtores de ferro gusa do país, produzindo até 1.800.000 toneladas do insumo/ano destinados a exportação (SINDIFERPA/2014). Este modelo produtivo resultou na reprimarização da economia na região, assim como, no agravamento das questões trabalhistas, uma vez que amplificou a precarização da força de trabalho, preocupando-se com o aspecto primário de beneficiamento do minério de ferro e gerando subempregos por meio de práticas criminosas e desumanas de produção de carvão vegetal (CARNEIRO, 2013).

Inegavelmente, desde 2008 o setor siderúrgico na região vem passando por uma crise sem precedentes, resultado da crise econômica mundial que atingiu seus principais importadores. A indústria guseira, que em seu período de maior produtividade contava com 11 empreendimentos e gerava cerca de 10 mil empregos diretos e indiretos, chegou ao final do ano de 2013 com apenas 2 indústrias em funcionamento, 700 trabalhadores e um processo de demissão em massa que se estende desde 2009, com poucas possibilidades de reaquecimento (SINDIFERPA/2014).

A expectativa em torno da implantação da Siderúrgica Aços laminados do Pará (ALPA), de responsabilidade da maior mineradora de ferro do mundo, a Companhia Vale, era a de quebrar a lógica de mera exportadora de *commodities* através da verticalização do minério de ferro (SANTOS, 2015) além de representar uma alternativa à decadência do setor siderúrgico em Marabá. Ainda em 2008 de acordo com avaliações preliminares da Companhia, o empreendimento geraria 15 mil novos postos de trabalho quando em construção e cerca de 3 mil quando em funcionamento, além de 12 mil empregos indiretos permanentemente. Para a efetiva instalação da siderúrgica também seria necessária a implantação do Gasoduto Açailândia-Marabá, da Hidrelétrica de Marabá e da Hidrovia do Rio Tocantins, o que garantiria

a permanência destes empregos (CVRD 2008). Toda esta infraestrutura, no entanto, ficaria a cargo do governo federal.

Quase 10 anos após a expectativa inicial de instalação da ALPA somente ocorreu a terraplanagem no terreno doado pelo governo do Estado e segundo o Sindicato das Indústrias de Ferro Gusa do Estado do Pará – SINDIFERPA, as obras da Siderúrgica foram suspensas ainda em 2011, na ocasião em que havia um impasse entre a Companhia e o governo federal quando fora retirado do orçamento do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC II) a construção da Hidrovia do Rio Tocantins, obra indispensável para transporte da produção mineral a baixo custo. Esta amostra representa bem o conceito de "chantagem locacional" ao qual o Estado é submetido quando não se desdobra em favor da reprodução dos interesses do capital; desde o episódio, pairava na região a suspeita de transferência do projeto para o Nordeste do país (SANTOS, 2015).

Entretanto, como destaca Santos (2015), após a mobilização das elites políticas locais, em 2014 fora assinado pela Presidente Dilma Roussef o edital de licitação para construção da infraestrutura de suporte à hidrovia do Tocantins e mais recentemente, em Fevereiro de 2016, ocorreu a primeira fase da concorrência pública para derrocada do Pedral do Lourenço, uma área de aproximadamente 43 quilômetros de extensão fluvial, ligando a Ilha do Bogéa/PA ao município de Itupiranga, na vila Santa Terezinha de Taurí/PA, que possibilitará a navegação no Rio Tocantins por uma extensão de mais de 500 quilômetros entre Marabá e o município de Vila do Conde (PORTAL BRASIL, 2016). A obra está prevista para ser concluída em 5 anos, mas já sustenta em si o efeito político, ideológico e sobretudo midiático e, a exemplo da expectativa inicial de implantação da ALPA, gera um falso efeito de desenvolvimento e modernização e atrai novos contingentes de trabalhadores com a promessa de empregos.

Ao contrário do que se esperava, a retomada das obras para aumento da navegabilidade no Rio Tocantins não representa a possibilidade de retomada do projeto ALPA, pelo menos em sua grandiosidade inicial. Conforme a Associação Comercial e Industrial de Marabá (ACIM, 2016) o projeto ALPA será substituído pelo projeto do grupo CEVITAL, de responsabilidade de uma empresa da Argélia, em associação com a Mineradora Vale e o governo do Estado. Toda a infraestrutura tecnológica e de transporte ferroviário será garantido à nova siderúrgica, além da transferência dos terrenos, dos estudos e licenças ambientais e fornecimento do minério de ferro pela VALE. As estimativas em julho de 2016, conforme a ACIM, seria de que as obras de construção do complexo siderúrgico teriam início ainda naquele ano, para ser inaugurado em 2019, o novo projeto também pretendia produzir 2,7 milhões de toneladas de aço, em

bobinas de aço, "biletts", "blooms", aço em pó e trilhos, podendo gerar até 2.500 empregos diretos e cerca de 8 mil empregos indiretos, com investimento de cerca de R$ 2 bilhões.

Em novembro de 2016, segundo o Portal Canaã, a diretoria executiva do grupo CEVITAL em reunião com presidente Michel Temer, garantiu o investimento de R$ 4,5 bilhões no novo projeto, além de projetar o surgimento de 20 mil novos postos de trabalho quando na construção do complexo e 2,600 quando em funcionamento, garantindo ainda a quase totalidade da produção à exportação assegurando a condição de produtor de *commoditie*s da região. Observou-se em menos de 6 meses, segundo a mídia, um aumento de pelo menos R$ 2,5 bilhões no anúncio de investimentos e 100 postos de trabalho a mais que o número anunciado em julho de 2016.Ainda em dezembro do referido ano, o Jornal Correio do Tocantins noticiou que em março de 2017 será realizada uma sessão especial na Câmara Municipal de Marabá para discutir a nova previsão de instalação da "Aços do Pará ou Marabá Steel", possíveis novos nomes do projeto ALPA que notoriamente se esfacelou em outro empreendimento e se desdobra em 9 anos de expectativa sem quaisquer benefícios à população local e com caracteres que conforme delineia Poulantzas (1973) combinam a singularidade da propriedade privada e perpetuam a divisão de classes sociais que conta com uma conjuntura econômico-ideológica que afiança o poder dominante em condições asseguradas pelo Estado.

Diante da conjuntura de modificações e incertezas que rodeia o projeto ALPA, questiona-se neste momento quais os impactos que o novo projeto CEVITAL acarretará ao sudeste do Pará e mais especificamente a Marabá. Os questionamentos perpassam não somente a situação gerada pelos empreendimentos de extração mineral já instalados no município nos últimos anos. Indaga-se, sobretudo, em que condições se encontram os trabalhadores locais que esperam pelo projeto e se mesmo com sua efetiva implantação há como absorver tamanha quantidade de pessoas que vislumbra no empreendimento a oportunidade de emprego. Doravante, questiona-se, ainda, se apenas perpetuará a condicionante capitalista que reproduz o exército de reserva da força de trabalho e assegura a estratégias de dominação da burguesia em detrimento do proletariado regional.

A expansão do capital na microregião de Marabá não deixa dúvidas quanto ao modelo adotado e que pode perpetuar-se na instalação do novo projeto; trata-se de uma combinação que agrega vultosos incentivos Estatais aos distintos planos da iniciativa privada e à reprodução do modelo de divisão de classes. Em meio ao processo ancestral de exclusão e precarização das condições de vida da população local, o Estado contraditoriamente, à medida que dá todo o suporte para perpetuação das relações capitalistas de produção, também desenvolve políticas

que não visam a superação desta condição. Propõe, em seu discurso de progresso, a diminuição da desigualdade social ao mesmo tempo que que coloca em prática o mesmo modelo econômico que há décadas conta com seu incentivo de favorecimento à expansão do capital sem contrapartida em políticas sociais que dignifiquem as condições de vida dos trabalhadores. Os programas destinados a Amazônia seguem uma estrutura pretensamente institucionalista. Utilizam-se da artimanha ideológica que propõem "melhorar" as condições do capitalismo, sem qualquer intuito de romper com o sistema de superexploração do trabalho, ao mesmo tempo em que se apresentam como portadores do progresso.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos refletir sobre o processo de exploração na região amazônica com base na implantação de grandes projetos de exploração extrativista na região sudeste do Pará. Vimos que o Estado assegura as condições para instalação dos projetos do grande capital, propiciando, entre outros, a infraestrutura essencial para a alocação dos empreendimentos e agregando o ideário do desenvolvimento, do progresso e de modernização, mas que, ao contrário, causa a precariedade nas condições de vida das massas locais. As políticas estatais assumem, desde a década de 1960, as condicionantes do capital internacional em novo ordenamento da divisão internacional do trabalho e os governos locais, referenciados por políticas internacionais para a Amazônia, agem como intermediários e reproduzem as ações de transferência de mais-valia social ao capital privado.

Esta simetria entre o Estado e o grande capital assume um caráter totalitário do governo nas condições de produção capitalistas na qual o trabalhador é constituído como massa de manobra necessária à alocação dos serviços braçais de infraestrutura aos grandes projetos de exploração e descartado após sua efetiva instalação por não possuir a qualificação necessária para ocupar os postos de trabalho técnicos. Como resultado das políticas econômicas implantada na região, o sudeste paraense enfrenta alarmantes índices de desigualdade social ocasionados pela nova divisão territorial do trabalho, com ênfase no desenfreado aumento populacional, expropriação do trabalhador do campo, latente processo de favelização e agravamento das condições de trabalho, desemprego e desastres ecológicos. Uma amostra destas problemáticas socioeconômicas se encontra nos quase 10 anos de expectativa de instalação do Projeto Aços Laminados do Pará (ALPA), no município de Marabá, que se supunha romper com a lógica de exportação de *commodities* da região por meio da verticalização do minério de ferro e produção local.

O projeto que segundo estimativas iniciais asseguraria emprego e renda a milhares de trabalhadores esfacelou-se em outro empreendimento com quase metade da capacidade de absorção da força de trabalho local e que ainda se encontra (fevereiro de 2017) em intermináveis acordos e processos licitatórios. Compõe-se das mesmas características que combinam Estado e detentores dos meios de produção e asseguram as condições que perpetuam a exploração da classe trabalhadora. Em poucos anos, Marabá, município outrora predominantemente rural, se insere numa outra dinâmica na divisão internacional do trabalho, se tornando um centro urbano com ampla oferta de trabalhadores proletarizados nos subempregos tão necessários à reprodução capitalista em escala transnacional.

REFERÊNCIAS

ACIM, Associação Comercial e Industrial de Marabá. Disponível em:http://www.acimmaraba.com.br /acesso em julho de 2016.

CASTRO, E. Expansão da fronteira, megaprojetos de infraestrutura e integração sul-americana, 2012.

CAPITALISMO: Crises e resistências – O paradoxo da geografia no capitalismo mundializado. Ivo Marcos Theis, Luciana Butzke. 1 ed. – São Paulo: Ouras Expressões. 2012.

CARNEIRO, M.S. Terra, trabalho e poder: conflitos e lutas sociais no Maranhão contemporâneo – São Paulo: Annablume,2013.

CONGÍLIO,C.R **Reestruturação do Capital e Impactos nas Políticas em Educação e Trabalho no Sudeste Paraense**. CONFRONTEIRAS. Universidade Federal do Pará, Faculdade de Ciências Sociais do Araguaia e Tocantins, Grupo de Estudos e Pesquisas Sobre Mudança Social no Sudeste Paraense – GEPEMSSP – n. 1. (2011) – Marabá: FACSAT.

CVRD – Diagnóstico preliminar da empresa Diagonal Consultoria para a Companhia Vale do Rio Doce/2008 *in* ALMEIDA, José Jonas. A cidade de Marabá sob o impacto dos grandes projetos governamentais. Dissertação de Mestrado do Programa de pós- graduação em História Econômica do Departamento de História da FFLCH. São Paulo 2008.

HÉBBETE, J. cruzando a fronteira: 30 anos de estudo de campesinato na Amazônia/Jean Hébbete. – Belém: EDUFPA, 2004.

LOUREIRO, V.R.**Amazônia: Uma História de Pedras e Danos, um Futuro a (re) construir**. Estudos Avançados. São Paulo. V.16. Nº 45. 2002.

MADEIRA, W.V – **Capitalismo tardio e as veias abertas da Amazônia Brasileira.** IV ENCUENTRO INTERNACIONAL ECONOMÍA POLÍTICA Y DERECHOS HUMANOS, del 09 al 11 de Septiembre de 2010.

PICOLI, F. **O capital e a devastação da Amazônia**. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 7-75.

POULANTZAS, N. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1977, p. 9-32.

PORTAL BRASIL. Disponível em:http://www.brasil.gov.br/infraestrutura/2016/02

PORTAL CANAÃ. Disponível em: http:// www.portalcanaa.com.br. Acesso em 26/02/2017.

SANTOS, M.S - **A crise no setor siderúrgico do distrito industrial de Marabá e as estratégias empresariais.**Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia (PDTSA), Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – Abril de 2015.

SILVA, F.M – A formação profissional promovida pelas escolas da rede privada de formação profissional de Marabá e sua articulação com as demandas qualificais do mercado de trabalho local. UNIFESSPA, Janeiro de 2015.

SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE FERRO GUSA DO ESTADO DO PARÁ – SINDIFERPA – Entrevista realizada em 14 de janeiro de 2014

10. OS PEÕES DE TRECHO: NOVOS OUTSIDERS CONTEMPORÂNEOS

Flávio Alves Dos Reis Neto
(flavioantropologo@yahoo.com.br)
Universidade Federal Do Pará

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo central analisar a visão pejorativa que a sociedade tem dos chamados "peões de trecho", que são os trabalhadores vítimas do trabalho escravo contemporâneo no Brasil, que saem de suas casas, muitos ainda jovens, a procura de um trabalho que possa lhe propiciar uma melhor condição de vida, mas que acabam caindo nas mãos dos gatos, sendo enganados, e que com vergonha do logro sofrido, acabam não voltando mais para casa, ficando vagando de pensão em pensão, a espera de um novo gato que lhes comprem das mãos do dono da pensão, sem nunca sair desta roda de exploração. Para levar adiante esta empreitada utilizarei o conceito de "Outsiders", que foi utilizado por Norbert Elias e John Scotson (2000) em seu já clássico trabalho desenvolvido a partir da sociologia das relações de poder, na comunidade de Winston Parva, na Inglaterra, onde os "outsiders" eram vistos como pessoas inferiores, pelo seu modo de agir e também por serem pessoas de fora, desenraizados, sem um elo mais forte com a comunidade mais antiga do lugar.

Palavras – Chave: Trabalho escravo; Peões de trecho; Outsiders.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo central analisar a visão pejorativa e preconceituosa, que a sociedade brasileira tem contra os chamados "peões de trecho". Os peões de trecho são aqueles trabalhadores rurais vítimas do trabalho escravo contemporâneo, que a muito tempo saíram de seus locais de nascimento, abandonaram a família, na ilusão de conseguir um bom dinheiro, foram enganados pelos gatos, e com vergonha, preferem não voltar mais para casa, tendo agora como sua casa as pensões e hotéis peoneiros das cidades amazônicas. Para levar adiante este empreendimento, utilizarei o conceito de "outsiders", usado

por Norbert Elias e John Scottson (2000), quando da sua pesquisa de campo, na comunidade de Winston Parva, na Inglaterra, onde os outsiders eram vistos como pessoas inferiores, perigosas, levando em conta seu modo de agir, de se comportar em ambientes públicos, e principalmente por serem pessoas de fora, desenraizados, sem um elo mais forte de parentesco com os moradores mais antigos da comunidade local.

2. O TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO NO BRASIL.

A moderna escravidão vem sendo denunciada desde a década de 70 do século passado. Os primeiros registros partiram de membros da Igreja Católica no Brasil, denunciando os militares que comandavam o governo por meio do golpe de Estado perpetrado em 1964. O bispo da prelazia de São Félix do Araguaia, Pedro Casaldáliga, em uma carta pastoral intitulada "Uma Igreja em conflito com o Latifúndio e a Marginalização Social" (1971), denunciava a existência de trabalhadores rurais submetidos ao trabalho escravo contemporâneo naquela nova fronteira agrícola que estava sendo aberta.

O problema do trabalho escravo contemporâneo, no espaço rural brasileiro vem chamando a atenção dos pesquisadores das Ciências Sociais e operadores do direito desde a década de 80 do século passado. Existem vários estudos publicados sobre o tema, tanto no Brasil como no mundo, visto trata-se de um fenômeno que atinge vários países do globo terrestre.

Bales (2001) pesquisou o trabalho escravo contemporâneo em países nos 5 continentes que, em suas leis, dizem não existir escravidão. Entretanto não foi isto que o pesquisador encontrou. Para Kevin Bales o trabalho escravo contemporâneo apresenta altos ganhos econômicos que são propiciados ao proprietário dos meios de produção e pequeno custo na manutenção dos trabalhadores escravizados. O autor (2001:12) refere-se aos trabalhadores que acabam se tornando vidas baratas e instrumentos descartáveis para os empregadores.

E mostra como a questão da posse diferencia a antiga escravidão da moderna escravidão. Bales (2001:15) explica melhor nesta parte:

> Podíamos pensar que a escravatura é uma questão de posse, mas isso depende daquilo que entendemos por posse. No passado, a escravatura implicava que uma pessoa possuía legalmente outra pessoa, mas a escravatura moderna é diferente. Hoje, a escravatura é ilegal em toda a parte, e já não há posse legal de seres humanos. Quando as pessoas compram escravos hoje não pedem um recibo nem títulos de propriedade, mas adquirem o controlo – e usam a violência para manter

> esse controlo. Os escravocratas têm todos os benefícios da propriedade sem as responsabilidades legais. Na verdade, para os escravocratas, não ter a posse legal é uma melhoria, porque obtêm o controlo total sem qualquer responsabilidade por aquilo que possuem.

A característica principal do trabalho escravo contemporâneo, como cita o autor, é não ter a posse legal do escravo, como acontecia na escravidão antiga. Na escravidão antiga o escravo era um investimento alto, que precisava ser cuidado, alimentado e vestido, gerando despesas durante todo o período em que o escravo vivesse sob esta condição. Na escravidão atual o escravizador não se preocupa com estes "detalhes", pois tudo aquilo que a pessoa submetida à condição de escravo consome é descontado do seu salário, ou seja, os lucros em comparação com a antiga escravidão são muito maiores. O trabalhador submetido ao trabalho escravo contemporâneo tem sua força de trabalho exaurida; quando este não tem mais forças para desenvolver as atividades físicas que o trabalho requer, é simplesmente ignorado, deixado em qualquer lugar, sem dinheiro e nenhuma proteção.

Outra característica do trabalho escravo contemporâneo é que esta não tem cor, como a escravidão antiga, e principalmente à praticada nas Américas, que se caracteriza pela pobreza e miséria econômica e social.

Le Breton (2002:221), que pesquisou sobre o trabalho escravo contemporâneo no meio rural brasileiro conceitua o mesmo sendo:

> Insidioso, escondido, o mal da escravidão moderna – às vezes qualificado como "escravidão branca" – floresce no terreno da violência e da ganância. Suas vítimas são temporárias e descartáveis. Custando nada, não têm valor algum, não geram nenhum laço entre mestre e escravo.

Para a autora a principal característica do trabalho escravo contemporâneo, que a mesma chama também de branca, é a violência praticada contra suas vítimas, que são obrigadas a permanecer, mesmo contra a vontade no local de labuta, e a ganância de alguns proprietários rurais, que recorrem ao trabalho escravo contemporâneo tendo em vista o aumento de lucros. Podemos destacar, também, o curto período em que o "escravo" fica na propriedade realizando o trabalho para o qual foi contratado. Caso sofra algum acidente de trabalho ou fique enfermo devido ao meio em que desenvolve a atividade ou as condições desta, é simplesmente descartado para não gerar custos para o patrão. Em um estudo da OIT (2004), um fiscal do trabalho relata que quando encontra um trabalhador sem um dedo, ou então cego de um olho, o mesmo procura saber quanto o patrão lhe pagou pela parte do corpo que foi perdida. Os mesmos

relatam que os valores não ultrapassam a quantia de R$ 100, 00 - um verdadeiro crime contra a dignidade da pessoa humana.

De Castilho (1999:94) enumera as diversas etapas em que se inscreve o trabalho escravo contemporâneo é:

> O exame da realidade brasileira aponta para a existência de cinco etapas que possibilitam a hipótese extrema do trabalho análogo à escravidão, ou simplesmente escravo. São elas: o recrutamento, o transporte, a hospedagem, a alimentação e a vigilância. Cada uma das etapas apresenta algum componente de fraude, violência física, ameaça, constrangimento psicológico que justifica a criminalização.

A autora em sua definição elenca crimes que estão previstos no Código Penal brasileiro, como recrutar o trabalhador de um lugar para outro do território nacional, prometendo aos mesmos ganhos extraordinários conforme previsto no artigo 207. O transporte em condições precárias, em veículos que não deem segurança para o trabalhador e a imposição da dívida fraudulenta que já começa com o pagamento pelo gato da hospedagem da pensão ou do hotel onde este trabalhador estava temporariamente hospedado dão início à trajetória rumo a servidão; a dívida, a ser lançada em sua conta no final do serviço. O que fica claro na exposição de Castilho é que cada uma dessas etapas envolve um crime que reunidos podem gerar uma condenação maior para os empregadores rurais que fazem uso do trabalho escravo contemporâneo no Brasil.

3. OS PEÕES DE TRECHO: OUTSIDERS CONTEMPORÂNEOS

A partir deste tópico iremos analisar a visão pejorativa e preconceituosa, que a sociedade brasileira nutre contra os chamados “peões de trecho”. Figueira (2004:18) conceitua os mesmos como:

> Trabalhador fora de seu lugar de origem, desligado das antigas relações familiares sem construir novas, trabalha sucessivamente em fazendas atrelado a um ou a diversos empreiteiros. Entre uma empreita e outra cria débitos em pensões e cabarés, mantendo-se preso à rede de endividamento e ao trabalho coercitivo. Em geral é analfabeto, sem qualificação profissional e tem problemas de alcoolismo.

O peão de trecho, é um desenraizado, geralmente saiu ainda muito jovem de casa; os motivos podem ser diversos, desde uma briga com os país, ou então, levado pelo sonho de ganhar uma bom dinheiro nas fazendas da região amazônica, mas ao chegar no local em que vai desenvolver a atividade para o qual foi contratado, verifica que a situação é totalmente diferente, caiu na armadilha armada pelo gato, com vergonha do logro sofrido, não retorna para

casa, e vai vivendo uma vida de pensão em pensão, sendo comprado pelos empreiteiros, preso a uma teia e exploração, que quase nunca consegui se livrar. Este desenraizamento social, como muito bem especifica Costa (2008), faz com que aumente a vulnerabilidade deste trabalhador, visto que a sua grande maioria são de analfabetos, tornando o mesmo um não cidadão, sem importância social e qualquer valor político.

A partir deste tópico iremos analisar a visão pejorativa e preconceituosa, que a sociedade brasileira nutre contra os chamados "peões de trecho". Figueira (2004:18) conceitua os mesmos como:

> Trabalhador fora de seu lugar de origem, desligado das antigas relações familiares sem construir novas, trabalha sucessivamente em fazendas atrelado a um ou a diversos empreiteiros. Entre uma empreita e outra cria débitos em pensões e cabarés, mantendo-se preso à rede de endividamento e ao trabalho coercitivo. Em geral é analfabeto, sem qualificação profissional e tem problemas de alcoolismo.

O peão de trecho, é um desenraizado, geralmente saiu ainda muito jovem de casa; os motivos podem ser diversos, desde uma briga com os país, ou então, levado pelo sonho de ganhar uma bom dinheiro nas fazendas da região amazônica, mas ao chegar no local em que vai desenvolver a atividade para o qual foi contratado, verifica que a situação é totalmente diferente, caiu na armadilha armada pelo gato, com vergonha do logro sofrido, não retorna para casa, e vai vivendo uma vida de pensão em pensão, sendo comprado pelos empreiteiros, preso a uma teia e exploração, que quase nunca consegui se livrar. Este desenraizamento social, como muito bem especifica Costa (2008), faz com que aumente a vulnerabilidade deste trabalhador, visto que a sua grande maioria são de analfabetos, tornando o mesmo um não cidadão, sem importância social e qualquer valor político.

Alguns estudiosos, que se debruçam sobre a questão do trabalho escravo contemporâneo, como Figueira (2004), Esterci (1987), Breton (2002) e Barroso (1992), relatam em seus estudos o preconceito e o estigma que os peões de trecho sofrem nas cidades, onde os mesmos estão de passagem, esperando perlo gato, para serem contratados para uma outra empreita. Figueira (2004) demostra a desconfiança e o preconceito que se tem contra os peões de trecho:

> (...) os habitantes mais antigos do sul do Pará tratavam os "peões" recentes ali com reticência e suspeição (...). Por serem novos ali, os trabalhadores que chegavam deixavam de ser iguais, eram diferentes e recebiam os qualificativos de "beberrões", "perigosos", "brigões", "sujos", "preguiçosos" e "desonestos". O preconceito se reforçava porque alguns dos trabalhadores, não tendo para onde ir, procuravam a

> zona de prostituição, onde bebiam, encontravam companhia e, ocasionalmente, brigavam.

Aqui podemos fazer uma comparação com os estabelecidos de Wiston Parva, que se achavam superiores em relação aos outros moradores, pelo fato de habitarem o local a mais tempo, terem laços de amizades mais forte, que garantia uma coesão do grupo, pois quando os autores da pesquisa, Elias e Scotson (2000) debruçaram a sua análise sobre os rendimentos financeiros dos estabelecidos, perceberam que não existia uma grande diferença, ganhavam igual, ou ligeiramente superior aos outsiders; e levando agora a nossa observação sobre o que foi citado acima pelo autor, temos quase a mesma percepção, pois muitos dos moradores antigos que discriminam, os peões de trecho, não tem um rendimento estável, muitos também se aventuram em épocas que não estão trabalhando em suas pequenas nas empreitas, aliciados pelos gatos, com isso percebemos que aqui temos um preconceito enraizado, qualificando estes trabalhadores de fora com adjetivos desmerecedores, pelo simples fato de ali, os mesmos serem estrangeiros dentro de sua própria pátria. Esterci (1987:167-176) que empreendeu pesquisas sobre o trabalho escravo contemporâneo na região do Araguaia no Mato Grosso, também cita o desprezo que os moradores mais antigos da região tinham contra os peões de trecho, que os mesmos carregavam a mesma sina de desagregação e desprestígio que as prostitutas, e eram considerados uma ameaça para as famílias.

Barroso (1992:123) que pesquisou sobre o trabalho escravo contemporâneo nas fazendas do Mato Grosso, e principalmente sobre a figura do peão de trecho, faz o seguinte relato da situação de um peão que o mesmo encontrou:

> Sebastião vestia camisa de tecido de brim, amarrotada, calças também de brim, e um par de botinas já gastas de muito andar e trabalhar. A barba de dois ou três dias por fazer, grisalha como o cabelo, fazendo – o aparentar mais do que os 56 anos que dizia ter.(...) Ele confundiu-me com algum "gato", pensando que eu estava "agenciando" trabalhadores. Sebastião disse que estava na cidade há apenas três dias e já não tinha mais dinheiro. Trabalhara quatro meses numa empreitada, há uns quinhentos quilômetros de Cuiabá, no norte do estado. Ao final da empreitada sobraram uns trocados para gastar na cidade. Em Cuiabá hospedou-se na pensão, pagando adiantado alguns dias. (...)num "boteco" aproveitou para tomar uma "Brahma" com um colega. À tardinha voltou para jantar na pensão, onde se encontrou com mais alguns companheiros. Mais tarde todos saíram para beber com os companheiros e as mulheres. (...)na farra o peão bebe, se diverte junto com os companheiros novos e antigos. É o momento de gastar o pouco que conseguiu a duras penas em meses de serviço. Os donos dos bares, e as mulheres estimulam-no a beber e a

> gastar. O peão faz questão de mostrar que bebeu e pagou o maior número de garrafas de cerveja.
>
> Sebastião contou que depois da primeira noite na farra acordou num banco da praça, com o sol alto. De volta à pensão, percebeu que estava com os bolsos vazios, sem nada. O que sobrara de quatro meses de árduo trabalho se fora numa noite.

Este depoimento colhido pelo autor, diretamente deum peão, é muito elucidativo, para compreendermos a maneira de agir deste grupo social, que é o objeto de análise deste artigo. Sebastião diz ter trabalhado durante três meses em uma fazenda, mais o seu saldo em dinheiro que conseguiu, depois desta extenuante labuta deu para o mesmo pagar alguns dias adiantados de pensão, e fazer aquilo que todo peão sonha, quando está no meio do mato, em uma fazenda isolada, ter uma noite regada a muito álcool e ter ao seu lado, mesmo que durante um breve momento o calor de uma mulher. Depois da noite de farra o dinheiro acabou, e agora o mesmo estava ali, pronto para ser recrutado para uma nova empreitada, mas, existe uma questão que chama a atenção, a idade deste trabalhador, 56 anos, mais como o autor enfatiza, parece que o mesmo já tem uma idade muito maior; o que quero dizer, que os agenciadores preferem os mais jovens, que tem mais força para executar o pesado serviço para o qual são contratados, preterindo os mais velhos, como o Sebastião, e o que vai restar para este trabalhador? Eu respondo, depois de ter sido sugado as suas forças, agora temos apenas um bagaço humano, que pode vim a terminar seus dias como um morador de rua, pedindo esmolas para a sua sobrevivência, esta é a cruel roda do destino, dos trabalhadores que são submetidos ao trabalho escravo contemporâneo no Brasil.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não podemos negar, no Brasil a existência do trabalho escravo contemporâneo, seja no meio urbano, quanto no meio rural, e esta forma de exploração do homem pelo homem, tem seus atores sociais bem definidos, como podemos verificar no decorrer deste trabalho, e sem dúvida, o peão de trecho é o ator mais explorado. O mesmo é vítima da violência física e também da simbólica, pois este trabalhador sofre com as agressões sofridas pelos pistoleiros, que pode resultar em sua morte, como também sofre do preconceito e da discriminação de uma significativa parcela da população brasileira, que ver estes homens como marginais, fugitivos da cadeia e outros predicados dados aos mesmos, que podem ser encontrados ao longo do texto.

Estes trabalhadores rurais, que saíram de suas casas, alguns a bastante tempo, atrás do sonho de encontrar um trabalho, que lhes der uma remuneração para que possam viver com decência, são alvos de empresários rurais inescrupulosos, que se apropriam do único bem que

os mesmos têm, que é a sua força de trabalho, sugando toda a vitalidade destes trabalhadores, e por fim quando não conseguem mais executar o trabalho são descartados a sua própria sorte.

REFERÊNCIAS

BALES, K. **Gente descartável:** a nova escravatura na economia global. Tradução de António Pescada. Lisboa: Editorial Caminho, 2001.

BARROZO, João Carlos**. Exploração e Escravidão nas Agropecuárias da Amazônia Mato Grossense**. Dissertação. Campinas, São Paulo 1992.

CASALDÁLIGA, P. **Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social**. São Félix do Araguaia: [s. n.], 1971.

ELIAS e SCOTSON, Norbert e John L. **Os estabelecidos e os outsiders: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Tradução, Vera Ribeiro; tradução do posfácio à edição alemã, Pedro Sussekind; apresentação e revisão técnica, Federico Neiburg – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2000.

ESTERCI, N**.** Conflito no Araguaia: peões e posseiros contra a grande empresa. Petrópolis: Vozes.1987.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. **Pisando Fora da Própria Sombra:** A escravidão por dívida no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2004.

LE BRETON, Binka. **Vidas Roubadas**: A escravidão moderna na Amazônia brasileira. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Perfil dos principais atores envolvidos no trabalho escravo rural no Brasil**. Brasília, DF, 2011.

11. A VIOLÊNCIA MIDIÁTICA NO ANÚNCIO DO DERROCAMENTO DO PEDRAL DO LOURENÇÃO

Francisco Chagas Vitorino dos Santos Filho
(franciscofilho@unifesspa.edu.br)
Mestrando do Programa de Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia

Resumo

Ao anunciar sistematicamente o derrocamento do Pedral do Lourenção (implosão de um conjunto de rochas localizado no Rio Tocantins, município de Itupiranga, Pará), a mídia local tem promovido a estetização dos conceitos de cultura e ideologia, ao falar a respeito da utilidade e utilização do rio. Além disso, ignora-se a pluralidade desses conceitos, na medida em que apresenta o curso d'água como uma esteira fordista, cuja função se encerra ao transporte de commodities, uma mera engrenagem que atende a uma sociedade de produção de excedentes e consequentemente de acumulação de bens de consumo. Trata-se de um processo que produz silêncios para uma parcela da sociedade que não está encaixada nesse modelo desenvolvimentista, patrocinado por multinacionais e gerido pelo Estado; e por outro lado, por meio da produção jornalística, produz sentido para grandes parcelas da sociedade que estão inseridas nesse processo de estetização cultural/ideológica. Assim, à luz da Teoria Crítica, é possível vislumbrar que o rio é visto e tratado como se mercadoria fosse, fruto de uma "falsa

consciência esclarecida", que tem no enunciado jornalístico seu dispositivo mais contundente de mobilização.

Palavras chaves: Mídia; violência; estética; cultura; ideologia

INTRODUÇÃO

A tentativa de compreender a movimentação de sujeitos e forças que possibilita a reutilização dos recursos naturais em diversas regiões do planeta, para transforma-los em mercadoria, precisa necessariamente passar pela compreensão do funcionamento da própria sociedade em que vivemos, que é uma sociedade de produção de bens de consumo e acumulação desses bens. Desse modo, pode-se dizer que o elemento mobilizador e estruturante desta sociedade é o mercado. É, portanto, imperioso entender o funcionamento do mercado para, enfim, arriscar-se a entender a sociedade. Isso quer dizer que todos os elementos que compõem a sociedade estão sujeitos às leis do mercado, e nisso se incluem os poderes político, econômico, religioso e, muitas vezes, até mesmo o poder na esfera familiar. E é nesse cenário que se inscreve esta pesquisa. Nosso esforço, então, é expor e analisar, à luz da Teoria Crítica, as conexões que existem entre um empreendimento desenvolvimentista, a ação da mídia e a ideia de cultura.

A partir disso lançamos nossos olhares para a região sudeste do Pará, na Amazônia brasileira, uma região irrigada pelo Rio Tocantins, cuja nascente fica no estado do Goiás e sua foz se encontra no litoral do Pará, perto da capital Belém. Interessa-nos aqui o trecho que passa pelo sudeste do Pará, mais especificamente na altura do município de Itupiranga, que vemos ocorrer uma dinâmica social, cultural e territorial: trata-se do anúncio a respeito do empreendimento desenvolvimentista denominado Derrocamento do Pedral do Lourenção.

Este derrocamento ou derrocagem consiste na implosão de um conjunto de rochas num trecho de 43 km de extensão do rio Tocantins, em Itupiranga, onde – devido a esse pedral - a navegação hoje é inviável para grandes embarcações durante quatro meses do ano (período de seca do rio). O objetivo desse derrocamento é – portanto - possibilitar a navegação segura durante o ano todo por grandes embarcações, notadamente as chamadas barcaças que poderiam transportar a soja do Mato Grosso até Vila do Conde (município de Barcarena), passando por Marabá e Itupiranga, e de Vila do Conde até o litoral brasileiro. Fazendo percurso inverso, esse

canal de navegação, denominado Hidrovia do Tocantins-Araguaia, serviria como porta de entrada de grandes carregamentos de carvão mineral – vindos de Moçambique (África) e Austrália (Oceania) para servir de matéria-prima na cadeia produtiva de uma siderúrgica transnacional, cuja implantação em Marabá – cidade vizinha a Itupiranga - só seria viável com a abertura desse canal, até porque o produto dessa fábrica seria também escoado até o litoral, da mesma forma que a soja.

A MÍDIA

Diante desse quadro, é emergente se perguntar como a população desta região tem acesso às informações sobre esse empreendimento. É na resposta desta pergunta que surge mais um agente nesse cenário: a mídia. E é justamente a relação da mídia com os sujeitos que integram e disputam esse espaço o objeto desta pesquisa. Ao anunciar, com frequência, as atividades que circulam ao redor das ações que desaguam no derrocamento do Pedral do Lourenção, a mídia impressa situada na cidade de Marabá tem promovido a estetização dos conceitos de cultura e ideologia. Ao analisar de forma crítica o anúncio desse empreendimento, é possível verificar um elaborado discurso ideológico que produz sentido meramente mercadológico para a utilização do rio. Além disso, essa anunciação jornalística ignora a pluralidade dos conceitos de cultura e ideologia, na medida em que apresenta o rio Tocantins como uma esteira fordista, um elevador hidráulico, cuja função se limita, nesse caso, ao transporte de commodities, como se fosse uma engrenagem que atende a uma maquinaria de produção de excedentes e consequentemente de acumulação de capital, num processo naturalizado, dentro do qual e por meio do qual a história que vivemos acaba por se tornar a história das mercadorias em vez da história da humanidade propriamente, segundo Matos (2005),

> A natureza se converte em objeto útil, disponível e manipulável para o acúmulo, reposição e acréscimo do capital; quanto à história, perde sua vocação humana. Tudo é transitório, mutável, fatal, como a circulação e substituição das mercadorias no mercado. (MATOS, 2005, Pg. 39)

Ao utilizar dois exemplares de jornais impressos que atuam a partir de Marabá, mas com circulação também em Itupiranga, (Jornal Opinião e Jornal Correio), foi possível perceber a estruturação de um processo que produz silêncios para uma parcela da sociedade que não está encaixada nesse modelo desenvolvimentista, patrocinado por multinacionais e gerido pelo Estado, como é o caso dos ribeirinhos e dos pescadores; e por outro lado essa mesma produção jornalística acaba produzindo sentidos para outras parcelas da sociedade que estão inseridas

nesse processo de estetização cultural/ideológica. Pode-se dizer que o jornal trabalha a "falsa consciência esclarecida" (Sloterdijk, apud Eagleton, 1991, pág. 46), ao vislumbrar o rio como mercadoria, refletindo o que pensa uma parte da sociedade local e também atuando como modelador de consciências de outra fatia desse mesmo conjunto de sujeitos. Trata-se, portanto, de um processo de violência midiática, que trabalha com padrões ancorados no mercado.

MAS, AFINAL, O QUE TUDO ISSO TEM A VER COM CULTURA E IDEOLOGIA?

Quando se fala em cultura, é comum a memória descortinar lembranças de danças, de obras de arte, de músicas regionais. Embora isso não seja pouca coisa, a cultura não se constitui apenas das artes, do folclore e das crenças, como nos adverte Coll (2002). A relação do homem com sua própria natureza e com a natureza que o rodeia é atravessada e estruturada pela cultura.

> É o conjunto de crenças, mitos, conhecimentos, instituições e práticas por meio dos quais uma sociedade afirma sua presença no mundo e garante sua reprodução e permanência no tempo. Ou seja, é um modo de vida que abrange toda a realidade existencial das pessoas e comunidades de uma sociedade... (COLL, 2002, Pg. 29 e 28)

A partir dessa definição, é possível alcançar a compreensão de que reorganizações fundiárias e repaginações hidrográficas, que geram desterritorializações, se constituem em agentes de alterações culturais. No caso em estudo, trata-se da estetização de um trecho do rio Tocantins, cuja função atual norteia não apenas a relação econômica dos sujeitos que dialogam em seu entorno, mas também orienta vivências, trocas, conhecimentos, práticas de comunidades, enfim, culturas que se entrelaçam, se afastam e se aproximam num movimento distante do que é proposto pela indústria cultural, que agora atinge essa fronteira, padronizando comportamentos tanto econômicos, quanto sociais e culturais.

Ao que se vê, então, há forças ideológicas em ação, a partir da indústria cultural e da cultura popular, num embate desigual, mas que nem por isso deixa de ser um embate. São grupos sociais que têm lentes diferentes para enxergar o mesmo objeto. Essa movimentação de poderes, entre modos de vida distintos, tendo como pano de fundo a busca pelo poder econômico, político, cultural e ideológico, compõe o cenário de "guerras culturais", descrito por Eagleton (2003).

É razoável compreender, assim, que não se trata de uma questão meramente econômica, pois um pescador pode ser submetido à condição de trabalhador da indústria, de portos, do comércio ou outra atividade que poderia ser alavancada com a abertura da Hidrovia do Rio Tocantins. Poderia até mesmo ter uma remuneração financeira fixa, coisa que as comunidades

tradicionais em geral não têm. Mas não é essencialmente pelo dinheiro que se estabelece o conflito. Trata-se, acima de tudo, de uma questão cultural, pois a arte da pesca, o gosto pelo rio, são ensinamentos passados de pai para filho. A segurança de passear de canoa, de nadar, de viver em harmonia com o rio contrasta diretamente com o peso das grandes barcaças carregadas de minério, de aço ou de soja. Há, portanto, um embate cristalino entre o que significa o rio. Essa diferença de interpretação foi constituída historicamente, no contato das civilizações com a natureza, aonde cada grupo social vem construindo sua forma de enxergar e de manusear os recursos naturais. Assim, um rio nunca é apenas um rio, mas o entendimento que cada sujeito - ou grupo de sujeitos - tem sobre ele.

A VIOLÊNCIA MIDIÁTICA, UM ESFORÇO DE ANÁLISE

Para compreender o funcionamento da mídia (dispositivo que atua no processo de mobilização e manutenção da indústria cultural), é necessária uma visão emancipada, por meio da qual se enxergue que os meios de comunicação de massa não são instâncias independentes, como nos alerta Costa (2002). Com essa visão crítica, é possível visualizar plataformas a partir das quais são disparadas rajadas de ideologia hegemônica, uma ação de extrema violência e produção de recalcamento aos sujeitos que não estão inseridos na indústria cultural.

> O que está fora desse esquematismo é noticiado como variação cultural. Quando passa a ser objeto de informação jornalística, recebe o tratamento de excentricidade, anormalidade, grotesco. Nesse contexto a ação dos veículos de comunicação corrobora o pensamento dos grupos que possuem os meios de produção simbólica, agindo como instância de controle ideológico permanente e de introjeção de normas, crenças e valores dominantes (COSTA, 2002, p. 147).

Em relação específica ao derrocamento do Pedral do Lourenção, para abertura da Hidrovia do Tocantins-Araguaia, as vozes dos sujeitos que não estão alinhados diretamente ao mercado são silenciadas, quando não recalcadas pela mídia local. Ao analisar duas notícias dos jornais Opinião e Correio a respeito do anúncio das obras de dragagem, é perceptível a externalização do pensamento dos grupos que detêm os meios de produção. Uma edição, do Jornal Correio, de 20 de março de 2014 (Figura 1), anuncia a chegada da presidenta Dilma Rousseff à cidade de Marabá para anunciar a abertura do edital de licitação para o derrocamento do pedral; a outra edição, do Jornal Opinião, de 22 de março de 2014 (Figura 2), trata da cobertura jornalística dispensada ao anúncio feito pela presidenta Dilma em Marabá.

HIDROVIA

Detalhes da derrocagem serão dad

O grande interesse da sociedade local no evento de hoje (20), com a presença da presidente Dilma Rousseff é com certeza, o futuro da hidrovia do Araguaia e Tocantins, em especial com o esperado início das obras de derrocagem do pedral do Lourenção, barreira que impede a navegação entre Marabá e Tucuruí em parte do ano. O CORREIO levantou, com exclusividade, que o ministro dos Transportes César Borges e o diretor-geral do Dnit (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte), Jorge Fraxe permanecerão na cidade para uma entrevista coletiva em que vão repassar todos os detalhes

Foto: Ulisses Pompeu

Área do Pedral do Lourenço, no Rio Tocantins ainda é entrave a navegação comercial na região

apresentados ao Dnit para viabi-

"É decisão da presiden- ta Dilma que a obra seja prio-

teresse nacional", disse o diretor do Dnit.

Figura 1 – Jornal Correio anuncia lançamento do edital do derrocamento

Fonte: Jornal Correio

A matéria jornalística contida no Jornal Correio (Figura 1) começa com a seguinte frase: "O grande interesse da sociedade local no evento de hoje (20) com a presença da presidente Dilma Rousseff é com certeza o futuro da Hidrovia do Araguaia e Tocantins, em especial com o esperado início das obras de derrocagem do Pedral do Lourenção, barreira que impede a navegação entre Marabá e Tucuruí em parte do ano". Este enunciado compõe o *lead* da matéria e se apresenta como uma mercadoria da indústria cultural, falando em nome da sociedade inteira e estetizando a utilização do rio, ignorando práticas ideológicas e culturais de grupos que não aguardam ansiosos pela implosão do pedral e que hoje navegam em pequenas embarcações entre Marabá e Tucuruí durante qualquer período do ano, atuando na pescaria e no transporte de produtos de primeira necessidade que servem ao dia-a-dia das famílias ribeirinhas.

permitirá a retomada da luta pela instalação da Aços Laminados do Pará (Alpa), da Mineradora Vale, já que o entrave para a implantação do projeto é justamente a falta de um modal de transporte capaz de escoar a produção.

"À medida que a presidente autoriza a licitação para a dragagem do Pedral do Lourenço, para que a hidrovia se torne realidade, no momento seguinte vamos retomar o diálogo com a companhia Vale para que ela retome o projeto da obra de construção da Alpa, além de outros empreendimentos que nós vamos atrair certamente com a implantação da hidrovia", aposta Salame.

Por outro lado, o presidente da Associação Comercial e Industrial de Marabá (Acim), Gilberto Leite, disse que o anúncio do edital é tudo que a economia de Marabá precisa para se sustentar sobre uma nova base: "É tudo. Que acho que a hidrovia é a nova base econômica de Marabá e região; este é um momento longamente esperado; desde 2010 que nós estamos aguardando esse momento e agora parece que vai".

Dilma Rousseff disse que é preciso investir na estrada das águas

Barbalho, que usou de toda sua influência para agilizar o andamento do projeto executivo do derrocamento no DNIT - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.

O derrocamento é a remoção ou destruição de pedras ou rochas submersas, no cha-

gem do pedral como uma ação fundamental para a viabilidade da hidrovia Araguaia-Tocantins. "A hidrovia é um sonho de décadas que o Brasil todo tem e, para que haja 100% de navegabilidade em todos os dias do ano, é necessário que sejam feitos

COORDENAÇÃO-GERAL DE CADASTRO E LICITAÇÕES
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÕES DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

AVISOS DE LICITAÇÃO
RDC ELETRÔNICO Nº 108/2014 - UASG 393003

Nº Processo: 50600101312201371 . Objeto: Contratação Integrada de Empresa para a Elaboração dos Projetos Básico e Executivo, Ações Ambientais bem como a Execução das Obras de Derrocamento para a Implantação do Canal de Navegação na região do Pedral do Lourenço no

Figura 2 – Jornal Opinião promove cobertura jornalística sobre lançamento do edital

Fonte: Jornal Opinião

Da mesma forma, o Jornal Opinião, de 22 de março de 2014 (Figura 2), ao fazer a cobertura jornalística do anúncio do edital de licitação para a derrocagem do pedral, feito pela presidenta Dilma Rousseff, traz, também, a fala de sujeitos que integram os grupos hegemônicos, os quais interpretam as relações sociais como relações de mercado e cuja visão sobre a sociedade é uma visão mercadológica, engolindo aspectos sociais, culturais, ideológicos. Uma das falas destacadas no texto jornalístico é do então presidente da Associação Comercial e Industrial de Marabá, Gilberto Leite: "Acho que a Hidrovia é a nova base econômica de Marabá e região; este é um momento longamente esperado; desde 2010 que nós estamos aguardando este momento e agora parece que vai". Mas, ao mesmo tempo, longe dali, pescadores de quatro colônias se mobilizam para debater os efeitos que a dragagem do pedral trará à pesca artesanal, atividade que, além de econômica, integra um sistema de vivências comunitárias que não dialoga com o mercado mundializado por meio de ações desenvolvimentistas. O pedral significa berçário dos peixes que garantem a subsistência dessas comunidades. Por isso, são vozes silenciadas pela mídia, é a estética da violência em pleno funcionamento. Pois, como se vê, quando se trata de ações desenvolvimentistas, parece não haver na mídia impressa local de emancipação que seja capaz de alcançar outras correntes de vivência, que não aquelas atreladas à produção de bens de consumo e de acumulação de excedentes. E, mesmo nos dias atuais, onde há um número imenso de ferramentas tecnológicas capazes de promover maior diversidade nas informações, aumentando a velocidade na obtenção

de fontes de informação e, teoricamente, a pluralidade dessas fontes, não se pode dizer que há uma vitória na diversidade da informação. Se existe alguma vitória em relação à pluralidade das ações midiáticas, alerta Matos (2002), esta vitória trás em seu cerne um elemento de autoderrota.

CONCLUSÃO

O que se vê, então, é que o compromisso da mídia é o compromisso com o mundo das mercadorias, com o diálogo entre os valores de mercado, pois o rio transformado em esteira apenas transporta produtos que vão parar dentro dos lares de todo o mundo e essa matéria-prima precisa sair de algum lugar e ser transportada de alguma forma para outro lugar. Desse modo, o texto do jornal se apresenta também como mercadoria de apresentação dessa sociedade de consumo, desde o modelo do texto jornalístico, com seus parágrafos curtos e muitas vezes desencadeados - que, em geral, permitem ao leitor apenas uma informação imediata, desprovida de qualquer análise crítica, como um sorvete após uma sessão de cinema -, até o seu conteúdo, aprisionado na razão técnica do consumo da indústria cultural, num processo espiral de implantação da necessidade de aquisição de produtos tecnológicos, que envelhecem num piscar de olhos e rapidamente precisam ser substituídos, sobrecarregando a natureza em nome de um bem estar efêmero, protegido por um tipo de esclarecimento em que homem e máquina se conectam, um como extensão do outro, e nada pode estar fora desse campo magnético.

As vozes ausentes nas páginas dos jornais que tratam do empreendimento debatido neste artigo revelam outra ausência, a de força política e não meramente cultural. O modo de vida, de convivência, de socialização, de cotidianidade dos sujeitos que não estão inscritos no modelo desenvolvimentista massificado nessa fronteira de commodities chamada Amazônia é menosprezado pela mídia porque não possui no seu entorno o invólucro do poder político, que direciona os ganhos econômicos e impacta fortemente no "conjunto de crenças, mitos, conhecimentos, instituições e práticas" descrito por Coll ao conceituar o que vem a ser cultura. Com isso, o que se vê é uma ausência de reconhecimento da possibilidade de uma pluralidade cultural. Verifica-se a estetização da vivência a partir de um modelo pensado pelo mercado, a cultura como mercadoria. Mas, por outro lado, essa referência cultural está ali (Certeau), presa no vazio conferido a ela pela indústria cultural, por meio da mídia.

> Isso não significa, no entanto, eliminar a referência cultural, pois a capacidade de simbolizar uma autonomia no nível cultural permanece necessária para que surja uma força política própria. Porém é uma força política que vai conferir à declaração cultural o poder de realmente se afirmar. (CERTEAU, 1995, Pgs. 148 e 149).

Esta ausência de vozes é o mecanismo pelo qual a indústria cultural - como se detentora fosse do monopólio da cultura - busca esvaziar as formas de cultura que não dialogam com o mercado, que trabalham em outra direção e em outra velocidade. Portanto, o que se vê numa obra desenvolvimentista, anunciada como redenção econômica para uma região, é a estetização de um rio, a violência sobre o corpo, a mutilação de atividades de subsistência, a alteração forçada de paisagens e o silenciamento das vozes contrárias, na busca pela construção de uma base de exportação de bens que integram uma fábrica cuja atividade meio e fim é a produção em massa de sujeitos consumidores, uniformizados pela estética do mercado, cuja possibilidade de pluralidade cultural tornar-se-ia um eco cada vez mais inaudível, sem espaço de convivência com essa massa de corpos presos nas fábricas e nas lojas dos shoppings centers do mundo, sujeitos coisificados, cujas ações cotidianas não lhes permitem saber se estão consumindo ou sendo consumidos, no estranho e poderoso mundo das mercadorias.

REFERÊNCIAS

CARNOY, Martin. **Estado e teoria política.** S. Paulo, Papirus, 1988.

CERTEAU, Michel de, **Cultura no Plural**. Campinas, Trad. Enid Abreu Dobránszky, 1995.

COLL, Agustí Nicolau. **Propostas para uma diversidade cultural intercultural na era da globalização**. São Paulo, Instituto Pólis, 2002.

COSTA, Belarmino Cesar Guimarães da. **Estética da Violência: Jornalismo e Produção de Sentidos**. Campinas (SP), 2002.

EAGLETON, Terry. **A Ideologia da Estética**. Trad. Mauro Sá Rego Costa. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, Editor, 1993.

_____**Ideologia. Uma Introdução**. São Paulo, Unesp, Boitempo, 1997

12. UMA ABORDAGEM CONTEMPORÂNEA DO SECRETARIADO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Ivonilce Brelaz da Silva
nilcebrelaz@gmail.com

RESUMO

A pesquisa mostra uma abordagem contemporânea do secretariado escolar na educação básica. Tem como objetivo discorrer acerca da criação da nova especialidade profissional conferida pela Lei 12014/09, além de mostrar o novo contexto da gestão educacional. A pesquisa bibliográfica se desenvolve pelo prisma da contemporaneidade que considera o secretário escolar um cogestor da administração escolar. Um contexto onde o conhecimento passou a ser

fator primordial na profissão, conferindo-lhe garantia de legalidade com resultados para além da execução de rotinas administrativas. Por fim, a pesquisa aponta que, para ser o profissional qualificado que o mercado espera é necessário que o secretário escolar tenha total domínio da gestão da informação e do seu saber-fazer.

Palavras-Chave: Secretariado Escolar; Educação Básica; Profissão.

1. INTRODUÇÃO

Pelo viés da abordagem contemporânea do secretariado escolar na educação básica, a pesquisa bibliográfica se propões a mostrar que o advento da Lei 12014/09 trouxe para o secretariado uma nova especificidade registrada como a 21ª Área Profissional denominada de Serviços e Apoio Escolar.

Nesse afã, a pesquisa nos aponta que estamos diante de uma nova especialidade profissional. Ela mostra a conquista histórica alcançada pelo Secretário Escolar com a Lei 12.014/2009 que, associada às mudanças sofridas pelo mercado de trabalho globalizado, deu origem a uma nova versão de profissional ao secretariado escolar.

Mostra que para atender as demandas das instituições de ensino do século XXI, é necessário ser profissional qualificado que saiba lidar com novas ferramentas de gestão da informação, trabalhar em equipe, dividir responsabilidade e inter-relacionar atividades. E, para além disso, a pesquisa aponta ainda, que nessa nova versão de Secretariado Escolar o conhecimento é fator primordial para o desenvolvimento de atividades secretariais realizadas com técnicas contemporâneas e com garantia de legalidade.

2. DO SECRETARIADO À NOVA VERSÃO DO SECRETÁRIO ESCOLAR

A história releva que ao longo dos séculos as profissões passaram por um processo evolutivo visando atender as demandas do mundo dos negócios, dando origem a diversas especialidades. O mesmo ocorreu o objeto desta pesquisa que, como umas das especialidades da área de Secretariado, tem sua especificidade na área educacional se mostra a seguir.

Antes da década de 50 o secretariado, limitava-se ao uso da máquina de datilografia, por isso, a designação do profissional era datilógrafo. Já nos anos 60, outras mudanças organizacionais que aconteceram no exterior começaram a influenciar as grandes organizações brasileiras e acabaram trazendo uma conotação equivocada para a profissão. Ter uma secretária à disposição era *status*. Demonstração do poder do chefe. Foi nessa época que a secretária foi considerada “o cartão de visitas” da empresa, e por isso, ter boa aparência era fundamental.

Além do que a profissão era desenvolvida apenas por mulheres e com atribuições características de subserviência.

Em 1969 a Universidade Federal da Bahia criou o primeiro curso superior do Brasil para formar Secretários. Essa foi o primeiro passo para grandes mudanças.

Os anos 80 foram de grandes conquistas: a profissão de secretário(a) foi regulamentada e criada a da Federação Nacional de Secretários e Secretárias – FENASSEC, surgimento de movimentos de classe e sindicatos estaduais.

2.1. A LEI 12.014/2009 E A PROFISSIONALIZAÇÃO DO SECRETARIADO ESCOLAR

Em 06 de agosto 2009, atendendo demanda antiga da comunidade escolar o Governo Federal sancionou a Lei 12.014/2009 que profissionalizou a educação e reconheceu os profissionais que atuam na escola como co-participantes do processo educacional. Nasceu assim, a 21ª Área Profissional denominada de Serviços e Apoio Escolar com especificação da capacitação mínima exigida para o desempenho da função.

Muito embora, houvesse questionamento sobre a real necessidade de regulamentar uma nova profissão, já que, supostamente, a profissão de secretário(a) poderia abarcar as demandas da escola básica apenas com cursos de capacitação, sem necessitar de formação específica.

A esse respeito, Silva (2009, s/p) se posiciona afirmando que:

> (...) quanto maior o reconhecimento, melhor para a profissionalização desses trabalhadores: "A medida é importante porque incentiva a profissionalização da gestão escolar". (...) o trabalho realizado nas escolas é diferenciado, "a cantina de uma escola, por exemplo, é diferente de uma cantina de um hospital ou de uma fábrica.

No mercado corporativo do Século XXI, para quaisquer áreas que olharmos, vemos empresas, organizações ou instituições em busca de profissionais qualificados. Que sejam possuidores de múltiplas habilidades, porém, que tenham uma área que seja de sua especialidade. De seu domínio. Essa realidade acontece em todas as áreas do conhecimento profissional. Da mais simples, a mais complexa.

Essa é uma tendência que chegou ao mundo dos negócios educacionais gerando uma demanda por profissionais qualificados. Simão (2007, p.8), observa que:

> (...) as organizações educacionais buscam profissionais habilitados e qualificados, com formação específica, possuidores de uma macro-visão do funcionamento de uma instituição de ensino e com capacidade de desempenhar suas funções com competência e habilidade. A articulação permanente entre a teoria e a prática, onde tanto o perfil do secretário escolar

> quanto a metodologia do trabalho mudam, implica que este profissional deve buscar a adaptabilidade e, mais que isso, antever as mudanças e antecipar-se a elas, organizando, executando, direcionando, coordenando e controlando os diversos processos relativos à escola e sua gestão.

Esse cenário reforça a importância conquistada pelo profissional de secretariado escolar bem como chama atenção para a necessidade da qualificação adequada para o exercício de suas atividades profissionais.

Embora a Lei 12.014/2009 aponte a necessidade mínima para formação do profissional de secretariado escolar seja de nível médio, não tardará muito, essa Lei poderá sofrer alteração no item que determina a qualificação mínima, a exemplo do que ocorreu com os profissionais de docência.

Nessa mesma linha de pensamento Simão (2007, p. 4) chama atenção para esse prognóstico:

> Encontra-se hoje, em muitas instituições de ensino, pessoas desempenhando o papel de secretário escolar, cuja formação é de nível médio, enquanto que o mercado de trabalho em relação à área educacional, em processo de transição e transformação, vem exigindo profissionais com formação em nível superior, qualificados, com competência técnica e conhecimento teórico-prático de gestão escolar, fatores essenciais para o desempenho das atividades com conhecimento e habilidade, possibilitando assim, uma definição da identidade profissional. Presume-se, diante do exposto, a necessidade de redefinição e realinhamento de cargos e funções na gestão escolar.

O reconhecimento profissional trazido pela Lei 12.014/2009 foi uma grandiosa conquista da categoria. Com isso, as secretarias terão que ser dirigidas por profissionais legalmente habilitados e nomeados por órgão competente para o exercício da função. Embora entenda-se que as escolas precisarão de tempo para adequar-se à exigência da Lei.

2.2. A GESTÃO ADMINISTRATIVA DA EDUCAÇÃO BÁSICA FRENTE A NOVOS PARADIGMAS

Não há como falar de novos paradigmas sem falar em mudanças sócio-culturais. Nem tampouco, falar em mudanças sócio-culturais sem mencionar a globalização. Na esfera sócio-cultural é impossível não entrar na roda da globalização, afinal, o desenvolvimento tecnológico, a revolução do mundo da informática, das telecomunicações, resultou num mundo sintonizado e integrado via rádio, televisão, internet, mídias sociais, etc. Essas mudanças influenciaram diretamente o mundo dos indivíduos refletindo em sua relação com o semelhante, seus valores e crenças, produzindo mudanças de comportamento e de conhecimento do mundo, seja na vida pessoal, seja nas relações de trabalho.

Essa mudança vem alcançando a escola básica. E, por mais que a mudança, à primeira vista, ainda não tenha atingido o nível ideal que a sociedade almeja, mas, não podemos negar que elas têm ocorrido, mesmo que lentamente. Afinal, como explica Simão (2007, p. 2):

> A reestruturação da gestão educacional implicaria em uma ruptura de modelos tradicionais de administração, impondo mudanças no âmbito da unidade escolar, onde a co-participação e responsabilização recriariam novas formas de organização, bem como, um novo desafio de gestão escolar, imprimindo uma nova alternativa orientada para a eliminação da centralização ou privatização do poder, surgindo uma nova concepção, ou seja, a da gestão democrática.

Quando a escola faz opção por seguir novos paradigmas ela reconhece que precisa se contextualizar. As vezes passa por mudanças tão profundas que altera sua visão, missão e valores. Ou seja, muda a própria essência.

2.3. O SECRETARIADO ESCOLAR E A IMPORTÂNCIA DA CAPACITAÇÃO NO MUNDO CONTEMPORÂNEO

Segundo alguns estudiosos algumas profissões têm passado por três grandes mudanças que ficaram conhecidas como Era da Qualidade, da Informática e da Competência. Porém, Castelo (2009, p. 2) acrescenta a essas, uma quarta – a Era da Qualificação Permanente, isto por que:

> Devido às constantes e consideráveis mudanças incorporadas e adaptadas e a inseparabilidade da qualidade, da informática e da competência pela profissão de Secretariado surge, no início da década de 90, no cenário global a necessidade da Qualificação Permanente, o único meio que permitirá o acompanhamento das mudanças e inovações dos processos de qualidade, das modernidades tecnológicas e da aquisição e manutenção das competências e habilidades. (...) é que o profissional poderá atuar satisfatoriamente e ser considerado apto e preparado pelo mercado de trabalho.

Com o Secretário Escolar não é diferente. Ele precisa atender com qualidade a todos que buscam a Escola. Ele é o profissional mais acessível, mais demandado. É ele quem recebe as pessoas sejam pais ou responsáveis, representantes do poder público, representantes da sociedade civil, fiscais, fornecedores, etc. No contexto da comunidade interna, além de ser o gestor de dados e informações da instituição, é também o elemento executivo.

Essa ação executiva de responsabilidade do Secretário Escolar é bem melhor explicada por Simão (2007, p. 3) quando diz que:

> A influência do papel do secretário escolar é de indiscutível importância para a consecução de objetivos e metas do processo escolar, utilizando-se da adoção de meios alternativos relacionados com a melhoria da qualidade e da

> produtividade dos serviços, identificando necessidades e equacionando soluções. Entre objetivos e metas, a integração entre o administrativo e o pedagógico, caracteriza-se como um processo desafiador para o secretário escolar.

Segue ainda Simão (2007, apud SCHULLAN, 2006, p. 8) reforçando esse aspecto afirma que "Na hierarquia administrativa dos estabelecimentos de ensino, o secretário vem logo depois do diretor. Ele orienta e organiza todo o setor administrativo, assina documentos e responde pela escola em diversos assuntos".

Em uma sociedade cada vez mais exigente é imperioso que o secretário tenha qualificação para desempenhar suas atribuições. Simão (2007, p. 8) corrobora com a afirmação quando diz que:

> A escola precisa de um Secretário Escolar capaz de conduzir processos de mudanças organizacionais, tenha domínio sobre planejamento, organização coordenação e gestão com habilidade em relacionamento interpessoal e onde os mecanismos de comunicação e informação estejam integrados às inovações tecnológicas no seu dia-a-dia.

Essas qualidades facilitadoras do trabalho administrativo não são necessariamente natas. Elas podem ser desenvolvidas por meio de cursos de capacitação e trazem benefícios não só para o indivíduo como profissional como também para a instituição onde atua.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora como função o secretariado escolar já era exercido ao longo de séculos, seu reconhecimento legal só ocorreu recentemente com a Lei 12.014/2009.

Essa conquista trazida pela Lei traz em seu bojo a exigência da qualificação profissional, associada às transformações ocorridas no mercado de trabalho suscita necessidade de mudança no perfil profissional do Secretário Escolar.

A escola básica precisa, cada vez mais, oportunizar crescimento aos seus servidores. Porém, o Secretário Escolar será sempre o maior responsável por sua própria carreira.

É ele quem mantém sob sua guarda e conservação a documentação escolar do aluno e da instituição onde atua, além de ser o elo das atividades administrativo-pedagógicas da unidade escolar, gerenciando o fluxo de informações e dados no registro da história do aluno e da instituição.

Na escola sob paradigma da gestão democrática, o Secretário Escolar é elemento fundamental para transmitir confiança e satisfação àqueles que buscam seus serviços.

Ele é, no sentido figurado, a porta de entrada e saída da instituição, por onde passam a comunidade interna e externa.

Por isso, considera-se que o exercício do secretariado escolar da escola básica deve ser visto como de grande relevância no contexto da gestão escolar. O primeiro grande passo na valorização da profissão já foi dado pela Lei 12014/09, resta ao profissional sinalizar com um trabalho eficiente e eficaz em busca de permanente qualificação e de novas conquistas para a classe profissional.

REFERÊNCIAS

CASTELO, Márcia Janaina. **A Formação Acadêmica e a Atuação Profissional do Secretário Executivo**. Disponível em <http://www.fenassec.com.br/pdf/artigos_trab_cientificos_consec_3lugar.pdf> Acesso em 17/09/16.

SILVA, Rosa de Cátia Souza. **Secretária do Futuro**. <http://www.artigonal.com/carreira-artigos/a-profissional-de-secretariado-1245470.html . 1997> Acesso em 20/10/2016.

SIMÃO, Mirian Lopes. **Gestão Escolar sob novos Paradigmas: O Papel do Secretário Escolar como Agente Ativo no Processo de Transformação das Escolas.** Monografia de Pós-Graduação - UNICENTRO. Revista Eletrônica: Disponível em <www.unicentro.br. 2007> Acesso em 11.09.16

BOND, Maria Thereza e OLIVEIRA, Marlene. **Manual do Profissional de Secretariado. Secretário como Gestor,** Vol. III, Curitiba: Editora IBEPEX, 2009.

BRASIL, Centro de Ensino e Treinamento Aplicado a Profissionais. **Técnicas Secretariais.** Módulo III, Belo Horizonte: s/d.

<http://www.gestaoeducacional.com.br/canal_ver_materia.php?materia=gestao_da_secretaria_escolar.htm&images=marketing> Acesso em 18/09/15.

MORAES, M.C. **O Paradigma Educacional Emergente**. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo: 1996.

13. A IMPORTÂNCIA DO USO DE PROTETOR SOLAR PELOS COLABORADORES DA CONSTRUÇÃO CIVIL: UM ESTUDO DE CASO EM ARACAJU/SE

Izaclaudia Santana da Cruz
(izaclaudia.cruz@ifpa.edu.br)
Carlos Vinicius de Paes Santos
(carlos.paes@ifpa.edu.br)
Izadora Santana da Cruz
(izadorasantana@hotmail.com)
Islaine Santana da Cruz
(islainesantana@hotmail.com)

Resumo

Os trabalhadores da construção civil, em alguns momentos, desempenham suas atividades laborais expostos à radiação solar. Essa exposição continuada aos raios solares coloca em risco à saúde desses profissionais. Embora os raios sejam invisíveis, o seu efeito na pele pode ser

visto e sentido quando uma exposição prolongada resulta em queimaduras dolorosas. Por isso, o uso de protetor solar deveria ser considerado como um Equipamento de Proteção Individual (EPI) nessas atividades. Diante disso, o objetivo dessa pesquisa foi analisar a importância do uso de protetor solar para os colaboradores da construção civil no desempenho de suas atividades laborais em canteiros de obras, no município de Aracaju/SE. Esse estudo trata-se de uma pesquisa bibliográfica, exploratória e aplicada, baseada num estudo de caso. Utilizou-se como instrumentos de pesquisa os questionários aplicados a uma amostra de colaboradores de um canteiro de obras no munícipio pesquisado. Os resultados da pesquisa demonstraram que, apesar da legislação trabalhista brasileira não tratar diretamente da obrigatoriedade do uso de proteção solar, uma parcela significativa dos trabalhadores pesquisados faz uso desse EPI, contudo é necessária maior conscientização dos trabalhadores e gestores das obras da importância do uso desse tipo de proteção.

Palavras-chave: Construção civil, segurança do trabalho, protetor solar.

1. INTRODUÇÃO

O Brasil é um país de clima tropical e apresenta elevadas temperaturas durante o ano, com altos índices de radiação ultravioletas. Essa irradiação solar pode provocar vários problemas dermatológicos nos seres humanos. Apesar desses riscos à saúde humana, as pessoas, não têm o hábito do uso do protetor solar, e quando o fazem, nem sempre aplicam a dosagem recomendada pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

Especialistas da área garantem que já foi comprovado, cientificamente, que o uso de protetores é essencial para a prevenção de câncer de pele e outras doenças dermatológicas. Asseguram, também, que a eficácia do protetor está relacionada com a dosagem correta que deve ser utilizada sobre o corpo, levando-se em consideração o tipo e cor da pele. No tocante à escolha entre bloqueador ou protetor, é aconselhável a segunda opção para as peles mais claras e altamente sensíveis ao sol, incluindo-se nesse grupo as crianças em geral.

O uso do bloqueador solar impede o contato da pele com os raios infravermelhos e outros que provocam queimaduras na pele. Já os tipos de pele mais escuras não precisam de bloqueadores para blindagem dos outros raios e, nesse caso, o uso do protetor solar é suficiente para garantir a proteção dermatológica. No que tange ao uso de protetor solar para trabalhadores da construção civil, a legislação brasileira ainda não considera a exposição solar como risco laboral, mesmo ciente que a incidência de raios solares sobre a pele humana provoca câncer e outros problemas de saúde. Contudo, poucas empresas, atualmente, se preocupam com esse fator de risco e fornecem protetores solares para seus funcionários. Todavia é preciso ir além

das obrigatoriedades estabelecidas pelas Normas Regulamentadoras (NR), a própria NR nº 1 em sua alínea 1.2 afirma que:

> A observância das Normas Regulamentadoras (NR) não desobriga as empresas do cumprimento de outras disposições que, com relação à matéria, sejam incluídas em códigos de obras ou regulamentos sanitários dos Estados ou Municípios, e outras, oriundas de convenções e acordos coletivos de trabalho (Norma Regulamentadora, 2009, p.10).

Diante do exposto, verifica-se a importância de estudos voltados a essa temática, por isso o objetivo geral desse artigo foi analisar a importância do uso de protetor solar para os colaboradores da construção civil, no desempenho de suas atividades laborais, em canteiros de obras do município de Aracaju/SE. Para isso foram estabelecidos alguns objetivos específicos: identificar na literatura e na legislação as principais abordagens referentes à obrigatoriedade uso do protetor solar nas atividades laborais; e analisar os índices de utilização de protetor solar por colaboradores da construção civil, através dos estudos de caso de um empreendimento da construção civil em Aracaju/SE.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A indústria da construção civil representa uma atividade de posição privilegiada na economia, ela é responsável por uma parcela considerável no Produto Interno Bruto (PIB). Além disso, gera uma grande quantidade de empregos, tanto de forma direta como indireta, sendo responsável pela geração de renda e riquezas de um país. Esse segmento da indústria envolve obras públicas ou privadas, destinadas à infraestrutura, habitação e diversas outras modalidades de empreendimentos (SINDUSCON-SE, 2015).

De acordo com o Ministério da Saúde (2001) esse setor apresenta grandes desafios para a saúde pública, especificamente no campo da saúde do trabalhador. Os profissionais do setor da construção civil desempenham suas atividades numa jornada de 44 horas semanais, o trabalho caracterizado pela exigência de bastante esforço físico, envolvendo muitos riscos para a segurança e saúde dos trabalhadores.

A maioria dos trabalhadores é do sexo masculino, migrantes, com baixa escolaridade e reduzida qualificação profissional, caracterizando-os como um dos ramos mais perigosos em todo o mundo, liderando as taxas de acidentes de trabalho fatais e não fatais (IRIART *et al*, 2008). O uso de protetor solar pelos trabalhadores da construção civil não é obrigatório, mas a proteção e redução dos riscos inerentes às atividades exercidas é uma obrigação de todo empregador. A Constituição Federal, em seu art. 7º, inciso XXII, assegura a todos os

trabalhadores a redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança (BRASIL, 1988).

Baseada nesse conceito da Constituição Federal, a Consolidação das Leis do Trabalho ("CLT"), em seu art. 155, dispõe que "incumbe ao órgão competente - Ministério do Trabalho e Emprego - estabelecer normas sobre a Segurança e a Medicina do Trabalho, que são as chamadas NRs, as Normas Regulamentadoras" (BRASIL, 1943). A Norma Regulamentadora n° 001/1978 aplicam-se a todas as empresas privadas e públicas, aos órgãos da administração direta e indireta e aos órgãos dos poderes legislativo e judiciário, o que por sua vez abrange os trabalhadores da construção civil, sejam eles de obras públicas ou privadas (MTE, 1978a). Estabeleceu-se que as normas regulamentadoras relativas à segurança e medicina do trabalho são de cumprimento obrigatório por diversos segmentos, como as empresas privadas e públicas, os órgãos públicos da administração direta e indireta, bem como os órgãos dos poderes legislativo e judiciário, que possuam empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

A NR n° 001/1978 ainda descreve que são obrigações do empregador, entre outras, adotar as medidas para eliminar ou neutralizar a insalubridade e as condições inseguras do trabalho (MTE, 1978a). E, dessa forma, a CLT e a NR n°06/1978 estabelecem que as empresas deverão fornecer aos trabalhadores, gratuitamente, os EPIs adequados aos riscos a que eles estão expostos, exigindo e fiscalizando o seu uso. Essa mesma NR apresenta a definição do EPI como "(...) todo o dispositivo ou produto, de uso individual utilizado pelo trabalhador, destinado à proteção de riscos suscetíveis de ameaçar a segurança e a saúde no trabalho" (MTE, 1978b).

Com o objetivo de avaliar se o protetor solar constitui um EPI necessário aos trabalhadores dos canteiros de obras da construção civil, é necessário, antes de tudo, examinar se esses funcionários estão de fato expostos às condições insalubres previstas nas NRs. A NR n°21/1997 regulamenta os trabalhos realizados à céu aberto. Essa norma estabelece a obrigatoriedade de prevenção nas atividades exercidas ao ar livre. Conforme cita a referida norma "serão exigidas medidas especiais que protejam os trabalhadores contra a insolação excessiva, o calor, o frio, a umidade e os ventos inconvenientes" (MTE, 1997).

Diante do descrito na norma acima, é possível considerar que os trabalhadores da construção civil exercem suas atividades laborais, em grande parte do tempo, em ambientes a céu aberto, a depender do tipo de empreendimento que esteja sendo construído. Como, por

exemplo, construção de obras de infraestrutura, edificações residenciais e comerciais, entre outras. Por isso, existe a necessidade de aplicação das exigências previstas na NR n°21/1997.

Tratando-se especificamente sobre a exposição desses colaboradores a insolação excessiva. Estudos mostram que a demasiada exposição ao sol e à radiação ultravioleta está associada a vários tipos de câncer de pele, envelhecimento precoce, catarata e outras doenças oculares, assim como contribui para que o organismo fique mais vulnerável as infecções. Conforme a NR 15, os agentes insalubres poderiam ser identificados como as radiações não ionizantes, entre elas, as ultravioletas, oriundas do sol (MTE, 1996).

De acordo com o PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, a cada ano, mais de dois milhões de pessoas são vítimas de câncer de pele do tipo não-melanoma e 200 mil melanomas malignos. Entre 12 e 15 milhões de pessoas estão cegas, no mundo inteiro, devido à catarata e, segundo estimativas da OMS – Organização Mundial da Saúde, em cerca de 20% desse total (mais ou menos 3 milhões) a cegueira pode ter tido como causa a exposição excessiva aos raios UV (PNUMA, 2010).

Cuidados de proteção pessoal contra a exposição à radiação ultravioleta incluem o uso de EPIs apropriados para essa atividade. Os **EPIs** são de fundamental importância para proteger os profissionais individualmente, minimizando qualquer tipo de risco para o trabalhador. O uso dos equipamentos de proteção individual é determinado pela Norma regulamentadora n°06, que estabelece que os **EPIs** devem ser fornecidos de forma gratuita ao trabalhador para o desempenho de suas funções dentro da empresa. É obrigação das empresas garantir que os profissionais façam o uso adequado desses equipamentos.

Os **EPIs** devem ser utilizados durante todo o expediente de trabalho, seguindo todas as determinações da organização, precisam ser mantidos em boas condições de uso e ter um certificado de aprovação do órgão competente (INMETRO), para garantir que estão em conformidade com as determinações do Ministério do Trabalho. Empregados e empregadores devem compreender a importância do uso de equipamentos de proteção no dia a dia da empresa (SIMÕES, 2011).

No caso da irradiação solar o uso de chapéus, roupas adequadas e uso de filtros solares, de preferência com fator de proteção alto. Mesmo com todos os estudos demonstrando as inúmeras implicações ao empregado que trabalha exposto ao sol, não tem sido esse o entendimento da maioria das empresas e dos órgãos fiscalizadores. Desse modo, é possível enfatizar a importância do uso do protetor solar como EPI indispensável aos trabalhadores

expostos aos raios solares, dentre eles os da construção civil, cuja própria categoria já saiu na frente e incluiu cláusula obrigatória no ACT (Autoridade para as condições de trabalho).

3. METODOLOGIA

3.1. Caracterização da Área de Estudo:

A fim de atingir os objetivos da pesquisa, foi realizada uma pesquisa de campo, através de um estudo de caso de um empreendimento da construção civil no município de Aracaju/SE.

O empreendimento analisado está localizado no Bairro Jabotiana, em Aracaju/SE. A obra refere-se a construção de um condomínio residencial, composto por 04 torres, construção do tipo painel pré-moldado. O empreendimento está sob a responsabilidade de uma Construtora com sede em Aracaju e possui no seu quadro de pessoal um total de 100 colaboradores que atuam diretamente no processo construtivo desse empreendimento.

3.2. Classificação e Instrumentos de pesquisa:

O presente estudo trata-se de uma pesquisa bibliográfica, exploratória e aplicada, baseada num estudo de caso. Bibliográfica, uma vez que foi realizado um estudo na literatura e na legislação especifica para o tema proposto. Exploratória, tendo em vista o seu objetivo de aprofundar o estudo sobre a importância a temática proposta e; aplicada, obedecendo ao conceito estabelecido por Perdigão "como aquela que tem o propósito prático e específico para gerar conhecimento ou avanço científico, tendo sua esfera de atuação mais abrangente, seja científica, industrial, econômica ou acadêmica" (PERDIGÃO, 2011, p. 110).

Esse estudo utilizou dados primários e secundários. A pesquisa de dados primários "é quando se obtém informação original a respeito de um assunto específico". Já a de dados secundários "é quando se obtém informação que foi produzido anteriormente e pode ser encontrado em qualquer lugar" (CARRAMENHA, 2012, p. 435).

Os dados primários foram coletados através da aplicação de questionário, com perguntas objetivas aplicados numa amostra delimitada dos colaboradores do empreendimento pesquisado. Já os dados secundários foram coletados através de pesquisa bibliográfica. A primeira fase da pesquisa consistiu num estudo aprofundado no estado da arte em publicações científicas. Após esta etapa, seguiu-se a elaboração e aplicação de questionários para 35 colaboradores do canteiro da obra pesquisado. O questionário objetivou obter conhecimento sobre o uso de protetor solar pelos colaboradores.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

O protetor solar ainda não é definido como Equipamento de Proteção Individual (EPI), por não ter CA – Certificado de Aprovação do Ministério do Trabalho e Emprego – e não constar no Anexo I da Norma Regulamentadora nº 006 da Portaria 3.214-78 do MTE, que trata dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI). Contudo, essa mesma Norma Regulamentadora define como EPI, todo dispositivo ou produto, de uso individual utilizado pelo trabalhador, destinado à proteção de riscos suscetíveis de ameaçar a segurança e a saúde no trabalho.

Já a Norma Regulamentadora nº 21/1997, subitem 21.2, diz: "Serão exigidas medidas especiais que protejam os trabalhadores contra a insolação excessiva, o calor, o frio, a umidade e os ventos inconvenientes sem, contudo, especificar quais seriam essas medidas" (MTE, 1997).

A Norma Regulamentadora nº 06 não classifica filtro solar como obrigatório para trabalhadores que se exponham a radiação solar, principalmente, em trabalhos a céu aberto. Por isso seria interessante que os empregadores, mesmo sem a obrigatoriedade explicitada na norma legal, fornecessem o protetor solar aos seus empregados, afinal, cabe a ele fornecerem aos empregados os EPIs adequados ao risco que os mesmos se exponham. Assim, o filtro solar, responsável por proteger contra radiações (agente físico), deveria ser de uso pessoal, sendo, portanto, Equipamento de Proteção Individual.

Ir além da NR traz benefícios não só para o empregado, mas sobretudo para o empregador que evita ações indenizatórias futuras quando daqui a 10 ou 15 anos empregados que ficaram longos períodos de trabalho expostos ao sol adquiram doenças relacionadas a essa exposição. Em Aracaju/SE, algumas empresas de construção civil já utilizam o protetor solar como EPI para os colaboradores que trabalham exposto ao sol. Todavia, essa tem sido uma prática pouco aderida pelas empresas do município. Com o fim de verificar a aplicabilidade dessa realidade, foram aplicados 35 questionários, num universo de um total de 100 colaboradores. Sendo que dos 35 colaboradores, somente 24 exercem atividades laborais expostos ao sol, conforme apresenta o Gráfico 1.

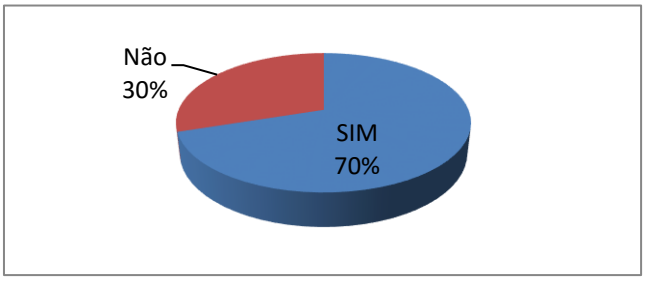

Gráfico 1: Colaboradores que trabalham expostos ao sol
Fonte: Arquivo da pesquisa (2015)

O primeiro questionamento feito aos entrevistados refere-se ao fornecimento de protetor solar pela empresa. Dos 35 colaboradores entrevistados, 100% afirmaram que a empresa fornece protetor solar. Isso representa uma iniciativa importante por parte da empresa com relação aos aspectos que tratam da segurança e proteção dos colaboradores. Segundo a pesquisa, o protetor solar fica disponibilizado em um local acessível do canteiro de obras e os colaboradores são orientados a utilizá-los todos os dias, antes do início das atividades.

É importante enfatizar que a utilização do protetor solar depende muito também da atitude e consciência do colaborador, porque mesmo que a empresa disponibilize o EPIs, é necessário que o colaborador faça o uso diariamente e com frequência. Diante disso, uma das perguntas feitas aos colaboradores refere-se à consciência deles sobre a importância do uso do protetor solar. O gráfico 2 apresenta o resultado desse questionamento.

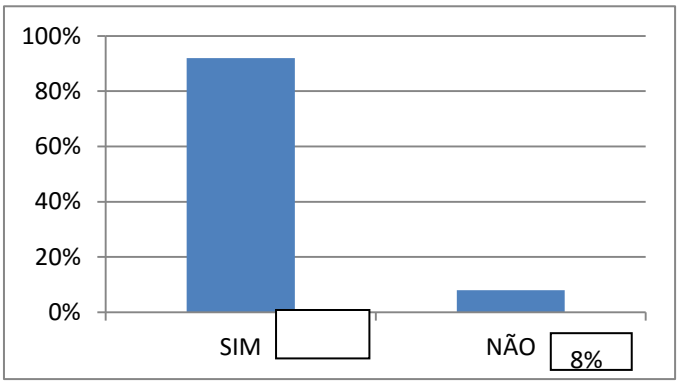

Gráfico 2: Importância do uso de protetor solar
Fonte: Arquivo da pesquisa (2015)

Conforme apresenta o gráfico 2, 92% dos colaboradores tem noção da importância do uso deste EPI no desempenho das atividades laborais da construção civil, tendo em vista a frequência da exposição ao sol. Contudo, mesmo tendo consciência da importância do uso do protetor solar, ainda existe alguma resistência dos colaboradores na sua utilização. De acordo com o questionário, somente 71,0% dos entrevistados usam o protetor diariamente no ambiente do canteiro de obras, conforme demonstra o gráfico 3.

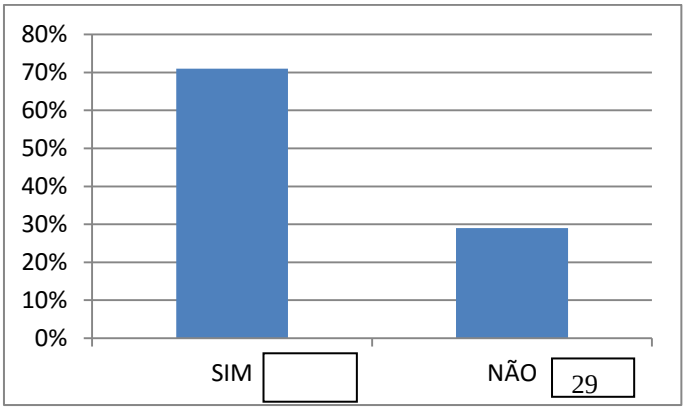

Gráfico 3: Colaboradores que utilizam protetor solar diariamente
Fonte: Arquivo da pesquisa (2015)

É importante observar que, apesar de um percentual de mais de 90% dos colaboradores tem consciência da necessidade do uso do protetor, uma parte deles ainda resiste em utilizá-lo diariamente.

Outro questionamento aos colaboradores foi sobre há quanto tempo esses colaboradores fazem o uso cotidiano do protetor solar no trabalho, o gráfico 4 apresenta o resultado desse questionamento.

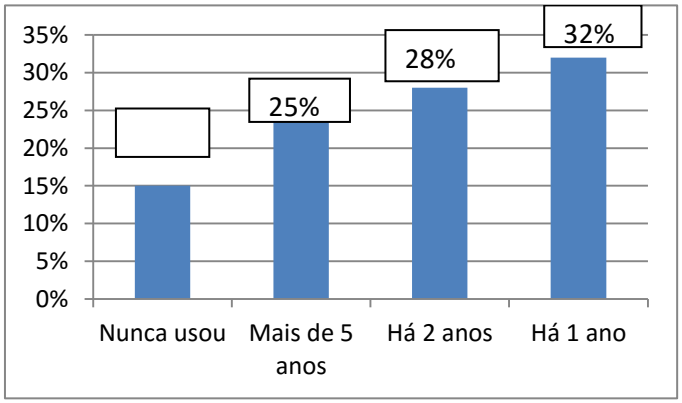

Gráfico 4: Quantidade de anos que os colaboradores uso diário do protetor solar
Fonte: Arquivo da pesquisa (2015)

Apesar de uma parcela significativa da amostra pesquisada nesse estudo utilizar o protetor solar como medida de proteção, observando, principalmente, conforme apresenta o gráfico 4, um crescimento do percentual de colaboradores que estão conscientizados da importância do uso diário desse EPI. Observa-se que uma evolução do percentual de adesão a essa prática ao longo dos anos, no empreendimento pesquisado. A adoção dessa prática contribuirá para a melhoria das condições de saúde dos colaboradores da construção civil. O investimento em ações para o bem-estar do colaborador contribui para aumento da produtividade e da qualidade do trabalho desempenhado. Contudo, o uso do protetor solar deve

também está aliado a outras iniciativas, bem como, o seu uso conjuntamente com outros equipamentos de proteção individual.

5. CONCLUSÕES

É preciso ir além da Norma Regulamentadora e estabelecer a boa prática do uso de protetor solar entre os colaboradores que trabalham exposto ao sol. A própria Norma Regulamentadora nº 1 em sua alínea 1.2 diz: A observância das Normas Regulamentadoras (NR) não desobriga as empresas do cumprimento de outras disposições que, com relação à matéria, sejam incluídas em códigos de obras ou regulamentos sanitários dos Estados ou Municípios, e outras, oriundas de convenções e acordos coletivos de trabalho. O fato é que os empregadores e empregados precisam estar cientes de que independente da necessidade de atualização e do cumprimento da legislação é preciso gerenciar a exposição dos trabalhadores ao sol, porque mais do que prezar pelo bem-estar dos funcionários será um investimento na produtividade e redução de futuras ações judiciais.

É interesse também dos fabricantes de protetor solar que o mesmo se torne obrigatório como EPI. Dessa maneira, os fabricantes têm pressionado vários sindicatos que tem incluído em seus dissídios a obrigatoriedade do uso do protetor solar. Mas ainda há um longo caminho pela frente já que mesmo para empresas que adotam o protetor solar como EPI a adesão dos colaboradores ainda não é absoluta, como demostraram os gráficos apresentados nessa pesquisa. Sendo assim, a boa prática do uso de protetor solar deve ser difundida entre os colaboradores e estimulada pelas empresas a fim de preservar a saúde do colaborador e evitar passivos futuros.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** de 1988. Disponível em: http://<www.planalto.gov.br>. Acesso em: Abril 2016.

BRASIL. **Portaria n. 3.214**, de 08 de Junho de 1978, Aprova as Normas Regulamentadoras – NR – do Capítulo V do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho, relativo à Segurança e Medicina do Trabalho. Disponível em: http://<www.planalto.gov.br>. Acesso em: Junho 2016.

CARRAMENHA, P. Administração do processo de pesquisa. In; PERDIGÃO, D.M.; HERLINGER, M.; WHITE, O.M. (org.). **Teoria e prática da pesquisa aplicada**. Rio de Janeiro/RJ: Ed. Elsevier, 2011, pp 432-439.

MS. **Doenças relacionadas ao trabalho**: manual de procedimentos para os serviços de saúde. Ministério da Saúde. Brasília (DF): 2001. pp. 13-36.

MTE - MINISTÉRIO DO EMPREGO E TRABALHO. **Norma Regulamentadora n° 001:** Segurança e medicina do trabalho -. Rio de Janeiro, 1978. Disponível em: http://www.mtps.gov.br/. Acesso em Junho 2016.

MTE - MINISTÉRIO DO EMPREGO E TRABALHO. **Norma Regulamentadora n° 006** – Equipamento de Proteção Individual. Rio de Janeiro, 1978. Disponível em: http://www.mtps.gov.br/. Acesso em Junho 2016.

MTE - MINISTÉRIO DO EMPREGO E TRABALHO. **Norma Regulamentadora n° 007:** Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional– PCMSO. Rio de Janeiro, 1994. Disponível em: http://www.mtps.gov.br/. Acesso em Junho 2016.

MTE - MINISTÉRIO DO EMPREGO E TRABALHO. **Norma Regulamentadora n° 015: -** Atividades e operações insalubres. Rio de Janeiro, 1997. Disponível em: http://www.mtps.gov.br/. Acesso em Junho 2016.

MTE - MINISTÉRIO DO EMPREGO E TRABALHO. **Norma Regulamentadora n° 021** – Trabalho à céu aberto. Rio de Janeiro, 1997. Disponível em: http://www.mtps.gov.br/. Acesso em Junho 2016.

PERDIGÃO, D.M. Introdução à pesquisa aplicada. In: PERDIGÃO, D.M.; HERLINGER, M.; WHITE, O.M. (org.). **Teoria e prática da pesquisa aplicada**. Rio de Janeiro/RJ: Ed. Elsevier, 2011, pp. 109-117.

PNUMA. **Relatório do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente**. Disponível em: http:// www.pnuma.org.br/. Acessado em: dezembro 2015.

SIMÕES, T. C.; SOUZA, N.V.do; SHOJI. S; PEREGRINO, A.A.F.; SILVA, D. Medidas de preven- ção contra câncer de pele em trabalhadores da construção civil: contribuição da enfermagem. **Rev Gaúcha Enfermagem.** Porto Alegre/RS, março de 2011. Disponível em: http://www.scielo.br. Acesso em: Janeiro de 2016.

SINDUSCON-SE. **Guia de sustentabilidade da construção civil**. Aracaju/SE, 2015.

14. CULTURA QUILOMBOLA: A COMUNIDADE QUILOMBOLA ILHA SÃO VICENTE E DAS INTENÇÕES DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Jean Bezerra da Silva
(jean.seso@gmail.com)
Alexandre Silva dos Santos Filho
(alixandresantos@gmail.com)
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

Resumo

Neste artigo apresentamos dois documentos da Política de Assistência Social que direciona atendimento e que procuram conceber a cultura quilombola em uma perspectiva de totalidade. A referida Política visa atender aos anseios da população desfavorecida socialmente e economicamente pelos mais diversos fatores que possam atingir a sociabilidade dos mais diversos segmentos sociais. Os quilombolas estão ganhando destaque junto à Política de Assistência Social na medida em que se tornam sujeitos que necessitam terem as suas particularidades respeitadas e atendidas por parte do Estado. O problema de pesquisa é expresso na seguinte assertiva: Tendo por horizonte os aspectos socioculturais e territoriais da Comunidade Quilombola Ilha São Vicente, em que medida a Política Pública de Assistência Social concebe a cultura Quilombola em uma perspectiva de totalidade? Nosso objetivo geral compreender as intenções ideológicas que subjazem na Política de Assistência Social para o

atendimento das Comunidades Quilombolas tendo por observação os aspectos socioculturais e territoriais da Comunidade Quilombola Ilha São Vicente. Neste artigo, apresentar-nos-emos dois documentos da Política de Assistência Social: *Avaliação Diagnóstica: O Guia de Políticas Sociais Quilombolas- Serviços e Benefícios do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e o II Plano Decenal de Assistência Social.* Ressaltamos que a pesquisa se encontra em fase de elaboração e que os dados apresentados centram-se em apresentar o conteúdo das duas análises documentais acima descritas. As entrevistas é outra forma de coleta de dados e se encontram em análises e por uma limitação temporal e espacial apresentamos os dois documentos da referida Política como já expresso.

Palavras-Chave: Política de Assistência Social; Quilombo e Cultura.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo é produto preliminar da pesquisa de mestrado, em andamento, junto ao Programa de Mestrado em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará- Campus de Marabá. O objeto da pesquisa é entender como a política pública de Assistência Social concebe a cultura quilombola na formulação de sua própria Política e observar os aspectos referentes ao contexto sociocultural e territorial, tomando como lócus a Comunidade Quilombola Ilha São Vicente. O problema de pesquisa é expresso na seguinte assertiva: Tendo por horizonte os aspectos socioculturais e territoriais da Comunidade Quilombola Ilha São Vicente, em que medida a Política Pública de Assistência Social concebe a cultura Quilombola em uma perspectiva de totalidade?

Nosso objetivo geral compreender as intenções ideológicas que subjazem na Política de Assistência Social para o atendimento das Comunidades Quilombolas tendo por observação os aspectos socioculturais e territoriais da Comunidade Quilombola Ilha São Vicente. Dentre os objetivos específicos, podemos destacar: conhecer os documentos legais da Política de Assistência Social que subjazem ao atendimento das Comunidades Quilombolas; identificar de que forma a Política Pública de Assistência Social vem ao encontro da dimensão cultural das Comunidades Quilombolas; e, observar os aspectos socioculturais e territoriais da Comunidade Quilombola Ilha São Vicente e a sua relação com a Política de Assistência Social.

O percurso metodológico aqui adotado pauta-se em duas formas de coleta de dados: a análise documental e as entrevistas. As análises documentais foram realizadas junto aos documentos da Política de Assistência Social a fim de perceber como tais documentais tratam da temática quilombola e como estes direcionam atendimento às comunidades em uma perspectiva de totalidade. As entrevistas tem por objetivo evidenciar como a Comunidade

Quilombola Ilha São Vicente se organiza em seus modos de vida; ilustrar como o cotidiano e como as relações sociais são tecidas na Comunidade.

Neste artigo, apresentar-nos-emos dois documentos da Política de Assistência Social: *Avaliação Diagnóstica: O Guia de Políticas Sociais Quilombolas- Serviços e Benefícios do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e o II Plano Decenal de Assistência Social.* As entrevistas encontram-se em fase de análises e por isso não as contextualizaremos neste momento assim como a história da Comunidade Quilombola Ilha São Vicente.

Destarte, consideramos que a presente proposta de pesquisa se relaciona com as dinâmicas territoriais, pois o lócus de análise é propicio e motivador de debates em função de acolher uma demanda invisibilizada pela sociedade e por parte do Estado. Uma Comunidade Quilombola deve ser preservada a fim de manter viva as tradições culturais e as formas de sociabilidade construídas com o decorrer do tempo.

2. II PLANO DECENAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (2016-2026)

O II Plano Decenal de Assistência Social que compreende o período de 2016 a 2026. O título do respectivo Plano é: Assistência Social- Acessível a Todos. Consolidar a proteção social brasileira é o aspecto central e estruturante deste II Plano Nacional de Assistência Social. O horizonte aqui projeto pelos próximos dez anos é de um sistema de proteção social que reconheça a diversidade de público atendido pela política de assistência social sendo esta acessível a todos os brasileiros.

A assistência social é uma política pública de caráter não contributivo que prevê atender às mazelas sociais junto aos mais diversos segmentos societários. Respeitar as particularidades dos mais variados perfil populacionais existentes em nosso País é uma premissa adotada pela política de Assistência Social a fim de os direitos sociais sejam realmente materializados no cotidiano de sujeitos que necessitam de amparo e proteção por parte do Estado brasileiro. O atual Plano Decenal de Assistência Social (2016-2026) almeja aprimorar cada vez mais a política de Assistência Social e consolidar o aprimoramento da gestão participativa e as instâncias de pactuação e deliberação do Sistema Único de Assistência Social.

Tornar acessível a política de Assistência Social é o objetivo central do II Plano Decenal de Assistência Social (2016-2026) a fim de que os direitos sociais sejam acessíveis a todos os brasileiros e, também, que as suas particularidades sejam respeitadas. A heterogeneidade do público da Assistência Social é amplo e o reconhecimento da diversidade é um princípio que

está sendo adotado pela Política a fim de que os cidadãos sejam visibilizados e amparados em suas necessidades mediatas e imediatas.

O II Plano Decenal de Assistência Social prevê o contínuo aperfeiçoamento institucional do Sistema Único de Assistência Social, respeitando a diversidade e heterogeneidade dos indivíduos, das famílias e dos territórios e neste sentido temos que a diversidade cultural, étnica, racial, socioeconômica são fatores que podem marcar situações de vulnerabilidade social e afetar condições de vida de sujeitos onde estes podem ter os seus direitos negados e, por conseguinte, os seus anseios não podem ser atendidos por diversos fatores, sejam eles de cunho mais objetivo e/ou subjetivo, como por exemplo, a classe social e a sua identidade enquanto um sujeito que faz parte de um grupo minitário.

Os quilombolas e os povos tradicionais são considerados um público que carrega consigo diversidades e especificidades próprias que a política de Assistência Social vem buscando contemplar. A ampliação da cobertura de atendimento a este público é um item constante neste II Plano Decenal de Assistência Social. Os direitos humanos entram em cena no tocante à defesa das particularidades de grupos sociais específicos, e neste ínterim, a questão quilombola e os povos e comunidades tradicionais ganham destaque nesta seção do II Plano Decenal de Assistência Social.

O respectivo II Plano Decenal de Assistência Social (2016-2026) concebe que os povos e as comunidades tradicionais possuem formas próprias de organização social e que o uso dos recursos naturais visam a atender às suas sobrevivências e que a reprodução cultural é transmitida de geração para geração. Os diversos espaços territoriais e a diversidade sociocultural que está presente no cotidiano dos mais diversos segmentos societários é uma necessidade e uma realidade a que a política de Assistência Social vem buscando atender.

Para se ter universalidade e equidade em uma política pública deve-se levar em consideração as diversidades socioculturais dos mais diversos segmentos sociais como um todo. Os quilombolas aqui são considerados grupos específicos que possuem especificidades próprias e que apresentam uma relação com o território em que ocupam. A concepção de território adotada pelo II Plano Decenal de Assistência Social (2016-2026) é a de que o espaço territorial é o lócus onde as relações sociais são estabelecidas e é impossível dissociar populações específicas de seus territórios.

A característica de invisibilidade social dos grupos específicos é uma perspectiva que a política de Assistência Social vem procurando modificar a fim de tais grupos possam ter acesso a bens e serviços com mais qualidade e eficiência. A Secretaria de Políticas de Promoção da

Igualdade Racial criada em 2003, o Decreto nº 6.040/2007 que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais são exemplos de esforços adotados por parte do poder estatal em considerar a particularidade de grupos específicos.

Conforme o texto base do II Plano Decenal de Assistência Social (2016- 2026), entre 2004 e 2015 foram 2.648 Comunidades Remanescentes de Quilombos registradas no governo federal, e, no Cadastro Único dos programas sociais do Governo Federal, em 2015, havia um total de 140 mil famílias quilombolas cadastradas. A certificação de uma Comunidade Quilombola é o estágio inicial no processo de titulação da terra como território quilombola.

Conforme os dados constantes no II Plano Decenal de Assistência Social (2016-2026), os grupos tradicionais específicos, onde se incluem os quilombolas, vivenciam situações de situações de extrema pobreza e se constituem grupos com maior vulnerabilidade social e econômica além de não disporem, em sua maioria, de água encanada, energia elétrica e saneamento básico.

Expandir a rede de atendimento sócio assistencial para os grupos e povos tradicionais permitirá um impacto significativo positivo em suas condições de vida. A segurança da renda perpassa outros aspectos da vida social e possibilita acesso a bens e demais serviços que são adquiridos pelo viés econômico. Neste sentido de ampliação de atendimento aos povos e comunidades tradicionais, em 2011 e 2012, o Ministério do Desenvolvimento Social cofinanciou a implantação de 1400 equipes volantes em todo o Brasil.

As perspectivas e desafios de se contextualizar sobre os povos e comunidades tradicionais é um movimento que necessita de contínuo diálogo e de aproximação com os movimentos sociais. Neste II Plano Decenal houve a aproximação do Ministério do Desenvolvimento Social com a Comissão Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais a fim de que esses grupos fossem contemplados e que seus direitos pudessem ser viabilizados.

Ir além dos quadros burocráticos da ação estatal envolve a participação direta dos usuários da política e, por conseguinte, as diversidades culturais e territoriais são ilustradas no processo de formulação do texto legal da política de Assistência Social. Somado a isso, o desenvolvimento de “metodologias específicas” de se trabalhar com os grupos específicos é uma demanda que está sendo contemplada por este II Plano Decenal de Assistência Social (2016-2026).

O território, as relações sociais dos grupos específicos- no caso de nosso estudo, os quilombolas- vem ao encontro de um imaginário de reconhecimento de direitos e de

suplementação de necessidades que são provenientes de um sistema que desumaniza o homem na sociedade e que não o concebe em sua dimensão de totalidade.

Destarte, a observação que se vale destacar ao longo desta análise do II Plano Decenal de Assistência Social (2016-2026) é que os povos e as comunidades tradicionais, no caso de nosso estudo-os quilombolas, ganham destaque em uma política pública que procura atender os seus anseios e desenvolver estratégias para que situações de vulnerabilidade social sejam evitadas e reduzidas. O esforço contextualizar constante ao longo do Plano vem em direção a uma perspectiva de direitos e de afirmação da identidade desse grupo específico.

3. O GUIA DE POLÍTICAS SOCIAIS QUILOMBOLAS- SERVIÇOS E BENEFÍCIOS DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME

O Guia de Políticas Sociais Quilombolas - Serviços e Benefícios do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome- é um documento que vem ao encontro de um público diferenciado e específico- os quilombolas. Neste documento realiza-se uma contextualização sobre a extensão da proteção social às comunidades quilombolas e a ideia multicultural é levada em consideração na condução da política de Assistência Social.

Ajudar na implementação da política de Assistência Social é o foco deste Guia que trata em específico das comunidades quilombolas assim como promover a integração junto com outras políticas sociais a fim de fortalecer estes sujeitos que necessitam terem as suas particularidades respeitadas e referenciadas.

De acordo com o presente Guia de Políticas Sociais para os Quilombolas, em 2009, havia um total de 127.147 quilombolas em todo o território nacional. E é dentro deste contexto que o objeto central de tal documento é mostrar que é possível facilitar e estimular o acesso das comunidades tradicionais aos programas, serviços e ações implementadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social nas áreas de transferência de renda, assistência social, segurança alimentar e nutricional e inclusão socioprodutiva (BRASIL, 2009).

A proteção da memória cultural e dos saberes das comunidades tradicionais quilombolas está sendo reconhecida por meio da ação do Ministério do Desenvolvimento Social e a identidade étnica e racial dos quilombolas ganham materialidade no tocante à implantação e implementação de ações voltadas para este público.

Em 2009, conforme esta publicação do Ministério do Desenvolvimento Social, existem no Brasil um total de 25 milhões de habitantes e 5 milhões de famílias que são considerados povos e comunidades tradicionais. Estes povos e comunidades tidos como tradicionais, são

“àqueles grupos sociais que vivem em contato direto com o meio ambiente, adotando formas próprias de utilização dos recursos naturais e possuindo características socioculturais diferenciadas em relação ao restante da população brasileira, ainda que com ela interagindo e compartilhando práticas e hábitos” (BRASIL, 2009, p. 11). Esta é a perspectiva adotada por este *Guia de Políticas Sociais* no tocante à identificação dos povos e das comunidades tradicionais. Também, o presente documento corrobora com o Decreto nº 6.040 de 07 de fevereiro de 2007 que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

A concepção de território utilizada neste *Guia* é a de que o território é lócus de onde as relações sociais são estabelecidas e onde há a reprodução material e cultural dos moradores que ali residem. “Estes grupos utilizam seus territórios e recursos naturais como condição para a sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, por meio de conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição” (BRASIL, 2009, p. 11).

A particularidade dos povos e comunidades tradicionais, de forma mais específica- os quilombolas-, ganharam significativamente destaque nas ações do Ministério do Desenvolvimento Social. Prova disso é que foi criado um Núcleo finalístico em cada Secretaria do respectivo Ministério, o Núcleo de Povos e Comunidades Tradicionais.

A definição adotada pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA) no tocante ao conceito de quilombo faz parte da estruturação do presente *Guia de Políticas Sociais Quilombolas* (2009) e importante tal caracterização pelo fato de evidenciar a importância no trato da questão quilombola. Para a ABA (2009), os quilombos não são grupos isolados e nem homogêneos em sua composição racial na medida em que a raça negra não é critério exclusivo de definição dos quilombolas. A ABA propiciou um avanço na conceituação do que venha a ser quilombo. O deslocamento do ideário de quilombola formulado em 1740 pelo Conselho Ultramarino é ressignificado e os quilombos passam a se inserir no tocante de grupos específicos que possuem uma relação com a sua territorialidade e com uma trajetória singular.

> A Associação Brasileira de Antropologia (ABA) considera que quilombos não são grupos isolados ou uma população homogênea em sua composição racial, ou seja, a raça negra da população não pode ser utilizada como único critério para a definição desse grupo étnico; também esses grupos nem sempre são descendentes de escravos fugidos, mas “(...) consistem em grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos e na consolidação de um território próprio” (O’Dwyer, 2002:18). A definição proposta pela ABA representou um avanço teórico e prático para os estudos que permeiam essa temática, indicando um esforço no sentido de abandonar o conceito de quilombo definido em 1740 pelo Conselho Ultramarino, o qual definia como quilombo

> "toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele" (ALMEIDA, 2002 apud BRASIL, 2009, p. 13).

O avanço no entendimento sobre o conceito de quilombo permitiu avançar na formulação de políticas sociais para o atendimento a este grupo específico. Levar-se em consideração a organização social, econômica, cultural destes grupos quilombolas na formulação de uma política pública é o parâmetro que está sendo adotado na política de Assistência Social e, em mais específico, nas ações e nos serviços do Ministério do Desenvolvimento Social. Em suma, a convergência que se apresenta neste *Guia de Políticas Sociais Quilombolas* (2009, p. 21), é a de que: "o maior desafio posto para a assistência social, no atendimento aos povos e comunidades tradicionais é, assim, o reconhecimento e a concretização dos seus direitos sociais, por meio da proteção de seus direitos e memórias culturais, suas práticas comunitárias e sua identidade racial e étnica".

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aqui, não se pode realizar uma análise mais detalhada quanto ao objeto de estudo em si e nem sobre as outras formas de coletas de dados a fim de se contemplas os objetivos propostos inicialmente. No entanto, mediante a estes dois documentos analisados da Política de Assistência Social podemos inferir que existe um direcionamento de atendimento às comunidades quilombolas e que estes sujeitos merecem serem reconhecidos por parte do Estado e terem os seus direitos assegurados. Apesar de os desafios no cenário atual serem de retração de direitos sociais e de avanço de neoliberalismo, a presente proposta de pesquisa não se atém em discutir o cenário atual das políticas públicas e, sim, entender e perceber como as ações da política de assistência social estão sendo direcionadas às comunidades quilombolas.

O que é válido considerar aqui é que a referida Política de Assistência Social busca a ampliação de seu público de atendimento e é neste contexto que ocorre a aproximação da temática quilombola com o que a política busca, a efetivação de direitos e garantias sociais. Este fim é uma realidade que as comunidades quilombolas necessitam e que sempre haverá a necessidade de ampliação deste público sendo alvo desta política.

REFERÊNCIAS

BRASIL**.** Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Avaliação Diagnostica: acesso das comunidades quilombolas aos programas do MDS**. Brasília, 2009. Disponível em:<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/PainelPEI/Publicacoes/Avalia%C3%A7%C3%A3o%20Diagn%C3%B3stica20Acesso%20das%20Comunidades%20Quilombolas%20aos%20Programas%20do%20MDS.pdf>. Acesso em 17 nov. 2016.

BRASIL**.** Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **II Plano Decenal de Assistência Social (2016-2026).** Brasília, 2016. Disponível em:< http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/II_Plano_Decenal_AssistenciaSocial.pdf>. Acesso em 17 nov. 2016.

15. O *LEAN THINKING* E A LOGÍSTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE REDES DE VAREJO NO ESTADO DO PARÁ

Jordanio Silva Santos (Unifesspa)
jordanio@unifesspa.edu.br
Sérgio Castro Gomes (PPAD-UNAMA)
sergio.gomes@unama.br
José Otávio Magno Pires (IEDAR-Unifesspa)
otaviopires@unifesspa.edu.br

RESUMO

O ambiente de negócios do varejo atual cria situações de alta competitividade entre as organizações na disputa por clientes cada vez mais exigentes. Competir neste contexto exige um alinhamento em todos os processos estruturais e de tomada de decisão das empresas. Para o varejo, um posicionamento estratégico passa pela gestão enxuta da cadeia de distribuição física dos produtos até o cliente final. O estudo objetiva analisar as contribuições que o *lean thinking*, munido de seus métodos, técnicas e ferramentas, pode oferecer para o contexto da gestão logística dentro do canal de distribuição entre redes varejistas do estado do Pará. Os princípios do pensamento enxuto representam um marco a ser seguido pelas organizações varejistas que pensam no sucesso, em todo o seu contexto de trabalho de agregação de valor ao cliente. Assim, o estudo visa demonstrar que o pensamento enxuto cabe plenamente em qualquer modelo de negócio em que haja a intenção de buscar o sucesso em seus empreendimentos. No caso da distribuição varejista no estado do Pará, o foco é promoção da mudança pela articulação dos meios disponíveis atualmente associados a um pensar estratégico, onde a melhoria possa ser percebida além das fronteiras das empresas varejistas, atingindo a entrega de valor ao consumidor.

Palavras-Chave: *Lean Thinking;* Distribuição; Varejo.

1. INTRODUÇÃO

Neste estudo, será explorada uma nova forma de pensar as organizações varejistas, principalmente quanto aos processos de suprimentos e distribuição. As mudanças precisam acontecer, mas igualmente precisam gerar os resultados desejados pelas organizações. É aqui, que entra a filosofia de gestão lean como fator determinante para o sucesso das operações varejistas.

A gestão da cadeia de suprimentos das empresas tem sido alvo de muitas pesquisas e estudos na tentativa de contribuir com a melhoria dos processos utilizados e proporcionar um

novo cenário onde as empresas sintam o impacto positivo nos resultados financeiros pela diminuição de despesas operacionais ligadas à distribuição e pela diminuição dos desperdícios com produtos em transporte e em armazenamento. Assim, a abordagem *lean* vem se destacando no meio acadêmico e corporativo pela capacidade de adaptação em qualquer processo de gestão.

Com o aumento da exigência e do conhecimento dos clientes está ficando cada vez mais difícil competir com as mesmas estratégias de antes. As instituições varejistas precisam aprender a enxergar não apenas o ponto de venda, mas toda a cadeia de suprimentos, entender o fluxo de toda a operação até o consumidor final e tirar o melhor proveito com as novas descobertas de tal forma que possa fugir da tradicional competição por preço entregando o valor que o cliente deseja.

O caminho para a mentalidade enxuta requer uma análise completa das partes e do todo de uma organização varejista com uma perspectiva de interdependência ambiental, ou seja, nos limites externos da organização. Quando o pensamento lean coloca o cliente como puxador dos processos das organizações, é a ele que se pretende entregar o valor máximo. E para isso, a empresa precisa estar preparada de todas as formas possíveis para proteger a operação contra adversidades e manter o fluxo contínuo de entrega do valor ao cliente.

Para a realidade da distribuição em redes varejistas do estado do Pará, a contribuição pode ser muito grande em função dos altos custos envolvidos nas atividades logísticas, longas distâncias dos centros fornecedores, fazendo com que as empresas procurem se proteger com altos investimentos em estoque, o que na maioria das vezes, cria muitas possibilidades de desperdícios e obsolescência de produtos, pelo descompasso entre itens estocados e a realidade da demanda. Assim, a gestão lean, será determinante para o sucesso à medida que identificará e eliminará os desperdícios, e por fim, ao colocar todo o fluxo da operação, inclusive os investimentos em estoques alinhados ao ritmo real de consumo.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A LOGÍSTICA E A ATIVIDADE DO VAREJO

As atividades varejistas são bastante impactadas pelo arranjo logístico de suas operações, tanto do ponto de vista geográfico como também pelos princípios de gestão utilizados no negócio. Os custos das operações logísticas no varejo podem assumir proporções bem maiores do que em outras atividades empresariais e que por isso, têm sido o foco das implementações de processos de melhoria. Entretanto, a visão de redução de custos foi reinventada dentro da logística empresarial varejista por representar uma grande possibilidade

de agregação de valor na conquista de clientes, passando a se identificar fortemente como grande aliada das atividades varejistas.

A nova conceituação varejista, todo o processo logístico que vai desde o fabricante ao consumidor final, deve ser considerado uma entidade única, sistêmica, em que cada parte do sistema depende das demais e deve ser ajustada visando o todo (NOVAES, 2001). O varejo é uma combinação de atividades destinadas a vender produtos e serviços diretamente aos consumidores, para uso pessoal ou doméstico (BERTAGLIA, 2009). O papel do varejista consiste em proporcionar contatos com segmentos alvos do mercado consumidor, atuando como intermediário entre a produção e o consumo.

Atento às exigências do consumidor e ao aumento da concorrência em preço e satisfação do consumidor, o varejo sofre constantes evoluções e, ultimamente, observa-se uma transferência de poder, na cadeia de abastecimento, da indústria para o varejo e deste para o consumidor final (BERTAGLIA, 2009). Dessa forma, as organizações que estão em maior contato com os consumidores ganham em importância relativa, aumentando o seu poder.

Para a gestão das operações e processos logísticos de distribuição varejista, Bertaglia (2009) recomenda o uso de modelos mistos, considerando fluxo logístico, volume e localização, em que as lojas são abastecidas diretamente pelos fornecedores em alguns produtos e complementada pelo centro distributivo em relação a outros produtos de menor rotatividade, é uma prática que começa a ser implementada e que passa fortemente pelo relacionamento com o fornecedor.

2.2 CAMINHANDO PARA A MENTALIDADE ENXUTA

Pensar a evolução das estratégias de negócios é perceber o quanto as organizações mudaram e se transformaram graças às contribuições de estudiosos e gestores proativos que estiveram sempre motivados em pensar novas formas de atuação em busca da eficiência estratégica e operacional. É nesse ambiente de gestão, que a filosofia lean encontrou seu terreno fértil, encontrando um contexto de extrema competitividade onde as organizações precisam reinventar seus processos e em alguns pontos, fazer e pensar totalmente diferente de antes.

A filosofia *lean thinking* alcançou enorme reputação mundial, sendo aplicada em todas as áreas de atividade econômica, desde organizações com fins lucrativos ao setor público, sendo já possível encontrar aplicações lean na gestão de organizações não-governamentais e sem fins lucrativos (PINTO, 2009). A validade dos princípios e das soluções lean é corroborada pelo sucesso de empresas como a Toyota Motors Corporation (TMC), que em 2007, alcançou o

patamar de topo da indústria de automóvel ao destronar da primeira posição a General Motors (GM) que, desde 1930, era classificada como a maior empresa do setor.

Em reportagem da revista Mundo Logística, foi contextualizado o surgimento da filosofia *lean*, inicialmente na manufatura japonesa conforme Rodriguez, Carlos M. T et al (2012, n.26, p.19).

> A abordagem da manufatura enxuta teve origem no Japão, no início da década de 1950, após a segunda guerra mundial, na fábrica de automóveis da Toyota. Eiji Toyoda e Taiichi Ohno iniciaram uma estruturação de um processo sistemático de identificação e eliminação de desperdícios, buscando atingir melhores níveis de produtividade e um melhor uso dos recursos da empresa.

No estudo apresentado por Rodriguez, Carlos M. T et al, "A ideia é que a abordagem do lean na logística seja uma extensão da manufatura". No varejo, um dos grandes diferenciais de sucesso é que os produtos estejam nos pontos de venda na hora em que os clientes desejá-los e nas condições originais de uso. Para isso, toda a cadeia de distribuição deverá estar focada em atender às necessidades dos consumidores.

Com a prática enxuta, as mudanças de mercado são esperadas e aceitas por que a variabilidade e flexibilidade fazem parte da mesma. Encarar esse dinamismo mercadológico tem sido o grande desafio das organizações e foi admitido pela filosofia lean como fonte de incertezas que as empresas precisavam enfrentar com processos enxutos, alinhados às variações provocadas pelos clientes finais (WOMACK & JONES, 2006).

2.3 SOLUÇÕES *LEAN THINKING*

As soluções *lean thinking* faz uso dos principais métodos e técnicas de gestão de qualidade com o objetivo promover verdadeiras mudanças no ambiente de gestão dos negócios, na cultura empresarial, na gestão dos processos, na liderança das pessoas e atingir o cliente final pela agregação de valor de suas atividades (WOMACK & JONES, 2006). São soluções enxutas que visam identificar e corrigir os pontos onde a organização está perdendo valor e estabelecer um fluxo contínuo nas operações eliminando os desperdícios e aumentando a eficiência em toda a cadeia de valor.

A oferta de técnicas, métodos e ferramentas associadas à filosofia *lean thinking* é significativa e resultam, essencialmente, das contribuições dadas pelas indústrias norte-americana e japonesa, ao longo das últimas seis décadas (PINTO, 2009). A gama de soluções diversificada e a generalidades destas é largamente conhecida pelos acadêmicos e por praticantes. No entanto, a realidade demonstra que o seu conhecimento não é suficiente para sua eficaz implementação. Assim, as soluções *lean* surgem e são implementadas com as

contribuições de outros elementos facilitadores envolvidos igualmente com o espírito da melhoria contínua.

2.3.1 Os princípios *lean thinking*

Pinto (2009) *apud* Womack & Jones (1996), identificaram cinco princípios da filosofia *lean thinking*: 1) criar valor; 2) definir a cadeia de valor; 3) optimizar o fluxo; 4) o sistema *pull*; e 5) perfeição. Para eles, a realização em sequência poderá servir como *roadmap* para a implementação da filosofia *lean* nas organizações. O autor ressalta que as organizações devem ter o cuidado para não entrar em ciclos infindáveis de redução de desperdícios, ignorando a crucial atividade de criar valor através da inovação de produtos, serviços e processos.

Não atentar para as questões que inevitavelmente levam as organizações a buscar de forma deliberada a redução de desperdícios, poderá fazer com que estas organizações caiam em histerismos de redução de desperdícios, esquecendo a própria missão e o propósito de criar valor para as partes interessadas. A CLT (2008), através dos seus esforços de investigação e desenvolvimento, propôs a revisão dos princípios *lean thinking*, sugerindo a adoção de mais dois princípios com o intuito de colocar a empresa no rumo certo, rumo à excelência e ao desempenho extraordinário: “Conhecer os stakeholders” e “ Inovar sempre”.

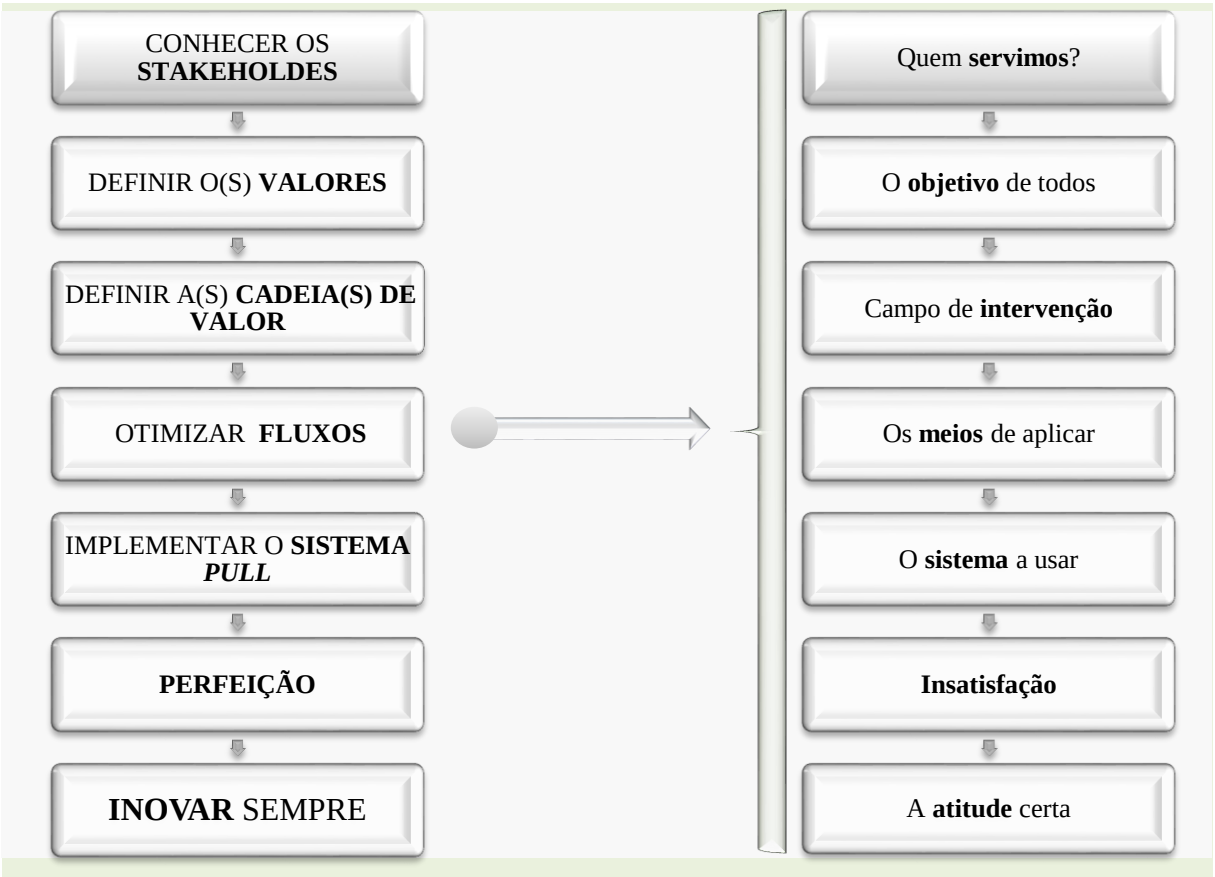

Figura 1 – Os sete princípios *lean thinking* (Fonte: Adaptado de Pinto *apud* CLT, 2008).

Se a organização tem de satisfazer simultaneamente todos os seus *stakeholders*, entregando-lhes valor, é natural que terá de definir para cada parte interessada a respectiva cadeia de valor (PINTO, 2009). Segundo o autor, a empresa deve conhecer com detalhe todos os *stakeholders* do negócio. Assim, uma organização que apenas se concentre na satisfação do seu cliente, negligenciando os interesses e necessidades das outras partes (como colaboradores), não pode lograr um bom futuro. O mesmo reforça que nesse nível é importante focalizar a atenção no cliente final e não apenas no próximo cliente da cadeia de valor.

Camelo et al (2010), assumem uma postura radical quanto aos recursos aplicados na produção, nas atividades de transporte e movimentação; estas são encaradas como desperdícios de tempo e recursos. Quaisquer excessos de manipulação de material junto as áreas de produção não agregam valor ao produto, e devem ser eliminados ou reduzidos. Já os estoques são considerados desperdícios de investimento e espaço, e, deve-se eliminar as causas geradoras de necessidade de manter estoques.

2.3.2 O *lean supply chain management* e as organizações varejistas

A aplicação dos conceitos lean nas organizações varejistas possui apoio na própria natureza da operação. O varejista deseja ter o cliente conectado com ele e os princípios lean colocam o cliente como ponto de partida para implementação dos processos de melhoria. Nesse sentido, as organizações varejistas, que trabalham tão próximas dos clientes e com um nível de intimidade acima de qualquer outro ramo de negócio, podem conseguir um grande diferencial estratégico pelo sucesso das práticas da gestão enxuta.

Para Womack e Jones (2006) a maioria das pessoas poderia pensar porque o lojista não mantém um estoque maior e não faz previsões melhores. Na verdade, esses métodos têm sido há décadas a abordagem tradicional dos varejistas em sua luta continuada para melhorar o "nível de atendimento", definido por eles como o prazo para terem em mãos exatamente o item desejado pelo cliente. Mas quando vemos como funciona o fluxo de provisão por esse método e como a demanda é imprevisível é fácil perceber porque o progresso no sentido desta meta tem sido limitado.

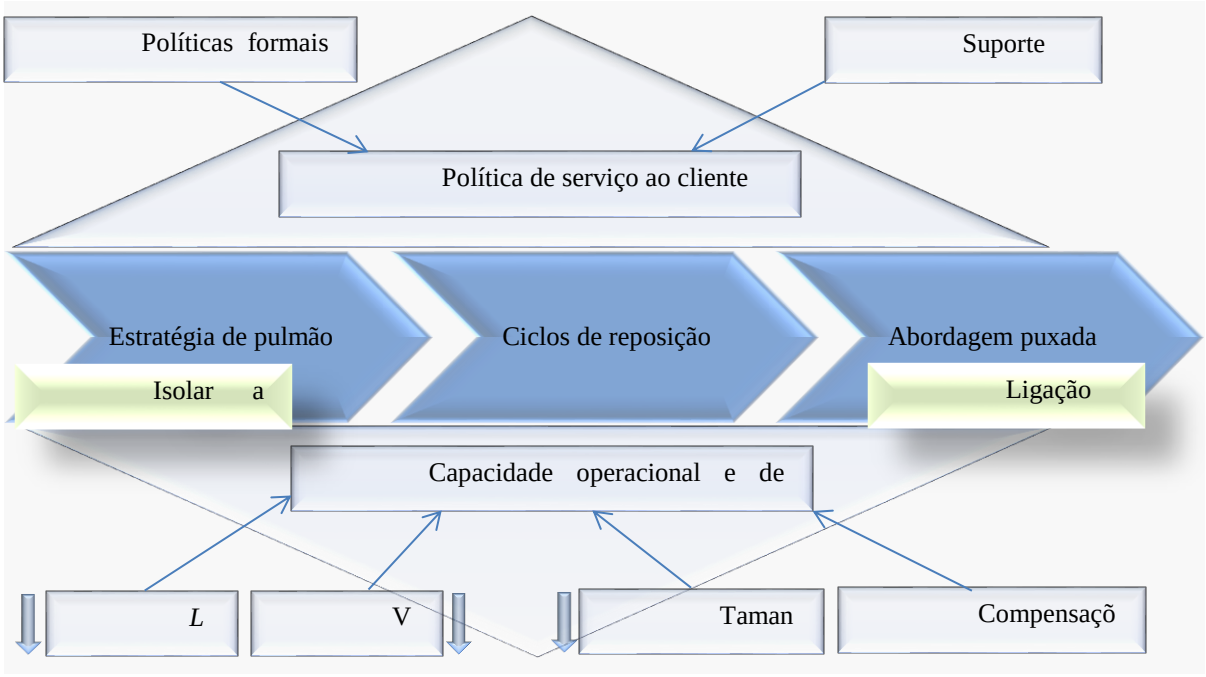

Figura 2 – Habilitadores da distribuição enxuta (Fonte: adaptado de Pinto, 2009)

Os processos de distribuição devem ser projetados para entender as necessidades dos consumidores, atendê-las e identificar de que forma a distribuição pelo varejista pode atender essas necessidades. É necessário que o canal de distribuição pelo varejista assuma a gestão do processo a partir da obtenção dos dados de demanda para a tomada de decisão. O varejista tem a capacidade de ser imbatível como fonte de informação relacionada ao consumidor e seus hábitos.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O trabalho está baseado em uma abordagem descritiva da Abordagem Lean na logística de distribuição e uma avaliação sobre sua aplicabilidade em uma rede de varejo do estado do Pará. Será focado em discutir pontos relevantes que reforcem a necessidade do uso de conceitos *Lean* na busca pela melhoria de processos e rapidez na prestação dos serviços de distribuição. Além disso, promover um entendimento geral sobre o contexto da logística empresarial e cadeia SCM, com destaque para os métodos, ferramentas e técnicas utilizadas pelo *lean thinking* na busca pela eficiência na gestão de processos.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para efeito de análise, caso uma empresa varejista tenha um centro de distribuição em Belém e possua filiais em algumas das grandes cidades, como por exemplo: Marabá, Parauapebas, Altamira e Santarém; enfrentará certamente, grande dificuldade para manter o

fluxo contínuo, com as lojas bem abastecidas e atendendo aos clientes de forma satisfatória. Considerando a forma como as redes trabalham atualmente, quando conseguem manter a linha de produtos desejada pelos clientes de forma contínua, tem de suportar um alto custo de transporte e estocagem, inclusive tendo que formar pulmões de estoque altos em todas essas cidades, pela dificuldade de abastecer. Além disso, possuem mais custos operacionais para manter as atividades dos depósitos nestas cidades, em alguns casos, tendo que abastecer mais lojas em cidades próximas.

Esses problemas acontecem de forma comum em todos os grandes varejistas que atuam em Belém e nessas cidades citadas. Pensando *lean* neste caso, uma das saídas estratégicas que mais impacta na resolução do problema é a redução dos *leads times*. Os *leads times* altos de hoje, são provocados pela dificuldade na utilização eficiente do canal de abastecimento entre estas cidades e a capital, e pelas condições do envio. Para Santarém e Altamira o envio de maior viabilidade é por balsa a qual demora em média 4 (quatro) dias na ida e 4 (quatro) dias na volta para ambas. Em se tratando de uma rede varejista que use frota própria, uma carreta enviada para Altamira, atualmente, devido a grande movimentação econômica criada pela obra da usina de Belo Monte pode demorar até uma semana para seguir do porto da cidade até a loja destino.

Além da demora no fluxo da operação de abastecimento, uma situação recorrente é que as carretas enviadas por empresas que trabalham com frotas próprias ficam praticamente mais de 15 (quinze) dias envolvidas em uma única operação de abastecimento, quando são enviadas para Santarém e Altamira. Essa particularidade impacta de forma substancial os custos da operação reforçando a necessidade de serem analisados outros meios de fazer com que esse processo de abastecimento ocorra em menor tempo.

A opção pelo serviço de terceirização do envio por transportadoras encontra barreiras nas negociações do valor do frete, já que as perspectivas de fretes de retorno são mínimas os preços se elevam bastante, fazendo com que a opção pela frota própria se torne ao menos o meio mais garantido. Assim, o transporte por carreta própria por varejistas que tem essa condição estrutural acaba ganhando força, agora, o que precisa ser feito é o despertar para o uso otimizado destes veículos partindo para um possível processo de cooperação com outras empresas varejistas.

No caso de Marabá e Parauapebas, são as condições estruturais das vias rodoviárias que oferecem os maiores obstáculos aos envios dos produtos partindo de Belém. É um trecho que envolve muito risco de acidentes fazendo com que haja um cuidado maior quanto à velocidade nos veículos, impactando em maior tempo no abastecimento. O ponto a avaliar neste caso, são

oportunidades de economia que pode surgir optando pela compra direta para as lojas, em vez abastecer por um centro de distribuição em Belém.

Como abordado em nosso estudo, a logística *lean supply chain* não se resume aos fatores de transporte. No caso do varejo paraense, cabem naturalmente todas as orientações e melhorias abordadas pela prática lean no âmbito interno das empresas e combinação dessas em busca da melhoria contínua e agregação de valor, porém o setor de distribuição merece o destaque já que nesta análise dos fatores externos é que reside o grande gargalo e o desafio maior que o pensamento lean pode enfrentar. Os *leads times* são altos, os custos com movimentação elevados, vários pontos de parada no processo de distribuição e os grandes investimentos em pulmões de estoque que as empresas tendem a fazer.

A otimização da cadeia de suprimentos neste ambiente de negócios, significa tratar o papel histórico da distribuição como pulmão entre a demanda do cliente e as capacidades interna e externa de realizar os abastecimentos nas lojas e entrega ao cliente final. Uma das possibilidades de se ampliar a capacidade externa das organizações varejistas, principalmente para Santarém e Altamira, surge com a cooperação logística entre redes varejistas concorrentes.

A cooperação pode ajudar a resolver os problemas dos *leads times*, e ainda contribuir para a redução de custos, pois criaria a possibilidade de varejistas diferentes compartilhassem o uso de suas carretas, quando não tivessem demanda suficiente para enviar uma carga completa. Certamente, essa postura ajuda a desenvolver um ambiente promissor em que a rede de cooperação na distribuição seja fomentada para uso em outros destinos dentro do estado.

Quando se propõe que haja o uso do *lean thinking* na gestão de redes varejistas no estado do Pará é defender que os gestores busquem o exercício contínuo da redução de custos, eliminação de desperdícios, diminuição de prejuízos com estoque parados, ou seja, é que as atividades de distribuição varejista sejam reconhecidas como portadores de um grande tesouro a ser descoberto. As razões para competir, neste contexto da distribuição varejista, podem ser as mesmas para cooperar. Assim, o pensar enxuto leva os gestores a enxergar o ambiente de negócios de uma forma diferente do modo tradicional que enxergavam.

É preciso descobrir as interconexões que podem motivar as empresas varejistas optarem pela cooperação na distribuição; o resultado é comprovadamente positivo. Nesse sentido, Porter (2009) cita que os vínculos sociais mantêm a coesão dos arranjos produtivos locais (que pode ser tratado como arranjo comercial local, adaptado ao nosso estudo), contribuindo para o processo de criação de valor. Para o autor, boa parte da vantagem competitiva dos arranjos produtivos locais (arranjos comerciais locais) depende do livre fluxo de informações, da

descoberta de intercâmbios e transações agregadoras de valor, da disposição de alinhar agendas e atuar além das fronteiras empresariais e da forte motivação para os aprimoramentos.

As novas articulações criadas pelo ambiente de cooperação representam formas de manifestação do pensamento enxuto, que é um cenário onde as oportunidades são exploradas ao máximo em busca da vantagem competitiva. O mapeamento das mudanças a realizar quanto à distribuição no varejo além das fronteiras das organizações é exercitado com a aplicação dos princípios *Lean Thinking*. Dessa forma, a abordagem do cenário cooperativo mostra que as organizações varejistas, além de tornarem seus processos internos enxutos através dos métodos lean, podem vislumbrar mais vantagens ao praticá-los em novas articulações no mercado de competição.

Tanto a competição quanto a cooperação podem ocorrer pela formação de alianças estratégicas. O importante é como o cliente é realmente tido no âmbito de cada organização; as economias externas obtidas com a cooperação ou na competição só vão ajudar a agregar mais valor ao cliente final, tanto para cooperar ou competir. Estamos tratando de uma etapa muito importante, que é a de distribuição, mas apenas uma; existem várias competências organizacionais pelas quais as empresaras varejistas podem adquirir vantagem competitiva. Nesse sentido, não há de existir obstáculo para a cooperação entre redes varejistas porque a relação é de ganha-ganha, inclusive para o cliente.

O cenário de cooperação percebido pelo exercício de um pensar enxuto aplicado para a gestão da distribuição de redes varejistas pode ser ampliado para outras situações inovadoras que possam surgir nesse ambiente de negócios. A gestão *lean thinking* fará com que os gestores responsáveis pelas operações de distribuição no estado do Pará percebam que existem oportunidades de agregar valor que não estão sendo utilizadas atualmente.

No contexto paraense, cabem várias análises a serem feitas sobre a atividade de distribuição por redes de varejo e as descobertas positivas que podem ser feitas pela filosofia da gestão enxuta, mas esse exercício mental de gestão fica como sugestão para aprofundamento dos gestores e leitores na busca das alternativas de sucesso para seus empreendimentos. O certo é que, são novas percepções que são lançadas e podem redefinir o modo como geridas as operações, como são tratados os processos e como os gestores irão decidir colocando o cliente em primeiro lugar.

5. CONCLUSÃO

A análise dos conceitos *lean thinking* à realidade da gestão da distribuição em redes varejistas no estado do Pará, evidenciou o potencial de ganhos e agregação de valor nas atividades de distribuição, principalmente por fazer os gestores enxergar além das fronteiras organizacionais e visualizassem as oportunidades que se escondem, nas dificuldades que enfrentam hoje para fazer chegar os produtos até as lojas e aos clientes.

A mentalidade enxuta, usada para gerir a distribuição no varejo no Pará, promove grandes mudanças na forma de enxergar a operação varejista. Além das reviravoltas operacionais que fazem parte do processo, uma das possibilidades é que haja uma integração em cadeias de suprimentos diferentes, inclusive entre concorrentes a fim de baixar o custo das operações de suprimento.

Com o pensamento enxuto, as organizações varejistas começam a superar os desafios mercadológicos com mais naturalidade já que a variabilidade ambiental é considerada antes de estabelecer os fluxos de trabalho dentro da filosofia *lean*. O reconhecimento do dinamismo do ambiente nos processos de distribuição varejista parte exatamente com o grande diferencial do pensamento enxuto, que é colocar o cliente final como ponto de partida das mudanças mais importantes a serem implementadas.

O caminho para o pensamento enxuto nas atividades de distribuição, em particular do varejo paraense, se inclui como rota obrigatória para as organizações varejistas que pensam em ter sucesso diante dos concorrentes e superar as barreiras inerentes ao ambiente geográfico e negocial de atuação.

O redesenho promovido pelas organizações varejistas em busca da gestão enxuta no âmbito da logística de distribuição, contribuirá decisivamente para o sucesso destas. As organizações irão descobrir os tesouros escondidos na operação de distribuição, valores jogados fora com processos mal elaborados, compras acima da demanda, avarias em excesso por manuseio acima da capacidade operacional dos depósitos, dentre outras variantes que serão detectadas com a implementação da filosofia lean.

As lições extraídas das experiências do *lean supply chain management* alimentam os processos operacionais de forma interfuncional ao colocar todos os departamentos focados em agregar valor ao cliente final. Isso não ocorre por acaso, o *lean thinking* é implementado na prática das organizações pelo uso de métodos, ferramentas e técnicas de qualidade, fazendo uso de métricas para avaliar o nível de conformidade e desempenho dos projetos em relação aos objetivos traçados.

As práticas do pensamento enxuto para a distribuição em redes varejistas do estado do Pará tem o poder de abrir novos horizontes, novos cenários em que os gestores possam entender como as organizações varejistas podem se articular para obter vantagem competitiva. A contribuição do *lean thinking* se insere dentro do contexto de gestão interna, promove as mudanças necessárias, com as metas de qualidade e em processos atingidas gera inconformismo organizacional querendo sempre mais e melhor. Desse desconforto positivo a organização passa a olhar fora de seus limites físicos e atingindo toda a cadeia *supply chain*, inclusive percebendo pontos de conexões de valor a ser articulado com redes dos concorrentes.

REFERÊNCIAS

BERTAGLIA, Paulo Roberto. Logística e Gerenciamento da cadeia de abastecimento. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

NOVAES, Antônio Galvão. **Logística e Gerenciamento da Cadeia de Distribuição**: estratégia, operação e avaliação. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

PORTER, Michael E. Competição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

PINTO, Joao Paulo. **Pensamento *Lean***: A filosofia das organizações vencedoras. Lisboa: Lidel, 2009.

SCHUMPETER, Joseph Alois, 1883-1950. **Teoria do desenvolvimento econômico**: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. 3.ed. – São Paulo: Nova Cultural, 1988.

SIMCHI-LEVI, David *et al*. **Cadeia de Suprimentos**: projeto e gestão. Porto Algre: Bookman, 2003.

WOMACK, JP; JONES, D.T. **SOLUCÕES ENXUTAS**: Como empresas e clientes conseguem juntos criar valor e riqueza. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

ZYLSTRA, Kirk D. **Distribuição *Lean***: A abordagem enxuta aplicada à distribuição, logística e cadeia de suprimentos. Porto Alegre: Bookman, 2008.

CAMELO, Gustavo Rossa *et al*. **Logística enxuta:** a abordagem lean na cadeia de suprimentos ***In***: XXX ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO – ENEGEP, 2010. São Carlos - SP. Acessado em: 13/12/2013.

RODRIGUEZ, Carlos M. T *et al.* ***Lean*** **na logística**: Uma reflexão da agregação de valor e desperdícios. **Mundo Logística.** Rio de Janeiro: Mundo. n. 26, Jan./Fev. 2012.

16. ENTRAVES E INOVAÇÕES DA PRÁTICA PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

SILVA, Josidalva de Almeida Silva
(josidalvalmeida@yahoo.com.br) [1]

[1] Especialista em Metodologia da Educação Superior pela UEPA. Especialista em Formação de Docentes e Orientadores Acadêmicos em Educação à Distância e Especialista em Organização do Trabalho

CHAVES, Neusanira Alves da Silva
(neusasilvachaves@hotmail.com) [1]
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

Resumo

O presente artigo apresenta reflexões sobre entraves e possibilidades da prática pedagógica na Educação Superior. Emprega-se, para tanto, uma pesquisa de natureza bibliográfica de caráter qualitativo, utilizando-se o método dedutivo como instrumento de compreensão da realidade. Para desenvolvimento do trabalho utilizou-se referenciais de autores como: Peters (2003); Freire (1979, 1983, 1996); Silva e Urbanetz (2011), Zainko e Pinto (2013); Borges e Touchen (2012); Ferraço (2002); Araújo (2012); Nogueira (2012); Rosenau (2012); Couto (2012); Loures e Schlemm (2006). Ao buscar atender as demandas existentes, as Instituições de Ensino Superior são desafiadas a produzir novas práticas, capazes de provocar no aluno o interesse por sua aprendizagem. Nessa perspectiva como o professor pode inovar? Como se reinventar, para desenvolver práticas pedagógicas coerentes e instigantes? Tais reflexões tornaram se necessárias com o objetivo de compreender como se processa o trabalho pedagógico no contexto universitário, quais entraves, necessidades e possibilidades para desenvolver um trabalho eficaz nesse espaço de formação humana, especialmente no momento atual. Dessa forma, enfatiza-se que o questionamento, o diálogo e a interatividade devem ser mantidos como componentes que estimulam e proporcionam aos discentes constante aprendizado. Sendo assim, orienta-se, que a prática pedagógica no Ensino Superior promova o contato do aluno com práticas investigativas em atividades que possibilitem a articulação da teoria e prática, não apenas no instrumento utilizado, mas especialmente no objetivo desenhado.

Palavras-chave: Prática pedagógica; Educação Superior; Entraves; Inovações.

1. INTRODUÇÃO

Vivemos em uma sociedade influenciada pelas transformações e tensões sociais, políticas, econômicas e culturais. Conforme ressalta Bauman (2007) "a sociedade líquido-moderna é uma sociedade em que as condições sob as quais agem seus membros mudam num tempo mais curto do que aquele necessário para consolidação, em hábitos e rotina, das formas de agir".

A Educação não fica alheia a essa complexidade de mudanças e influências. Dessa forma, nesse artigo apresenta-se um estudo sobre a prática pedagógica na Educação Superior, enfatizando possibilidades de inovação nesse ambiente.

Pedagógico pela UNINTER. Atua como Orientadora Acadêmica de Pós-graduação pela UNINTER em Redenção-PA.

[1] Especialista em Metodologia do Ensino na Educação Superior e Pedagoga pelo Centro Universitário Internacional UNINTER. Atua como Tutora pela UNINTER em Redenção-PA.

Dada essa realidade buscou-se, por meio de pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo, analisar entraves e potencialidades para a melhoria do tema pesquisado. Anseia-se analisar as questões e desafios que envolvem a docência no Ensino Superior, assim como, refletir sobre o papel do aluno e do professor nesse processo.

Ao buscar atender as demandas existentes, as Instituições de Ensino Superior – IES são desafiadas a produzir novas possibilidades interventivas, capazes de provocar no aluno o interesse por sua aprendizagem.

Nessa perspectiva como o professor pode inovar? Como se reinventar para desenvolver práticas pedagógicas inovadoras e coerentes? Tais reflexões tornaram-se necessárias para compreender como se processa o trabalho pedagógico no contexto universitário, quais os desafios, as necessidades e as possibilidades para desenvolver um trabalho eficaz nesse espaço de formação humana.

Nesse contexto, o trabalho se justifica por trazer elementos reflexivos e analíticos sobre as práticas pedagógicas no Ensino Superior. E, assim, permitir ao leitor o início de uma caminhada em busca de possibilidades de oferta de uma prática educacional mais articulada e eficaz ao graduando.

2. INOVAÇÕES DA PRÁTICA PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Historicamente, a Educação Superior tem como pressuposto o atendimento das demandas e necessidades sociais existentes com padrões mínimos de satisfação na construção do conhecimento.

Devido à revolução nas áreas científicas e tecnológicas constantemente surgem novas exigências às IES, especialmente devido inserção em uma sociedade onde o acesso à educação tornou-se fator importante para acesso e permanência no mercado de trabalho.

Diante dessa situação, as Universidades vem sendo instigadas a repensar suas práticas pedagógicas, sendo necessário que haja a criação de novos espaços que deem condição para o aluno se assumir como sujeito ativo e autonômo em seu processo de formação.

De acordo com Freire (1996),

> Uma das tarefas mais importantes da prática educativo-crítica é propiciar as condições em que os educandos em suas relações uns com os outros e todos com o professor ou a professora ensaiam a experiência profunda de assumir-se. Assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque capaz de amar. Assumir-se como sujeito porque capaz de reconhecer-se como objeto (FREIRE, 1996, p.46).

Compreende-se, mediante a afirmação de Freire, que a prática educativa deve propiciar ao aluno uma atuação mais efetiva em seu processo de ensino aprendizagem, assim como, na sociedade que está inserido. Essa ação propõe novos desafios e simultaneamente, rupturas com modelos de ensinos tradicionais e cristalizados.

Segundo Peters (2003)

> Os estudantes não são mais vistos como objetos, mas sim como sujeitos do processo de aprendizagem. Sua aprendizagem não consiste mais em receber e processar o conhecimento oferecido, mas em debater ativamente com um objeto de aprendizagem que eles mesmos selecionaram em um contexto que é definido a partir da interação simultânea com outros estudantes e no qual eles desenvolvem ou alteram estruturas cognitivas individuais (PETERS, 2003, p.133).

Nessa perspectiva, considerando o ponto de vista do autor, ressalta-se que para promover aprendizagem significativa é necessário adotar o diálogo nas escolas como possibilidade de transformação, além disso, é importante que os professores assumam uma nova postura frente a essas mudanças sociais, culturais e tecnológicas.

Cabe então, às equipes pedagógicas e professores, promoverem momentos de reflexões sobre o processo de ensino aprendizagem e as particularidades inseridas no ensino superior, sendo imprescindível o levantamento de indagações sobre as possibilidades de inovações no cotidiano universitário.

Sob essa perspectiva, enfatiza-se que o ensino deve proporcionar ao aluno uma formação significativa, capaz de desenvolver habililidades como: saber pensar, analisar, sintetizar, interpretar, articular, contextualizar e criticar criativamente, ou seja, o processo de ensino- aprendizagem deve possibilitar o desenvolvimento amplo do aluno.

Com esse enfoque, salienta-se que a prática pedagógica consiste em construir saberes e posteriormente empregar as representações testadas nas situações em que agimos. Atuando de forma incentivadora, os professores devem proporcionar aos alunos uma visão ampliada do conhecimento de forma interdisciplinar.

O questionamento deve ser mantido como um componente que estimule os discentes. Silva e Urbanetz (2011, p.28) afirmam que deve-se, "desenvolver um olhar de pesquisador, crítico e reflexivo, sobre os indicadores que emergem no contexto educativo".

Dessa forma, torna-se, necessário conhecermos as teorias e práticas educacionais, adotadas no cenário educacional. Diante dessa necessidade, confere-se destaque a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº. 9394/1996 que firma parâmetros e príncipios da Educação Nacional.

De acordo com Cury (1997) apud Zainko e Pinto (2013) “a LDBEN trouxe algumas inovações ao se estruturar em torno de dois grandes eixos: a flexibilidade e a avaliação”.

Nesse sentido, compreende-se que:

> A partir dos princípios e parâmetros recomendados pela Lei, as instituições educativas obtiveram maiores possibilidades para sistematizar, investir e inovar suas propostas, pois de maneira implícita, colaborou para introduzir mudanças nas formar de ensinar, educar, avaliar, bem como de gestão, visando qualificar a ação educacional. (BORGES E TAUCHEN, 2012, p.5)

No entanto, apesar desses princípios e parâmetros estabelecidos pela LDBEN, muitas vezes o que se nota no interior das instituições de ensino, são metodologias descontextualizadas e fragmentadas, contradizendo as propostas das políticas educacionais vigentes sobre os princípios de igualdade de oportunidades e condições sociais para todas as pessoas.

Diante dessa realidade surgem vários questionamentos: Como agir nesse contexto? Como sanar problemas e dificuldades de aprendizagem? Por meio de quais mecanismos o professor é levado a repensar sua prática?

De acordo com Ferraço (2002),

> De fato, não há “dificuldades” ou “problemas” de aprendizagem. [...] aprendemos com nossos sujeitos cotidianos que o que há são possibilidades de aprenderensinar (sic), incluindo aqui os casos patológicos. Além disso, também há escolhas por aprenderensinar (sic) determinados saberes. [...] Então, no lugar de problemas e dificuldades, propomos escolhas e possibilidades. (FERRAÇO, 2002, p. 130)

Sob esse olhar enfatiza-se, que as dificuldades e os problemas que ocorrem no contexto educativo, deve ser vistos pelo ângulo da possibilidade, construir novos caminhos para atuar na educação superior é um grande desafio proposto para o professor.

Segundo Araújo (2012),

> A abertura à crítica e o diálogo com o conhecimento colocam o docente na condição de aprender com as dificuldades do ensinar, ciente de que o ensino nem sempre será bem-sucedido, mas que jamais poderá perpetuar-se como discurso de uma só voz, falseando as legítimas contestações dos educandos. (ARAÚJO, 2012, p.114)

Sentido assim, fica evidente que organizar o trabalho a partir do diálogo e da coletividade é o ponto de partida e de chegada para atingir sucesso na oferta de um ensino de qualidade. É de grande valia se sensibilizar com as necessidades dos alunos e buscar a melhoria da prática pedagógica aprimorando cada vez mais o ensino no interior das universidades. Nessa perspectiva, propõe-se ao professor um novo pensar sobre sua atuação no espaço universitário.

3. O ENSINO SUPERIOR NA ATUALIDADE: ENTRAVES E POSSIBILIDADES

O Ensino Superior, tal como vemos e entendemos sua prática atual, exige revisões de concepções, espaços de adesões e mudanças de atitudes dos envolvidos no processo de ensino aprendizagem. Dessa forma, a proposta inserida no contexto universitário instiga o desenvolvimento de um novo olhar para o trabalho pedagógico nas Universidades.

Para Nogueira (2012),

> [...] o importante é nos conscientizarmos da necessidade de rever nossos paradigmas e, com base nisso, "dar um passo de cada vez", sem ter a ansiedade de resolver tudo "para ontem". O que não podemos mais admitir é a postura de alguns professores, alunos e instituições de ensino que ainda concebem o professor como detentor do conhecimento e o aluno como ser passivo, que apenas absorve o conhecimento do mestre (NOGUEIRA, 2012, p.75) .

Nessa perspectiva, nota-se a grande necessidade de haver uma reestruturação dos conceitos sobre a oferta do Ensino Superior, por meio de análises e reflexões de docentes, discentes e instituições na busca pela ressignificação do ensino ofertado primando pela qualidade do atendimento.

De acordo com Rosenau (2012, p.67),

> A reestruturação de conceitos ocorre quando percebemos que um de nossos conhecimentos não corresponde à realidade. O processo de reestruturação do conhecimento é progressivo e um produto não somente da estrutura cognitiva do sujeito, mas também da estrutura da realidade (ROSENAU, 2012, p. 67).

De acordo com Nogueira (2012) "o papel do professor no ensino superior é ajudar o estudante a compreender, a ressignificar, a apreender e a se apropriar crítica e criativamente dos conteúdos". No mesmo sentido Couto (2012) afirma que: "[...] a dimensão a ser considerada para a formação de professores é a ressignificação".

Assim, nota-se que as perspectivas inseridas no ensino universitário atualmente acontecem sob a ótica da ressignificação, da reinvenção e da inovação. Dessa forma, é imprescindível que se dêem condição para o desenvolvimento de práticas pedagógicas coerentes e desafiadoras, que atendam as necessidades e particularidades dos alunos.

De acordo com Loures e Schlemm (2006, p.41)

> Essa nova realidade do mundo do trabalho exige profissionais diferenciados, criativos, empreendedores, com conhecimentos flexíveis, capazes de se adaptarem às constantes mudanças e de incorporarem e produzirem inovações, que tragam diferencial competitivo para as empresas. A rápida obsolescência do conhecimento exige desses profissionais um aprendizado durante toda a vida, surgindo assim à concepção de educação continuada e os conceitos de trabalhadores aprendizes e organizações que aprendem. (LOURES; SCHLEMM, 2006, p.41).

Nesse sentido, a prática pedagógica no Ensino Superior deve promover o contato do aluno com as práticas investigativas em atividades que lhes possibilitem articular de forma consistente e coerente teoria e prática. Não se trata de uma prática finita e limitada, mas de um fazer pedagógico que estimule o aprender a aprender, o aprender permanente, a busca constante pela formação e pela construção de novos saberes.

Freire (1983) apresenta a teoria como instrumento de inserção do homem na realidade. Existimos nela e construímos nossas concepções de vida social e política. Dessa forma, ressalta-se a importância da teoria na transformação da realidade, a partir de uma reflexão crítica do contexto que vivemos. Por outro lado, a prática, é concebida como a ação do homem sobre o mundo, tendo em vista sua atuação e consequentemente transformação do seu espaço social.

Ainda, segundo o autor, dessa forma compreende-se a articulação entre teoria e prática, não sendo possível dissociá-las. Nesse cenário, é evidente o poder transformador ou opressor da prática docente. Cada prática pedagógica traz consigo um conjunto de valores sociais, morais, éticos, implícitos ou explícitos que atribuem ou não um caráter libertador ao saber instigado. A educação é uma forma de intervir na realidade, Freire (1979) enfatiza que o ato pedagógico é uma ação que cria um conhecimento do mundo.

Nessa perspectiva, é importante salientar, a grande relevância de se desenvolver novas práticas docentes, tendo em vista o rompimento com as práticas pedagógicas tradicionais e modelos cristalizados. No fazer pedagógico objetivando o exercício consciente da prática profissional não é suficiente aplicação pura de tecnologias, informatização e comunicação. Deve-se sim agregar todas essas possibilidades a uma pedagogia que dê oportunidades para os alunos desenvolverem saberes em um ambiente de interação mútua.

De acordo com Loures e Schlemm (2006),

> A educação, como a conhecemos, precisa ser reinventada. Soluções distintas de aprendizagem estão sendo solicitadas de forma urgente, dadas a enormidade e a premência do desafio perante a empresa privada brasileira. A participação do sujeito no processo de aprendizagem parece essencial para assegurar a relevância e a conexão com a realidade vivida. Antes disso, contudo, há que se promover também sua inserção social. O sistema formal de ensino no país está a requerer reformas estruturais não apenas de natureza institucional, mas de ordem filosófica e pedagógica. (LOURES; SCHLEMM, 2006, p.35).

Dessa forma, entende-se que as universidades são espaços propícios a adesões e revisões de concepções da prática pedagógica. Entretanto, mais que uma mera adesão à informatização e às novas tendências educacionais, pretende-se instigar uma reflexão filosófica do saber construído na Educação Superior. Realmente estamos construindo novos saberes ou primamos

pela reprodução e discussão de conhecimentos já existentes? Em que medida as ações do Ensino Superior estão vinculadas a produção científica e estímulo a novas pesquisas? Qual o grau de envolvimento de docentes e discentes nos projetos de pesquisas e construção de novos conhecimentos?

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste trabalho constituiu-se como instrumento de grande relevância para maior compreensão sobre o desenvolvimento de práticas pedagógicas na Educação Superior. No que tange o meio acadêmico, o estudo objetiva estimular a expansão de pesquisas voltadas ao tema, podendo contribuir para o avanço teórico sobre a prática pedagógica no Ensino Superior.

Diante das inúmeras dificuldades e os problemas de aprendizagem que ocorrem no Ensino Superior propõe-se, um novo olhar para tais questões, ressaltando a importância de direcionar o olhar para o ângulo das possibilidades.

Enfatiza-se, que o questionamento, o diálogo e a interatividade devem ser mantidos como componentes que estimule e proporcione constante aprendizado nesse ambiente. Sendo assim, orienta-se que a prática pedagógica no Ensino Superior promova o contato do aluno com práticas investigativas em atividades que lhes possibilitem articular teoria e prática.

Essa articulação pressupõe uma reconfiguração nas relações educacionais onde não se admite mais uma aula apenas teórica, monótona, centrada numa pedagogia da transmissão. Mas, dada sua significação exige-se uma reconstrução articulada das teorias com a prática diária e com as necessidades da sociedade ora inserido.

A partir do debate social existente, é plausível que o docente sinta-se estimulado a utilizar metodologias alternativas e aulas dinâmicas, que instiguem os alunos, no intuito de favorecer a participação de todos. Reforça-se, entretanto, que a construção de saberes perpassa pela compreensão e análise filosófica docente de cada prática pedagógica a ser realizada no que tange suas finalidades.

Nesse sentido, deve-se desencadear um processo de mudanças nas universidades a partir de reflexões sobre o processo de ensino aprendizagem, sendo necessário haver revisão de concepções, desenvolvimento de novas práticas docentes que devem ser inovadoras e estimulantes, não apenas no instrumento utilizado, mas especialmente no objetivo desenhado.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, M. B. **Ensaios sobre a aula:** narrativas e reflexões da docência. Curitiba: Intersaberes, 2012.

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida.** Rio de Janeiro, Zahar, 2007.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei nº 9394, 20 de dezembro de 1996.

BORGES, D. S; TAUCHEN, G. **INOVAÇÃO NO ENSINO UNIVERSITÁRIO**: **PROPOSTAS E CENÁRIOS.** Disponível em: http://www.usc.br/etc/conferencias/index/php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/492/725 (Acesso em: 15 de Nov. 2016).

COUTO, A. C. R. **Ensino fundamental caminhos para uma formação integral**. Curitiba: InterSaberes, 2012.

FERRAÇO, C. E. **Redes entre saberes, espaços e tempos.** Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. **Educação como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LOURES, R. C. da R.; SCHLEMM, M. M. **Inovação em Ambientes Organizacionais teorias, reflexões e práticas.** Curitiba: Ibpex, 2006.

NOGUEIRA, M. O. G. **Aprendizagem do Aluno Adulto:** Implicações para a Prática Docente no Ensino Superior. Curitiba: Intersaberes, 2012.

PETERS, O. **A educação à distância em transição**. São Leopoldo: Unisinos, 2003.

ROSENAU, L. dos S. **Diagnósticos do fazer docente na Educação Infantil.** Curitiba: Ibpex, 2012.

SILVA, M. C. V. da; URBANETZ, S. T. **O estágio no curso de pedagogia**. Curitiba: Ibpex, 2011.

ZAINKO, M. A. S; PINTO, M.L.A.T. **Gestão da Instituição de Ensino e Ação Docente.** Curitiba: Intersaberes, 2013.

CORTELAZZO, I. B. C. **Prática pedagógica, aprendizagem e avaliação em educação à distância.** Curitiba: Ibpex, 2010.

MAIA, A. A. **Metodologia Científica, pensar, fazer e apresentar cientificamente.** Imperatriz: Ética, 2010.

17. PRESSUPOSTOS, FUNDAMENTOS E PRINCÍPIOS EPISTEMOLÓGICOS DA COMPLEXIDADE: CAMINHOS PARA A REFORMA DO PENSAMENTO[1]

Juliano Sistherenn
(juliano.s83@hotmail.com)
Damião Bezerra Oliveira

[1] Esse texto se constitui de parte de nossa dissertação de mestrado, intitulada *Princípios epistemológicos para uma pedagogia de base complexa*, apresentada no Curso de Pós-Graduação em Educação e Cultura, da Universidade Federal do Pará, Campus do Tocantins/Cametá, em 2016.

(damiao@ufpa.br)

Resumo

Nesse artigo abordamos alguns pressupostos, fundamentos e princípios epistemológicos que motivam e embasam uma educação de base complexa, em vista de uma reforma do pensamento. Reformar o pensamento da humanidade através da educação parece ser a grande utopia sonhada e empreendida por Edgar Morin. Nesse sentido, queremos pensar com ele, por meio de seus escritos e de comentadores, como essa reforma pode passar pela via pedagógica. Para Morin, a relação entre vida e pensamento é indissociável, pois o pensamento impulsiona a dinâmica da vida, da mesma forma que as experiências vividas movem o pensar. Sendo assim, como parte de nossa experiência vivida, a formação filosófica orienta nosso trabalho hermenêutico reflexivo de leitura, interpretação e produção de texto, conforme as indicações de Folscheid e Wunenburger (2006). Como método, seguimos a máxima moriniana, inspirada no verso do poeta Antônio Machado, *O caminho se faz ao andar*. Andando pelo caminho da epistemologia dominante da modernidade ocidental procuramos discutir as bases paradigmáticas das ciências, bem como compreender o processo de elaboração de uma epistemologia da complexidade. Isso nos possibilitou repensar a educação, no sentido de reformar o pensamento, tornando-o mais complexo, e assim favorecer uma religação dos saberes, em busca de um mundo melhor.

Palavras-chave: Modernidade; Epistemologia; Pensamento complexo; Reforma do pensamento.

1. INTRODUÇÃO

Parece-nos que a pergunta pelos pressupostos e fundamentos das coisas é algo bastante presente na natureza filosófica do ser humano, que se manifesta nas crianças e em todas as pessoas que não reprimiram o seu desejo natural de saber. No nosso caso, ao pensarmos em princípios epistemológicos para uma educação de base complexa, quase que espontaneamente nos remetemos aos pressupostos e fundamentos desses princípios.

Em termos mais simples, e próprio das crianças, poderíamos nos perguntar: por que uma epistemologia de base complexa? No esboço de uma primeira resposta, é possível afirmar que existe uma epistemologia de base simplificada, com fundamentos construídos a partir da redução do pensamento de autores como René Descartes e Francis Bacon, dois dos principais expoentes da modernidade, que contribuíram decisivamente para a construção do paradigma científico moderno.

> Gaston Bachelard afirma que o simples não é mais do que o resultado de uma simplificação e que a ciência contemporânea exige a introdução de novos princípios epistemológicos que ultrapassem o cartesianismo e a visão funcionalista da simplificação e da redução (MORIN, 2003, p.49).

Fazendo referência a Bachelard, Morin (2013b) diz que "[...] não há nada simples na natureza, só o simplificado" (p.176). Porém, a simplificação das leis universais não explica a realidade complexa, uma vez que reduz o todo a um de seus aspectos, o que corresponde apenas a um fragmento da realidade, que é isolado e analisado separadamente. Esse é o risco, por exemplo, do fechamento das disciplinas e da hiperespecialização.

Da mesma forma que na natureza não há nada simples, poderíamos também dizer que não há nada simples na cultura, mesmo na cultura científica que faz tentativas de simplificações. Assim como a ciência não é simples, seus autores também não o são. Por isso, ao enfatizarmos a influência do pensamento de autores como Descartes, Bacon, Kant, Comte, e outros tantos que contribuíram para o desenvolvimento da ciência moderna, não estamos com isso afirmando que esses autores, fundadores e difusores dessa ciência tenham, eles mesmos, vivido esses princípios de simplificação. Ao contrário, os princípios que eles adotaram foram muitas vezes frutos de suas experiências, e influenciados pelo contexto em que viveram.

Sendo assim, podemos perceber que o pensamento moderno nasce com espírito crítico, colocando em cheque a tradição do conhecimento vigente até então. Porém, no processo de desenvolvimento, esse mesmo pensamento tende a se cristalizar e ganha ares de dogmatismo, visto que coloca todas as outras formas de saber em dúvida, mas não admite a dúvida daquilo que seria "comprovado" cientificamente.

2. SEPARAÇÃO E REDUÇÃO: PRINCÍPIOS CARTESIANOS

Falando sobre René Descartes, pensador francês que viveu entre os anos de 1596 e 1650, Marcondes (2008) diz o seguinte:

> Homem de sua época, Descartes foi, ao mesmo tempo, viajante contumaz e homem retirado, soldado engajado em exércitos em guerra e homem em busca de tranquilidade, aliado de católicos e de protestantes, homem da corte e habitante da província, pensador isolado e correspondente da intelectualidade europeia, autor de um manual prático de esgrima e de uma das mais profundas obras de metafísica, racionalista, homem de ciência e interessado na magia e nos mistérios dos rosa-cruzes, a cuja ordem talvez tenha pertencido. É a diversidade dessas experiências que forma a matéria a partir da qual Descartes desenvolve o seu pensamento, e é por insistência do próprio Descartes que devemos compreender o pensamento filosófico como resultado da reflexão sobre a experiência da vida (p.165).

Basta lermos sua principal obra, *O discurso do método*, para sabermos que Descartes escreve em primeira pessoa, faz uma espécie de autobiografia e propõe um método de investigação pessoal. Porém, nem ele mesmo poderia prever os rumos que seu método tomou.

Talvez tenha sido o dogmatismo da ciência moderna que fez de Descartes um cartesiano, adjetivo que parece não condizer com sua filosofia construída em primeira pessoa, fruto de sua experiência de vida. Contudo, precisamos admitir que seu pensamento dá margens para esse tipo de interpretação, pois ele acreditava que para conhecer as coisas verdadeiramente, com clareza e distinção, dever-se-ia seguir os seguintes princípios epistemológicos:

> O primeiro era nunca aceitar coisa alguma como verdadeira sem que a conhecesse evidentemente como tal [...] O segundo, dividir cada uma das dificuldades que examinasse em tantas parcelas quantas fosse possível e necessário para melhor resolvê-las. O terceiro, conduzir por ordem meus pensamentos, começando pelos objetos mais simples e mais fáceis de conhecer, para subir pouco a pouco, como por degraus, até o conhecimento dos mais compostos [...] E, o último, de fazer em tudo enumerações tão completas, e revisões tão gerais, que eu tivesse certeza de nada omitir (DESCARTES, 2001, p.17).

Comentando os princípios cartesianos, Morin (2010b) diz que "No segundo princípio encontra-se, potencialmente, o princípio de separação, e no terceiro, o princípio de redução; esses princípios vão reger a consciência científica" (p.87). Entre as consequências dessa consciência está a hiperespecialização que retira os objetos de seu contexto e fragmenta-os, a fim melhor conhecê-lo, mas acaba por separar aquilo que deixa de ser o que é quando está fora do todo.

Outra tendência da separação é reduzir os objetos àquilo que é quantificável, como sugere Descartes no quarto princípio, e é enfatizado, entre outros, por Galileu quando diz que "[...] os fenômenos só podem ser descritos com a ajuda de quantidades mensuráveis" (MORIN, 2010b, p.88). Um dos problemas desse axioma é que ele ignora a subjetividade de quem conhece, e a complexidade das coisas que não se reduzem apenas a números, visto que elas são não apenas quantidade, mas também qualidade.

Para o pensamento moderno, números e tudo aquilo que indica exatidão é bem visto, tanto que a matemática e a física disputam o posto de rainha das ciências. Chega a ser curioso o fato de Pascal, um matemático do século XVII, apostar também na paixão e na fé como integrantes da dialógica da vida (MORIN, 2014). Porém, mesmo que o cientificismo não tenha sido unanimidade entre os próprios cientistas modernos, ele acabou se sobrepondo como epistemologia dominante.

Entre as missões de uma educação de base complexa está a difícil tarefa de mudar o *paradigma cartesiano*, "Epistemologicamente, trata-se de substituir o paradigma que impõe o conhecimento por disjunção e redução, por um paradigma que pretende conhecer por distinção

e conjunção" (MORIN, 2013a, p.184). Para sair desse *grande paradigma do Ocidente* faz-se necessário uma reforma do pensamento e, talvez, ela possa ser efetivar a partir de uma revisão dos pressupostos e fundamentos desse paradigma que tem suas bases no pensamento de autores como Descartes e Bacon.

3. OS ÍDOLOS DE BACON

Francis Bacon, filósofo inglês, que viveu entre os anos de 1561 e 1626 (juntamente com Descartes) é considerado um dos iniciadores da ciência moderna (AZANHA, 1992). Segundo Bacon, o conhecimento humano é influenciado por ídolos, ou seja, falsas noções que dificultam o conhecimento da realidade e impedem o avanço da ciência. Para ele, são quatro os tipos de ídolos, a saber: ídolos da tribo, ídolos da caverna, ídolos do foro e ídolos do teatro:

> Os ídolos da tribo estão fundados na própria natureza humana, na própria tribo ou espécie humana [...] Os ídolos da caverna são os dos homens enquanto indivíduos [...] Há também os ídolos provenientes, de certa forma, do intercurso e da associação recíproca dos indivíduos do gênero humano entre si, a que chamamos de ídolos do foro [...] Há, por fim, ídolos que imigraram para o espírito dos homens por meio das diversas doutrinas filosóficas e também pelas regras viciosas da demonstração. São os ídolos do teatro (BACON, 2015, p.13-15).

Os ídolos da tribo são característicos da natureza e da sociedade humana, eles dizem respeito à tendência de ver o mundo a partir das limitações da natureza humana e dos determinismos socioculturais. Nosso conhecimento esbarra na limitação dos sentidos, nos desvios provocados pelos sentimentos e na influência da cultura, pois, a tribo da qual fazemos parte coloca entraves na percepção que temos do mundo e não nos deixa ver as coisas como elas realmente são.

Os ídolos da caverna são aqueles "cultivados" pelos seres humanos individualmente, seja por uma característica própria da natureza, como por exemplo, uma deficiência; pela educação em suas múltiplas fontes; pelas experiências vividas que, apesar de serem vivenciadas numa mesma cultura, são sempre particulares. Para Bacon, essas cavernas projetam sombras sobre o conhecimento e dificultam nosso acesso à realidade, por isso, "Todo estudioso da natureza deve ter por suspeito o que o intelecto capta e retém com predileção. Em vista disso, muito grande deve ser a precaução para que o intelecto se mantenha íntegro e puro" (BACON, 2015, p.20). Essa admoestação, em si mesma boa, cria os mitos da neutralidade e da objetividade científica. Saber que compreendemos com *predileção* é importante e, justamente por isso, nosso conhecimento não é integralmente neutro, tampouco é objetivamente puro.

Os ídolos do foro se desenvolvem nas relações interpessoais, que são mediadas pela linguagem. Estes levam a divergências, incompreensões, discussões improdutivas que em nada contribuem para o desenvolvimento da ciência. De fato, a comunicação humana é passível de incompreensões. No entanto, a ciência também é mediada pela linguagem e sofre influências diversas, inclusive influências das paixões daqueles que a produzem.

Os ídolos do teatro "[...] não são inatos, nem se insinuaram às ocultas no intelecto, mas foram abertamente incutidos e recebidos por meio das fábulas dos sistemas e das pervertidas leis de demonstração" (BACON, 2015, p.22). Trata-se de filosofias e teorias científicas que, pela plasticidade das encenações de seus autores e defensores, foram internalizadas em nossa mente e são como que um filtro pelo qual vemos o mundo.

Visto que todos esses ídolos ofuscam o conhecimento real das coisas, Bacon acredita que só há um caminho para conhecer a verdade: "A formação de noções e axiomas pela verdadeira indução é, sem dúvida, o remédio apropriado para afastar e repelir os ídolos" (BACON, 2015, p.13). Somente pela indução, ou seja, pelo uso do método das ciências naturais, poderíamos nos libertar dos ídolos e progredir no conhecimento.

> Assim, é admirável que, no próprio diagnóstico das determinações socioculturais do conhecimento, Bacon indicasse que a missão do conhecimento era a de emancipar-se para tornar-se ciência. Mas, foi preciso esperar o começo do século XIX para refletir-se sobre as condições sociológicas de emancipação do conhecimento, e o fim do mesmo século para descobrir que a própria ciência podia, inconscientemente, obedecer aos ídolos" (MORIN, 2011a, p.15).

Morin reconhece o diagnóstico a respeito da emancipação da ciência feito por Bacon, e como que um prognóstico do que veio a se concretizar dois séculos depois. Ao mesmo tempo percebe que a filosofia de Bacon, que revela os ídolos da cultura, oculta ídolos que ele próprio cultua, a saber: os ídolos que dizem ser a ciência uma cultura livre de influências ideológicas.

4. A RACIONALIZAÇÃO NA EPISTEMOLOGIA MODERNA

Na esteira de Descartes e Bacon, a epistemologia moderna percorreu um longo caminho. Empirismo e racionalismo seguiram com divergências e convergências até se fundirem na filosofia de Immanuel Kant. Para ele, não fazemos experiência das coisas em si, mas apenas percebemos suas manifestações, e essa percepção se dá de acordo com as capacidade e limites próprios da razão humana de (MORIN, 2014).

Então, para Kant, a percepção dos fenômenos não necessariamente revela a realidade das coisas, mas manifesta a forma que a razão humana conhece. Assim, parece que em Kant, o

racionalismo sai em vantagem, porque, mesmo servindo-se dos dados da experiência, todo o conhecimento depende da razão, e só é possível conhecer aquilo que está dentro dos limites de uma racionalidade pura.

Aqueles que seguem uma linha mais empirista, como é o caso de Augusto Comte, e os positivistas em geral, que procuram encontrar a verdade na exatidão dos métodos científicos, não admitem como importante nada além dos dados ou fatos empíricos. Segundo Abbagnano (2000), "A característica do positivismo é a romantização da ciência, sua devoção como único guia da vida individual e social do homem, único conhecimento, única moral, única religião possível" (p.776). A partir daí é possível perceber a pretensão e a intransigência deste pensamento que pensava ser o único verdadeiro, logo as demais formas de conhecimento não teriam nenhum valor de verdade e, por isso, deveriam ser descartadas.

Acreditamos que essa crença absoluta na ciência, como a redentora da humanidade, leva a um cientificismo exacerbado. Tanto a *razão pura* kantiana quanto a *ciência pura* comteana transformam a racionalidade em racionalização, e o fazem por ignorar aquilo que não percebem e/ou por não perceber o quanto ignoram.

Para Morin (2011c), a racionalização se nutre da mesma fonte da racionalidade, porém, por se fechar em um sistema coerente de ideias, "[...] que se pretende exaustivo" (p.56), não percebe "[...] nada além de fragmentos da realidade" (p.56). Assim, essa razão, que se pretende pura e absoluta, se torna irracional.

É tênue o limite entre racionalidade e racionalização, porém, com um trabalho de autocrítica é possível identificar e distingui-las, até porque a racionalização não permite a autocrítica, mas se agarra na autoafirmação e na autodefesa. São graves as consequências da racionalização[1], porque "O pensamento racionalizador, quantificador, fundado no cálculo e que se reduz ao econômico é incapaz de conceber o que o cálculo ignora, ou seja, a vida, os sentimentos, a alma, nossos problemas humanos" (MORIN, 2011c, p.25).

Talvez a racionalização ignore todos esses problemas fundamentais porque eles são complexos, geralmente estão imersos em incertezas, contradições e, ao analisá-los, facilmente se incorre em erros. Por isso, "precisamos de uma racionalidade complexa que enfrente as incertezas sem asfixiá-las ou desintegrá-las. Isso implica uma revolução epistemológica, uma revolução no conhecimento" (MORIN, 2011c, p.43).

[1] "Já não é apenas a suficiência e a insuficiência da razão que estão em causa, é a irracionalidade do racionalismo e da racionalização. Essa irracionalidade pode devorar a razão sem que ela se dê conta" (MORIN, 2013b, p.165).

5. A CAMINHO DE UMA REVOLUÇÃO EPISTEMOLÓGICA

A revolução epistemológica, na qual Morin se filia e dá sua contribuição com o desenvolvimento do pensamento complexo, tem suas bases na crise da ideia de fundamentos, que ganha força em reflexões filosóficas dos séculos XIX e XX. “Depois que a crítica kantiana retirou do entendimento a possibilidade de atingir a “coisa em si”, Nietzsche anunciou, de outra maneira não menos radical, a inexorabilidade do niilismo; no século XX, Heidegger questionou o fundamento dos fundamentos” (MORIN, 2012, p.21).

Para Nietzsche, fundar a verdade na racionalidade humana é algo mentiroso. A própria ideia de verdade, para ele, é uma mentira. Até mesmo a linguagem, que designa o verdadeiro e o mentiroso, é apenas convenção humana, que não pode dar nenhuma garantia de acesso a essência das coisas (NIETZSCHE, 1974).

Na esteira de Nietzsche, Heidegger (1973) critica a tradição filosófica que coloca a essência do fundamento no *princípio da razão*. Para ele, o fundamento está radicado na liberdade, “porém, a liberdade é o abismo (sem-fundamento) do ser-aí [...] A não-essência (o elemento perturbador) do fundamento é, por conseguinte, unicamente “superada” no existir fático, mas nunca afastada” (p.323). O fundamento, portanto, é sempre possibilidade, abertura, e nunca algo absoluto.

Se a crise da ideia de fundamentos aparece na filosofia já no século XIX, e se intensifica no início do Século XX, nesse mesmo período as ciências ainda acreditavam estar de posse de um fundamento sólido para sustentar sua construção que tentava (e ainda tenta) se impor de maneira majestosa. Esse fundamento seria o método indutivo, proposto por Bacon, no século XVII. Contudo, no decorrer do século XX, no interior da própria ciência emerge o problema da incerteza (ALMEIDA, 2012).

Segundo Popper (2006), uma teoria só é científica se for capaz de ser falseada. Ou seja, para que uma teoria seja científica ela precisa, necessariamente, dar espaço para ser criticada, caso não resista as críticas, ela deixa de ter validade e dá lugar a outra teoria que melhor explica a realidade. Além disso, descobriu-se que na base de toda a teria científica tem algo de não científico, o que faz com que a ciência entre em crise por não conseguir fundamentar-se a si mesma (MORIN, 2011a).

Para Kuhn, a ciência não se desenvolve pela acumulação de descobertas, mas através de revoluções, que ele chama de mudança de paradigmas. Sendo que um paradigma corresponde a uma visão de mundo, na qual o cientista está inserido, este lhe possibilita ver algumas coisas e esconder outras. Essa visão só é alterada quando alguma anomalia insiste em aparecer, apesar

das repetições de algum experimento (KUHN, 1998). Quando a tradição científica é desestruturada, surge uma nova base que sustenta a prática da ciência, ou seja, acontece uma revolução científica, uma mudança de paradigma.

Conforme as discussões apresentadas, parece-nos que o panorama epistemológico da atualidade está a caminho de uma revolução que pode levar a uma reforma do pensamento. Uma mudança na maneira de ver o mundo pode estar em condições de acontecer, apesar de muitas evidências indicarem o contrário. Morin diz que sempre esperou o inesperado e, por vezes, o inesperado aconteceu. Guerras, catástrofes ambientais, incompreensão..., tudo parece apontar para um abismo, rumo ao qual a humanidade estaria caminhando[1] (MORIN, 2011c), mas uma metamorfose é possível, e ela pode ter início justamente na revolução do conhecimento.

Na trilha dessa revolução epistemológica, que poderá transformar o paradigma dominante, Morin propõe uma nova reforma do pensamento, que seja capaz torna o pensamento mais aberto, relacional, dialógico, enfim, complexo.

6. A REFORMA DO PENSAMENTO

A reforma do pensamento não é um empreendimento novo e original de Morin, ela já fez parte dos ideais de outros importantes pensadores que contribuíram para reformar o pensamento de sua época. Spinoza (1973), por exemplo, no século XVII, se propôs a fazer uma reforma do entendimento, corrigindo o intelecto, a fim encontrar a verdade das coisas.

Falando sobre Spinoza, na obra *Meus filósofos*, Morin (2014) diz que "Sua mensagem profunda é ligar Conhecimento, Compreensão, Alegria e Amor, termos que se remetem um ao outro e que dão valor e sentido à vida humana" (p.64). Por outro lado, diz Morin (2014), "Devo admitir que não aprecio muito seu desejo de coerência quase matemática. A "ordem geométrica" da Ética incomoda-me um pouco" (p.65).

Assim como Spinoza o fez em seu tempo, Morin também se propõe a reformar o pensamento de nossa época, mas o faz em uma nova perspectiva, revalorizando aspectos ignorados e desprezados pela ciência moderna, contudo, não desvalorizando o que ela produziu. Inclusive, ele nos instiga a revisitar a modernidade clássica e perceber sua complexidade profunda, geralmente ignorada. Assim como foi valorizado a "ordem geométrica" de Spinoza,

[1] "O limite da ética do conhecimento [...] é a fronteira além da qual o conhecimento científico traz em si a morte generalizada: hoje a árvore do conhecimento científico corre o risco de cair sob o peso dos seus frutos, esmagando Adão, Eva e a infeliz serpente" (MORIN, 2013b, p.36).

poderíamos valorizar também a religação entre *Conhecimento, Compreensão, Alegria e Amor* que o mesmo autor propõe.

Além de revisitar a modernidade e perceber sua contribuição, essa nova reforma deve ser mais ampla, no sentido de reformar todos os âmbitos da existência humana. Ao invés de separar e reduzir, como faz o paradigma cartesiano, trata-se agora de distinguir e religar. Essa mudança de percepção, que parece simples, pode alterar significativamente nosso modo de ver o mundo, enxergando-o em sua uni-multilateralidade, o que o torna, ao mesmo tempo, mais uno e mais diversos.

Essa reforma que distingue, contextualiza e religa os conhecimentos já foi iniciada[1], ainda que de forma marginal, e está dando sinais de que vem ganhando mais espaço nos últimos tempos. Se a cultura científica que se sobrepôs foi aquela empírica-racional, ela não era unanimidade entre os pensadores da época. Pascal, por exemplo, filósofo e matemático do século XVII, falava das razões do coração. Ou seja, é alguém que fazia parte da cultura científica renascente, mas que valorizava as paixões, os sentimentos, como algo constitutivo da vida humana, tão importante quanto a racionalidade (PASCAL, 2005).

Morin (2010a) diz que para ele, desde muito jovem, acontece esse despertar para uma sensibilidade sentimental-racional que o leva a conhecimentos diversos: "As ideias da minha adolescência, como já disse, estão dialogicamente polarizadas: verdades do coração/verdades da razão, e minhas múltiplas curiosidades me fazem ir em direção a diversos ramos do saber" (p.190).

Ainda jovem, se debruçando sobre os temas da morte e do cinema, Morin descobre a importância do imaginário e do mito na constituição humana. Então, "A partir daí o homem não se define somente, nem principalmente, pela técnica e pela razão. Define-se também pelo imaginário e pela afetividade" (MORIN, 2010a, p.196). Acreditamos que a sensibilidade para as questões afetivas seja algo comum à maioria das pessoas. Mas ainda não faz parte da consciência coletiva pensar que tudo está interligado, e que paixão e razão não são apenas coisas opostas, mas também complementares. No entanto, parece que uma revolução no pensamento, fruto dessa nova reforma, começa a se fazer sentir.

Se no campo das humanidades, especialmente na literatura, a complexidade sempre esteve presente, no campo das ciências uma revolução começou quando a ideia simplista e determinista do universo, tomada dogmaticamente no século XIX, se desfez com a descoberta

[1] "De fato, a reforma do pensamento não partiria do zero. Tem seus antecedentes na cultura das humanidades, na literatura e na filosofia, e é preparada nas ciências" (MORIN, 2010b, p.89).

da física quântica, o que permitiu repensar as bases epistemológicas que sustentam o conhecimento científico.

Mesmo que a física clássica seja contestada no âmbito científico, ela ainda influencia fortemente o meio educacional. A física quântica admite que o sujeito cognoscente influencia no conhecimento por ele produzido e que, portanto, não há conhecimento completamente objetivo[1]. Por isso, não deveríamos tentar eliminar o sujeito que conhece, mas ter consciência de que, dentre os muitos fatores que influenciam no processo do conhecimento, um deles é a subjetividade humana. Assim, o novo paradigma que está emergindo, a partir dessa reforma do pensamento, admite e tem consciência da implicação do sujeito no conhecimento como um princípio reitor da complexidade.

Também o princípio da incerteza, que é caro à epistemologia complexa, deve aparecer explicitamente nessa reforma. Se as grandes certezas científicas foram abaladas, e seus fundamentos e teorias não podem se sustentar como garantia absoluta de verdade, convém admitir a incerteza e encará-la estrategicamente como possibilidade real.

Segundo o pensamento complexo, o conhecimento também se caracteriza por ser algo inacabado, que está em constante processo de devir e é passível de reconstrução a todo momento. Dessa forma, o conhecimento acompanha o inacabamento que se manifesta na condição humana, na vida de nossa Terra-Pátria (e Mátria) e no Universo como um todo.

Admitindo a implicação do sujeito cognoscente no processo do conhecimento abrimo-nos para o princípio da incerteza e do inacabamento, os quais podem nos levar a uma racionalidade aberta. Acreditamos que esses princípios sejam de fundamental importância para tornar o pensamento complexo.

7. CONCLUSÃO

No desenvolvimento do trabalho tratamos da epistemologia moderna como fundamento e pressuposto para a elaboração da epistemologia complexa de Edgar Morin. Vimos, inicialmente, como os princípios de separação e redução, implícitos no pensamento de

[1] "Porque não é possível medir a exata posição de uma partícula? Heisenberg nos ensinou que no momento da observação ou da medição, elétrons que não foram observados previamente e que são tanto ondas como partículas, transformam-se em ondas e/ou partículas. Segundo ele, algo acontece que no processo de observação que provoca o colapso da função onda transformando-a em partícula. Sabe-se a partir daí que, em toda medição ou observação, o observador influencia de forma inesperada qual aspecto que a natureza do fóton decidirá exibir. Isto indica que o observador, no momento em que observa o objeto, passa a se relacionar com ele, criando, assim, um sistema indissociável sujeito/objeto/processo de observação. Assim, a distinção entre sujeito e objeto já não é possível, é muito mais complexo do que se supunha até então. Isto indica que ambos, sujeito e objeto, só podem existir relacionalmente" (MORAES, 2008, p.40).

Descartes, ganham forma no cartesianismo que se desenvolve na modernidade. Analisamos também o pensamento de Bacon que, mesmo lutando contra os ídolos, no desdobramento cientificismo moderno, se transformou em idolatria.

Uma ecologia das ideias, que uniu empirismo e racionalismo, transformou o pensamento racional em racionalização. E, para Morin, a racionalização é uma doença que degenera a própria razão. No entanto, parece que estamos a caminho de uma nova epistemologia que está se constituindo a partir das descobertas da própria ciência, que se tornou mais complexa, e das reflexões filosóficas a respeito dela. Nesse contexto, sem desconsiderar os achados da ciência moderna, Morin propõe uma reforma do pensamento, a fim de torna-lo complexo, para religar os saberes que o pensamento moderno fragmentou.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ALMEIDA, Maria da Conceição de. **Ciências da complexidade e educação**: razão apaixonada e politização do pensamento. Natal: EDUFRN, 2012.

AZANHA, José Mário Pires. **Uma ideia de pesquisa educacional**. São Paulo: EDUSP, 1992.

BACON, Francis. **Novum Organum ou Verdadeiras Indicações Acerca da Interpretação da Natureza.** Trad. José Aluysio Reis de Andrade. Disponível em: http://br.egroups.com/group/acropolis, acesso em março de 2015.

COMTE, Augusto. **Discurso sobre o espírito positivo; Discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo; Catecismo**. São Paulo: Abril Cultural, 1978 (Os pensadores).

DESCARTES, René. **Discurso do método**. Trad. de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FOLSCHEID, Dominique; WUNENBURGER, Jean- Jacques. Metodologia Filosófica. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

HEIDEGGER, Martin. **Sobre a essência do fundamento**. Trad. Ernildo Stein. São Paulo: Abril Cultural, 1973 (Os pensadores).

KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura**. 5. ed. Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. Trad. Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. 5. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1998.

MARCONDES, Danilo. Iniciação à história da filosofia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

MORAES, Maria Cândida. **Pensamento eco-sistêmico:** educação, aprendizagem e cidadania no século XXI. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MORIN, Edgar. **Meus demônios.** Trad. Leneide Duarte e Clarisse Meireles. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010a.

_____ **A cabeça bem feita:** repensar a reforma, reformar o pensamento. Trad. Eloá Jacobina. 18ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010b.

_____ **O método 4:** as ideias: habitat, vida, costumes, organização. Trad. Juremir Machado da Silva. 6. ed. Porto Alegre: Sulina, 2011a.

_____ **Introdução ao pensamento complexo**. Trad. Eliane Lisboa. 4.ed. Porto Alegre: Sulina, 2011b.

_____ **Rumo ao abismo?** ensaio sobre o destino da humanidade. Trad. Edgard de Assis Carvalho e Mariza Perassi Bosco. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011c.

_____ **O método 3:** conhecimento do conhecimento. Trad. Juremir Machado da Silva. 4. ed. Porto Alegre: Sulina, 2012.

_____ **A via para o futuro da humanidade**. Trad. Edgard de Assis Carvalho e Mariza Perassi Bosco. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013a.

_____ **Ciência com consciência.** Trad. Maria Alexandre e Maria Alice Doria. 15.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013b.

_____ **Meus filósofos**. Trad. Edgard de Assis Carvalho e Mariza Perassi Bosco. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2014.

MORIN, Edgar; CIURANA, Emílio Roger; MOTTA, Raúl Domingo. **Educar na era planetária:** o pensamento complexo como método de aprendizagem no erro e na incerteza humana. Trad. Sandra Trabuco Valenzuela. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2003.

NIETZSCHE, Friedrich. **Sobre a verdade e a mentira no sentido extra-moral**. Trad. Rubens Rodrigues Torres Filho. São Paulo: Abril Cultural, 1974 (Os pensadores).

PASCAL. **Pensamentos**. São Paulo: Nova Cultural, 2005 (Os pensadores).

POPPER, Karl Raimund. **Em busca de um mundo melhor**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

SPINOZA, Baruch de. **Tratado da correção do intelecto**. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

18. ANÁLISE DO PROJETO DE REVITALIZAÇÃO DE MATAS CILIARES E INCENTIVO A PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS PROMOVIDO PELO TERRA VIVA JUNTO AGRICULTORES FAMILIARES NO EXTREMO SUL DA BAHIA

Keylla Lopes de Almeida
(keyllaalmeida@unifessspa.edu.br)
Rodrigo Ribeiro de Almeida
(rodrigora@pitagoras.com.br
Andrea Hentz de Mello
(andreahentz@unifesspa.edu.br)

Resumo

Os projetos de restauração florestal e incentivo a práticas agrícolas sustentáveis em comunidades de agricultura familiar têm se mostrado uma alternativa viável à minimização dos diversos e variados impactos gerados por atividades agropecuárias. A problematização deste estudo relaciona-se a análise dos resultados pré-limitares obtidos pelo Projeto de Revitalização de Matas Ciliares e Incentivo a Práticas Agroecológicas, denominado Águas da Bahia, implantado pelo Terra Viva nas comunidades de agricultura familiar do Extremo Sul da Bahia, visando verificar se o mesmo está dentro do previsto na literatura existente para projetos com a mesma vertente e trazendo benefícios para seu público-alvo. A metodologia consistiu em observações de campo, análise de registros e aplicação de questionários semiestruturados.

Foram analisadas as ações de educação ambiental, implantação de técnicas agroecológicas, revitalização de nascentes e promoção de intercâmbios técnicos regionais. Concluiu-se que o método aplicado pelo projeto Águas da Bahia, baseado na valorização do conhecimento tradicional do homem do campo, associado a modelos técnico-científicos, vem mostrando-se bastante eficiente, propiciando resultados satisfatórios no que diz respeito ao aumento da produtividade agrícola, a melhoria da qualidade de vida e a ganhos significativos nos serviços ambientais.

1. INTRODUÇÃO

A agropecuária é historicamente uma das principais atividades econômicas desenvolvidas no Extremo Sul da Bahia, mas é também responsável pela perda da cobertura vegetação natural desta região.

O Extremo Sul baiano é privilegiado por ser abrangido em sua totalidade pelo Bioma Mata Atlântica, que de acordo com Myers e et al. (apud RODRIGUES e BRANCALION, 2009, p. 10) é um dos biomas mais importantes do mundo e detêm uma elevada biodiversidade, mas infelizmente, também carrega o dogma de ser um dos mais ameaçados, sendo considerado um hotspot para conservação, dado ao seu alto grau de endemismo e ameaças de extinções eminentes.

De acordo com Siqueira e Mesquita (2007) a expansão da atividade agropecuária tem causado danos ambientais, tais como desequilíbrio do fluxo hídrico e climático, perda de elementos da biodiversidade, poluição do solo entre outros.

A degradação do Bioma Mata Atlântica no Extremo Sul da Bahia foi resultado de modelos de agropecuária que visavam benefícios a curto prazo, sem preocupação com impactos ambientais resultantes. Esta atividade econômica associada aos demais ciclos históricos de uso do solo nesta região faz com que a mesma apresente remanescente florestais,altamente fragmentados e geralmente localizados em áreas protegidas ou em propriedades de alguns poucos agricultores.

Para Nappo et al. (2009) em função da crescente conscientização sobre a importância da preservação ambiental e do avanço das leis que disciplinam a ação humana sobre as florestas de proteção, um alto interesse vem sendo despertado para os programas de revegetação em áreas degradadas, exigindo que os conhecimentos técnico-científicos sejam rapidamente repassados aos potenciais implementadores desses programas.

Atualmente algumas entidades de diversos segmentos da sociedade vêm desenvolvendo ações voltadas para recuperação de áreas alteradas e degradadas na Mata Atlântica,

principalmente no entorno de mananciais hídricos. Conforme Nappo et. al (2009) as matas ciliares degradadas demandam prioridade para as ações de revegetação e/ou enriquecimento, uma vez que têm um papel estratégico na conservação da biodiversidade de flora e fauna e na preservação da qualidade da água.

Diante da importância da promoção de ações direcionadas para recuperação de áreas alteradas e degradadas na Mata Atlântica e a necessidade de conscientização do papel da restauração florestal em propriedades produtivas neste processo, é preciso valorizar os projetos que vem sendo desenvolvidos.

Neste contexto, este trabalho teve o objetivo de analisar os resultados pré-limitares obtidos nos primeiros 9 (nove) meses de execução do Projeto de Revitalização de Matas Ciliares e incentivo a práticas agroecológicas, denominado Águas da Bahia, implantado pelo Terra Viva nas comunidades de agricultura familiar do Extremo Sul da Bahia.

2. METODOLOGIA

Tendo como embasamento teórico inicial a metodologia de Tachizawa (1999) este trabalho consistiu em um estudo de caso, e foi desenvolvido a partir da análise de uma entidade, a ONG (Organização Não Governamental) Terra Viva, mais especificamente o Projeto de Revitalização de Matas ciliares e Incentivo a Práticas Agroecológicas denominado Águas da Bahia. O Projeto Águas da Bahia tem como diretriz estratégica a gestão e o uso sustentável dos recursos hídricos junto à agricultores familiares, sendo executado no Extremo sul da Bahia, com a intervenção direta em quatro municípios: Prado, Itanhém, Jucuruçú e Itamarajú (Quadro 1).

Município	**Comunidade**
Prado	Aldeia Nova
	Aldeia Pé do Monte
	Aruanda
Itanhém	Fortuna
	Libertadora
	Fincão
	Buri

Jucuruçú	Gado Bravo
	Farinha Lavada
	Nova Alegria
Itamarajú	Associação Santo Augostinho
	Assovale

Quadro 1 – Comunidades abrangidas pelo Projeto Águas da Bahia por município

Objetivando contribuir para gestão integrada de recursos hídricos e promoção de soberania alimentar, o Projeto Águas da Bahia executa ações de recuperação florestal de nascentes, intercâmbio de conhecimentos, implantação e potencialização de SAF`s.

Com vista ao alcance dos objetivos propostos nesta pesquisa, foram realizadas análises dos registros, documentos e publicações do projeto Águas da Bahia; observações participativas; acompanhamento das atividades de recuperação florestal realizadas pelo Terra Viva e aplicação de questionários semiestruturados junto á uma amostra dos produtores rurais beneficiados pelo projeto.

Borges e Peixoto (2006) evidenciam em seus estudos que com um enfoque cognitivo a aplicação de questionários semiestruturados é uma metodologia que se ocupa em investigar as relações das pessoas com o meio e o que elas pensam do objeto pesquisado. Furi (2008) corrobora afirmando que a mesma valoriza a autonomia do conhecimento tradicional. As entrevistas semi – estruturadas foram aplicadas com base na metodologia utilizada por Furi (2008), através de reuniões com a comunidade, observação participante, aplicação do Método Bola de Neve para a definição da amostra e elaboração de um questionário adaptado a realidade das comunidades.

Nos primeiros 9 (nove) meses de execução o projeto águas da Bahia possuía uma média de 200 famílias envolvidas diretamente em suas ações. Devido a questões de recursos materiais e demanda de tempo não foi possível realizar um censo (entrevista com todos os produtores participantes do projeto). Neste estudo foram entrevistados 1 integrante por família, utilizando-se a intensidade amostral de 50%, totalizando-se assim, 100 agricultores entrevistados, distribuídos de forma proporcional entre os municípios envolvidos no Projeto.

3. RESULTADO E DISCUSSÃO

Em se tratando de cobertura florestal, pode-se perceber que as “manchas” remanescentes de mata, em estado original ou secundário, se estendem pelo território dos 4

(quatro) municípios pesquisados, não sendo facilmente encontrados maciços significativos do ponto de vista de tamanho, mas sim, fragmentos de biodiversidade, geralmente nos topos das elevações, nascentes ou fragmentos cercados de pastagens. Estes remanescentes representam menos de 5% da área original. Além destes fragmentos, ocorrem áreas com relevante biodiversidade florestal, nos cultivos agroflorestais de cacau.

Esta diminuição considerável nos remanescentes de mata nativa e qualidade ambiental da região já vem sendo percebido pelos agricultores que nela habitam, o que é evidenciado pelas respostas destes as entrevistas socioambientais (Figura 1).

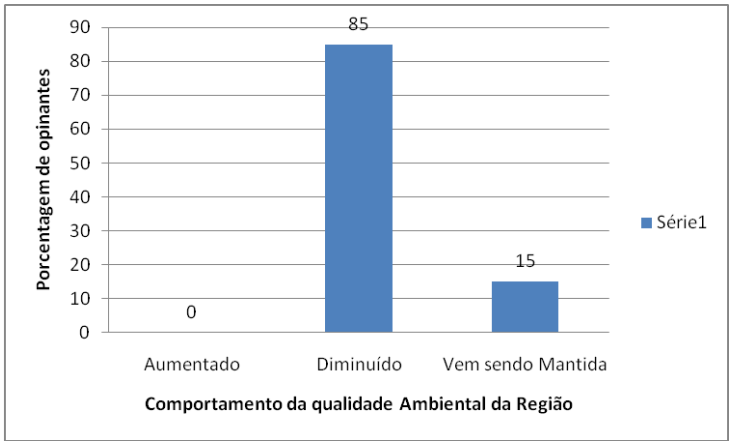

Figura 1 - Comportamento da qualidade ambiental da região na última década na opinião dos agricultores

Os produtores também têm consciência que tiveram participação direta ou indireta neste processo de degradação da Mata Atlântica, 75% em média concordam (Figura 2) que as atividades econômicas que realizam geram impactos negativos sobre o meio ambiente.

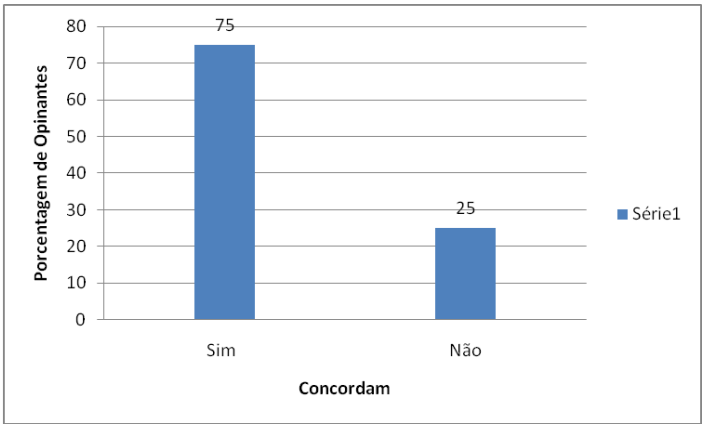

Figura 2 - índice de produtores que concordam com ideia de que suas atividades econômicas são impactantes

Nos municípios de Itanhém e Jucuruçu, as pastagens ocupam 80% do território, nestas áreas praticamente não existem matas ciliares, acarretando assoreando dos rios e secando as nascentes. A bovinocultura enraizou-se na cultura, e mesmo pequenos proprietários se concentram nesta atividade. Os demais 20% estão ocupados principalmente por cultivos agroflorestais de cacau e roçados de mandioca, com problemas ambientais e pressão antrópica sobre os fragmentos remanescentes, como: queimadas, uso de herbicidas e desmatamentos. (TERRA VIVA, 2008).

Ao longo de sua história o Extremo Sul da Bahia foi objeto de intensa exploração, através das práticas de pecuária extensiva, plantio de monoculturas, mineração e produção de carvão vegetal. Estas práticas exercem forte pressão sobre os recursos naturais renováveis, resultando em um intenso processo de desmatamento, degradação do solo e assoreamento dos cursos d'água. Os produtores foram indagados sobre atividades que exercem pressão na Mata Atlântica (Figura 3).

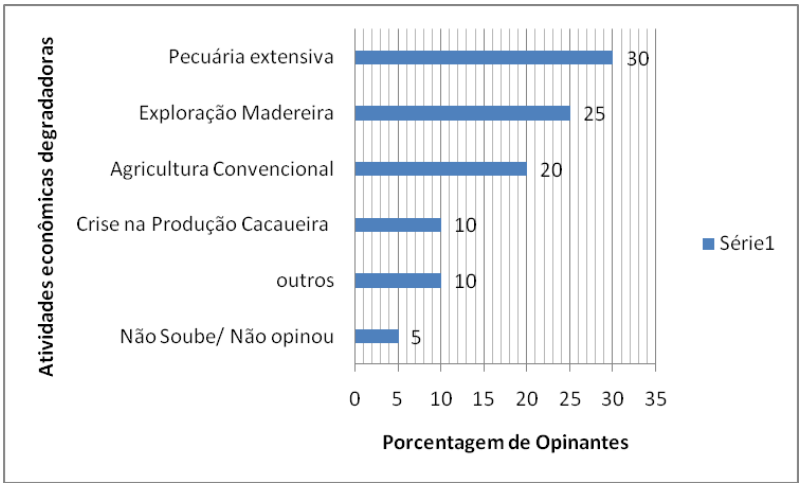

Figura 3 - Ranking das principais causas da degradação da Mata Atlântica na Região Extremo Sul da Bahia segundo os agricultores familiares.

Em relação a recuperação das matas ciliares promovidas pelo Projeto Águas da Bahia foi observado que os produtores já vem sentindo estes benefícios e apontaram os principais deles (Figura 4).

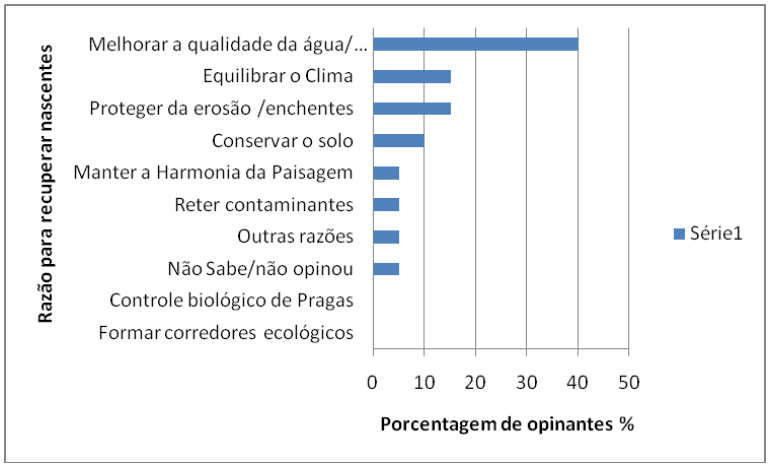

Figura 4 - Ranking dos principais benefícios ambientais que os produtores vem sentindo com a recuperação das áreas de Mata Ciliar pelo Projeto Águas da Bahia.

Pode-se perceber através das observações participativas que devido a valorização dos saberes da população local e as ações exitosas de recuperação ambiental, o projeto conquistou a simpatia e a admiração do público-alvo, constatação que pôde ser comprovada com a aplicação dos questionários (Figura 5).

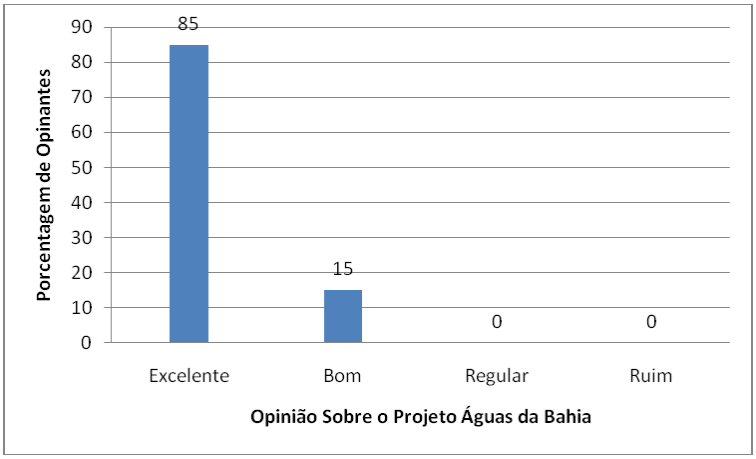

Figura 5 - Opinião dos agricultores a respeito do Projeto Águas da Bahia

Com base nas ferramentas metodológicas utilizadas foi possível constatar que aceitação do Projeto Águas da Bahia pelos agricultores contribuiu para garantia da apropriação de todos os processos e produtos oriundos desse trabalho pelas comunidades e atores envolvidos, promovendo a autonomia, a autodeterminação e o controle de todas as práticas e atividades implantadas na perspectiva da adequação ambiental. De acordo com Sena (2005) é preciso identificar os problemas socioambientais que serão abordados, a eficácia das ações previstas e de que forma contribuirão para transformar a realidade**.**

Foi diagnosticado também que uma proporção considerável de produtores tiveram a oportunidade de ter suas matas ciliares recuperadas pelo Projeto Águas da Bahia nos primeiros 9 (nove) meses de execução (Figura 6).

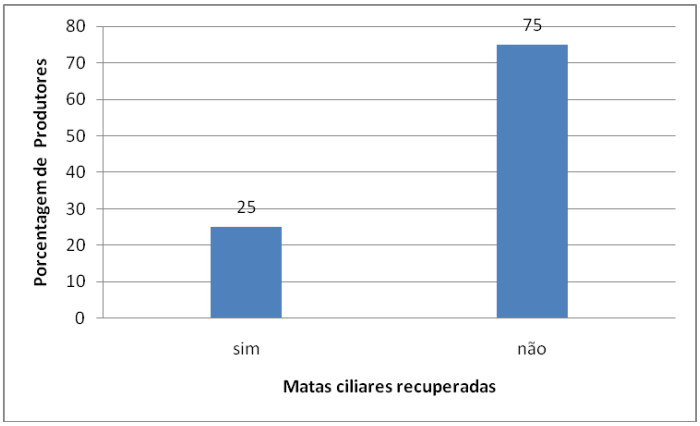

Figura 6- índice de agricultores que tiveram suas nascentes recuperadas nos primeiros nove meses do Projeto

Para Rodrigues et. al. (2009) o grande desafio da restauração florestal é fazer com que as florestas restauradas assumam gradualmente características próximas de florestas naturais, exercendo uma ampla gama de serviços ambientais, como a proteção de nascentes e cursos d' Água. Tendo como base este pressuposto Nappo (1996) refere que é fundamental que as espécies selecionadas para promover a revitalização de nascentes sejam nativas da micro-região e do Bioma onde as mesmas estejam inseridas.

Constatou-se que, nos primeiros nove meses de execução, foram plantadas nas comunidades contempladas 13.609 mudas arbóreas frutícola para recuperar ou implantar sistemas agroflorestas baseadas em culturas tradicionais como cacau, banana e café, culturas de interesse da comunidade.

Observou-se, também, que o Terra Viva não utiliza um método pré-definido para o plantio das mudas, este é realizado de forma aleatória. No entanto, são utilizadas espécies nativas da região, priorizando a diversidade biológica das áreas a serem recuperadas. As mudas são produzidas em viveiros construídos nas próprias comunidades. Sendo que as mudas só são expedidas para campo, quando já passaram pela fase de aclimatação nos viveiros, e apresentam características viáveis para o plantio. A seleção das mudas que serão plantadas são efetuadas pelos agricultores com acompanhamento da equipe técnica do projeto.

Concomitante com o processo de implantação em campo, ações de capacitação como dias de campo e intercâmbios entre os agricultores foram vivenciadas.

Além da recuperação de matas ciliares, o Águas da Bahia incentiva a adoção de técnicas

de plantio com uso de sementes crioulas, adubos e defensivos naturais, promovendo a incorporação gradativa de práticas agroecológicas nas comunidades de agricultura Familiar .

Para todas as ações são articulados mutirões comunitários de trabalho, que permitem trabalhar rapidez e aumentar o "sentimento de grupo" entre os participantes. Os mutirões já faziam parte do cotidiano de trabalho das comunidades rurais antes da implantação do Projeto Águas da Bahia

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A recuperação de matas ciliares tem sido um desafio não só para os ambientalistas, órgãos do governo e movimento socioambiental organizado, mas para todos aqueles que despertaram para a necessidade veemente de se promover uma reversão dos processos de degradação viabilizados pelas ações antrópicas.

Pode-se perceber através das observações participativas nas ações do Projeto Águas da Bahia que há dificuldades na implantação de projetos em comunidades de agricultura familiar, mas constatou-se também que estas podem ser superadas pelo relação de "pertence" que estas comunidades têm com suas terras e o desejo de vê-las prosperar, este sentimento é concretizado por meio dos esforços que eles vem tecendo em parceria com outros atores sociais para resgatar o verde e promover práticas produtivas ecológicas, garantindo sustentabilidade dos serviços ambientais e soberania alimentar a longo prazo.

Sendo assim, pode-se concluir que o Projeto de Recuperação de Matas Ciliares e incentivo a práticas agroecológicas Águas da Bahia, apesar de utilizar uma metodologia diferenciadas em relação a outros projetos ambientais desenvolvidos na Mata Atlântica, alcançou os resultados esperados para os primeiros nove meses de execução e consequentemente vem provocando transformações positivas na qualidade de vida das populações envolvidas e no meio onde as mesmas vivem e retiram seu sustento. É importante referir que em muitos aspectos o projeto Águas da Bahia supera as expectativas previstas para projetos com a mesma vertente no primeiro ano de execução.

REFERÊNCIAS

BORGES.B.A;PEIXOTO.C.G. **Etnobotânica e Comunidades Sustentáveis na APA de cairu**. São Paulo: UFRJ. www.editora.Unesp.br_30.pdf> Acesso em 30 de Abril de 2010.

FURI.K.C. **O papel da Etnobotânica na consercação dos ecossistemas**. São Paulo: UNESP.Disponivel em: www.editora.Unesp.br_30.pdf> Acesso em 30 de Abril de 2010.

NAPPO, M.E; GOMES, L.G; CHAVES M. M. F., **Reflorestamento misto com essências nativas para recomposição de matas ciliares**. Lavras: UFLA.Disponivel em: www.editora.ufla.br_30.pdf> Acesso em 31 de junho de 2010.

RODRIGUES.R.R; BRANCALION. P.H.S. **Pacto pela Restauração da Mata Atlântica: Referencial dos conceitos e ações de Restauração Florestal**. Rio de Janeiro. LERF/ESALQ:Instituto BioAtlântica, 259 .p, 2009.

SENA. Lúcia. B. **Manual de Administração e Avaliação de Projetos Socioambientais.** 2 ed, São Paulo: SMA/ CPLEA, 2005. 32p. Disponível em: //www.rits.org.br/gestão > Acesso em: 21 de Agosto de 2010.

SIQUEIRA. Ludmila. P; MESQUITA. Carlos. A.B. **Meu pé de Mata Atlântica**. Rio de Janeiro: Instituto BioAtlântica, 186 .p, 2007.

TACHIZAWA, T. **Um enfoque sistêmico ao uso da informação no apoio as decisões**. 1989. 140.f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Pós-Graduação em controladoria e contabilidade, FEA/USP.

TERRA VIVA. Centro de Desenvolvimento Agroecológico do Extremo Sul da Bahia . Disponível em: www.centroterraviva.org.br. Acesso em: 19 de outubro de 2010.

19. O PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO E EMPODERAMENTO DAS MULHERES ASSENTADAS DO CASTANHAL ARARAS

Lívia Valeska Santana Souza
(liviavaleska@hotmail.com)
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

Resumo

Este artigo toma para objeto de análise questões suscitadas pelo processo de participação e empoderamento das mulheres do Grupo de Mulheres do Araras. O assentamento Castanhal Araras, criado em 1987 está localizado no município de São João do Araguaia. Pretende-se compreender através da metodologia da história oral a importância dessas categorias participação e empoderamento das mulheres do Grupo a partir da luta pela e na terra na região Sudeste do Estado do Pará.

Palavras-Chaves: Participação; Empoderamento; Grupo de Mulheres e Gênero.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objetivo compreender através das vozes das mulheres assentadas do Castanhal Araras sua trajetória de participação e empoderamento nos processos

de luta pela e na terra, principalmente na região sudeste paraense. Para compreender a experiências dessas mulheres, valorizei a participação de um Grupo de Mulheres em específico, neste caso o Grupo de Mulheres do assentamento Castanhal Araras. Tornando-se então fundamental reaver os aspectos dessas mudanças de participação na luta pela e na terra no que se refere às relações de gênero. O Brasil como um todo tem um grave problema social em virtude da acumulação de terras, e podemos dizer que o assentamento Castanhal Araras, é um dos frutos desta tensão social, visto que o mesmo só pode ser concretizado, por meio da luta de homens e mulheres. Além disso, estudar a relação de gênero, as experiências de participação e empoderamento das mulheres do Grupo de Mulheres do Araras, não poderá se realizar sem pressupor uma compreensão das lutas travadas pelo seu grupo social no interior de relações mais amplas, especialmente no contexto da luta pela terra na região.

2. BREVE HISTÓRICO DO ASSENTAMENTO CASTANHAL ARARAS

No artigo faz-se necessário contextualizar no espaço e no tempo a criação do primeiro projeto de assentamento da reforma agrária na região sudeste do Estado do Pará. O Castanhal Araras, localizado no município de São João do Araguaia, criado sob Portaria INCRA/PA Nº 633, no dia 19 de Dezembro de 1987, com área de 5.084,8463, onde prevê a criação de 92 unidades familiares.

A história do assentamento Castanhal Araras tem inicio em 1978, quando ainda os primeiros posseiros, vindo das mais diversas regiões, principalmente dos estados do Maranhão, Tocantins, Goiás, etc. Chegaram ao Pará trazendo na mala esperança de dias melhores e o sonho de se firmar num pedaço de terra.

Para Loureiro (2014) várias áreas de castanhais foram ocupadas no sudeste do Pará, o assentamento Castanhal Araras, por sua vez, o Governo do Estado tinha concedido a venda para um particular. Conhecido por João Anastácio de Queiroz Filho. A família Queiroz, extraia dessa área do castanhal Mãe Maria, castanha para fins de comercialização. Mas com a ocupação dos posseiros nesta mesma área, as disputas ficaram acirradas. Ainda segundo a mesma autora, e passados três anos, já em 1981 as coisas foram ficando mais difíceis de compreender, e outros atores sociais mediaram a luta. Visto que, com a construção da Estrada de Ferro Carajás sob interesse da CVRD, estabeleceu entre este, os posseiros e índios um novo empasse, devido à estrada de ferro cortar a área ocupada pelos posseiros e ao mesmo tempo estar em área indígena.

Dona Zuleide, foi diretora do Grupo de Mulheres do Araras e tesoureira da Caixa Agrícola do Araras, relata sobre sua experiência juntamente com os posseiros do Mãe Maria,

onde ficaram acampados todos juntos (mulheres, homens e crianças) no INCRA durante sete meses até que o impasse fosse resolvido, e relata que "depois que mudou pra lá as coisas foram resolvida, as coisas lá do Mãe Maria, que não tava resolvida já fazia muitos anos, porque sete mês pra resolver pra quem já tava com dez anos ou mais né pra depois legalizar". A legalidade que dona Zuleide se refere é a conquista de uma área para assentar os posseiros das terras indígenas Mãe Maria, onde envolveu o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, a FUNAI, a CVRD, órgãos de assessoria popular da época como o CEPASP, o próprio INCRA, e os posseiros. Esta mobilização resultou no acordo firmado principalmente pelo INCRA, responsável por remanejar e assentar essas famílias em uma área da reforma agrária enquanto por outro lado a CVRD ficaria responsável pelas infraestruturas dentro do assentamento como escola, posto de saúde, etc.

No Castanhal Araras após as famílias já assentadas a primeira forma de organização sociopolítica foi através do sindicalismo, ou seja, a experiência com a Delegacia Sindical do Araras, que fortaleceu a organização dos trabalhadores rurais no assentamento e para além dele, segundo informações do CEPASP (1994, p. 33):

> O Sindicato foi a primeira forma de organização que a comunidade exercitou, muitos dos trabalhadores do Araras já vinham de uma longa experiência com o sindicalismo em outros lugares e foi no Polígono dos Castanhais onde esse espirito de luta via sindicato se aguçou mais ainda, no fervor da luta pela terra. Em função dessa trajetória a Delegacia Sindical do Assentamento Araras se tornou a mais forte do município, e nas instituições públicas são respeitadas pela ousadia na luta. Apresenta um número elevado equivalente a 92,2% de moradores associados.

A organização do assentamento Castanhal Araras acontece a partir do processo de formação e constituição da experiência com a Delegacia Sindical do Araras; da criação da Caixa Agrícola do Araras-CAAR(1988); e posteriormente da criação do Grupo de Mulheres do Araras (1989). Ressalta-se que o Assentamento Castanhal Araras foi o primeiro da região e acabou servindo de modelo para outros assentamentos da região.

O Grupo de Mulheres do Araras foi criado e definido, segundo o próprio Grupo, como "movimento formado por trabalhadoras rurais da comunidade, também envolvida com extrativismo, especialmente do cupuaçu". (CEPASP, 1992, p.4).

A ideia inicial do Grupo de Mulheres do Araras perpassava num primeiro momento organizacional, nesse sentido de envolve-las e conscientiza-las na participação, chama-las para o coletivo como explica Margarida, assessora social CEPASP da época:

> O grupo extrativista se organizou internamente. Começou com a horta comunitária né depois a gente foi pra atividades artesanais, crochê, bordado, pintura né. Eram atividades pra mobilizar o interesse das mulheres vim pro coletivo. Porque algumas pessoas questionam, vocês fazem o Grupo de mulheres pra elas continuarem fazendo crochê, não estariam fazendo a mesma atividade feminina. A gente dizia assim: Não. Eram atividades que mobilizavam o interesse delas vim pro coletivo, delas se sentirem participes naquele momento ai sim a gente discutia politicamente, assim sim. Então a gente vai agora pra reunião do sindicato, vai pra reunião da delegacia sindical, a gente vai pra reunião da caixa agrícola.

Ainda segundo Margarida, o processo de organização das mulheres foi lento, devido ter que mobiliza las primeiro, e instigar a ideia de que a participação das mulheres vai além das atividades artesanais como o crochê, bordado e pintura. O interesse de participar, para que o grupo alcance maior proporção, para que as mulheres pudessem passar de uma participação ao seu nível micro. O trabalho que era realizado pelas mulheres do Grupo de Mulheres do Araras, integravam as etapas de extração, beneficiamento e comercialização do cupuaçu nativo na comunidade Araras.

Na pesquisa de campo realizada no assentamento Castanhal Araras foi feito um levantamento através de conversas informais com a atual representante do Grupo de Mulheres do Araras (dona Raimunda), com o presidente da Associação do Assentamento pesquisado (Raimundo Barbosa) e com a assessora social do CEPASP à época Margarida Negreiros, sobre a relação dos nomes de todas as mulheres que participavam do grupo desde o seu início em 1989 até os dias atuais, ou seja, do período que durou o Grupo de Mulheres e Caixa Agrícola do Araras (1989 a 1997), no período de mais efervescência. Nesse sentido, foi informado que o grupo teve dois momentos importantes, o primeiro seria o processo de formação/constituição que totalizou a participação de quinze mulheres e o segundo seria o processo de continuidade, permanência e sobrevivência do grupo no assentamento que participaram doze mulheres.

3. DONAS DE SI: O EMPODERAMENTO DO GRUPO DE MULHERES DO ARARAS

O empoderamento da luta das mulheres do Grupo de Mulheres do Araras se construiu como diz na letra da música de Zé Pinto, “porque a luta não é só dos companheiros; participando sem medo de ser mulher. Pisando firme sem medir nenhum segredo; participando sem medo der mulher.

A atuação do Grupo de Mulheres do Araras foi decisiva para “abertura de portas” em diversas ações na região e fora dela. Como por exemplo, a visibilidade que a mulher conquista nas lutas pela e terra na região e nesse sentido impulsionando outras mulheres a aderirem à luta; as mudanças nas relações de gênero são alteradas quando essas mulheres estão inseridas em

espaços antes ditos dos homens, enfim. Isso só foi possível porque as mulheres participaram no processo de luta pela terra em conjunto com os homens desde a ocupação nas terras indígenas Mãe Maria, neste período (1978 a 1984), elas ainda eram minorias. Mas estavam lá, dona Raimunda, hoje atual liderança do Grupo de Mulheres do Araras relata que seu marido não deixava ela ficar no barracão que o mesmo tinha nas terras indígenas, "porque eu não acompanhei bem lá do Mãe Maria, o meu esposo nunca deixou eu ir lá não, sempre eu ficava na rua". Ainda sobre os relatos do seu marido, dona Raimunda rememora a experiência de dona Domingas e continua dizendo "ela foi uma das guerreiras que cozinhava pro pessoal, quando o pessoal corria e ficava todo mundo acampado lá na casa dela, ela era a cozinheira dessa guerra lá, sabe! ". Dona Zuleide rememora outra experiência vivida por mulheres no Mãe Maria, ela conta que " tinha, tinha sim mulher que ia, aquelas que não tinha marido e filho, eu mermo não fui. Eu ficava em casa cuidando dos filhos".

Dona Neguinha nasceu no Espirito Santo e chegou com cinco anos de idade no Pará, mãe de cinco filhos, sendo que três deles nasceram no Castanhal Araras, também participante do Grupo de Mulheres do Araras, conta com entusiasmo sua história desde o tempo do Mãe Maria e o período que ficou acampada no INCRA junto com seu marido:

> [...] então morei com meu pai lá sete ano fiquei lá até 15 anos de idade, lá o meu pai foi preso ainda no Mãe Maria pela luta da terra [...] lá arrumei um marido, vivo com ele até hoje, dia sete de abril já vai fazer 30 anos.[...] Aí lá arrumei ele e de lá nós fomo pro INCRA. Eu tava grávida, hoje meu filho tem 27 anos passei sete meses no INCRA, sai de lá passei 15 dias fora pra ganhar o menino.

Dona Balbina, também ocupou cargo de direção do Grupo de Mulheres do Araras, foi a única mulher que exerceu um mandato de direção da Caixa Agrícola do Araras. Relembra como foi sua saída da cidade do Brejo Grande do Araguaia até sua chegada ao assentamento Castanhal Araras, a mesma relata que se entregou ao movimento dos trabalhadores rurais, e foi através do seu Almir Barros e participando das reuniões realizadas no INCRA, no tempo em que os posseiros estavam acampados. Segundo dona Balbina, cinco famílias que não eram do Mãe Maria foram sorteados com um lote no Araras. A mesma acrescenta o fato de fazer parte do movimento dos trabalhadores rurais contribuiu com as chances de realizar o sonho de se firmar na terra. Ainda sobre a experiência dos posseiros do Mãe Maria, a mesma relata:

> [...] Muitos morreram no Mãe Maria, quantos morreram no Mãe Maria, teve gente que morreu matado, teve gente que morreu na guerra com a polícia, a polícia entrou, tinha mulher e homem no Mãe Maria, tinha família! È uma historia sofrida e aquilo deixava agente empolgada com aquele interesse, principalmente eu que vim de uma família que mulher não tinha participação

> em nada, e lá não! As mulheres iam até pra gurita, tinha participação da mulher ficar na gurita, de arma na mão, de cacete, machado, facão, porrete. As mulheres estavam ali, isso deixava a gente empolgada a participar e ir em frente com o grupo de mulher porque no meu tempo mulher não tinha esse direito né.

O artigo retoma a expressão experiência, para tratar das vozes das mulheres na luta pela terra. Segundo autora Bach (2010) "é o feminismo como movimento social e intelectual que mais valorizou a centralidade das "experiências das mulheres"". Essa construção da identidade da luta pela terra das mulheres só foi possível, porque essa mulher compreendeu sua importância na luta para justificar sua participação numa estrutura hierárquica de reconhecimento do seu papel na sociedade.

Resolvido o processo de ocupação das terras indígenas Mãe Maria e já no ano de 1987, elas já não eram tão minorias assim, elas (mulheres, homens e crianças) acamparam durante um período de sete meses a sede do INCRA em Marabá/ Pá. Este período ficou marcado por vários processos de empoderamento tanto econômico como social, politico e cultural na vida dessas mulheres. O fato que com os problemas de conflitos agrários na região foram mobilizados vários órgãos governamentais e não governamentais para sanar de forma positiva para ambos os lados, neste caso do Mãe Maria, os posseiros, os índios e a CVDRD.

Os posseiros do Mãe Maria ainda acampados na sede do INCRA receberam todo um acompanhamento do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, da Comissão Pastoral da Terra e do Centro de Educação e Pesquisa Sindical e Popular. No sentido de trabalhar na organização politica dos posseiros na busca pelos seus direitos, assim foram desenvolvidos nesta época de acampados no INCRA, vários trabalhos de empoderamento para que quando estes homens e mulheres fossem para terra, estariam empoderados de sua participação como sujeitos na luta pela terra, como relata Raimundinho, principal liderança do CEPASP:

> Nós começamos a discutir isso aqui no acampamento aqui no INCRA, nós começamos a discutir a necessidade de fazer até a formação, nós demos formação aqui durante seis meses o que é uma organização com os trabalhadores; o que é uma delegacia sindical. O cepasp fez isso durante esse período aqui com eles, junto com a CPT que era o Mano da CPT na época, que contribuiu muito também nesse processo. Então nós passamos tempo fazendo uma formação, tanto uma formação politica, o que seria o sindicato, a delegacia sindical, a importância do sindicato e tudo mais. È tanto quando o pessoal saiu daqui, saiu todo mundo quase sindicalizado pros que foram pra terra né, que quiseram ir pra terra foram todos sindicalizados.

O termo empoderamento segundo Costa (2004) "é o mecanismo pelo qual as pessoas, as organizações, as comunidades tomam controle de seus próprios assuntos, de sua própria vida,

de seu destino, tomam consciência da sua habilidade e competência para produzir e criar e gerir". O termo aqui empregado representa a importância, agora não só das mulheres, mas das organizações sociais que estavam envolvidos no processo da luta pela terra em empoderar-se. Para Siqueira (2005) o empoderamento "é um processo que precisa ser desencadeado por fatores ou forças externas, podendo ser uma pessoa, um grupo, um projeto ou uma instituição, de forma que, com este apoio, as mulheres possam reconhecer as estruturas que as oprimem e desenvolver uma consciência crítica". Ainda segundo a mesma autora empoderamento é:

> Enquanto feminista, entendo o empoderamento das mulheres como um processo de mudança individual conectado com o contexto social e que se relaciona com ações coletivas dentro de um processo político. Ao mesmo tempo, é um instrumento/meio de enfrentar a opressão de gênero e um fim em si mesmo, quando resulta na libertação das mulheres das amarras da opressão de gênero e da opressão patriarcal vigente nas sociedades contemporâneas. (SIQUEIRA, 2015, p.59)

A experiência do Castanhal Araras representou mudança nas relações patriarcais implicadas nas estratégias de gênero, que em nossa região já vinha encaminhando-se mesmo que em passos lentos desde a década 70 e 80. A posição da mulher na sociedade, e principalmente na luta pela terra na região possibilitou "reinserir na história e, portanto, devolver à ação histórica a relação entre os sexos que a visão naturalista e essencialista dela arranca (e, não, como quiseram me fazer dizer, tentar parar a história e retirar às mulheres seu papel de agentes históricos)". (BOURDIEU, 2014, p. 8).

O termo participação é entendido segundo Bordevane (1983), "participar é fazer parte de algum grupo ou associação, ou tomar parte numa determinada atividade, ou ainda, ter parte num negocio". Nesta percepção, participar faz parte da natureza humana, pois o homem não foi e nem nunca será uma ilha isolada, ele precisa estar em sociedade, participando, dominando a natureza para que o mesmo consiga tirar o melhor para a sua sobrevivência. Neste sentido, as mulheres participam, fazem parte do Grupo de Mulheres do Araras; do Grupo de Mulheres do Campo e da Cidade; e do Sindicatos de Trabalhadores Rurais dos municípios de São João do Araguaia e de São Domingos do Araguaia. Tomam parte quando intervém nas tomadas de decisões, em reuniões dentro e fora do assentamento; como também, quando decidem o que produzir e o que vai ser comercializado (cupuaçu e seus derivados). Tem parte, quando apropriam-se e usufruem dos resultados obtidos com seus negócios. E assim elas vão "Participando sem medo de ser mulher" (Zé Pinto).

As experiências das mulheres do Grupo de Mulheres do Araras, neste processo de empoderamento destacando como foi essa trajetória dona Zuleide lembra que "era cansativo

oh, porque eu tinha que fazer almoço ai depois do almoço eu tinha que viajar quatro quilômetros pra ir lá pra vila, às vezes era pra ir pra reunião quando não era pra fabricar doce"; já dona Neguinha rememora "formemos um grupo, no começo eu não pude trabalhar porque eu tinha meus filhos pequenos, mas aí as crianças foram crescendo e eu vi que a necessidade era grande né pra gente ajudar o marido a gente vivia só da roça"; Dona Raimunda, relata a importância do Grupo de Mulheres do Araras na sua vida :

> Esse grupo surgiu através de nós ter uma renda que era só os nosso marido que trabalhava na roça, aqueles que tinha o seu salariozinho e sua aposentadoria tudo bem, e aqueles que não tinha, nós botava uma roça, eu mesmo se ti disser que eu nunca comprei nenhuma calcinha com dinheiro com negócio de arroz de roça nunca comprei, meu marido botava roça plantava arroz, feijão e tudo mas era só pra comer.

O empoderamento dessas mulheres do Grupo de Mulheres do Araras se constituiu na participação em diversas atividades e capacitações organizativas, produtivas e sociais que essas mulheres estavam inseridas como assistência técnica e social, no sindicato dos trabalhadores rurais e dos movimentos sociais em geral tanto ao nível individual quanto coletivo, essas ferramentas proporcionaram a elas autonomia de estarem decidindo sobre sua vida, sobre seus destinos.

Outro fator positivo da representatividade e da importância da participação dessas mulheres no Grupo de Mulheres do Araras foi de perceberem seu desenvolvimento fora da âmbito familiar, e o estreitamento nos laços das desigualdades nas relações de gênero no meio rural. Proporcionando não só para elas, mas o fortalecimento nas articulações politicas, econômicas e sociais para a comunidade Araras, como relata dona Balbina:

> [...] eu tenho me avaliado quando eu vejo assim uma informação no jornal, quando eu pego um jornal pra mim ler eu me lembro do Araras, de como eu cheguei no Araras, eu vinha cega eu não tinha participação de associação eu não tinha participação de sindicato e de uma reunião, eu não sabia nem o que era uma constituição eu só via falar mais não tinha interesse de ler as leis eu não sabia. Eu pegava uma constituição, eu lembro que a primeira vez que o Almir me entregava e falava: olha dona Balbina isso aqui é bom pra gente ler, eu abri assim. Era uma coisa assim, seca não tinha nem vontade de ler e foi ali que eu comecei a ler de alguns direitos que nos temos, o direito do pobre o direito do ser humano que não tinha interesse, ai foi na reunião em que nos buscava de como trabalhar e como trabalhar na terra e se assegurar na terra né.

A conscientização da mulher sobre seu papel na comunidade Araras através do Grupo de Mulheres do Araras, proporcionou a elas maior participação nas questões sociais do grupo e fora dele, desmistificando o estereótipo que as limitava apenas aos espaços da casa, dos filhos, do marido, ou seja, que os espaços públicos eram destinados somente aos homens e o privado as mulheres. E tendo suas atividades desempenhadas como algo secundário, sem valor as ações do homem desempenhadas dentro e fora do assentamento Castanhal Araras.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A luta pela terra na Amazônia brasileira principalmente no Sudeste do Estado do Pará revela parte da opressão em que vivem os trabalhadores rurais no Brasil. Para se constituírem como sujeitos de direitos esses e essas trabalhadoras rurais precisaram arriscar sua vida em busca de um pedaço de terra.

Na atualidade percebemos que os trabalhos acadêmicos produzidos sobre a visibilidade do trabalho da mulher têm aumentado gradativamente, seja ela, assentada, extrativista, seringueiras, quebradeiras de coco-babaçu ou catadoras de mangaba, como relata Fernandes e Mota (2014).

Sendo assim a luta das mulheres trabalhadoras rurais no seu sentido mais amplo, não se simplificava ou resumia na luta por melhores condições de vida, luta pela terra, por oportunidades, mas também pela construção de novas relações de gênero nessa perspectiva do rural, possibilitando assim o reconhecimento social de sua atuação política, social e econômica na sociedade que pertence. A não visibilidade dessa participação é negar a presença dessas mulheres nos enfrentamentos das diversas situações seja na família, seja dentro e fora da comunidade.

As feministas engajadas no desenvolvimento da igualdade de gênero, e aqui me incluo, acreditam que trabalhos como estes possam contribuir e transformar as barreiras de uma prática transformadora de gênero em todas as esferas da sociedade, principalmente as do rural, foco desta pesquisa.

As mulheres do Grupo de Mulheres do Araras, conseguiram encaminhar-se para esse processo de empoderamento da autonomia a partir do momento em que elas caminharam para um processo participativo na luta pela e na terra, participando de reuniões, de grupo de Mulheres, do sindicato dos trabalhadores rurais, etc. Mudando as relações em espaços tidos como masculinos, essas novas abordagens libertadoras sacudiu as bases das relações patriarcas estabelecidas numa sociedade machista, sexista e hierárquica.

REFERÊNCIAS

BACH. Ana Maria. *A categoria de experiência na teoria feminista*. Estudos Feministas, Florianópolis, 20(3): 955-972, setembro-dezembro/2012.

BORDENAVE. Juan E, Diaz. *O que é participação*. Ed. Brasiliense. São Paulo. 1983.

BOURDIEU. Pierre. *A dominação masculina*. Tradução de Maria Helena Kuhner, 1ª ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2014.

COSTA. Ana Alice. A. *Gênero, poder e empoderamento das mulheres*. Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre mulher. NEIM/UFBA, 2004.

FERNANDES, Thiara; MOTA, Dalva Maria. **"***É sempre bom ter o nosso dinheirinho*": sobre a autonomia da mulher no extrativismo da mangaba no Pará**.** *RESR*, Piracicaba-SP, Vol. 52, Nº 01, p. 009-024, Jan/Mar 2014.

LOUREIRO. Violeta, Refkalefsky. *Amazônia:* Estado, homem, natureza. 3ª edição. Belém, Pa: Cultural Brasil, 2014.

SIQUEIRA. Ana Elizabeth Souza Silveira de. *Empoderamento de mulheres agricultoras*: Possibilidades e limites de um projeto de desenvolvimento rural no semiárido baiano. Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2014.

CEPASP – Centro de Educação, Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular. *Movimento de Mulheres do Araras:* fortalecendo as lutas. Marabá, 1992.

CEPASP – Centro de Educação, Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular. *Comunidade Araras:* luta e resistência na terra. Marabá, 1994. (Projeto Genesys).

20. O RESGATE DO SER NA POÉTICA DE CLARICE LISPECTOR: CONTOS QUE NOS CONTAM

Luciana de Barros Ataide[1]
(lbataide@gmail.com)
Antônio Máximo Ferraz[2]
(maximoferraz@gmail.com)

Resumo

Por visar ao educar poético a partir do princípio das falas e escutas, ou seja, partindo do originário do poético, o presente estudo aponta para a hipótese de que os contos de Clarice Lispector, que têm o humano como centro da narrativa, constituem-se como dimensão fundante da condição humana revelada por meio de uma força avassaladora. Numa época de lutas entre grandes correntes filosóficas, científicas, políticas; numa época de grandes desenvolvimentos tecnológicos alucinantes, experiências comunicacionais inimagináveis décadas atrás; estamos sós, afogados na miséria da desumanização, na miséria da produção e do consumo pelo consumo. Nesse contexto, a literatura gesta uma nova visão de mundo, pois produções como as de Clarice Lispector primam pelo delinear da identidade do homem que rompe as vinculações fáticas e se vê como fundador de si mesmo e do mundo onde está o núcleo poético da pessoa humana

Palavras – chave: Clarice Lispector. Poética. Literatura. Homem. Existência.

1. A POÉTICA DE CLARICE LISPECTOR

[1] Doutoranda em Letras – Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Pará - PPGL
[2] Orientador, professor Doutor do Instituto de Letras e Comunicação e do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Pará.

Em suas produções, Clarice escreve "como se fosse para salvar a vida de alguém"[1] e por isso seu compromisso com a escrita é antes de tudo o compromisso com o ser. Muito conhecida na Literatura Brasileira pela genuinidade de sua escrita a palavra é, para a escritora, o próprio coração pulsante do pensar. Ao dizer que "em mim, fundo e forma é a mesma coisa"[2] a escritora mostra que a palavra vem do mundo ainda não sufocado pelos acordos íntimos dos homens, ou seja, a relação entre fundo, forma e conteúdo é apenas um modo de por no mundo aquilo que é desejo da fala, já que a palavra é um deixar-se aparecer, é um fenômeno que se mostra a partir de si. Toda essa singularidade da escritora conduz o leitor a uma reflexão acerca das posturas que são automatizadas no cotidiano, pois a linguagem abrange o problema da existência humana.

Além dessa veia existencial, há outros recursos empregados pela escritora que tornam a escrita mais envolvente, como a veia de investigação filosófica cujo principal objetivo é produzir um tipo de conhecimento que proporcione, ao homem, conhecer a verdade cujo caráter é universal e permanente, por meio da busca, do desocultamento.

Nessa busca pela coisa em si, Clarice lança mão da fenomenologia, não apenas como método de investigação dos fenômenos, mas como acesso direto ao ser, como modo de alargamento das modulações e intensidade da existência, operando numa linha próxima à compreensão que Martin Heidegger tem da fenomenologia. Cabe ressaltar que, mesmo sendo uma linha de investigação acerca da existência, Clarice não teve influência de leituras existencialistas, confirmando que em suas narrativas a " náusea é sentida mesmo, porque quando eu era pequena não suportava leite, e quase vomitava quando tinha que beber. Pingavam limão na minha boca. Quer dizer, eu sei o que é a náusea no corpo todo, na alma toda"[3].

Esses recursos investigativos da escritora podem ser vistos em alguns textos que têm o humano como o centro das narrativas, já que são textos nos quais o instante que passa é captado de forma tensa e densa por uma alma que busca o eu apresentando o compromisso entre o homem e sua realidade. Mas não se trata especificamente de uma realidade externa, já que Clarice investiga o interior dos seres, dentro de uma linha intimista. Logo, esses textos são povoados de indagações sobre o ser e a existência nos quais palavras e coisas perdem seu contorno material, palpável, alcançando dimensões incorpóreas em que ser já é um fazer de modo a tirar das coisas a superficialidade, tornando-as essenciais.

---

[1] LISPECTOR, Clarice. Um sopro de vida. Rocco, 1999, p. 13

[2] _____. Entrevista. In: Outros escritos. Rocco, 2005, p. 143

[3] LISPECTOR, Clarice. Entrevista. In: Outros escritos. Rocco, 2005, p. 151.

Nesse limiar, Clarice apresenta, ao leitor, personagens surpreendidas em instante de insatisfação, em náusea geradora de crise e perdidos no labirinto de suas 'via crucis'. Alguns são seres envelhecidos e pungentes, apanhados na armadilha da morte ou da vida, sentindo no corpo e na alma os episódios que confrontam a existência. Outros são jovens que se veem gerados num sentimento de debilidade íntima, de impotência, de forjamentos e de grande busca. Independente de serem velhos ou jovens, as personagens criadas por Clarice mostram que a verdade do ser só pode ser conseguida por meio do grande salto, do apropriar-se de si, pois "mais triste que lançar pedras é arrastar cadáveres".[1]

2. A TÉCNICA, A ARTE E O RESGATE DO HUMANO DO HOMEM

O acesso ao conhecimento verdadeiro que pode ser conseguido pelo homem em sua via crucis não pode ser conquistado sem sofrimento, pois o sofrer é

> (...) uma espécie de calma que vem do conhecimento de si própria e dos outros. Mas não se pode apressar a vinda desse estado. Há coisas que só se aprende quando ninguém as ensina. E com a vida é assim. Mesmo há mais beleza em descobri-la sozinha, apesar do sofrimento.[2]

Os pensamentos que visam ao acesso ao conhecimento apresentados nas narrativas de Clarice Lispector mantém estreito vínculo com a sondagem extrema acerca da existência humana em todas as suas manifestações. Essa característica narrativa abriu, na Literatura Brasileira, uma nova vereda que se acercou da curiosidade em relação ao selvagem coração da existência dos seres e das coisas e um dos nichos dessa escrita volta-se para reflexões acerca da concepção de conhecimento que a humanidade apresenta enquanto verdade existencial, propondo, por seu turno, novos rumos para o saber.

Assim, uma pergunta que vem à tona quando se pensa a palavra 'conhecimento', é: "A mola do mundo é dinheiro?"[3] Com essa interrogação, Clarice Lispector conduz o leitor a pensar no mundo atual e fazer seguinte reflexão: qual é a base que sustenta, hoje, o conhecimento, já que a physis deixou de ser o centro onde gravita a verdade do ser? Evidente que a resposta a tal questionamento passa pela compreensão do novo conceito que vem a ser o homem como medida do mundo, medida de si, de suas ações e, consequentemente, de sua existência. Tal apontamento remete à máxima protagoriana de que "o homem é a medida de todas as coisas;

[1] _____. Cartas a Hemengardo. In: Outros escritos. Rocco, 2005, p. 21.
[2] LISPECTOR, Clarice. Gertrudes pede um conselho. In: A bela e a fera. Rocco, 1999, p. 26
[33] _____. A bela e a fera ou a ferida grande demais.In: A bela e a fera. Rocco, 1999, p. 107

da existência das coisas que existem e da não existência das que não existem"[1]. Com esse pensamento Protágoras trazia o homem para o centro de toda reflexão e produção de conhecimento, o que significa que o homem, em sua forma concreta de existir, seu comportamento e suas ações passa o ocupar lugar central na elaboração de problemas e soluções, logo, a educação gravitava em torno do homem enquanto indivíduo concreto e inserido na vida em sociedade.

Porém, dessa concepção de que o homem seja a 'medida das coisas' decorre um relativismo cujo conteúdo consiste na defesa de que cada um possuiria a sua verdade enquanto opinião, sendo que a conquista da verdade, de caráter necessário e de validade universal seria impossível ao homem. Nesse limiar, a arte, especialmente, a literatura, em detrimento da desvalorização das experiências sensíveis, entra no pensar como ilustração, como adorno, não como porta de acesso à verdade.

Assim, o pensar tecnicista-operacional da contemporaneidade deflagra a crise da modernidade e do sujeito, ou seja, ocorre a crise dos paradigmas de razão suficiente; ocorre a crise da sociedade, do psiquismo; crise do homem em sua totalidade que vai se tornar ainda mais grave com o acontecimento das duas grandes guerras. Tudo isso advém do pensamento moderno que sustenta a técnica como um meio para se atingir um fim, ou seja, com uma utilidade ôntica calculada, em vez de procurar o verdadeiro sentido da técnica dentro do correto, decorre, ainda mais de o homem tornar-se a medida das coisas com suas verdades prontas e acabadas. Para conceber a técnica não é necessário negar seu caráter instrumental, mas sim por meio de um "relacionamento capaz de abrir nossa Pré-sença à essência da técnica"[2], lembrar que "a técnica não é igual à essência da técnica"[3]. Tal pensamento conduz ao reconhecimento da utilidade da técnica que consiste na não submissão a seu caráter de manipulação e dominação, mostrando que as coisas precisam ter a 'medida humana' que é a do sacrifício, da renúncia, da indignidade de se ser onde um ser não pode ser, a não ser fingindo ser.

Veja que em consequência de o homem 'ser a medida de todas as coisas' resultou em um jogo de faz de conta dentro do qual a sociedade vai se habituando a "examinar-se ao espelho para ver se o rosto se tornaria bestial sob a influência **dos** sentimentos, **mesmo sendo** um rosto

[1] PLATÃO. Mênon. Tradução de Maura Iglèsias. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio/Loyolas, 2001, p. 208

[2] HEIDEGGER, Martin. Ensaios e conferências. Tradução de Emmanuel Carneiro Leão. Vozes, 2001, p. 11
[3] Idem.

que há muito já deixara de representar o que sentia. E agora era apenas a máscara"[1]. Esse aspecto de 'deixar de representar o que sentia' é instigante por remeter, exatamente, a essa concepção da técnica enquanto uma maneira de apropriar-se da vida de forma instrumental.

Diante desse quadro, a ideia da verdade como sendo patrimônio do pensamento absoluto já não atende mais às necessidades da época, especialmente em uma época em que "o futuro da tecnologia ameaça destruir tudo o que é humano no homem"[2]; numa época em que, ao se olhar ao espelho "a gente se vê como a um objeto a ser olhado"[3]. Assim, o ser, destituído de si mesmo e privado de suas paixões, vendo-as construídas pela mídia, tem "uma tendência sentimental indefinível, misturada à literatura da moda"[4] de buscar a simplificação da importância do existir.

A destruição do humano do homem pela tecnologia e pela aceitação desse fato decorrem da visão que se tem da técnica atualmente ao relacioná-la a tudo que é maquinal e isento de qualidades humanas; e ao que está isento de sentimentos e de subjetividade. Então, a destituição do indivíduo de si e do mundo, surge como a possibilidade de se resgatar o humano do homem por meio do movimento da compreensão do ser que se dá no próprio ser, como diz Heidegger, em 'nosso próprio existir, em-sendo, em existindo'[5]. É em-sendo que o ser abre a si, ou seja, busca uma relação de ser o que se é e o que não se é; com o que se pode ser, com o que se deve ser, com o que se deve tornar, ou seja, é a relação do ser com suas possibilidades e impossibilidades. Isso é, para o existente, uma abertura para a compreensão de si, resultando em um poder-ser.

Contudo, a proposta que Heidegger aponta para a apropriação da técnica consiste em uma busca que se abre para a verdade originária capaz de desvelar situações que apenas o percurso instrumental de cálculo não seria capaz. Somente assim que a técnica poderá passar a ser uma forma de descobrimento, pois "a técnica vige e vigora no âmbito onde se dá descobrimento e des-encobrimento, onde acontece a aletheia, verdade"[6]

Diante desse cenário, a arte surge como uma maneira de provocar no expectador o rompimento com as cascas construídas, acendendo um terremoto nas experiências mais profundas e revelando que o que há de mais triste no viver é que à medida que crescemos vamos

[1] LISPECTOR, Clarice. A procura de uma dignidade. In: Onde estivestes de noite. Rocco, 1999, p. 16
[2] _____. A tempestade das almas. In: Onde estivestes de noite. Rocco, 1999, p.92
[3] _____. A surpresa. In: A descoberta do mundo. Rocco, 1999, p. 23.
[4] _____. História interrompida. In: A bela e a fera. Rocco, 1999, p. 14
[5] HEIDEGGER, Martin. Ser e Tempo (Parte I). Petrópolis: Vozes, 1988.
[6] _____. Ensaios e Conferências. Tradução de Emanuel Carneiro Leão. Petrópolis, 2001, p.18.

aprendendo a viver com o mundo em si. E esse revelar acontece porque "a tecnologia não atinge a loucura; e nela então o humano do homem se refugia"[1], a loucura que reside na não subserviência às regras padronizadas pela sociedade, aquela que é o salto rumo à consciência de si, do outro e do mundo, loucura proporcionada pela obra de arte por meio do pensar, pois se "não fossem os caminhos de emoção a que leva o pensamento, pensar já teria sido catalogado como um dos modos de se divertir"[2].

É possível notar com isso que aquilo que é, por vezes, caracterizado, convencionalmente pela sociedade como loucura, nada mais é do que aquilo que Martin Heidegger (1988) vai entender como cuidado (Sorge), pois o que caracteriza o cuidado é o traço fundamental que caracteriza o humano enquanto presença, isto é, a compreensão do ser. O humano que se desponta enquanto loucura, enquanto cuidado é o que está além da funcionalidade; é o que está além do conceito que se tem, hoje, de sociedade da produção; de sociedade do conhecimento. Esse humano que é presença se desponta por meio da necessidade de se subtrair da hegemonia da funcionalidade, do sistema e da vigência.

Compreende-se, com isso, que é nesse mundo cheio de verdades impostas, por meio de um jogo de faz de conta, que o acontecer da poética surge como uma forma de resgatar o sentido do existir. O que seria, então, esse acontecer da poética? Há momentos em que, em um ato de leitura, fica-se por instante sem palavras e só depois é que tudo passa a fazer sentido, porém com uma percepção mais aprofundada, um pensamento mais clarificado, uma compreensão mais serena e, por vezes, inabitual. Quando isso ocorre, é nesse instante, em estado de experiência, em relação originária, que se lembra do que há muito se havia esquecido: do ser; é nesse instante que a poética acontece; é nesse instante que ocorre o por em obra da verdade do ser. Aspectos esses que podem ser proporcionados pela arte literária, mostrando que "**repentinamente a história se partiu**. Nem teve ao menos um fim suave. Terminou com a brusquidão e a **falta de lógica** de uma bofetada em pleno rosto."[3]

A arte recupera, por meio da presença, que se inaugura na própria abertura da obra, o sentido poético da vida, num estar no mundo com serenidade e vivacidade originárias porque o ser descobre-se existindo por sair de sua casa, de seu cotidiano e adentrar em um espaço- caso, tempo-outro capaz de desvelar toda a leveza encoberta pelo peso angustiado do existir, ou, em outro caso, desvelar a angústia nos afazeres ônticos diários como "**pegar** umas peças de roupas

[1] LISPECTOR, Clarice. A tempestade das almas. In: Onde estivestes de noite. Rocco, 1999, p. 92.
[2] _____. Brincar de pensar. In: A descoberta do mundo. Rocco, 1999, p. 23.
[3] LISPECTOR, Clarice. História interrompida. In: A bela e a fera. Rocco, 1999, p. 18.

estendidas para a lavagem, **ir** para o fundo do quintal (...) **arregaçar** as mangas e as calças do pijama e **começar** a esfregá-las com sabão"[1]. Esse tempo-outro é o jogo que desloca o homem de seus afazeres do seu dia a dia para a disposição do jogo originário do encontro com a obra de arte.

Esse acontecer poético foi definido por Martin Heidegger [2] como Eireignis (acontecimento apropriativo) e pode ser chamado de abertura que se encontra entre o ser e o ente e provoca uma clareira manifestante da presença que, por seu intermédio, torna possível o desvelo da verdade que nada tem a ver com algo fixo e absoluto, está sempre se originando, constituindo-se como acontecimento apropriativo, assim como ocorreu com Ana:

> O mal estava feito. Por quê? Teria esquecido de que havia cegos? A piedade a sufocava, Ana respirava pesadamente. Mesmo as coisas que existiam antes do acontecimento estavam agora de sobreaviso, tinham um ar mais hostil, perecível... O mundo se tornara de novo um mal-estar. Vários anos ruíam, as gemas amarelas escorriam. Expulsa de seus próprios dias, parecia-lhe que as pessoas na rua eram periclitantes, que se mantinham por um mínimo equilíbrio à tona da escuridão — e por um momento a falta de sentido deixava-as tão livres que elas não sabiam para onde ir. Perceber uma ausência de lei foi tão súbito que Ana se agarrou ao banco da frente, como se pudesse cair do bonde, como se as coisas pudessem ser revertidas com a mesma calma com que não o eram.[3]

Como o sentimento que tomou Carla:

> Espantada pelos enormes gritos do homem, começou a suar frio. Tomava plena consciência de que até agora fingira que não havia os que passam fome, não falam nenhuma língua e que havia multidões anônimas mendigando para sobreviver. Ela soubera sim, mas desviara a cabeça e tampara os olhos. Todos, mas todos – sabem e fingem que não sabem. E mesmo que não fingissem iam ter um mal-estar. Como não teriam? Não, nem isso teriam.
> Ela era...
> Afinal de contas quem era ela?
> Sem comentários, sobretudo porque a pergunta não durou um átimo de segundo: pergunta e resposta não tinham sido pensamentos de cabeça, eram de corpo.
> Eu sou o Diabo, pensou lembrando-se do que aprendera na infância. E o mendigo é Jesus. Mas – o que ele quer não é dinheiro, é amor, esse homem se perdeu na humanidade como eu também me perdi.[4]

Ou ainda, como a nova visão de Sofia

> Mas sei que vi. Vi tão fundo quanto numa boca, de chofre eu via o abismo do mundo. Aquilo que eu via era anônimo como uma barriga aberta para uma operação de intestinos. Vi uma coisa se fazendo na sua cara - o mal-estar já petrificado subia com esforço até a sua pele, vi a careta vagarosamente

[1] _____. O triunfo. In: Outros escritos. 2005, p. 15. (grifos meus).
[2] HEIDEGGER, Martin. Sobre a questão do pensamento. 2009b, p. 209
[3] LISPECTOR, Clarice. Amor. In: Laços de família. Rocco, 1998, p. 14
[4] LISPECTOR, Clarice. A bela e a fera ou a ferida grande demais. In: A bela e a fera. Rocco, 1999, p. 106-107

> hesitando e quebrando uma crosta - mas essa coisa que em muda catástrofe se desenraizava, essa coisa ainda se parecia tão pouco com um sorriso como se um fígado ou um pé tentassem sorrir, não sei. O que vi, vi tão de perto que não sei o que vi. Como se meu olho curioso se tivesse colado ao buraco da fechadura e em choque deparasse do outro lado com outro olho colado me olhando. Eu vi dentro de um olho. O que era tão incompreensível como um olho.[1]

Esses fragmentos expostos por Clarice Lispector mostram que é nesse mundo cheio de objetividade que o humano enquanto presença se contrapõe a essa apropriação da vida de maneira instrumental. Numa época em que a des-habitação interna do homem se torna visível, época de desencanto, de dúvida, de dívida do ser para consigo, o dizer da arte, da literatura, aparece como construção inalienável do ser, resgatando-o do dilaceramento causado pela globalização por abrir um mundo a existir Assim, é necessário que o homem aprenda a habitar a essência de si, há muito devassada pelo uso e abuso de todas as coisas e relações, uma vez que nos tornamos "tão objetivos que terminamos sendo de nos mesmos apenas aquilo que tem uso".[2] Dessa forma, o revelar do ser a si, proporcionado pela arte literária, vai se mostrar não como uma possibilidade de resolver a situação crísica instaurada na sociedade, mas como um espelho da crise, fazendo com que o indivíduo veja a ambiguidade e a penúria que é o ser humano como ser concreto com seus interesses, seus conflitos, suas angústias, sua redução a um simples conceito.

Portanto, a arte literária, enquanto possibilidade, liberta o ser humano para sua condição de ser-no-mundo, mostrando a abertura na qual pode comparecer qualquer ente e acontecimento, pois é na existência em curso que surgem as "justificações, trágicas justificações forjadas, humildes desculpas até a indignidade. Tão suave é para o ser humano mostrar a sua indignidade e ser perdoado com a justificativa de que se é um ser humano humilhado de nascença"[3] e é arte quem vai preparar o humano para a superação dessa facticidade e direcioná-lo ao acontecer da verdade.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre a arte e a técnica, entre o habitar-se e o não-habitar-se, entre a literatura e a condição humana foi possível habitar algumas narrativas de Clarice Lispector sobre o fenômeno

[1] _____. Os desastres de Sofia. In: A legião estrangeira. Rocco, 1999, p. 20
[2] _____. A maçã no escuro. Rocco, 1998, p. 291.
[3] LISPECTOR, Clarice. Silêncio. In: Onde estivestes de noite. Rocco, 1999, p. 75.

literário por uma vereda poético-ontológica. É notório que o acontecer poético funda-se na realização das obras de arte e nela faz desabrochar aquilo que foi esquecido: o ser.

O pensamento reflexivo em acontecimento é apropriado junto àqueles que criam e aos que desvelam e o descortinar meditativo se realiza numa fonte inaugural poética. Essa característica é o que pode ser observado nas narrativas de Clarice Lispector ao criar personagens que se descobrem num mundo absurdo; uma descoberta que se dá, normalmente, diante de um fato inusitado e o que se denomina como 'epifania' – momento e que a personagem sente uma luz iluminadora de sua consciência e que a fará despertar para a vida e situações que em outra instância não faria a menor diferença. É um fato que provoca um desequilíbrio interior que mudará a vida da personagem para sempre.

Dessa forma, pelo processo do educar poético, o ensinamento das narrativas claricianas, por meio de tudo o que não foi dito em tudo o que é dito, desvela o humano do homem pelo acontecer da verdade do ser. Assim, o indivíduo que, geralmente, é definido em termos de lugar na sociedade e que sabe que o social é um fato da vida sofre uma desconstrução de si e vai perceber sua radical presença no mundo.

REFERÊNCIAS

HEIDEGGER, Martin. **A origem da obra de arte**. Tradução de Manoel Antônio de Castro. São Paulo, Edições 70, 2010.

_____. **Ensaios e conferências**. Tradução de Emmanuel Carneiro Leão. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. **Ser e tempo**. Tradução de Márcia Sá Cavalcante; posfácio de Emmanuel Carneiro Leão. Petrópolis, Vozes, 2009a

_____. **Ser e verdade**: a questão fundamental da filosofia; da essência da verdade. Tradução de Emmanuel Carneiro Leão. Petrópolis, Vozes, 2007.

_____. **Sobre a questão do pensamento**. Tradução: Ernildo Stein. Rio de Janeiro: Petrópolis, 2009b.

LISPECTOR, Clarice. **A bela e a fera**. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

_____. **A legião estrangeira**. Rio de Janeiro, Rocco, 1999

_____. **A maçã no escuro.** Rio de Janeiro, Rocco, 1998.

_____. **Onde estivestes de noite**. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

_____. **Outros escritos**. Rio de Janeiro: Rocco, 2005.

PEREIRA, Miguel Batista. **A essência da obra de arte no pensamento de M. Heidegger e R. Guardini**. Revista Filosófica de Coimbra, nº 13, 1998, p. 3-54.

PLATÃO. **Mênon**. Tradução de Maura Iglésias. Rio de Janeiro, Ed. PUC-Rio/Loyolas, 2001

21. AVALIAÇÃO DE SISTEMA AGROSSILVIPASTORIL IMPLANTADO DE FORMA PARTICIPATIVA EM UNIDADE DE PRODUÇÃO FAMILIAR

Maíra Alves Brito[1]
(mairaagronomia@unifesspa.edu.br)
Rosana Quaresma Maneschy[2]
(romaneschy@ufpa.br)
Andrea Hentz de Mello[3]
(andreahentz@unifesspa.edu.br)
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

Resumo

A degradação das áreas de pastagens na região sudeste do Pará tem limitado a oferta de forragem para os animais. As espécies lenhosas têm sido indicadas para suplementação animal. Esse estudo teve por objetivo testar a leucena (*Leucaena leucocephala* (Lam.) de Wit.) como alternativa forrageira na composição de sistema pecuário implantado de forma participativa em unidade de produção familiares do assentamento Belo Horizonte I, São Domingos do Araguaia – PA. O estudo foi realizado a partir da implantação de ação teste pelos próprios agricultores, culminando em um sistema agrossilvipastoril. A família reside na propriedade e tomou a decisão pela leucena em consórcio com cultivos anuais: mandioca, milho e crotalária. Observou-se ao final do estudo que as plantas atingiram altura satisfatória, levando-se em consideração as condições de plantio e manejo adotados.

Palavras-chave: Degradação; Forragem; Ação teste; Leucena.

1. INTRODUÇÃO

A degradação das pastagens no sudeste paraense vem se intensificando ano após ano, e como consequência ocasiona a falta de alimentos para os bovinos, sobretudo no período seco do ano. Este é um dos principais entraves para o desenvolvimento da pecuária na região Amazônica. O processo de degradação da pastagem é fenômeno complexo que envolve causas e consequências que levam à gradativa diminuição da capacidade de suporte da pastagem, culminando com a degradação propriamente dita (DIAS-FILHO, 2011).

Para a recuperação dessas áreas que se encontram em estado de degradação é necessário uma tomada de decisão que leve em consideração aspectos técnicos e econômicos, de acordo com a necessidade do produtor. A recuperação das pastagens, quando for possível adotá-la, é uma prática viável, tanto técnica quanto economicamente (OLIVEIRA; CORSI, 2005).

A recuperação das áreas de pastagem na propriedade assume real importância, sobretudo com a inclusão de forrageiras de alta qualidade como as leguminosas arbóreo-

arbustivas que possuem valor nutritivo superior aos comumente encontrados nas gramíneas forrageiras utilizadas na região.

A partir de meados da década de 1980, inicia-se uma fase de crescente redução na disponibilidade de terra barata em áreas de fronteira agrícola consolidada no Pará. Essa fase coincide com o aumento nas pressões ambientais contra o desmatamento, o avanço das áreas para a produção de grãos e a maior disponibilidade de tecnologias para formação e manejo de pastagens (DIAS-FILHO, 2011).

Para diminuir essa degradação é necessária à adoção de algumas tecnologias, uma das alternativas viáveis para os produtores é a introdução de leguminosas forrageiras em sua propriedade.

De acordo com Bertoni e Lombardi Neto (2008) o uso de leguminosas é uma prática recomendada para recuperação de áreas degradadas, pois as leguminosas utilizam a própria vegetação para proteger o solo da erosão. Outro grande benefício do seu uso é a produção de matéria orgânica que, através de sua incorporação, estimula diversos processos químicos e biológicos melhorando sua fertilidade, além de exibirem um sistema radicular profundo e ramificado aprofundando nas camadas do solo.

Um exemplo de leguminosa que pode ser utilizada para esta finalidade é a Leucena (*Leucaena leucocephala* (Lam). de With), esta se caracteriza por ser uma leguminosa perene, originária da América Central. É uma das forrageiras mais promissoras para a região semiárida, principalmente pela capacidade de rebrota, mesmo durante a época seca; pela ótima adaptação as condições edafoclimáticas de locais secos e pela excelente aceitação por caprinos, ovinos e bovinos (SOUSA, 2005).

A pecuária praticada por agricultores familiares no Estado do Pará tem apresentado baixos índices de produtividade, sendo necessárias alterações nos sistemas de produção a fim de obter melhores resultados, sobretudo no período seco do ano, quando existe escassez de alimentos para os animais (VEIGA et al., 2004). Entretanto a introdução de novas tecnologias é um processo complexo, que normalmente está ligado a alterações dentro dos sistemas de produção e reprodução social.

Identificar as opções promissoras juntando os saberes científicos e técnicos dos agricultores podem viabilizar soluções mais sustentáveis e adaptadas a realidade local. Atividades de pesquisa e desenvolvimento de cunho participativo trazem em seu instrumental metodológico a valorização do saber local como ferramenta para envolver a comunidade no processo de inovação, a partir da construção de parceria com os interessados. Pois é importante

fazer com que o agricultor tome posse das ações de experimentação que são realizadas na sua propriedade a partir dos problemas levantados pela própria família (CHIA et al., 2006; LEFF, 2003; SCHMITZ, 1996;).

A partir da implantação de ação teste agrossilvipastoril em meio real, objetivou-se compreender o processo de tomada de decisão da família ao planejar um banco de proteína com leucena para experimentação em sua propriedade.

2. MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa foi realizada no âmbito do projeto de Pesquisa e Desenvolvimento "Sistemas silvipastoris e agrossilvipastoris como alternativa para a sustentabilidade da pecuária na agricultura familiar da região de Marabá" com apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Pará (FAPESPA).

O trabalho utilizou a metodologia da pesquisa-ação e participativa para a construção de inovações em parcerias com os agricultores em meio real (CHIA et al., 2006). Entende-se por uma ação-teste quando uma equipe de facilitadores, juntamente com os agricultores realizam um "ensaio teste", que deve ser realizado em parcelas pequenas, de modo a impactar o mínimo possível no cotidiano da família (CIAT, 1993).

Segundo Maneschy (2010), foram realizadas reuniões com a comunidade para apresentação do projeto, confirmação dos problemas identificados (degradação de áreas de pastagens) em pesquisas anteriores e discussão das atividades a serem desenvolvidas. Bem como as discussões das famílias para tomada de decisão de quais famílias iriam iniciar com a implantação de ações teste naquele ano agrícola e o que ainda seria possível fazer, uma vez que a maior parte das famílias já tinha organizado a gestão do trabalho familiar no lote para esse calendário agrícola. Três famílias se interessaram pela possibilidade de testar a leucena na alimentação animal, pois já conheciam a planta. Na ocasião uma família declarou já possuir um espécime de leucena em seu quintal agroflorestal.

A ação teste foi introduzida pelo projeto em parceria com os agricultores ainda em curso no momento da pesquisa de campo foram acompanhadas in loco, com visitas mensais. Na ocasião das visitas foram realizadas entrevistas não diretivas para buscar informações sobre o histórico da área, o relato da implantação da ação teste e o manejo realizado pelos agricultores.

Foi avaliada a sobrevivência (%), Altura total (cm), Diâmetro do caule (mm) e Número de brotações (unidade), a fim de analisar o estabelecimento das plantas. Na última etapa do experimento foi utilizada a estatística descritiva para análise das informações.

A ação foi planejada para formar um banco de proteína para pastejo direto de leucena de 100m². Que na fase de implantação vem sendo consorciada com mandioca (*Manihot esculenta* Crantz), milho (*Zea mays*) e crotalária (*Crotalus* sp). Na implantação da ação teste foi realizado previamente a aração da área e correção da acidez do solo com calcário. A leucena foi plantada em no espaçamento 2 x 2 m. Entre as linhas de leucena foram plantadas as culturas milho (1,5 x 1,5 m), mandioca (1,5 x 1,5 m) e a crotalária (aleatoriamente) (figura 1a).

As avaliações (figura 1b) iniciaram em janeiro e em fevereiro foi realizada a inoculação com fungos micorrízicos arbusculares (FMAs) da espécie *Glomus clarum* nas plântulas que emergiram. O inoculante foi produzido pelo Banco de Inóculo da Faculdade de Ciências Agrárias de Marabá.

A área escolhida pelos agricultores para a implantação da ação teste agrossilvipastoril foi em função da mesma já estar aberta, pois a mata foi queimada anteriormente para cultivo de roça de mandioca; e além disso, situa-se próximo ao local onde será construído um curral para os animais. Assim, o banco de proteína foi planejado como uma estratégia da família para a suplementação do rebanho, sobretudo no período seco do ano (PEZO; IBRAHIM, 1999).

A família tem como objetivo se fixar no lote e para isso tinha como estratégias investir na criação de gado de corte, roça e sistemas agroflorestais com ênfase em frutíferas (ANDRADE et al., 2012); modificou suas estratégias em função da manutenção da reprodutibilidade, passando a investir na produção leiteira a fim de garantir sua subsistência. Assim, foi organizada a introdução na área do milho, leucena e crotalária. As culturas alimentares são essencialmente para consumo da família. Uma vez que a renda familiar advém da venda de animais e mão de obra externa.

Figura 1. A) Planta de leucena e crotalária em destaque. B) Avaliação da altura das plantas

Fonte: Silva Junior, 2012

O fato de a família buscar trabalho fora do estabelecimento gera carência de mão de obra no lote em períodos críticos (ANDRADE et al., 2012). Por isso os agricultores optaram por fazer o plantio do tipo semeadura direta simultânea ao milho, devido a sua praticidade, rapidez e baixo custo (FERREIRA et al., 2007), permitindo o uso da mão de obra que seria gasto com a produção de mudas de leucena ser direcionada para outra atividade prioritária em função dos objetivos da família e/ou demandas do meio envolvente, sobretudo de cunho social.

As sementes utilizadas de *L. leucocephala* cv. Cunninghan foram provenientes de Araçatuba - SP (99% de pureza e 86% de germinação), adquiridas em 2010 pelo projeto. As mesmas foram plantadas sem quebra de dormência prévia, o que certamente deve ter refletido no índice de germinação uma vez que as sementes apresentam tegumento duro (SALVIANO, 1984).

A quebra de dormência das sementes de leucena é relativamente simples, podendo ser feita a escarificação das sementes ou imergindo-as em água quente (80ºC) por três minutos (Carvalho Filho et al., 2002). Ressaltamos que essas técnicas foram repassadas para os membros da família que participaram de cursos de formação oferecidos pelo projeto (Coleta de sementes e produção de mudas) (MANESCHY et al., 2011) e reforçadas durante a implantação de uma ação teste com semeio direto de leucena no mesmo lote (GUERRA et al., 2010).

O plantio das sementes foi realizado em uma área de 100 m² com possibilidade de ser ampliada anualmente caso a experiência seja positiva. O espaçamento utilizado foi de 2 m x 1 m, perfazendo um total de nove linhas de plantio. Este espaçamento segundo a literatura especializada (PEZO; IBRAHIM, 1999; CARVALHO FILHO et al., 2002) deve ser utilizado quando o objetivo principal é a produção de forragem para corte.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foi observado que a emergência das plântulas ocorreu de forma lenta e irregular (figura 2a e 2b), sendo registrada em janeiro a emergência de 150 plântulas divididas em nove linhas de plantio. Nessa ocasião foi sugerida pela equipe de facilitadores que fosse efetuada a inoculação com FMAs (figura 2c), pois são eficientes em solos de baixa fertilidade possibilitando o aumento da absorção de nutrientes (HENTZ et al., 2011). A família concordou com a inoculação, uma vez que já conhecia essa tecnologia a partir dos cursos de formação oferecidos pelo projeto e já a havia utilizado em ação teste implantada anteriormente (GUERRA et al., 2010; HENTZ et al., 2011).

Figura 2. L.leucocephala: A) Plântula de leucena com porte pequeno. B) Espécime de leucena. C) Inoculação com FMA's
Fonte: Brito, 2012

Nos meses de janeiro e fevereiro a família manteve a área livre de espécies invasoras seguindo as recomendações para a espécie (CARVALHO FILHO et al., 2002). A partir do mês de abril verificou-se que 34% das plantas morreram (Tabela 1) e que havia grande quantidade de espécies invasoras já que a família suspendeu as atividades de capina. Esse resultado foi inferior a estudo semelhante realizado em Urataí – GO que aos 45 dias após o plantio registrou sobrevivência de 100% das plântulas (SILVA et al., 2012).

Apesar da família não ter relatado nenhum ataque severo de pragas no local, em estudo semelhante no mesmo assentamento foi reportado o ataque de formigas em 100% das plântulas de leucena (GUERRA et al., 2010), além disso, a predação também pode ter ocorrido por pássaros (MATTEI, 1997). A sobrevivência das plântulas de leucena na ação teste parece estar relacionada um conjunto de fatores, que perpassa desde o manejo até ao ataque de predadores, e que com o início do período seco na região, certamente as plantas passarão por um período crítico. Uma vez que, segundo a família, a área não será irrigada. Espera-se que a inoculação com FMAs auxilie na manutenção das plantas a campo. O crescimento das plantas que sobreviveram foi considerado satisfatório, pois as mesmas atingiram 1 m aos oito meses após o plantio. Esse resultado foi semelhante a outros estudos realizados no Brasil, em que o plantio foi efetuado por mudas (levadas a campo com 20 cm de altura) (SOUZA; ESPÍNDOLA, 2000; LINS et al., 2007), inclusive na mesma localidade estudada (OLIVEIRA et al., 2010).

Mês	Sobrevivência (%)	Altura (cm)
Fevereiro	87,33	-
Março	77,33	-
Abril	66,00	37,25 (±25,11)*
Maio	56,67	69,31 (±38,24)
Junho	50,00	93,69 (±43,08)
Julho	46,67	102,73(±40,22)

Tabela 1. Taxa de sobrevivência (%) e altura média (cm) da *L. leucocephala*, P.A. Belo Horizonte I, São Domingos do Araguaia-PA
*Desvio padrão da média.

Fonte: Dados de campo.

É esperada a mortalidade de plantas durante o período seco do ano que se inicia, entretanto isso não deverá afetar a formação do banco, uma vez que a densidade de plantas que sobreviveram até a última avaliação (7.000 plantas/ha) está acima do recomendado para formação de banco forrageiro para pastejo direto que é de 2.500 plantas/ha (SEIFFERT; THIAGO, 1983.). O espaçamento de 2 x 2 m permite a entrada dos animais minimizando os danos nas plantas (PEZO; IBAHIM, 1999). Portanto seria necessário um desbaste para a melhor condução do sistema na área estudada, o que reflete a escolha da família pela alta densidade de plantio planejada, que certamente levou em consideração as perdas na fase de implantação do banco, relacionadas aos fatores modificáveis ou não do meio envolvente.

4. CONCLUSÕES

A leucena apresentou boa adaptação às condições de clima e manejo estudadas. Foi observado maior produção de massa de forragem durante o período chuvoso do ano. A massa de forragem da fração utilizável produzida por hectare foi considerada adequada aos requerimentos animais em ambos os períodos do ano estudados.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, H.S de; MANESCHY R.Q; DARNET, L.A.F; CUNHA, I.F; CARVALHO, A.J.R; PRIMO, D.B. 2012. **Implantação de cerca viva de gliricídia em estabelecimentos agrícolas familiares no sudeste do Pará**. In Congresso da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção (9, 2012, Luziânia, GO). 2012. Luziânia, Brasil. 16 p.

BERTONI, J; LOMBARDI NETO, F. **Conservação do Solo,** 7ª Edição, Editora Ícone. São Paulo, SP. 2008, 355p.

CARVALHO FILHO, O.M; ARAUJO, G.G.L; LANGUIDEY, P.H; SÁ, J.L; LIMA, V.M.B. 2002. **Produção de Leite no Semi-Árido do Brasil.** Consultado 27 julho 2012. Disponível em http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Leite/LeiteSemiArido/introducao.html

CHIA, E; DUGUÉ, P; SAKHO-JIMBIRA, S. 2006. **Les exploitations agricoles familiales sont-elles des institutions? Agricultures.** 15(6): 498-505.
CIAT (Centro Internacional de Agricultura Tropical). 1993. **Cartillas para CIAL (Comités de Investigación Agrícola Local: O ensayo.** Cali, CIAT/IPRA, 43 p.
DIAS-FILHO, M.B. **Degradação de pastagens: processos, causas e estratégias de recuperação**. 4.ed.rev. atual. e ampl. Belém: Ed.do Autor, 2011. 216p.
e subtropicais. Juiz de Fora: Embrapa Gado de Leite, Brasília: FAO, 2001. p. 379 - 398.
EMBRAPA. **Leucena.** Disponível em: http://<www.cnpgc.embrapa.br/publicacoes/ct/ct13/03leucena.html.> Acesso em: 10 de jan. 2012.
FERREIRA, R.A; DAVID, A.C; BEARZOTI, E; MOTTA, M.S. 2007. **Semeadura direta com espécies arbóreas para recuperação de ecossistemas florestais**. Revista Cerne. 13(3): 21-279.
GUERRA-COSTA, K. C.; GUIMARÃES, T. P.; ARAÚJO, A.; OLIVEIRA, I. K. de S.; MANESCHY, R. Q. Germinação de leucena em bancos forrageiros para pastejo implantados pelo método da semeadura direta. In: ENCONTRO REGIONAL DAS AGRÁRIAS, 6, 2010, Marabá. **Anais...** Mudanças climáticas: quais os impactos sociais, ambientais e econômicos no sul e sudeste Paraense. Marabá: FCAM, UFPA, 2010. p. 64-69. CD-ROM.
HENTZ, A, M; MICHELOTTI, F; MANESCHY, R.Q; KNOECHELMANN, C.M; PEREIRA, F.D; SILVA, H.V; NASCIMENTO, S.F; SANTOS, E.R; NUNES, J.S; MIRANDA, P.B; MIRANDA, R.S; SENNA, D.S. Difusão da utilização de fungos micorrízicos arbusculares para a produção de mudas agroflorestais na agricultura familiar. In: HENTZ, A. M.; MANESCHY, R. Q. (Org.). **Práticas Agroecológicas:** Soluções sustentáveis para a agricultura familiar na região sudeste do Pará. Jundiaí: Paco Editorial, p. 179-199. 2011.
LEFF, E. **Racionalidad ambiental y diálogo de saberes: significancia y sentido en la construcción de un futuro sustentable.** Desenvolvimento e Meio Ambiente. (7): 13-40. 2003.
LINS, C.E.L; MAIA, L.C; CAVALCANTE, U.M.T; SAMPAIO, E.V.B. 2007. **Efeito de fungos micorrízicos arbusculares no crescimento de mudas de *Leucaena leucocephala* (lam.) de Wit. em solos de caatinga sob impacto de mineração de cobre.** Revista Árvore. 31(2): 355-363.
MANESCHY, R.Q; FERREIRA, L.A; GUIMARÃES, T.P; OLIVEIRA, P.D; OLIVEIRA, I.K.S. 2011. Diálogo de saberes e processo de construção de inovação agroflorestal em estabelecimentos rurais familiares no sudeste do Pará. In: HENTZ, A. M; MANESCHY, R. Q. (Org.). **Práticas Agroecológicas:** Soluções sustentáveis para a agricultura familiar na região sudeste do Pará. Jundiaí: Paco Editorial, 2011. p. 237-255.
MATTEI, L.V. Avaliação de protetores físicos em semeadura direta de *Pinus taeda* L. **Ciência Florestal**. v. 7, p. 91-100. 1997.
OLIVEIRA, P. D; MANESCHY, R. Q; GUERRA, K. C; GUIMARÃES, T. P; OLIVEIRA, I.K.S. Estabelecimento de sistema silvipastoril com leucena em unidade de produção familiar no sudeste do Pará. **Enciclopédia biosfera**. v. 6, p. 1-7. 2010.
OLIVEIRA, P.P.A., CORSI, M**. Recuperação de pastagens degradadas para sistemas intensivos de produção de bovinos**. Circular técnica 38. São Carlos, SP, Março, 2005. ISSN 1516-4111X.
PEZO, D.; IBRAHIM, M. **Sistemas Silvopastoriles**. 2ªed. Turrialba, Costa Rica: CATIE, 1999. 276 p. (Materiales de enseñanza, n. 44).
SALVIANO, L. M. C. **Leucena:** fonte de proteína para os rebanhos. Petrolina: EMBRAPA/CPATSA, 1984. 16p.

SCHMITZ, H. Desenvolvimento participativo de tecnologias: a experiência da mecanização na Transamazônica. **Agricultura Familiar**, v. 1, n. 1, p. 1-20. 1996.
SEIFFERT, N.F; THIAGO, L.R.L.S. **Legumineira:** cultura forrageira para produção de proteína. Campo Grande: EMBRAPA – CNPGC, Campo Grande**.** 1983. 52 p. (Circular técnica, 13). Acesso em: 27 jul. 2012. Disponível em: <http://www.cnpgc.embrapa.br/publicacoes/ct/ct13/index.html>.
SILVA, L.V; QUEIROZ, S.É.E; SILVA, M.Q; COSTA, J.M. FERNANDES, R. L. Uso de Protetor Físico na Semeadura Direta para Recuperação de Áreas Degradadas. **Biosci. J.** v. 28, n. 3, p. 366-372. 2012.
SOUSA, F. B., **Leucena: Produção e Manejo no Nordeste Brasileiro**. Sobral: EMBRAPA-CNPC, 2005, 8p. (EMBRAPA-CNPC. Circular Técnica, 18).
SOUZA, A. A; ESPÍNDOLA, G. B. Bancos de proteína de leucena e de guandu para suplementação de ovinos mantidos em pastagens de capim-buffel. **Revista Brasileira de Zootecnia**. v. 29, n. 2, p. 365-372. 2000.
VEIGA, J.B; TOURRAND, J.F; PIKETTY, M.G; POCCARD-CHAPUIS, R; ALVES, A.M; THALES, M.C. 2004. **Expansão e Trajetórias da Pecuária na Amazônia:** Pará, Brasil. Brasília, Editora Universidade de Brasília. 162 p.

22. ELEMENTOS QUE ENVOLVEM A CRISE NO SETOR SIDERÚRGICO DO DISTRITO INDUSTRIAL DE MARABÁ

Marcelo Melo dos Santos
(*marceloviola2@hotmail.com)*

Resumo

O Programa Grande Carajás (PGC) foi criado com o intuito de industrializar parte da Amazônia Oriental por meio do estímulo ao desenvolvimento regional. A partir de 1988 a implantação de indústrias siderúrgicas voltadas para a produção de ferro gusa, aço e ferro-ligas, se transformou na principal estratégia no corredor da estrada de ferro Carajás. A crise econômica iniciada em 2008, associada a um conjunto de fatores de abrangência mais localizada, levou a profundas transformações nos empreendimentos siderúrgicos. Alguns desses empreendimentos diminuíram seu volume de produção e outros chegaram a paralisar totalmente suas atividades. É neste contexto que o objetivo desse artigo é analisar os principais fatores que ocasionaram a crise no setor siderúrgico do Distrito Industrial de Marabá (DIM). Os procedimentos metodológicos utilizados nesse estudo foram: revisão bibliográfica acerca da temática da dinâmica siderúrgica na Amazônia Oriental; análise documental sobre o tema veiculado nos principais meios de comunicação local e nacional e; entrevistas com os principais atores ligados ao setor. O estudo revelou que o setor siderúrgico acumula historicamente problemas de ordem social, econômica e ambiental, e que a crise econômica de 2008 funcionou como um estopim para o aprofundamento de vários desses problemas.

Palavras chaves: Crise Econômica; Siderurgia; Desenvolvimento Regional.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho é fruto de uma pesquisa de dissertação que realizei no muncipio de Marabá entre 2013 e 2015, como discente vinculado ao programa de pós-graduação em Dinâmicas territoriais e Sociedade na Amazônia (PDTSA) da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa). Ele tem como objetivo analisar os principais fatores que contribuíram para a crise que se estabeleceu no setor siderúrgico do Distrito Industrial de Marabá. Os procedimentos metodológicos utilizados nesse estudo foram: revisão bibliográfica acerca da temática da dinâmica siderúrgica na Amazônia Oriental; análise documental sobre o tema veiculado nos principais meios de comunicação local e nacional e; entrevistas com os principais atores ligados ao setor. Para nortear a nossa discussão lançamos mão de três hipóteses: i) a primeira considera que a crise do DIM foi um efeito imediato da crise econômica mundial de 2008. Os principais mercados consumidores de ferro-gusa diminuíram consideravelmente a quantidade de importação afetando principalmente as siderúrgicas dependentes desses mercados; ii) a segunda considera a elevação do preço do minério de ferro (fornecido pela Vale) um fator de restrição à manutenção da produção do ferro-gusa e; iii) a terceira hipótese atribui à dificuldade de acesso ao insumo energético mais utilizado para produzir ferro gusa, o carvão vegetal. Atualmente as siderúrgicas têm enfrentado dificuldades para cumprir a legislação ambiental, que regulamenta a produção e o uso do carvão vegetal. Algumas siderúrgicas que foram enquadradas em crimes ambientais e tentaram burlar a lei, sofreram multas de alto valor.

2. A IMPLANTAÇÃO DAS INDÚSTRIAS SIDERÚRGICAS NO DISTRITO INDUSTRIAL DE MARABÁ

A instalação das indústrias siderúrgicas em Marabá, surgem em função da criação do Programa Grande Carajás (PGC). Hall (1991) observa que o PGC foi formalmente instituído ainda pelos governos militares através do ato executivo n° 1.183 de 24 de novembro de 1980, e tinha como objetivo industrializar boa parte da Amazônia oriental particularmente através da mineração, do processamento de minérios, da agropecuária e da exploração madeireira. (p. 38). Em função da enorme quantidade de incentivos fiscais oferecidos pelo estado, gostaríamos de mencionar que no estado do Pará, foi instalada em 1988, neste contexto a Companhia Siderúrgica do Pará – COSIPAR e a Siderúrgica Marabá – SIMARA. Até o ano de 2008, período que representa o auge da atividade siderúrgica no município, já tinham se instalado, especificamente no DIM, onze empreendimentos para produção de ferro gusa, aço e ferro-ligas:

Nome da Empresa	Número de Fornos	Capacidade instalada de Ton/ano	Estimativa de Geração de empregos diretos
Cia Siderúrgica do Pará S/A	4	558.720	760
Siderúrgica Marabá S/A (atual Sinobrás)	2	300.000	1.050
Usina Siderúrgica de Marabá	3	360.000	480
Siderúrgica Ibérica Pará S/A	3	420.000	200
Terra Norte Metais (atual Cikel)	2	180.000	200
Ferro Ligas Marabá Ltda – FERMAR	1	16.000	60
Siderúrgica do Pará S/A (SIDEPAR)	2	360.000	150
Ferro Gusa Carajás S/A	2	360.000	200
Sidenorte Siderurgia Ltda.	1	180.000	200
Marabá Gusa Siderúrgica	1	144.000	280
Da Terra Siderúrgica	2	180.000	360
Total	**23**	**3.058.720**	**3.940**

Quadro 1. Empreendimentos Siderúrgicos Instalados no DIM até 2008, com número de alto fornos, estimativa de produção de toneladas de Gusa/aço/ferro ligas/ano e geração de empregos.
Fonte: elaborado pelo autor com base em (SINDICOM 2005).

3. OS EFEITOS DA CRISE ECONÔMICA MUNDIAL DE 2008, SOBRE O SETOR SIDERÚRGICO NO DIM.

Analisando a crise econômica capitalista de 2008, Harvey (2011) vai afirmar que a crise ocorrida nos Estados Unidos teve início com os empréstimos subprime de 2008, que concedia créditos a pessoas que não tinham condições de quitar as dívidas. (MOLLER; VITAL, 2013). É nesse contexto que em 2008, o mercado imobiliário americano entrou em colapso levando consigo Wall Street, o maior centro financeiro americano. Rapidamente a crise atingiu todos os setores, inclusive o setor siderúrgico americano, que para produzir o aço, dependia do gusa produzido no DIM. Observemos o Gráfico abaixo:

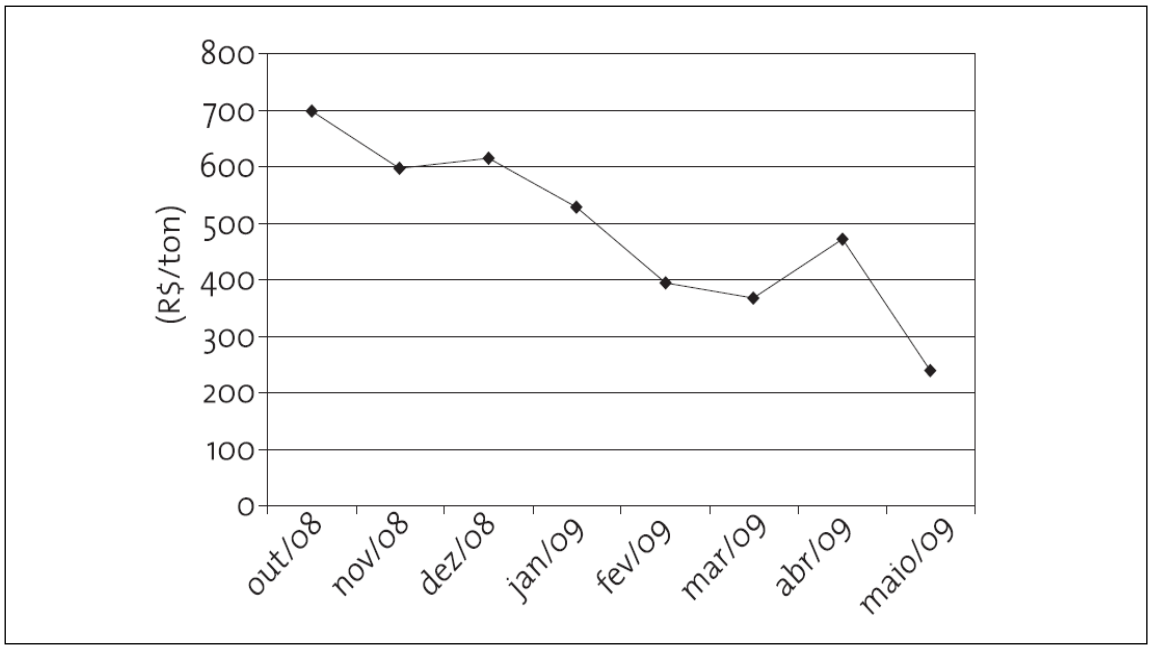

Gráfico 1. Projeção do Preço do Ferro - gusa (2008-2009)
Fonte: VITAL; PINTO (2009).

Até o final de 2008, em decorrência da crise, diversas siderúrgicas já tinham sido obrigadas a fechar gradativamente as portas por falta de compradores do Ferro-gusa. Para entendermos melhor os efeitos da crise sobre o DIM, observemos a tabela comparativa que mostra respectivamente, o nome da empresa, início de operação, situação de funcionamento até 2008 e a situação atual:

Nome da Empresa	Início da operação	Situação até 2008	Situação atual Out/2015
Cia Siderúrgica do Pará S/A	1988	Em operação	Paralisada
Siderúrgica Norte do Brasil (Antiga SIMARA)	2008	Em operação	Em operação
Ferro Ligas Marabá Ltda. – FERMAR	2005	Em operação	Em operação
Usina siderúrgica de Marabá	2002	Em operação	Paralisada
Siderúrgica Ibérica Pará S/A	2002	Em operação	Paralisada
Cikel Siderúrgica (Antiga Terra Norte Metais Ltda.)	2008	Em operação	Paralisada
Siderúrgica do Pará S/A	2005	Em operação	Paralisada
Ferro Gusa Carajás S/A – Vale S/A	2005	Em operação	Paralisada
Sidenorte Siderurgia Ltda.	2006	Em operação	Paralisada

Marabá Gusa Siderúrgica Ltda.	2007	Em operação	Paralisada
Da Terra Siderúrgica Ltda.	2007	Em operação	Paralisada

Tabela 1. Tabela comparativa das Empresas Siderúrgicas em funcionamento no Distrito Industrial de Marabá até 2008, e no cenário pós crise; Fonte: elaborado pelo Autor com base em pesquisa de campo e Instituto Observatório Social (2006), Assis e Carneiro (2012).

4. O PREÇO E A QUALIDADE DO MINÉRIO COMO GARGALO PARA A PRODUÇÃO SIDERÚRGICA NO DISTRITO INDUSTRIAL DE MARABÁ.

Quando perguntado sobre a principal causa de o DIM estar em colapso, o presidente do Sindicato dos Produtores de Ferro-gusa do Pará (SINDIFERPA) é enfático:

> O gargalo que nós temos é o minério tá? Nós já tivemos várias oportunidades de retomar as atividades, o mercado externo, ele já voltou, não na sua totalidade, mas ele já deu uma reagida é. muito considerável, e o que impede da gente retomar as atividades é exatamente o minério, o preço estabelecido da Vale pro minério aqui no Distrito ele inviabiliza qualquer guseira de funcionar [...]O preço praticado, que a Vale pratica com o minério de ferro aqui no Norte, é o mesmo que ela exporta pra China e isso não viabiliza, e nunca vai viabilizar o Distrito Industrial de Marabá (Zeferino de Abreu Neto - Entrevista n° 1, concedida em 5 de junho de 2013).

Além destes problemas recorrentes, os produtores do gusa reclamam que mesmo durante a crise mundial com a queda nos preços do gusa, o preço do minério não baixou ou pouco caiu, mas no período em que o preço do gusa estava em alta, a Vale aumentava constantemente o preço do minério, justificando que o gusa estava em alta. Observando os dados da projeção do aumento do preço do minério de ferro em relação ao preço do ferro-gusa temos o seguinte gráfico:

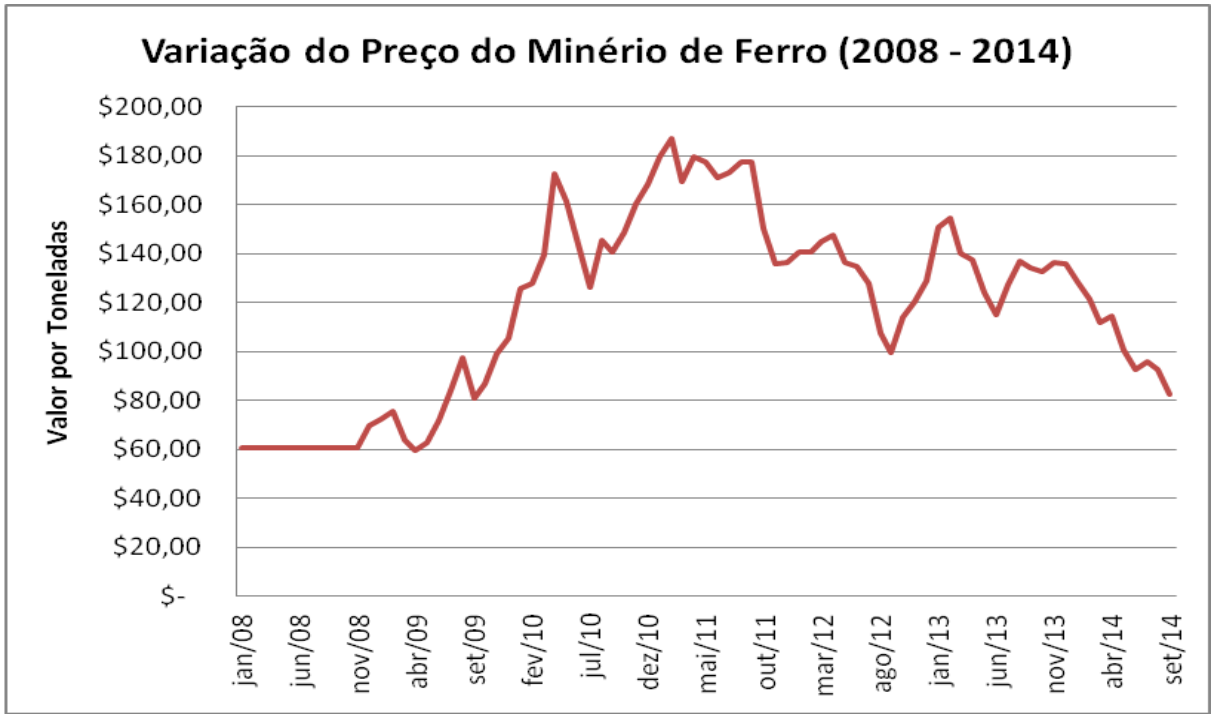

Gráfico 2. Variação do preço do minério de ferro (2008-2014)
Fonte: Elaborado pelo autor com base em INDEX/MUNDI (2014).

5. OS PROBLEMAS QUE ENVOLVEM A PRODUÇÃO DO CARVÃO VEGETAL.

Para o presidente da ACIM a Legislação Ambiental na Amazônia Legal tem sido um problema para o setor siderúrgico no DIM. Em função disso, segundo ele a estratégia dos empresários do setor tem sido adquirir áreas para reflorestamento em estados como Tocantins e Maranhão onde a legislação é diferenciada:

> No Tocantins e no Maranhão em função da questão da reserva legal que é de 35% por 65%. Ou seja, você tem 35% de reserva legal e 65% de exploração automática, entendeu? [...] devido a isso a SINOBRÁS tem áreas lá, a Terra Norte Metais tem áreas lá, outras empresas têm áreas por lá, e por aí vai. (Gilberto Leite, - entrevista n° 2, concedida dia 18 de outubro de 2014).

A explicação para que as siderúrgicas concentrem boa parte de suas monoculturas de eucalipto no Tocantins ou Maranhão, está no fato de que a Legislação Ambiental atual determina diferentes percentuais de reserva legal dependendo dos biomas existentes. “No caso Amazônico esse percentual é de 80%, sendo que no Nordeste e Centro Oeste o percentual cai para 35%, e no Cerrado[1] ou na Caatinga vai para 20%”. (CAMPOS, 2012, p. 8).

Os produtores do setor siderúrgico do DIM, também têm se queixado ante a burocracia instalada nos órgãos ambientais responsáveis pelos licenciamentos de atividades como manejo

[1] No caso em que há áreas de cerrado dentro do bioma amazônico na referida área aplica-se 20% de preservação tal como define a legislação.

florestal, reflorestamento e outras como um todo. O Diretor Administrativo Financeiro da IBÉRICA, argumenta que não há dificuldades quanto a problemas ambientais, mas sim quanto à burocracia. Ele argumenta que a IBÉRICA investiu em projetos de reflorestamento e agora no período de corte e carbonização do eucalipto para a produção do carvão vegetal, eles estão aguardando autorização dos órgãos ambientais, especificamente da SEMA:

> A IBÉRICA possui 12.000 hectares de reflorestamento de eucalipto, numa área total de 40.000 hectares. E esses 12.000 hectares da forma como foram plantados, já trariam a autossustentabilidade da IBÉRICA. Mas essa autossustentabilidade passa pela liberação das licenças de cortes e carbonização, de transformação da madeira em carvão. Essas licenças são emitidas pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente. Existe um processo dentro da SEMA, que torna essa liberação um pouco lenta. Então apesar de a IBÉRICA ter todo esse patrimônio florestal de 12.000 hectares reflorestados e prontos pra corte, nós não conseguimos até o momento transformar todo esse eucalipto em carvão. Porque o Licenciamento apesar de ter sido pedido no prazo certo, desde 2011 ainda não foi todo liberado. (Lucivaldo Manoel Pinheiro Sozinho - Entrevista n° 3 realizada dia 20 de novembro de 2014).

5.1 A FISCALIZAÇÃO DA CADEIA PRODUTIVA DO CARVÃO VEGETAL

Entre 2005 e 2011 o IBAMA realizou 4 operações de fiscalização e aplicou cerca de 732,66 milhões de reais em multas às empresas siderúrgicas localizadas no Pará que estavam utilizando madeira ilegal para produzir carvão vegetal. As empresas não conseguiram explicar a origem da matéria prima que utilizavam nos seus alto fornos, e as informações acerca da quantidade de Ferro-gusa produzido era incompatível com a quantidade utilizada e declarada de carvão. observemos a tabela abaixo demonstrando as principais empresas envolvidas em crimes ambientais na cadeia produtiva do carvão vegetal:

OPERAÇÃO	ANO	SIDERÚRGICAS AUTUADAS	VALOR TOTAL DAS MULTAS	INFRAÇÃO
Operação IBAMA	2005	USIMAR, IBÉRICA, COSIPAR E SIMARA	R$ 295,66 milhões de reais	-Utilizar carvão de origem ilegal. -Incompatibilidade entre a produção do gusa e a quantidade de carvão utilizada. -As ATPFs eram utilizadas para acobertar o transporte de carvão de origem ilegal
Operação APITI	2007	COSIPAR, SIDENORTE, SIMARA (atual	R$ 150 milhões de reais	- Utilizar carvão de origem ilegal. -COSIPAR foi autuada por operar sem Licença Ambiental.

		Sinobrás) SIDEPAR E USIMAR		- Adquirir carvão de carvoarias que fraudaram o SISFLORA.
Operação Arco de Fogo e Arco Verde	2008	Foram fiscalizadas só a cadeia produtiva (carvoarias e madeireiras)	3 milhões de reais	-Foram apreendidos 3 mil metros cúbicos de madeira ilegal, 765 metros de carvão e 12 motosserras. - foram destruídos 98 fornos em carvoarias ilegais.
Operação Saldo Negro	2011	SIDEPAR, COSIPAR E IBÉRICA	R$ 284 milhões de reais	-Adquirir carvão proveniente de desmatamento. - Adquirir carvão de carvoarias que fraudaram o SISFLORA.

Tabela 2. Sistematização das principais operações realizadas pelo IBAMA e indústrias siderúrgicas autuadas por crimes ambientais. **Fonte:** Elaborado pelo autor com base em Correio do Tocantins – (05.12.11); Observatório Social (2011).

A tabela acima nos indica que das 11 siderúrgicas instaladas no DIM pelo menos 6 já foram multadas ou embargadas (algumas por diversas vezes) por cometer crimes ambientais em relação à produção ou aquisição do carvão vegetal. O interessante é que as práticas de ilegalidades ocorreram tanto com as siderúrgicas independentes quanto com as integradas. A SINOBRÁS, através do grupo Aços Cearense, por exemplo, adquiriu o controle acionário da SIMARA em junho de 2006, porém em 2007 a SIMARA foi autuada e multada na operação Apiti do IBAMA.

A partir do exposto é possível perceber o quanto é conturbado a produção do carvão vegetal para abastecer as siderúrgicas e o quanto isto tem contribuído para a crise no setor. Sabemos que as siderúrgicas têm buscado outras formas de produção do carvão vegetal; a partir de reflorestamento, de manejo florestal ou de outras fontes; insumos de serrarias, babaçuais (ASSIS & CARNEIRO, 2012). Mas isto parece não resolver o problema do insumo para as siderúrgicas, e parece nos revelar que se encontra em curso uma crise ambiental caracterizada pela escassez de matas nativas para produzir carvão vegetal.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do exposto foi possível avaliar e discutir os principais fatores que ocasionaram de alguma forma o fechamento das siderúrgicas no DIM. Nota-se que a crise em curso no DIM só pode ser entendida sob a junção de um conjunto de fatores que não se restringem apenas a crise mundial de 2008. Além da crise, conseguimos identificar que o preço do minério de ferro fornecido pela mineradora Vale, aumentou de maneira inversamente proporcional ao preço do Ferro-gusa. Portanto o preço desta *commodity* pode ser considerada como uma das condicionantes que impediram a retomada do setor siderúrgico do DIM, contribuindo assim

para o aprofundamento da crise. Isso sem falar na qualidade do produto conforme já vimos, que acrescentou um custo adicional de 25% a mais para o processamento de uma tonelada Ferro-gusa.

Somado a esse fator não poderíamos deixar de mencionar a questão ambiental da produção siderúrgica considerada em dois aspectos; o primeiro fator que contribuiu para a crise no setor diz respeito à dificuldade por parte das siderúrgicas, no cumprimento da legislação bem como queixas ante a burocracia instalada nos órgãos ambientais. O segundo ponto está ligado às operações de combate às ilegalidades na cadeia produtiva do carvão realizadas entre 2005 e 2011. Nesse período o IBAMA aplicou cerca de R$ 732,66 milhões de reais em multas levando de vez algumas siderúrgicas a encerrarem imediatamente suas atividades, sobretudo aquelas que foram flagradas cometendo crimes ambientais.

Por fim, o artigo aponta para o fato de que a crise no setor siderúrgico do Distrito Industrial de Marabá, é fruto de uma sucessão de fatores históricos mencionados acima, cuja crise de 2008 se apresenta apenas como um estopim. A crise de 2008 culminou não apenas com a crise no DIM, mas também com a crise ambiental ao qual este tipo de atividade tem ao longo dos tempos, contribuído significativamente.

REFERÊNCIAS

ASSIS, W. S. & CARNEIRO, M. S.; Uso Del Carbón Vegetal como Fuentes de Energia para el Parque Siderúrgico de Carajás: Controvérsias Ambientales, Sociales, y Económicas. In: TONI, F. & PORRO, R. (Org.) Energía, Medio Ambiente y Desarrollo em la Amazonía: un estúdio comparativo entre Bolívia, Brasil, Colombia, Ecuador, Peru y Venezuela. Berlin: Editora Académica Espanhola, 2012.

CAMPOS, Índio; CHAGAS, Ronie C.M. Reflorestamento versus floresta nativa: tendências e desafios à siderurgia na Amazônia. Papers do NAEA, Belém, n.295, p.1-18, mai, 2012. Disponível em: http://www.ufpa.br/naea/novosite/paper/listar. Acessado em 15 de agosto de 2014.

HALL, Antony. Amazônia Desenvolvimento para quem? Desmatamento e conflito social no Programa Grande Carajás. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991.

HARVEY, David. O Enigma do Capital e as crises do Capitalismo. São Paulo: Editora Boitempo, 2011.

MOLLER, H. D; VITAL, T. Os Impactos da Crise Financeira Global 2008/09 e da Crise na área de Euro desde 2010 sobre a Balança Comercial Brasileira. Ribeirão Preto, Revista de Administração, Contabilidade e Economia (RACE), Ago, 2013, 19 p.

VITAL, M. H. F; PINTO, M. A. C. Condições para a sustentabilidade da produção de carvão vegetal para fabricação de ferro gusa no Brasil. BNDES – Setorial 30, p. 273-297. 2009. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/bnset/set3006.pdf acessado em 8 de dezembro de 2014.

JORNAIS E DOCUMENTOS

http://www.indexmundi.com/pt/pre%E7os-de-mercado/?mercadoria=min%c3%a9rio-de-ferro&meses=60 acessado em 21 de outubro de 2014.

INSTITUTO OBSERVATÓRIO SOCIAL, Responsabilidade social das empresas siderúrgicas na cadeia produtiva do ferro-gusa na região de Carajás: os produtores de carvão vegetal - Relatório Geral. Rio de Janeiro, 2006, 51 p.

INSTITUTO OBSERVATÓRIO SOCIAL. O aço da devastação: Crimes ambientais e trabalhistas na cadeia produtiva da indústria Siderúrgica instalada na Amazônia. São Paulo, 2011, 36 p.

JORNAL CORREIO DO TOCANTINS, Marabá – Pará, 5 de dezembro de 2011. Pará: IBAMA aplica multa de R$ 284 milhões em três siderúrgicas em Marabá. Disponível em: http://www.folhadobico.com.br/12/2011/para-ibama-aplica-multa-de-r-284-milhoes-em-tres-siderurgicas-em-maraba.php acessado em 24 de outubro de 2014.

SINDICOM - Sindicato do Comércio de Marabá. Infraestrutura do Distrito Industrial de Marabá. Marabá. 2005. Texto disponível em: http://sindicommaraba.com.br/paginas/dados_12.php acessado em 19 de junho de 2014.

ENTREVISTAS

Entrevista n° 1 realizada dia 5 de junho de 2013, com o senhor Zeferino de Abreu Neto, presidente do Sindicato dos Produtores de Ferro-Gusa do estado do Pará (SINDFERPA).

Entrevista n° 2 realizada dia 18 de outubro de 2014, com o senhor Gilberto Leite, presidente da Associação Comercial e Industrial de Marabá, e sócio da Siderúrgica da Terra.

Entrevista n° 3 realizada dia 20 de novembro de 2014, com o senhor Lucivaldo Manoel Pinheiro Sozinho, Diretor Administrativo financeiro da Ibérica.

23. RAÇA, ETNIA E POLITICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ETNICO-RACIAIS NO ENSINO MÉDIO EM MARABÁ

Maria Neide Silva Moraes
(nsmoraes.moraes@gmail.com)
Jerônimo da Silva e Silva
(prof-jeronimo@hotmail.com)
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

Resumo

O artigo apresenta apontamentos iniciais a respeito da Educação para as Relações Étnico-Raciais nas escolas de Ensino Médio da cidade de Marabá. Orientando-se na esteira crítica de Stuart Hall (2007) e Munanga (2003) a respeito da compreensão de "raça" e "etnia" e na proposta descolonizadora à colonialidade do poder e saber de Aníbal Quijano (2005), o texto problematiza as ações propostas e realizadas, no horizonte das políticas públicas pela Unidade Regional de Educação Básica para o Ensino Médio em Marabá. O estudo parte de uma

abordagem metodológica qualitativa de pesquisa que utiliza como instrumentos, além da pesquisa bibliográfica, a realização de entrevistas semiestruturadas com um formador que compõe a equipe pedagógica da 4ª Unidade Regional de Ensino (URE), órgão responsável pelo gerenciamento da educação básica para o Ensino Médio em Marabá. A não efetividade da materialização dessas políticas afirmativas, no âmbito local, sinalizam tanto para a fragilidade de projetos pedagógicos aferrados à pura estrutura formal da letra no texto, como para dificuldade de professores e gestores de aperceberem-se das dinâmicas do universo afro-brasileiro que encharca suas próprias existências.

Palavras-chave: Educação; Relações Étnico-Raciais; Políticas Públicas.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo propõe se a refletir sobre raça, etnia e colonialismo do poder, conceitos estes que permeiam o universo de pesquisa e produção acadêmica de intelectuais, que tem como foco de seus estudos as temáticas referentes às relações étnico-raciais na contemporaneidade.

Nesta perspectiva, a partir da leitura de Kabenguele Munanga (2003), traçamos inicialmente um breve histórico do conceito de raça, ressaltando o processo de mudanças ocorridas em cada contexto, permeado por fatores políticos e sociais pertinentes a cada época.

Para endossar este debate recorremos aos estudos de Stuart Hall (2007), para o qual raça, representa uma categoria discursiva, utilizada para a legitimação e produção das diferenças sociais e culturais. Nesta mesma visão, o autor acentua que o conceito de etnia, em sua essência reforça estes estereótipos.

A reflexão acerca dos referidos conceitos possibilita pensar criticamente sobre o que significa o estudo da educação para as relações étnico raciais na contemporaneidade. Sobretudo nos impulsiona a investigar como as políticas públicas, frutos de intensas lutas do Movimento Negro, se materializam nas ações cotidianas dos órgãos executivos de educação, especificamente na 4ª Unidade Regional de Ensino do município de Marabá.

No propósito do presente artigo, nos apropriamos do conceito de raça para além de sua definição biológica. Aqui nos apropriamos de raça, como um conceito ressignificado em suas dimensões históricas, políticas e culturais. Na mesma dimensão, compreende-se o termo etnia a partir de um significado historicamente construído que abrange múltiplas dimensões, envolvendo um histórico cultural de lutas, saberes e culturas dos sujeitos negros.

Ainda como aporte teórico, recorremos às análises de Aníbal Quijano (2005) sobre o processo de naturalização das diferenças culturais promovidas a partir de um histórico de colonialidade do poder eurocêntrico que gerou a classificação e hierarquização social dos

povos, pautadas nas ideias de raça, na qual são legitimadas as práticas de exclusão social e racial entre os diversos povos.

Neste sentido, partimos de uma abordagem qualitativa de pesquisa, na qual utilizamos como procedimentos além da pesquisa bibliográfica, a realização de uma entrevista semiestruturada no mês de janeiro de 2016, com um formador, que compõe a equipe de formadores da 4ª Unidade Regional de Ensino. A entrevista nos possibilitou um enriquecimento no sentido de fornecer elementos para a realização das análises propostas por este estudo. É importante ressaltar que o presente estudo é um recorte de uma pesquisa de Mestrado, em andamento, intitulada provisoriamente de "Educação para as relações étnico-raciais e a produção identitária de estudantes negros na educação básica para o ensino médio em Marabá".

2. RAÇA E ETNIA: APONTAMENTOS INICIAIS

Historicamente, o conceito de Raça apresenta-se para as Ciências Sociais, como um elemento propulsor de intensos estudos, debates e reflexões de intelectuais que atuam neste campo de investigação. Para Munanga (2003), o conceito de raça origina-se do latim, *ratio*, que significa sorte, categoria, espécie (MUNANGA, 2003, p. 17). Ainda que, ao longo da história este termo tenha sido atribuído erroneamente como forma de categorização dos diversos povos, compreende-se que o mesmo alude a um processo histórico, cultural e ideológico dos seres humanos constituídos em sociedades.

A partir do século XVIII, com o movimento iluminista, os filósofos passam a contestar a ação monopolizadora da igreja católica e empreende-se numa busca em prol de uma explicação racional em torno da diversidade racial (MUNANGA, 2003, p. 18). No correr do século XIX a proliferação da teoria evolucionista no meio científico, associada ao contexto de nacionalismo, expansão imperialista e exploração de povos africanos e asiáticos, produziu uma forma de interpretar os escritos de Charles Darwin (1909-1882), marcada pela transposição do modelo explicativo deste naturalista inglês para a análise das espécies humanas, ultrapassando os aspectos estritamente biológicos e erigindo o mote das discussões raciais na esfera da classificação e seletividade.

No século XX, devido aos avanços da genética humana, os estudiosos deste campo definem que "raça" é um conceito de cunho não biológico que surgiu para hierarquizar a diversidade humana, momento em que se propõem a superação da teoria da biologização das raças.

Para Kabenguele Munanga (2003), enquanto o conceito de raça é morfobiológico, o de etnia é sociocultural, histórico e psicológico. Dentro desta concepção, alguns pesquisadores da atualidade que trabalham temáticas referentes às questões raciais ou interétnicas, apropriam-se com mais frequência do termo raça numa compreensão que supera o seu sentido biológico.

No exórdio de Stuart Hall (2007), "raça" configura-se como uma categoria de natureza não científica. O termo alude a um processo de construção política e social dos diversos povos: "(...) É a categoria discursiva em torno da qual se organiza um sistema de poder socioeconômico, de exploração e exclusão – ou seja, o racismo" (HALL, 2003, p. 69). O termo "raça" tem sido historicamente utilizado para legitimar diferenças sociais e culturais com vistas à legitimação de um processo de exclusão racial entre os povos, ou seja, uma categoria discursiva utilizada para construir um efeito de naturalização das diferenças.

A partir dessa compreensão, o autor assinala que enquanto o racismo biológico utiliza-se de marcadores como cor da pele, textura dos cabelos dentre outros para justificar a exclusão racial, no processo de etnização, tem ocorrido também uma pratica estigmatizante dos sujeitos por serem culturalmente diferentes do padrão instituído e normatizado pelos extratos dominantes da sociedade, onde o discurso da etnicidade é também um discurso que está pautado nas diferenças físicas dos grupos culturais diversos "(...) Portanto, o racismo biológico e a discriminação cultural não constituem dois sistemas distintos, mas dois registros do racismo" (HALL, 2003, p.71).

A compreensão do significado e da relevância de tais conceitos torna-se um elemento necessário para analisar as relações raciais no contexto da pesquisa, particularmente quando articulamos as reflexões de Hall com as ponderações de Aníbal Quijano (2005) sobre a classificação social ainda atrelada à colonialidade do poder.

No contexto da América Latina, onde estamos geograficamente situados, recorremos às análises de Aníbal Quijano (2005) o qual destaca em sua obra " Colonialidade do poder, euro centrismo e América Latina", que as relações sociais e de poder que alicerçam o sistema global vigente, sustentam-se a partir do critério da classificação da população mundial, engendrando variáveis formas de controle de trabalho. Conforme vemos a seguir:

> (...) é na medida em que as relações sociais que se estavam configurando eram relações de dominação, tais identidades foram associadas a hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes com constitutivas delas, e consequentemente, ao padrão de dominação que se impunha. Em outras palavras, raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumento de classificação social básica da população (QUIJANO, 2005, p.107).

Na busca pela consolidação de se constituir como centro do mundo capitalista, os europeus desenvolveram várias estratégias de dominação dentre as quais Aníbal Quijano (2005), destaca as novas formas de controle e de exploração do trabalho, como o trabalho assalariado que passa a constituir e determinar as novas relações de produção do mercado mundial. Desta forma, imbuídos no arcabouço teórico ora exposto, adotaremos no presente estudo, o termo étnico-racial, no sentido proposto por Gomes (2012) para melhor sistematizar as discussões em torno desta temática. Neste, sentido a autora assinala que:

> Mas do que uma junção dos termos, essa formulação pode ser vista como a tentativa de sair de um impasse e da postura dicotômica entre os conceitos de raça e etnia. Demonstra que para se compreender a realidade do negro brasileiro, não somente as características físicas e a classificação racial devem ser consideradas, mas também a dimensão simbólica, cultural, territorial, mítica, política e identitária. (GOMES, 2012, p. 109).

3. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS: DILEMAS DA EDUCAÇÃO NO ENSINO MÉDIO EM MARABÁ

Para refletirmos como a Educação para as relações Étnico-raciais tem sido promovida e materializada no âmbito das políticas públicas no município de Marabá, realizamos uma entrevista semiestruturada com um técnico que atua na área de formação de professores e compõe a equipe pedagógica da 4ª Unidade Regional de Ensino (4ª URE) no município de Marabá. A referida entrevista se constituiu como um instrumento para possibilitar as reflexões acerca de dois eixos problematizadores: o primeiro discorre sobre a materialização nas ações cotidianas dos órgãos executivos de educação, particularmente da 4ª Unidade Regional do município de Marabá, o papel efetivo das políticas públicas no âmbito das relações étnico raciais. O segundo versa sobre as políticas afirmativas – respaldadas pela lei 10.639/2003 e Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação – que pontuam a necessidade de formação continuada para docentes e sujeitos outros que atuam nesta modalidade de ensino.

A 4ª Unidade Regional de Ensino (4ªURE) é uma instituição constituída por 17 municípios. A sede localiza-se no município de Marabá. Atende a um quantitativo de 43.000 (quarenta e três mil) alunos e alunas, com aproximadamente 1600 (mil e seiscentos) docentes distribuídos nas 78 (setenta e oito) unidades de ensino diretamente ligadas à esfera pública do poder estadual, portanto sendo uma instituição anexa à Secretaria Executiva de Educação (SEDUC) localizada na cidade de Belém.

No que se refere, às políticas de formação continuada com vistas ao trato das questões étnico raciais, podemos perceber de acordo com a entrevista realizada que não há uma prática

voltada para a reflexão das diversidades nas atividades de formação continuada promovida por esta instituição aos docentes da rede estadual, conforme podemos constatar na fala do formador:

> Não há uma formação especifica para o trabalho, com foco nas relações raciais. Elas são muito falhas...quando vamos fazer uma formação, tratamos de aspectos mais amplos do processo ensino aprendizagem, bem como das questões metodológicas de trabalho, não necessariamente da cultura em si (Professor Orlando Moraes, 42 anos. Entrevista realizada em 13/01/2016).

Além de expressar as deficiências nas práticas educacionais voltadas para as relações étnico raciais, é possível rastrear no desvio das ações os indícios para o fracasso das ações. O narrador sinaliza que as ditas "formações" terminam por priorizar mais aspectos metodológicos do processo educacional (ensino-aprendizagem) do que as características das matrizes culturais afro-brasileiras, pretenso eixo norteador das "formações". Ora, o que o narrador denomina de "aspectos mais amplos" é tão somente um desvio generalizante, produto de um desconhecimento, portanto, ausência de orientação mais consistente na dita formação continuada.

Ainda acompanhando a narrativa acima, torna-se compreensível que o conhecimento tanto da história como das características das matrizes afro-brasileiras fundamentam, acima de tudo, o processo de maturação das relações étnico raciais no espaço escolar. A "cultura em si" esboçada e aparentemente mui distante das políticas afirmativas em Marabá faz parte de uma prática que invisibiliza a presença de populações afro-brasileiras, tornando-a uma estranha, ainda que presente vigorosamente no cotidiano local. Essa força invisibilizadora é justamente a ação da colonialidade do poder, esboçada em linhas anteriores, e abaixo desvelada:

> O negro dentro da proposta curricular não tem nenhum destaque (...). No processo de formação não se destaca um conteúdo que vai atender a comunidade negra dentro da escola...(...) Não se destaca um conteúdo que vai atender um conjunto de pessoas que tem uma referência sexual diferenciada.(...) precisaria ter este conteúdo. A formação é muito carente neste sentido porque ela não pontua essas situações para trazer para um debate mais acentuado ...ela sempre é feita um pouco a grosso modo, dentro de um mesmo pacote de discussão...uma discussão geral que vai discutir P.P.P. (Projeto Político Pedagógico), você discute o aluno, tanto faz ser ele indígena, com negro, com branco, como amarelo tudo numa mesma condição. (Professor Orlando Moraes, 42 anos. Entrevista realizada em 13/01/2016).

O formalismo educacional rígido e pouco associado à relação com as demandas sociais e culturais locais, expressa justamente o teor e debilidade presente nos projetos políticos pedagógicos nas escolas. Mas dizer isso não é tudo. A questão exposta pelo narrador deixa claro

que são as pessoas – docentes, técnicos, funcionários em geral – deste espaço que precisam desenvolver instrumental político e social para estabelecer diálogo com a comunidade.

Quando questionado sobre as ações para materialização das políticas públicas e de formação continuada, da Coordenadoria de Ação para a Promoção da Igualdade Racial (COPIR), um departamento da Secretaria Executiva de Educação, órgão responsável de trabalhar com as questões étnico raciais na dimensão de todo o estado do Pará, percebemos o quanto ainda se constitui como um desafio o envolvimento, a participação e o compromisso com a formação docente acerca desta temática.

O entrevistado relata que uma das últimas ações ocorreu ano passado na cidade de Parauapebas, na qual houve uma participação simbólica de três professores da cidade de Marabá e uma técnica da equipe de formação desta URE, onde foi divulgado o material do projeto a" cor da cultura", projeto este, do governo federal. Neste sentido, as pessoas que foram formadas dentro dessa proposta devem tornar-se multiplicadores, mas, efetivamente, uma formação focada com fim proposto ainda não aconteceu. Alega-se muita dificuldade de reunir os profissionais, num momento em que se pudesse atender a todos.

Cabe ressaltar, nesse contexto, a limitação do estado em promover as ações voltadas para viabilização das políticas públicas, para o trato das questões étnico-raciais. De um universo de mais de 600 (seiscentos) profissionais docentes da modalidade do ensino médio na cidade de Marabá, somente três participaram da referida formação. Quando analisamos as leis que asseguram a educação das relações étnico raciais nos limitamos às leis 10639/2003 e Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, encontramos textos bem claros e definidos, mas que na pratica, nas instituições escolares e secretaria de educação, estão longe de serem materializados:

> Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.
> § 1o O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinente à História do Brasil.
> § 2o Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileira.

O artigo 9º das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio estabelece que:

> c) o ensino da História do Brasil, deverá levar em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia;
> d) estudo da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística, Literatura e História brasileiras.

Quando questionado sobre a materialização das referidas leis no município de Marabá, pela 4ª Unidade Regional de Educação, o referido formador, ressalta que esta lei a 10639/2003, existe, mais não teve sucesso em sua efetivação. Os conteúdos voltados para a materialização desta lei são trabalhados, mas numa condição de aleatoriedade, conforme podemos perceber no excerto a seguir:

> Os conteúdos das disciplinas são trabalhados de forma esporádica, mas não como deveria ser, como parte de uma agenda da secretaria de educação ... da própria escola ... de estar sendo acompanhado...de perceber como este trabalho impacta os alunos. (...) a política em si, ela não foi implementada... a gente não percebe no cotidiano da escola...quando muito se ouve falar do negro é o dia da raça...os problemas históricos que o negro viveu no Brasil quando são discutidos ainda são muito superficiais. Ele ainda não cria no jovem seja ele branco ou negro esse sentimento de valorização. (Professor Orlando Moraes, 42 anos. Entrevista realizada em 13/01/2016).

A inserção do tema das relações étnico-raciais na escola, como visto acima, requer todo um esforço de oposição às vicissitudes da colonialidade do saber e do poder, preconiza uma alteração da compreensão do universo escolar que não reduz o negro, o indígena, ou qualquer outro grupo ou pessoa a um padrão analítico. A compreensão da multiplicidade das subjetividades nos corpos dos estudantes é atravessada pela sexualidade, práticas culturais e condições econômicas, isto é, não se pode esquecer a polissemia dos quadros culturais se quisermos, de fato, possibilitarmos a inserção social nos ditos quadros da cidadania.

As afirmativas ora expostas, refletem que tanto a lei 10639/2003 quanto as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, não tem sido priorizada pela Unidade Regional de Educação em Marabá, que ao ignorar a operacionalização de tais políticas públicas negam todo um histórico de lutas e resistência do Movimento Negro Brasileiro para a efetivação de tais conquistas no trato das questões étnico-raciais.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise empreendida na realização do presente estudo remete a pontuarmos que, a questão da educação para as relações étnico-raciais, ainda constitui um grande desafio. Desafio esse que, acompanhando às reflexões de Aníbal Quijano e Stuart Hall, por exemplo, não podem

e nem devem fatiar a decomposição social dos estudantes no binômio escola-comunidade. Romper ou imiscuir tais distinções fazem parte da tarefa mesma da descolonização do pensamento.

No primeiro momento, podemos afirmar a partir da pesquisa realizada, que, apesar da lei 10639/2003, aprovada há treze anos e que legitima a obrigatoriedade do ensino da cultura africana e afro-brasileira nas instituições escolares, bem como as Diretrizes Nacionais para o Ensino Médio dentre outras políticas de caráter afirmativo para a população negra, constata-se que a materialização destas leis esbarram na falta de planejamento dos órgãos executivos de educação do estado do Pará e em específico de Marabá, repetida vezes, acentuada nas falas do entrevistado.

Assim, compreendemos que as mudanças propostas pelas políticas públicas voltadas para os sujeitos negros, só poderão ser consideradas como mudanças expressivas quando realmente forem incorporadas a ações do planejamento pontual das secretarias estaduais de educação, bem como da agenda cotidiana das instituições escolares. Trata-se, como preceitua Gomes (2012) "(...) de uma mudança estrutural, conceitual, epistemológica e política" (GOMES, 2012, p.107). Urge o trabalho de descolonizar os currículos e projetos de formações de secretarias e instituições escolares para avançar significativas mudanças na consolidação de tais políticas públicas Gomes (2012):

> A descolonização do currículo implica conflito, confronto, negociações e produz algo novo. Ele se insere em outros processos de descolonização maiores e mais profundos, ou seja, do poder e do saber. Estamos diante de confrontos entre distintas experiências históricas, econômicas e visões de mundo. Nesse processo, a superação da perspectiva eurocêntrica de conhecimento e do mundo torna-se um desafio para a escola, os educadores, o currículo e a formação docente" (GOMES, 2012, p. 107).

Desta forma, pensar a descolonização perpassa pela compreensão e superação da análise do processo de racialização e etnização como práticas de exclusão raciais, apontadas neste estudo, via Munanga (2003) e Hall (2007), bem como pela compreensão da classificação social , apontada por Aníbal Quijano (2005), que através do discurso da hierarquização das raças naturalizou as diferenças culturais, bem como legitimou-se o padrão eurocentrado de valores, cultura, conhecimento e saber, predominantes na sociedade contemporânea. Constitui-se para todos nós o grande desafio para o enfrentamento e desconstrução desse pensamento colonial e racialista, que ainda permanece cristalizados no imaginário social, bem como nas ações institucionalizadas do estado brasileiro.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003**

_____ **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. (DCNER)** Brasília: MEC SECAD/SEPPIR /INEP, 2004.

_____ **Lei de Diretrizes e Bases da Educaçãó Nacional**. Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996.

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. **Currículo sem fronteiras**. v.12, n.1. p. 98-109, jan./abr.2012. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/articles.htm>. Acesso em: 20 de jun. 2015.

HALL, S. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro, 10ª. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

_____ S. **Da Diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

MOREIRA, A. F; SILVA, T. T. (orgs.) **Currículo, cultura e sociedade**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MUNANGA, K. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. **Cadernos PENESB** (Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira). UFF, Rio de janeiro, n. 5, p. 15-34, 2004.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: Edgardo Lander (Org.). **A colonialidade do saber***:* eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005, pp. 117- 142

SILVA, T. T. da. **Documentos de identidade:** uma introdução as teorias do currículo. Belo Horizonte, Autentica, 1999.

24. ESTADO E DESENVOLVIMENTO URBANO AO LONGO DOS TRILHOS DA ESTRADA DE FERRO CARAJÁS NO NÚCLEO URBANO DE MARABÁ

Marly Do Socorro Fonseca Chaves[*]
msfc20102010@hotmail.com
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

Resumo

O artigo é uma breve reflexão sobre as condições de moradia dos domicílios urbanos do município de Marabá que se localizam ao longo da Estrada de Ferro Carajás (EFC), indissociado que é das políticas de desenvolvimento urbanístico, tendo como pano de fundo as políticas estatais e o direito à moradia digna. Para tanto, faz se necessário uma análise sobre as políticas desenvolvimentistas direcionadas principalmente à região amazônica e, em especial, ao sudeste paraense, a participação e resistência popular a estas políticas e o discurso do capital para justificar tais investidas neste espaço territorial multifacetado.

Palavras-chave: Moradia. Desenvolvimento Urbano, Desenvolvimentismo, Território.

1. INTRODUÇÃO

A temática sobre a urbanização nos países da América Latina é recente, datando da década de 50. A partir de então o direito à cidade, o desenvolvimento urbano e os movimentos sociais em relação a esse direito emergem nas searas científicas, jurídicas e filosóficas. De igual forma, o capital se apodera deste momento para adentrar também neste meandro.

Em 1968, de forma crítica e inovadora, Henry Lefebvre promovia a ideia do direito à cidade além das construções de moradias. Mais recentemente, David Harvey, se reverbera no sentido de que esse direito deve estar na pauta de vários movimentos sociais.

Ressalte-se que a Constituição da República em vigor, dentro do Título II - Dos Direitos e Garantias Fundamentais, em seu art. 6º preconiza:

> "São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, **a moradia** (grifo nosso), o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição".

Nesse sentido é grande a amplitude desse direito (o Direito à Moradia) devendo ser interpretado de forma sistemática com outros direitos fundamentais positivados na Constituição da República de 1988 (CR/88) para que se possa garantir uma moradia digna, sobretudo, para grupos socialmente excluídos.

Para Krell (2009, p. 19), os Direitos Fundamentais Sociais não são direitos contra o Estado, mas sim direitos através do Estado, exigindo do poder público certas prestações materiais.

Assim, os direitos sociais se tornam um pressuposto para o combate à exclusão e desigualdades sociais, à pobreza e à marginalização, sendo imprescindíveis para a efetivação do princípio da dignidade da pessoa humana, estabelecido como um dos fundamentos da República, conforme art. 1º, III da CR/88.

Para falar de Estado e desenvolvimento urbano ao longo dos trilhos da Estrada de Ferro Carajás no núcleo urbano de Marabá necessário se faz necessário verificar as análises das políticas governamentais direcionadas ao sudeste paraense.

A partir da década de 1970, acelerou-se o processo de penetração do sistema capitalista na região amazônica, estimulado e apoiado pelos projetos desenvolvimentistas nacionais. O Brasil inseriu-se neste contexto de forma marcante, através de seu "projeto de integração

nacional", de colonização, construção de estradas, hidrelétricas, pelotões militares e pistas de pouso.

Segundo Heck (2005),

> "a Amazônia é palco de exploração, mas é também palco de inúmeras lutas de resistência e afirmação, como aquela do extrativista que, na reserva, gesta um novo pensamento coletivo de viver em meio à abundante natureza; dos cientistas que, pacientemente, aprofundam conhecimentos sobre a realidade amazônica e os devolvem à população".

Corrobora com a mesma idéia Loureiro (2002) ao afirmar que, "a história da região tem sido, da chegada dos primeiros europeus à Amazônia até os dias atuais, uma trajetória de perdas e danos. E nela, a Amazônia tem sido, e isso paradoxalmente, vítima daquilo que ela tem de mais especial — sua magia, sua exuberância e sua riqueza".

Assim, a Amazônia tem gerado sempre mais recursos para fora (Metrópole e Federação) do que tem recebido como retorno; tem sido, permanentemente, um lugar de exploração, abuso e extração de riquezas em favor de outras regiões e outros povos. Mesmo nos últimos trinta anos, quando grandes investimentos foram feitos em infraestrutura, estes visaram possibilitar a exploração de riquezas em favor da Federação.

Considerando essas ponderações, e o que se observa ao longo da Estrada de Ferro Carajás - EFC é total o desrespeito aos direitos à moradia, à cidadania e aos demais direitos inerentes à condição de humanos, apenas com a justificativa da necessidade da inserção agressiva do Brasil no mercado internacional através da exploração em larga escala de recursos naturais ou matérias-primas transformadas em mercadoria, em *commodity*.

Nesse sentido, a economia brasileira tem hoje na cadeia de mineração um de seus carros-chefe, em termos de Produto Interno Bruto (PIB), balança comercial e legitimação política, na contramão de uma população miserável, com negação de direitos básicos e acesso aos serviços e instrumentos públicos com o mínimo de dignidade, submetendo a população, por exemplo, á condições de subemprego, insalubridade (apito do trem em qualquer horário), como na foto abaixo.

Segundo Faustino (2013), é comum a insegurança territorial e violência contra as populações afetadas, tais como: remoções forçadas; sonegação ou manipulação de informações fundamentais para o trato da segurança territorial, ambiental e econômica das comunidades ao longo dos trilhos; disseminação de conflitos entre moradores, prejudicando o direito a uma vida pacífica. Aqui também se inclui a pressão e influência da Vale para a não regularização

fundiária de terras quilombolas e indígenas e os processos descontrolados de urbanização relacionados à migração de populações em busca de trabalho em Marabá, Parauapebas e Canaã dos Carajás, além do decorrente aumento da violência, que atinge em especial a população jovem.

Para melhor compreensão, segundo Congílio (2015),

> "a atividade mineradora no sudeste paraense, mais especificamente a concentrada no entorno do município de Marabá, centro econômico e administrativo de uma vasta fronteira agrícola amazônica, tem se colocado como elemento importante de reflexão devido aos grandes impactos socioeconômicos, políticos e ambientais que provoca nos municípios da região. Há que se considerar a importância do minério como produto de exportação brasileiro no momento atual da crise econômica pela qual passa o capitalismo mundial".

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 – Direito à cidade

Para Marx (2007, p. 75), a cidade é o espaço de intercâmbio e força de produção. Com ela aparece a necessidade de administração, da polícia, dos impostos e assim por diante. Em suma, da organização política em comunidade e, portanto, da política em geral. Ela é obra da concentração da população, dos instrumentos de produção, do capital, do desfrute e das necessidades, ao passo que o campo representa o expoente cabal ao fato contrário, quer dizer ao isolamento e à solidão.

Lefebvre (2008) e Harvey (2009) concordam que o direito à cidade se coloca como uma construção coletiva, como um direito à produção do espaço, impulsionado pelas ideias sobre justiça social no meio urbano.

Para Thiago Aparecido Trindade (2001), o direito à cidade vai além das dimensões políticas e filosóficas, relacionando a noção de direito à cidade ao debate teórico sobre direitos e cidadania. Para ele, esse debate só se justifica na perspectiva da função social da propriedade.

Nesse sentido, Fernandes (2007, p. 208) afirma que o ordenamento legal desempenhou historicamente uma ação decisiva na produção e reprodução das desigualdades sociais na América latina, incluindo-se aí o padrão excludente e concentrador de riqueza da urbanização na região, cujos resultados são segregação socioespacial, exclusão territorial e degradação urbanístico-ambiental, punindo em especial as camadas empobrecidas da sociedade.

Para Lefebvre (2008), o direito à cidade deve ser compreendido como um apelo, uma exigência, uma forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na

sociabilização, ao *habitat* e ao habitar, nele compreendido o direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade).

Harvey (2009) vai além da teorização de Lefebvre para afirmar que "o direito à cidade não é simplesmente o direito ao que já existe na cidade, mas o direito de transformar a cidade em algo radicalmente diferente", assim, a cidade "não deve ser vista como uma cidade fragmentos, mas como um corpo político, como uma entidade que tem um caráter, um papel a desempenhar na divisão internacional do trabalho".

A população enfrenta um mundo de desemprego, de ruptura social e de perda de sentido de integração social ou de cidadania (__, p.22), pois "a burguesia transforma o Estado (com suas forças militar, organizacional e fiscal) no executor de suas próprias ambições (HARVEY, 2012, p. 41, *apud* MARX). Claramente é perceptível que ao lado dos grandes projetos econômicos formam-se as favelas, com cinturões de pobreza e miséria, realidade essa bem diferente do sonho que muitos buscavam (PICOLI, 2006, p. 71)

Segundo Picoli (2006, p.11), a política de colonização promovida pelo Estado nos anos de 1960 fez parte da estratégia de unir os interesses da burguesia do país na Amazônia. Através da unificação dos interesses entre o capital e o Estado nasceram as estratégias de colonização sob os domínios das empresas privadas, tendo em vista a especulação imobiliária.

Em todos os momentos o papel do Estado foi determinante, concedendo incentivos fiscais, se omitindo na devastação ambiental, propondo leis que favorecem a minoria detentora do poder econômico. Ou seja, o Estado e o capital em conjunto regulam as ações de dominação na região (PICOLI, 2006, p. 17).

Essa inserção do capital na Amazônia não se deu de forma pacífica, pois o interesse seletivo do capital se concentrou em torno da terra, da madeira, de alguns minérios como manganês, bauxita e ouro. Mas como o interesse do capital se cruzou com o interesse dos trabalhadores, a procura sempre se deu em forma da luta de classes (HÉBETTE, 2004, p.66). Surgem os conflitos entre o local e o global.

Segundo Luxemburgo (1985, p. 364), o processo da acumulação tende a substituir em todas as partes a economia natural pela economia simples de mercado e esta pelas formas capitalistas e a fazer que a produção do capital domine absolutamente como forma única e exclusiva em todos os países e setores.

Essa inserção do capital na região têm gerado conflitos e resistências locais, numa aparente e real luta de classes, onde o poderio econômico vem impondo de forma perversa a

sua força sobre as populações locais, destruindo culturas, proletarizando os povos e amainando os movimentos sociais.

2.2 – Democracia, Cidadania e Políticas públicas no Brasil voltado para a garantia do direito à moradia.

Como visto acima, os projetos direcionados à região amazônica sempre estiveram e estão a serviço do capital, tendo suas ações chanceladas pelo Estado.

Os direitos sociais, dentre eles o direito à moradia, estão a objetivar a proteção da pessoa contra as necessidades de ordem material e a garantia de uma existência com dignidade, devendo ser compreendido não como um conjunto de prestações suficientes apenas para assegurar a existência (a garantia da vida) humana, mais do que isso, uma vida com dignidade, no sentido de uma vida saudável, em um meio equilibrado.

A moradia adequada foi reconhecida como direito humano em 1948, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, tornando-se um direito humano universal, aceito e aplicável em todas as partes do mundo como um dos direitos fundamentais para a vida das pessoas.

Nesse sentido, no Brasil, várias políticas públicas garantidoras, sendo que a legislação atual brasileira é considerada uma das mais avançadas do mundo em matéria de política urbana (FERNANDES e ALFONSIM, 2009). Vejamos:

- 1960 – governo de João Goulart – idéia da efetivação da justiça social no meio urbano – Projeto de Reforma Urbana (abortado no regime militar de 1964 a 1985).
- 1980 – a concepção progressista de Reforma Urbana com a nova Constituição – fortalecimento da regulação pública do solo fundamentada na função social da propriedade, gestão democrática e inversão de prioridades dos investimentos urbanos para atender a população mais pobre da cidade.
- Estatuto da Cidade – Lei 10257/2001 – regulamenta o capítulo constitucional da Política Urbana – estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental.
- 2003 – criação do Ministério das Cidades – colocar em prática um novo projeto de cidade na qual a sustentabilidade e a gestão democrática fossem elementos centrais.
- 2005 – Pres. Lula precisou ampliar sua base no congresso – o ministério teve seus objetivos limitados por falta de estratégia.
- Lei 11977/2009 – Programa Minha Casa, Minha Vida.

- Lei 13089/2015 – Estatuto das Metrópoles.

Vários tratados internacionais após 1948 (Declaração dos Direitos Humanos) reafirmaram que os Estados têm a obrigação de promover e proteger o Direito à moradia. Hoje, já são mais de 12 textos diferentes da ONU que reconhecem o esse direito.

No começo do século XX a questão da moradia era encarada como uma política social, que, através da intervenção do Estado, representava uma ação redistributiva para poder garantir que "condições básicas, dignas, de vida" fossem disponíveis para o conjunto da sociedade. Hoje se transformou em mercadoria, como um bem de consumo, e, mais recentemente, como um ativo financeiro", ou seja, "a moradia como veículo de valorização financeira" (Raquel Rolnik).

Segundo a legislação vigente, esses seriam os direitos garantidos: Segurança da posse; disponibilidade de serviços, infraestrutura e equipamentos públicos - A moradia deve ser conectada às redes de água, saneamento básico, gás e energia elétrica; em suas proximidades deve haver escolas, creches, postos de saúde, áreas de esporte e lazer e devem estar disponíveis serviços de transporte público, limpeza, coleta de lixo, entre outros; custo acessível; habitabilidade; não discriminação e priorização de grupos vulneráveis (idosos, mulheres, crianças, pessoas com deficiência, pessoas com HIV, vítimas de desastres naturais etc); localização adequada: Para ser adequada, a moradia deve estar em local que ofereça oportunidades de desenvolvimento econômico, cultural e sócia; adequação cultural: A forma de construir a moradia e os materiais utilizados na construção devem expressar tanto a identidade quanto a diversidade cultural dos moradores e moradoras.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalhou, pretendeu-se analisar o que é o direito fundamental social à moradia, sua previsão legal e sua real implementação, levando-se em consideração as políticas expansionistas do capital direcionadas à região amazônica e em especial ao sudeste paraense.

Ao aproximar-me do final deste texto encontro-me em estado de reflexão, pois é visível o esmagamento da identidade cultural dos habitantes da região que nos faz sentir, hoje, como estranhos vivendo em nossa própria terra. Por exemplo, em Marabá, só se vê de forma incipiente a manifestação do carimbó, dança típica paraense.

Verifica-se que o atual Estado Democrático de Direito se depara com a inaplicabilidade dos Direitos Fundamentais Sociais, como o de moradia, em decorrência da ineficácia das políticas públicas em não proporcionarem uma cidadania inclusiva garantindo o exercício de

uma democracia plena. A última tentativa governamental é o Programa Minha Casa, Minha Vida, que está a serviço mais das empreiteiras da construção civil do que dos beneficiários.

As reações da sociedade têm sido tímidas. Isso porque, ao longo de uma história autoritária e excludente como a da sociedade brasileira, em que o Estado procurou tomar, quase sempre, a liderança na condução dos processos históricos e sociais, a sociedade civil acabou se tornando refém do Estado. No entanto, apesar de "as tendências da crise do capitalismo se ampliarem e aprofundarem-se cada vez mais" (HARVEY, 2012, p. 39), ainda (creio) é possível alterar a condição posta, porém só com educação e organização social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03. Acesso em 25/06/2016.

CONGÍLIO, Célia Regina. Duas faces da mineração no sudeste paraense: o extrativismo minerário como base material do neodesenvolvimentismo. 2015.

DUARTE, Marise Costa de Souza. **O direito à cidade e o direito às cidades sustentáveis no Brasil:** o direito à produção e fruição do espaço e o enfrentamento do déficit de implementação. FIDES, 2015.

FAUSTINO, Cristiane; FURTADO, Fabrina. **Mineração e violação de direitos**: o Projeto Ferro Carajás S11D, da Vale S.A – relatório da Missão de Investigação e Incidência. Realização DHESCA Brasil – Plataforma de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais. 1ª edição, 2013.

FERNANDES, Edésio; ALFONSIM, B. 2009. **Estatuto da cidade**: razão de descrença ou de otimismo? Adicionando complexidades à reflexão sobre a efetividade da lei. Disponível em http://bdjur.stj.jus.br/jspui/handle/2011/29672. Acesso em 30/06/2016.

HARVEY, David. **Espaços de esperança**. Edições Loyola, 5ª edição, São Paulo, 2012.

HÉBETTE, Jean. **Cruzando a fronteira**: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. Editora universitária UFPA, Belém, 2004.

HECK Egon, Francisco Loebens e Priscila D. Carvalho. **Amazônia indígena**: conquistas e desafios. 2005. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000100015. Acesso em 02/07/2016.

KRELL, A. J. **Direitos Sociais e controle judicial no Brasil e na Alemanha**. Os (des) caminhos de um direito "constitucional" comparado. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2002.

LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade**. São Paulo, 2008: Centauro.

LEVY, Dan Rodrigues. **Direito fundamental social à moradia digna.** Disponível em www.aprodab.org.br/eventos/congresso2008/teses/ **danrlevy**01.doc. Acesso em 13/04/2016.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky . **Amazônia**: uma história de perdas e danos, um futuro a (re)construir. Estud. av. vol.16 nº. 45. São Paulo May/Aug. 2002. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142002000200008. Acesso em 02/07/2016.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital**: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo. 3ª edição. Zahar editores, Rio de Janeiro, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2007.

PICOLI, Fiorelo. **O capital e a devastação da Amazônia**. 1ª edição. Editora expressão popular, São Paulo, 2006.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. São Paulo, Martins Fontes, 1977.

REIS, Rossana Rocha. **O direito à terra como um direito humano**: a luta pela reforma agrária e o movimento de direitos humanos no Brasil. Lua Nova, São Paulo, 86: 89-122, 2012. http://www.scielo.br/pdf/ln/n86/a04.pdf. Acesso em 06/07/2016.

TRINDADE, Thiago Aparecido. **Direitos e cidadania**: reflexões sobre o direito à cidade. Lua nova, São Paulo, 87.139-165.2012.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra capitalismo**: a renovação do materialismo histórico. Boitempo Editora, São Paulo: 2010.

25. APLICAÇÃO DO MÉTODO MULTICRITÉRIO PARA A RESOLUÇÃO DO PROBLEMA DA COMPRA DE UM APARTAMENTO

Nayara Côrtes Filgueira
(cortesfilgueira@gmail.com)
Alessandro da Silva Simão
(oamis2011@hotmail.com)
Faculdade Metropolitana de Marabá

Resumo

O processo decisório é algo que esta presente em todas as ações realizadas no dia a dia das pessoas tanto físicas quanto jurídicas. Em período de escassez de recursos, encontrar metodologias que auxiliem a sua melhor aplicação é um desafio cada vez maior. Neste cenário utilizar estrategias que apresentam resultados confiáveis é necessário, uma das ferramentas utilizadas são os métodos de apoio multicritério, estes são ferramentas que auxiliam no processo de tomada de decisão. Este trabalho tem como finalidade apresentar a aplicação das técnicas de multicritério para a resolução da situação hipotética da compra de um apartamento. O problema proposto atende as características necessárias exigidas pela metodologia multicritério pois este apresenta vários critérios que influenciam no processo de tomada de decisão.O resultado obtido com a aplicação desta metodologia apresenta que o segundo apartmento atende todos os critérios sendo a melhor opção.

Palavras-chave: Critérios; Decisão; Multicritério.

1. INTRODUÇÃO

Tomar decisões é uma das atividades humanas, que são realizadas independentes da situação em que ocorrem, podendo acontecer em atividades diárias ou profissionais. Algumas decisões podem ser relativamente simples, como mudar uma mesa de lugar que causam consequências pequenas, enquanto outras podem ser muito complexas ou apresentarem uma intensidade elevada com efeitos significativos como, por exemplo, uma decisão não estruturada de investimentos.

Decisão, segundo Almeida (2013) é o ato de proferir sentença ou julgamento sobre algo. O processo de tomada de decisão ocorre quando um indivíduo ou um grupo precisam escolher dentre conjunto de alternativas a melhor opção.

De acordo com Cables et al (2016) a tomada de decisão é o procedimento para encontrar a melhor alternativa entre um conjunto de alternativas viáveis. Problemas de tomada de decisão, considerando diversos critérios são muitas vezes referidos como problemas de decisão multicritério.Diante da importância de tomadas de decisões corretas surge uma das técnicas aplicadas na resolução de problemas que é denominada como Analise de Decisões com Múltiplos Critérios (ADMC) e Apoio Multicritério á Decisão (AMD). O uso das técnicas de multicritério são indicadas para a resolução de situações que evolvem diversos critérios onde estes devem ser elencados de forma a encontrar a melhor solução. A metodologia AMD tem como objetivo identificar o problema que deve ser resolvido, modelando os critérios para que estes atendam da melhor forma as necessidades dos decisores.

Para que determinada situação, seja considerado como um problema de decisão, o decisor deve ter a opção de escolher entre diversas opções a que apresenta melhor resultado. Segundo Almeida (2013) para que haja aplicação da metodologia multicritério são necessários à estruturação de quatro etapas que são elas: definição dos objetivos de decisão; analise das consequências; modelagem das preferencias e procedimentos de pesquisa.

O objetivo principal do trabalho é o de conseguir o melhor custo atrelado a melhor localização.

2. DESENVOLVIMENTO

Segundo Almeida (2013) o uso das técnicas de multicritério são indicadas para a resolução de situações que evolvem diversos critérios onde estes devem ser elencados de forma a encontrar a melhor solução. A metodologia AMD tem como objetivo identificar o problema

que deve ser resolvido, modelar os critérios que atendam da melhor forma as necessidades dos decisores.

No modelo de tomada de decisão estão compreendidos os seguintes componentes: critérios, pesos e as classificações que são dadas para cada alternativa, em cada critério. Pressupondo o conhecimento das preferências dos atores da decisão e a qualidade da avaliação, pode-se admitir que uma ação será tão boa, melhor ou pior que outra, ou seja, de acordo com o AMD, o critério é um eixo de comparação das alternativas e é expresso de forma qualitativa ou quantitativa, considerando os pontos de vista, objetivos, aptidões ou entraves relativos ao contexto real, permitindo o julgamento das ações potenciais.

A família de critérios deve considerar todos os atores envolvidos no processo decisório, ou seja: decisores, agentes, facilitadores e analistas, para continuar o apoio à decisão, devendo conter um número suficientemente "ínfimo" de critérios que permita, em uma análise intercritério, obter informação necessária para implementar um processo de agregação.

Para que haja aplicação da metodologia multicritério são necessários à estruturação de quatro etapas que são elas: definição dos objetivos de decisão; analise das consequências; modelagem das preferências e procedimentos de pesquisa.

Almeida (2013) explicita que problemas de decisão multicriério ocorrem em situações, onde existem pelo menos duas alternativas de ação para se escolher, sendo esta escolha conduzida pelo desejo do atendimento de multiplos objetivos, que podem ser em alguns casos conflitantes entre si. Ao definir as alternativas a estruturação do problema de escolha será realizado por meio da construção de um conjunto de alternativas no qual o decisor realiza a comparação.

É recomendado que a definição do conjunto de critérios seja, feita de modo que eles sejam bem definidos, distintos uns dos outros e mutuamente exclusivos, ou seja, não pode haver dúvida da alocação de um determinado resultado. Claramente, a definição de critério implica que cada um é preferencialmente independente no conjunto de critérios.

3. METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos dizem respeito aos métodos que foram utilizados para a construção do trabalho. Para a construção de trabalhos acadêmicos é necessário o embasamento em pesquisas já existentes. Gil (1996) classifica as pesquisas em dois grupos em relação a sua abordagem: pesquisa quantitativa e qualitativa. A forma de abordagem utilizada na construção deste trabalho será a pesquisa do tipo qualitativa.

- ✓ Natureza da Pesquisa

Em relação à natureza da pesquisa, esta classifica-se como pesquisa aplicada, pois tem como objetivo, a aplicação prática a determinado problema. Esta é realizada com a finalidade de gerar conhecimento dirigido à resolução de problemas que possuem especificidades próprias.

Quanto aos objetivos desta pesquisa está classifica-se como pesquisa descritiva e as técnicas que serão utilizadas para a realização do trabalho são: pesquisa bibliográfica e estudo de caso.

Todo o estudo de caso será elaborado levando em consideração o que existe na literatura sobre o método multicritério e sua aplicabilidade em relação à geração de informações nos processos de tomada de decisão.

- ✓ Método: estudo de caso

Segundo Yin (2004) para a construção do estudo de caso é necessário à criação de questões norteadoras que visam explicar o que será explorado, como será explorado, por que e em que período.

Neste trabalho foi aplicado o estudo de caso único desenvolvido de forma descritiva, com a observação, registro e análise dos fatos e fenômenos, com a finalidade de compreender e analisar o método multicríterio utilizado.

Para identificação das variáveis de pesquisa, que são os fatores que o trabalho investiga, será realizada a coleta de dados por meio da aplicação de questionário, estruturado em três etapas. O questionário foi respondido pelo casal com o objetivo de estabelecer os críterios a serem utilzados para a compra do apartamento.

O objetivo da entrevista, foi o de conhecer de forma mais específica o espaço de consequências, para então estabelecer a melhor e a pior consequência.

4. DESCRIÇÃO DO PROBLEMA

O problema utilizado para a construção deste trabalho consiste na escolha do apartamento que atenda o maior número de critérios estabelecidos pelos decisores. O problema em questão possui dois decisores que são João e Maria que possuem 2 carros, e um valor de R$ 50.000,00 de entrada.Como a renda conjunta do casal é R$ 8.000,00 eles conseguem atender as exigências de todas as linhas de financiamentos apresentadas. Os critérios que foram levados em consideração para decidir qual o melhor apartamento a comprar são os seguintes: Custo de

aquisição, localização, vaga de garagem. Os fatores mais importantes são localização e vaga de garagem.

A situação proposta apresenta características que adequam-se ao método de agregação aditiva, para a resolução de problemas envolvendo esta metodologia, a opnião dos tomadores devem ser analisada para então encontrar as alternativas preferidas.Fixando uma ordem de importância dos critérios, a escolha deste método justifica-se por apresentar fácil entendimento por parte do decisor.

Para a resolução do problema em questão que refere-se à compra de um apartamento será utilizado o procedimento de elicitação baseado em trade- offs, segundo Almeida (2013) o procedimento de trade-off consiste em obter varias visões conflitantes entre si, que são apresentadas ao decisor para que apartir da definição dos seus critério sejam realizadas as comparações. Após a identificação das consequências, estas serão organizadas com base no espaço de consequências do problema estudado, de forma a representar os critérios.

O uso do método de trade-offs justifica-se, segundo Almeida (2013) pois após identificação do espaço de consequências é possível estabelecer a melhor e a pior consequência.

Após pesquisas preliminares foram selecionados três apartamentos:

-Apartamento 01

-Apartamento 02

-Apartamento 03

Para resolver o problema é necessário separar as opções e os critérios, formando um conjunto de ações e um conjunto de critérios onde:

Conjunto de ações: {x,y,z}.

Onde: x :apartamento 1;
y:apartamento 2;
z :apartamento 3.

O tipo de problemática a ser utilizado é a problemática P.α que tem como objetivo esclarecer a decisão pela escolha de um subconjunto tão restrito quanto possível.

Objetivos: Conseguir o melhor custo atrelado a melhor localização.

Conjunto dos critérios:

C = {N1, N2, N3}
Onde:
N 1: custo financiado;
N2: localização;

N3: vaga de garagem.

Custo a prazo: é decisor em função da capacidade de endividamento e deve ser o menor possível.

Localização: é decisor pois ambos trabalham no Bairro Cidade Nova e querem morar o mais perto possível do trabalho, com o intuito de economizar combustível.

Vaga de garagem: decisor em função da quantidade de carros do casal.

A escala de avaliação intracritério a ser utilizada vai depender da escolha do método a ser utilizado. O procedimento usado será o de comparação par a par para comprar as alternativas para cada critério. A escala de avaliação usada é a escala semântica de cinco níveis onde os critérios são comprados entre si. Serão utilizadas escalas de razão para todas as avaliações.

Os critérios vão ser avaliados usando a escala numérica, dentro da classificação da escala numérica a escala de razão a ser utilizada é a escala intervalar.

Alternativas/ Critérios	Custo Financiado	Localização	Vagas de Garagem
Apartamento 01	200.000	Velha Marabá	2
Apartamento 02	250.000	Nova Marabá	2
Apartamento 03	300.000	Cidade Nova	3

Tabela 1 – Dados do problema
Fonte: esta pesquisa (2017)

O tipo de relação de preferência que será usado para resolver este problema é a relação do tipo preferência estrita. Os critérios vão ser avaliados a princípio usando a escala verbal e depois a escala numérica, dentro da classificação da escala numérica a escala de razão a ser utilizada é a escala intervalar. O procedimento de normalização para a construção de função linear é o procedimento de divisão pelo valor máximo.

Alternativas / Critérios	Custo Financiado	Localização	Vagas de Garagem
01	Excelente	Razoável	Muito Bom
02	Bom	Ruim	Muito Bom
03	Ruim	Excelente	Excelente

Tabela 2 – Escalas
Fonte: esta pesquisa (2017)

Para resolução considere que o critério 3 é o mais importante e os critérios 1 e 2 são igualmente importantes.

Alternativas / Critérios	Custo Financiado	Localização	Vagas de Garagem

01	5	2	4
02	3	1	4
03	1	5	5

Tabela 3 – Critérios
Fonte: esta pesquisa (2017)

A construção das tabelas tem o papel de identificar e estabelecer os critério com maior importância. Logo após a construção das tabelas é realizado o processo de alimentação do software para serem processados e encontrar a melhor alternativa.

5. RESULTADOS ENCONTRADOS

Com a primeira etapa realizada, torna-se necessário a utilização de programas desenvolvidos para tornar a resolução de problemas multicritério mais eficaz como o softwares. Para a resolução do problema em questão utilizou-se o software CDSID.

O primeiro passo após o levantamento dos críterios e da identificação do espaço de consequências é alimentar o software informando as alternativas.O segundo passo consiste no estabelecimento do ranking dos critérios das preferências existentes entre eles realizando assim a ordenação das consequências da melhor para a pior.

Como resultado desta etapa são apresentados os rankings contendo os cenários.O resultado desta etapa diz que o segundo cenário apresenta o apartamento que possui a pior performance em relação ao preço.O terceiro cenário apresenta o apartamento que possui a pior performance em relação a qualidade. O quarto cenário apresenta o pior resultado em relação a localização.

A terceira etapa, diz respeito a exploração do espaço de consequência. Nesta etapa são identificadas as melhores e as piores alternativas.

A etapa quatro consiste na obtenção da relação entre as constantes de escala, o objetivo desta etapa é o de encontrar as relações de indiferença existentes. Nesta etapa é necessário o estabelecimento das constantes de escala.

A etapa cinco consiste na avaliação de outras constantes de escalas. Nesta etapa podem ocorrem inconsistências entre os valores estabelecidos na etapa quatro, isto ocorre pois uma ou mais das consequências estabelecidas são indiferentes a proposta inicial.

Logo é necessário uma análise criteriosa do resultado pois, existem duas alternativas para solucionar este problema a de prosseguir com o resultado mesmo oferecendo inconsistência ou retornar as etapas anteriores e redefinir os critérios.

No problema que esta sendo resolvido mesmo com o resultado apresentado dando inconsistência, resolve-se prosseguir, pois este resultado atende os critérios básicos estabelecidos pelo decisor.

A etapa seis consiste na obtenção dos resultados e verificação através de testes das inconsistências apresentação.Após a realização das etapas encontra-se como melhor opção o segundo apartamento, sendo a ordem de relevância dos critérios, vaga de garagem, preço e localização com maoires pesos no processo de decisão.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A finalidade deste trabalho foi a de estruturar determinado problema para identificar a melhor alternativa.A partir das informações extraídas é possível afirmar que foi encontarda a melhor opção. É importante destacar que os critérios estabelecidos pelos decisores tem indiscutível importância como ferramenta de suporte para o processo de tomada de decisão. O resultado obtido com a aplicação desta metodologia apresenta que o segundo apartmento atende todos os critérios sendo a melhor opção.

Como sugestão, para a realização de outros trabalhos utilizando este mesmo cenário, podem ser desenvolvidos trabalhos em que existem restrições técnicas de recursos e onde outros critérios podem ser anexados.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. T. **Processo de Decisão nas Organizações: Construindo Modelos de Decisão Multicritério.** Editora Atlas, 2013.

BALAJIA. K. KUMAR, V.S. S**. Multicriteria Inventory ABC Classification in an Automobile Rubber Components Manufacturing Industry.** *Procedia,* India. p.463 – 468, 2014.

CABLES, E.; GARCÍA-CASCALES, M. S.; LAMATA, M. T. The LTOPSIS: **An alternative to TOPSIS decision-making approach for linguistic variables.** Expert Systems with Applications, v. 39, n. 2, p. 2119-2126, 2012.

YIN, R. K. - ***Case Study Research - Design and Methods.*** USA, Sage Publications Inc, 2004.

GIL, A. C. ***Como elaborar projetos de pesquisa.*** São Paulo, Atlas, 5ª. ed. 2010.

26. PERFIL SOCIOECONÔMICO E PERCEPÇÃO AMBIENTAL DOS MORADORES DA MICROBACIA HIDROGRÁFICA DOS IGARAPÉS AÇAIZAL E GABRIEL EM SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA-PA

Nilene Ferreira Cardoso Souza

(nilenesouza@unifesspa.edu.br)
Andrea Hentz de Mello
(andreahentz@unifesspa.edu.br)
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

Resumo

O objetivo deste trabalho consistiu em analisar o perfil socioeconômico e o processo de degradação socioambiental da microbacia hidrográfica dos Igarapés- Açaizal e Gabriel- em São Domingos do Araguaia no âmbito do processo de formação territorial e das políticas ambientais implementadas pelo Estado na região amazônica. O interesse por esta temática se deve a necessidade de um maior entendimento acerca das dinâmicas socioambientais e a qualidade ambiental na microbacia hidrográfica dos referidos igarapés. Foi realizado um diagnóstico socioeconômico com 168 famílias através de questionários fechados e observação *in loco*, verificando assim o contexto econômico, social, cultural e ambiental. O perfil socioeconômico dos moradores revela baixa escolaridade, baixos rendimentos situação de moradias degradantes. Os resultados mostraram também que a degradação da microbacia está acontecendo em virtude da expansão urbana desordenada e falta de conscientização ambiental dos moradores das margens dos igarapés e ausência do poder público na aplicação e atendimento a legislação ambiental.

Palavras-chaves: Degradação ambiental, Recursos Hídricos, Gestão dos Recursos Naturais.

1. INTRODUÇÃO

O município de São Domingos do Araguaia está localizado no Sudeste Paraense cerca de 54 km de Marabá e 514 km de Belém-PA e integrada ao complexo Carajás.

Para entender o contexto local da microbacia em destaque, nessa dinâmica da Amazônia brasileira que prossegue com poder de destruição, especialmente no sudeste paraense, recorre-se a EMMI (1999), por analisar a história da oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais de forma bastante crítica. Ela analisa as relações entre a transformação da estrutura fundiária e as mudanças do poder político, as particularidades que marcaram a associação de um processo de estruturação do domínio político com o processo de apropriação das terras públicas, o modo pelo qual se conformou essa estrutura de poder, os mecanismos responsáveis pala modificação dessa configuração típica de comando em relação à possessão da terra em Marabá.

Assegura ainda, que o modo como vem se processando a organização da produção material, permite explicar a organização política de uma sociedade. Pois, o importante não são as famílias que se revezam no poder, mas a estrutura de classe que por meio se manifesta. Para

ela, a primeira época histórica de Marabá foi constituída por um grupo assentado a princípio, sobre o capital comercial, pois o poder desse grupo era consolidado pela a apropriação progressiva da terra, e suas ligações partidárias lhe facilitariam sua posição na hierarquia administrativa. Desempenhava uma dominação em moldes oligárquicos que se explicava em relações de exploração do tipo paternalista sobre os caucheiros, castanheiros, barqueiros, tropeiros, e outros trabalhadores da castanha (*Attalea ssp*), que se colocavam em posições distintas na estrutura local. Assim sendo, EMMI (1999) afirma que

> "O apogeu da oligarquia coincidiria com uma época de predominância do capital mercantil na economia da castanha: donos de castanhais exerceram o poder político/econômico em termos de estruturas de dominação/subordinação; o mandonismo traduzido em diferentes mecanismos de controle do trabalho e do processo de apropriação (em que não faltou a violência e o clientelismo) esteve sempre presente". (p. 151)

Nesse entendimento, a fonte da riqueza e do poder desses grupos repousava inicialmente sobre o monopólio do crédito (aviamento) e do transporte, mantendo assim o controle dos castanhais. Uma oligarquia que era constituída por dois grupos familiares principais que em diferentes épocas exercia o poder local. Sendo o comerciante da castanha Deodoro de Mendonça e seus parentes, que atuaram de 1920 a 1940. E na década de 1950, era por comerciantes, fazendeiros e exploradores de castanha, entre os quais se evidencia o grupo família Mutran e outras famílias de poder. A partir de 1960 as áreas de castanhais vão perdendo a prioridade para a capital indústria e financeiro (EMMI,1999).

Para esta autora, o Estado Nacional passa a atuar mais diretamente na área, privilegiando interesse do grande capital nacional e internacional, onde essa interferência do poder central reforçou-se com o desenvolvimento do Projeto Carajás e desse modo, surge um tipo de poder que não tem mais nada a ver com o poder tradicional. Assim, emerge uma nova liderança implantada pelo Estado que segue na figura do Major Curió que tira proveito da Guerrilha do Araguaia para se impor a região. Pois a disputa do poder se daria no plano entre interesses econômicos e políticos na região. Expõe ainda, que o exercício de análise da estrutura da terra e da estrutura do poder abre perspectivas novas e estímulos para prosseguir na análise de Marabá já não mais a terra dos castanhais, mais um dos núcleos do grande Carajás.

Nesse período, vários municípios fizeram parte desse contexto extrativista e seguem nessa dinâmica socioambiental que favorece ao capital no espaço amazônico, como em São Domingos do Araguaia – Pará. Com base nessas observações, o município de São de Domingos do Araguaia, surgiu a partir da divisão social e territorial do trabalho no período da coleta da castanha-do-brasil (*Bertholletia excelsa* Bonpl). De acordo com EMMI (1999), esse espaço dos

castanhais, passou por uma grande exploração, principalmente, na região de Marabá, pois antes do município de São Domingos do Araguaia se emancipar, era uma área de grande influência econômica de São João do Araguaia e Marabá no período extrativista, pois nessa época, o território de São Domingos do Araguaia pertencia a São João do Araguaia, uma vez que os rios Araguaia e Tocantins foram de extrema importância para a formação do citado município.

De acordo com Souza (2004), a partir da década de 1980 a área urbana de São Domingos do Araguaia, se expande com a criação dos bairros, Liberdade e Novo São Domingos. Nessa dinâmica de construção, observa-se que ocorre no município de São Domingos um crescimento acelerado na cidade sem qualquer planejamento, e desse modo, afeta bruscamente a microbacia dos igarapés Açaizal e Gabriel.

Observa-se que nessa época as águas dos igarapés em discussão atraíram de forma predominantemente os moradores que precisavam atender suas necessidades básicas.

No entanto, esse crescimento, originou-se a partir da transição da economia local, que anteriormente era voltada para a agricultura de subsistência e posteriormente passa para outras atividades econômicas- a madeireira, o agronegócio. Assim afloram várias serrarias que funcionavam dia e noite na década de 1980, enquanto outros atores sociais providenciam a transformação da cobertura vegetal, que por sua vez, proporciona uma nova paisagem com clareiras nos arredores da cidade (SOUZA, 2004), sem se quer olhar para a proteção da microbacia dos igarapés que se localizam em meio ao crescimento da cidade de forma desordenada.

Contudo, a população aumenta, cresce o número de bairros que vão sendo constituídos ao redor da microbacia hidrográfica dos referidos igarapés, cresce o número de residências, comércios, o agronegócio se acentua e a cidade se expande cada vez mais. De acordo com o (IBGE, 2010), a população estimada de São Domingos do Araguaia, Pará, em 2010, correspondia a 23.130 habitantes, e possuía uma área territorial de 1.392,32 km², com uma densidade demográfica de 16,61km². Em 2016 a previsão foi para 24.659 habitantes (IBGE, 2016).

A partir desse momento, a ocupação do solo vai se fortalecendo em São Domingos do Araguaia, pois novos bairros vão sendo consolidados sem ordenamento do território, e assim loteamentos e outras áreas de interesse social e econômico vão aflorando por vários espaços da cidade.

Pensar a dinâmica socioambiental na microbacia dos igarapés Açaizal e Gabriel no perímetro urbano de São Domingos do Araguaia é refletir em relações de poder que envolve a disputa pelo uso e ocupação do território, conforme discutiu Haesbaert (2010).

Sendo assim, o objetivo deste trabalho foi identificar o perfil socioeconômico e percepção ambiental dos moradores às margens da microbacia hidrográfica dos igarapés Açaizal e Gabriel em São Domingos do Araguaia – PA.

2. MATERIAL E MÉTODOS

2.1 Espaço amostral

Do espaço amostral de seiscentos e vinte e sete (627) residências edificadas localizadas entre 10 e 300 m de distância das margens dos igarapés Açaizal e Gabriel a amostragem desta pesquisa, contou com a entrevista de cento e sessenta e oito (168) moradores, sendo oitenta (80) moradores das imediações da microbacia do igarapé Gabriel que percorre a Oeste deste município, onde estão localizados os bairros Aldenira Frota (local da nascente principal), Gabriel, Novo São Domingos, Liberdade e centro, e oitenta e oito (88) moradores da imediações do igarapé Açaizal que está a Leste, nos bairros Braga, Moisés (local de nascentes), Alto da Boa Vista (afluentes tributários do igarapé Açaizal), São Luís, Novo São Luís, Centro e Perpetuo Socorro e balneário do igarapé Veados na transamazônica, onde esses igarapés deságuam. Também foi aplicado um questionário para alguns funcionários das secretarias municipais (Meio Ambiente, Secretaria de Terras, Saúde e Planejamento Urbano).

As entrevistas tiveram o objetivo de identificar o perfil socioeconômico dos moradores que vivem nas margens da microbacia dos igarapés Açaizal (IA) e Gabriel (IG) em São Domingos do Araguaia, Pará, considerando as condições de sua estrutura física, bem como as condições socioeconômicas e ambientais. Nesse sentido, as questões voltadas para os moradores foram: identificação, condição financeira, moradia, as condições sanitárias, saneamento básico, uso da água, tipos de doenças mais comum entre os moradores, atividades econômicas, aspectos ambientais, como significado, conservação e preservação da natureza, o futuro dos igarapés e o que poderá ser feito pelos moradores e gestores de São Domingos do Araguaia no sentido de minimizar a problemática social e ambiental, sobretudo, dos igarapés IA e IG.

2.2 Caracterização da área de estudo

O município de São Domingos do Araguaia está localizado no Sudeste Paraense cerca de 54 km de distância da microrregião de Marabá e 514 km de Belém-PA, e integrado a região

de Carajás. Localizado entre as coordenadas 05 º32’16’’ latitude ao Sul e a uma longitude 48º44’00’’ oeste, estando a uma altitude de 130 metros. Assim, a microbacia dos igarapés Açaizal e Gabriel encontram-se dentro dos limites da bacia hidrográfica do Tocantins/Araguaia, possuindo uma área de drenagem, de baixo curso, localizada entre as seguintes coordenadas latitude 05º32'58.6" Sul e longitude 048º 43'11.4" no sentido Leste (igarapé Gabriel) e oeste (igarapé Açaizal).

A leste está localizado o igarapé Açaizal, o qual é maior, mais amplo e possui maior área de vegetação ciliar. Sua nascente principal está numa localidade que anteriormente pertencia a um fazendeiro, cortando a cidade de São Domingos do Araguaia de forma longitudinal e serve de fronteira que separa os bairros São Luís e Novo São Luís – que se localizam na margem direita do Centro – margem esquerda, e deságua no rio Veados.

O igarapé Gabriel, também percorre no sentido sul-norte e é tributário do igarapé Açaizal, suas nascentes principais estão na fronteira entre os bairros Aldenira Frota e Novo São Domingos, atual Vila Gabriel. No seu percurso faz separação entre os bairros Centro e Liberdade e Centro até o bairro Perpétuo Socorro, onde encontra-se com o igarapé Açaizal e assim desaguam no igarapé Veados, nas margens da rodovia transamazônica e assim desempenha sua função de desaguar no rio Araguaia. A rede hidrográfica que compõe o território deste município, é constituída pelos rios: Tauarizinho, Rio Ubá, Rio Veado, Rio Água Branca, igarapé Açaizal e Gabriel.

A figura 1, mostra a localização da microbacia dos igarapés e nascentes. Dessa forma, observa-se a expansão urbana em direção a microbacia hidrográfica dos igarapés Açaizal e Gabriel em áreas de nascentes. É possível observar cinco (5) nascentes do igarapé Açaizal e duas (2) do igarapé Gabriel. Dessa maneira, o igarapé Gabriel que está localizado a oeste no sentido Sul/Norte que se encontra com o Açaizal no bairro Perpétuo Socorro e deságua no rio veados, na Transamazônica-BR 230.

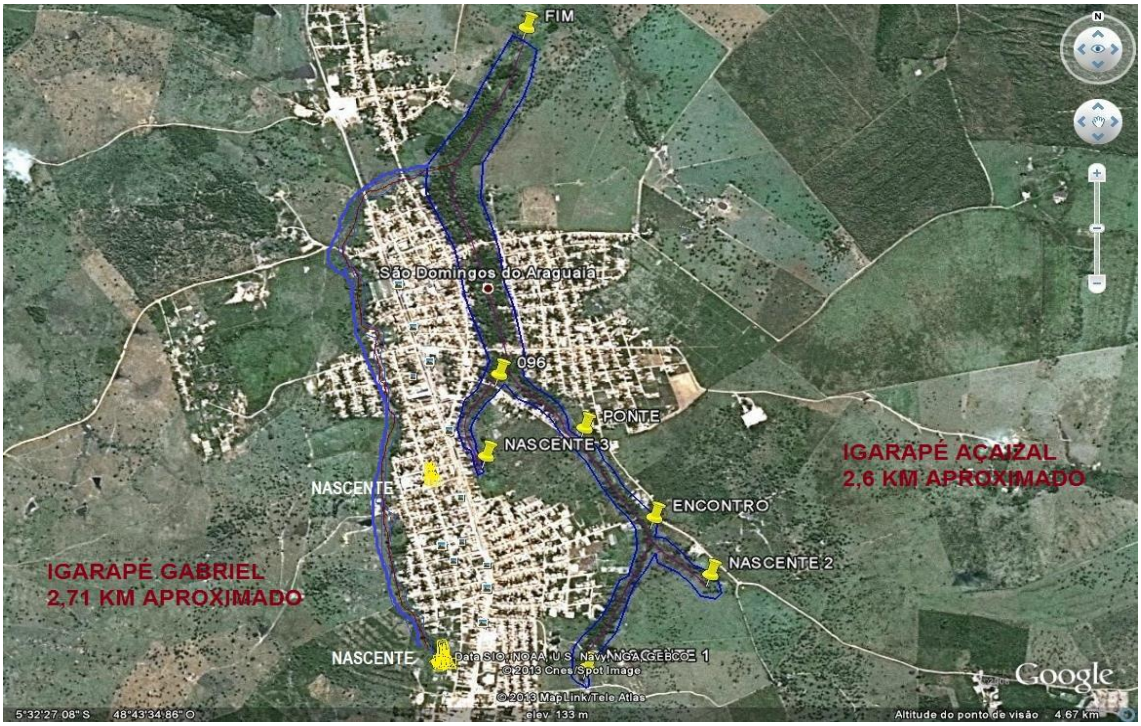

Figura 1: Nascentes na microbacia hidrográfica do igarapé Açaizal e Gabriel em São Domingos do Araguaia, Pará

Fonte: Adaptado de SEMMA - Google Earth (2013). Modificado por Souza 2016

3. RESULTADO E DISCUSSÕES

Foi observado que praticamente todos os bairros de São Domingos do Araguaia estão localizados no espaço da microbacia e todas as residências dos moradores entrevistados possuem seus quintais conectados aos igarapés. Deste modo, destaca-se no Quadro 1 a porcentagem dos moradores residentes por bairros das margens da microbacia

BAIRROS ONDE RESIDEM OS ENTREVISTADOS	ENTREVISTADOS POR BAIRRO NO IA	PERCENTUAL %	BAIRROS ONDE RESIDEM OS ENTREVISTADOS	ENTREVISTADOS POR BAIRRO NO IG	PERCENTUAL %
Vila Braga	03	3,4	Vila Gabriel	19	23,8
Vila Moisés	21	24,0	Novo São Domingos	30	37,5
Alto da Boa Vista	03	3,4	Liberdade	24	30,0
Grota de Laje	05	5,5	Centro	07	8,7
Novo São Luiz	21	24,0	-	-	-
São Luiz	14	15,0	-	-	-
Centro	13	15,0	-	-	-
Perpétuo Socorro	08	9,0	-	-	-
Total de entrevistados	88	100	Total de entrevistados	80	100

Quadro 1. Percentual dos entrevistados por bairros que margeiam os igarapés Açaizal e Gabriel em São Domingos do Araguaia – PA

A faixa etária dos moradores entrevistados variou de vinte a noventa anos (20 a 90) de acordo com a figura 2, sendo que a maioria, cerca de 44%, encontram-se na faixa etária entre 20 e 40 anos, apresentando um população jovem e desempregada, seguido dos moradores entre 40 e 60 anos, representando 35% e 17% respectivamente. Dentre os moradores entrevistados, os mais idosos encontram-se apenas 2% na faixa etária entre 80 a 90 anos.

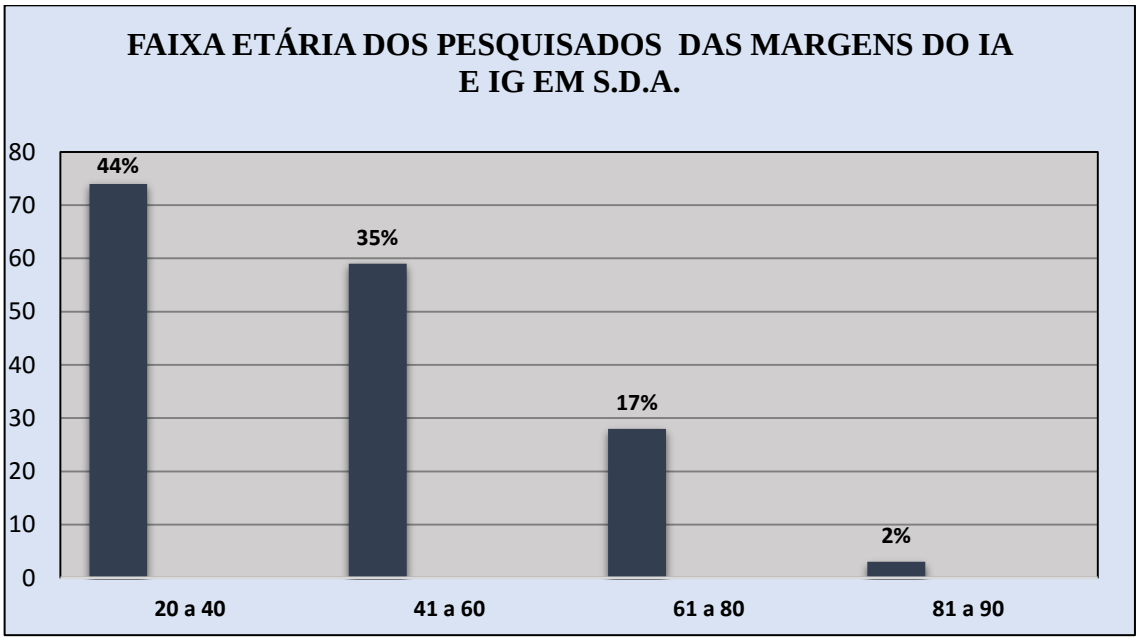

Figura 2. Faixa etária dos moradores entrevistados das proximidades do IA e IG em São Domingos do Araguaia, PA

A naturalidade dos moradores entrevistados é variada, sendo oriundos de diversos estados brasileiros, como o Espirito Santo, Pernambuco, Mato Grosso, Bahia, Minas Gerais, Goiás, Ceará, Piauí, Tocantins, mas destacando-se os estados do Pará e Maranhão. A maioria dos moradores entrevistados da margem do IA são maranhenses, correspondendo a 40,94% dos entrevistados, enquanto que os moradores da margem do IG são na maioria paraenses (53,75%) que pode ser da mesma região, ou seja uma migração interna, como pode ser analisado na Figura 3.

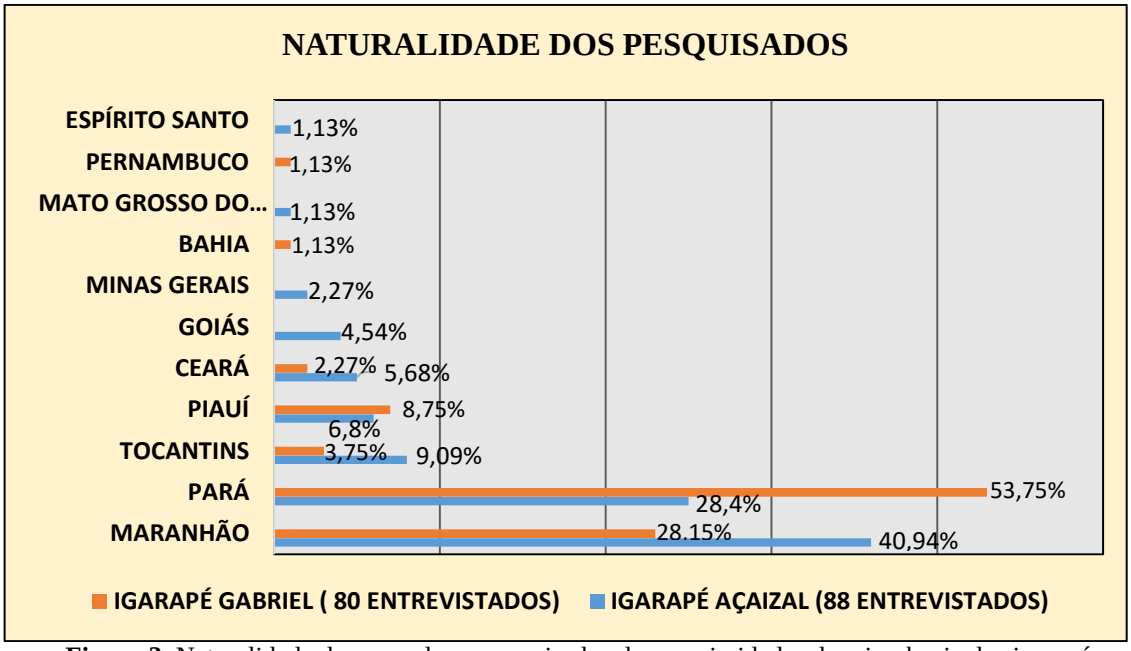

Figura 3. Naturalidade dos moradores pesquisados das proximidades da microbacia dos igarapés IA e IG em São Domingos do Araguaia - PA

A escolaridade dos moradores entrevistados, variou de não alfabetizado com 7,5 % dos entrevistados, seguindo com 51% dos entrevistados com ensino fundamental incompleto, 7% com ensino fundamental completo, 6% com ensino médio incompleto, 16,5% com ensino médio completo 1% com superior incompleto (Figura 4).

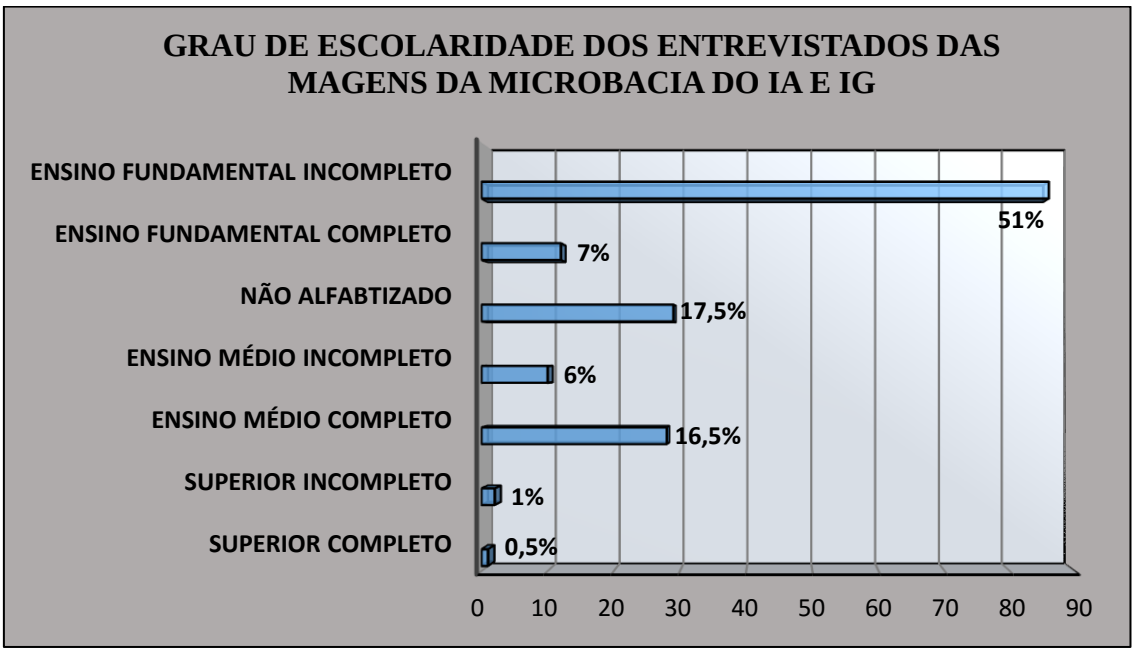

Figura 4. Escolaridade dos moradores entrevistados das margens do IA e IG em São Domingos do Araguaia – PA

A profissão dos moradores entrevistados varia de acordo com a localização de suas moradias, sexo e idade. A prática de atividades rurais, trabalho formal e informal, representam

33,93% do total de atividades desenvolvidas, enquanto que 48,22% são do lar, e ainda foi identificado 17,85% de aposentados e encostados pelo INSS. Em relação aos rendimentos dos moradores entrevistados, foi observado que a maioria sobrevive com apenas um (1) salário mínimo mais bolsa família, correspondendo a cerca de 68%, seguido de 25,5% dos moradores entrevistados vivendo com até de 2 salários mínimos. Esses dados corroboram com os de Silva (2011), ao afirmar que a ocupação das margens dos rios é um caso relativamente comum, pois esses ambientes na maioria das vezes são ocupados por pessoas de baixo poder aquisitivo.

Em relação a percepção ambiental, os moradores entrevistados relataram que nas margens do Igarapé Gabriel quando ocuparam a área era maior e faziam uso da água para suas tarefas domésticas e consumo. Também relataram que atualmente o igarapé está em uma situação muito preocupante, porque jogam lixo, entulho, coliformes fecais e esgoto. Foi observado também que os próprios moradores modificaram o meio, provocando de alguma forma a degradação ambiental no igarapé Gabriel, de acordo com o relato:

> "Era tudo bem embrejado, eu aterrei tudo aqui, era muito capim" (Entrevistado 28), "Cheio de mato, água na flor da terra, onde eu aterrei não continua com água, mais lá abaixo, sim. (Entrevistado 32), "Era tudo molhado, foi colocado 9 caçambas de piçarra para construir a casa, eu não via o brejo por causa do mato, agora está se fechando por causa da fataria acima. Quando da 10 horas da noite vem uma caatinga forte. No verão vou limpar", (Entrevistado 36), "O quintal molhado, o brejo a água corre pouco, agora no inverno o igarapé jorrava muita água, agora está cheio de lixo, tem um cachorro morto dentro" (Entrevistado 50), "Cheio de mato, mais embrejado, foi colocado piçarra para construir" (Entrevistado 57).

De acordo com os moradores entrevistados, fica claro que falta infraestrutura básica no munícipio e os moradores também apontaram problemas ambientais tais como poluição do ar, alagamentos e desmoronamentos, falta de saneamento básico, de asfalto, iluminação nas ruas, falta de água, lixo nas ruas entre outros.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi analisado o processo de degradação socioambiental na microbacia dos igarapés Açaizal e Gabriel e sobretudo, os danos que estão causando ao ambiente e a saúde da população que ocupam as imediações dessa microbacia. Muitos são os desafios revelados nessa dinâmica socioambiental que envolve a microbacia hidrográfica dos igarapés Açaizal e Gabriel.

REFERÊNCIAS

EMMI, Marília. Ferreira. **Oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais**. Belém, UFPA/CFCH/NAEA, 1987. 196 p.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: Do "fim dos territórios" à Multiterritorialidade. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2010, 395 p.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Indicadores de Desenvolvimento Sustentável. **Saneamento Básico**. **Acesso a coleta de lixo doméstico.** Censo 2010. Brasil Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/recursosnaturais/ids/ids2010.pdf Acesso em: 20 de nov. 2015.
_____. Disponível em:<http://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/ > Acesso jun. 2016.
_____.Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2016/estimativa_dou.shtm > Acesso em: 05 de out. 2016.
SILVA, Luiz Jesus Dias; PONTES, Juliano Pamplona Ximenes. (Orgs.). Urbanização e ambiente: experiências de pesquisa na Amazônia oriental. **Desenvolvimento urbano e meio ambiente: debate mundial e seu reflexo na Amazônia Oriental no primeiro decênio do século XXI**. Belém: Paka-Tatu, 2011, p. 21-44.
SOUZA, Nilene Ferreira Cardoso. **Impacto socioambiental em São Domingos do Araguaia-PA**: **Estudo de Caso: o Igarapé Açaizal**. Trabalho de Conclusão de Curso- TCC (Licenciatura em Geografia). Brejo Grande do Araguaia, UFPA, 2004, 73 p.

27. A INFLUÊNCIA DA RODOVIA TRANSAMAZÔNICA NO PROCESSO DE INTERLIGAÇÃO ENTRE A REGIÃO NORDESTE E NORTE

Nilza Lima Marinho
(nilzamarinho@unifesspa.edu.br)
Drª Daniella Maria dos Santos Dias
(diasdaniella@gmail.com)

Resumo

No presente trabalho o objetivo fundamental é descrever e analisar as contribuições da Rodovia Transamazônica no processo de ligação entre as regiões Nordeste e Norte. Foi no governo militar que as políticas de integração nacional mais foram enfatizadas; no entanto, muitas destas acabaram não tendo o êxito desejado devido a influência de vários fatores. Quando se pensava na integração do território brasileiro, a escolha feita tanto pelos governos populistas como pelos militares era se fazer isso através de estradas, porém em determinadas situações esta não era a melhor escolha. A construção da Transamazônica, durante o governo militar (1964), inicia-se com o objetivo de ligar a Região Amazônica com o Nordeste, tendo em primeira instância o objetivo social e econômico que será o tema norteador deste artigo. O presente artigo faz uma análise sucinta da importância da Transamazônica no processo de interligação entre as regiões norte e nordeste e dos fatores que foram responsáveis pela concretização da rodovia. Para a compreensão deste processo a metodologia adotada é a revisão bibliográfica, na qual serão utilizados fontes tais como IBGE, Menezes (2007), Neto (2015) entre outros que discutem esta temática.

Palavras-chave: Amazônia; Integração; Região Nordeste; Região Norte; Transamazônica.

1. INTRODUÇÃO

A questão de integração territorial passou a ser preocupação tanto dos governos populistas[1]como militares, os quais viam nesta inciativa a solução para os problemas de ordem social e econômica. Na perspectiva social isso ocorreu pelo fato de que em muitas áreas do território brasileiro estavam ocorrendo diversos conflitos por causa de terras, assim como; na região nordeste o problema principal era a seca, isto fazia com que as pessoas migrassem em busca de melhores condições de vida. No que se refere à questão econômica, através de obras de infraestrutura era possível conseguir financiamento estrangeiro, além de abrir frentes de trabalho por meio do setor da construção civil, fatores que contribuiriam no movimento da economia brasileira.

Neste contexto o governo militar passa a investir na construção de rodovias, a primeira foi a Transamazônica, que ligaria a região Norte à Nordeste; no governo anterior havia sido construída a Belém-Brasília, que ligava a região Norte à Centro-Oeste. Segundo Vesentini (1986), dentre os planos governamentais da década de 70 estava a criação de uma rede logística que respondesse à nova expansão e planejamento econômico do país, sendo que para sua concretização o governo inseriu a construção da rodovia Transamazônica que foi uma das metas de maior prioridade.

O presente trabalho faz uma análise sucinta sobre a construção da rodovia Transamazônica e aponta que apesar de sua importância no processo de interligação entre as regiões Norte e Nordeste o processo de execução da obra acabou apresentando diversas dificuldades. Através do levantamento bibliográfico de autores que trataram da construção da rodovia Transamazônica será possível compreender como se deu a ocupação do território da faixa próxima à estrada e todo o processo de ocupação da obra, bem como, os avanços sociais e econômicos proporcionadas à população destas regiões.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. TRANSAMAZÔNICA E A INTEGRAÇÃO

[1] De acordo com Cervi (2001, p. 2) o governo populista, [...] “era aquele que estava próximo do povo, ouvia suas aflições e conseguia compreendê-lo”. O período do populismo no Brasil vai de 1945 a 1964.

De acordo com Braga (2012) com o fim dos governos populistas através do golpe de 1964 o governo militar brasileiro foi responsável por mudanças significativas nas políticas públicas, mudanças estas que tinham por objetivo modernizar e desenvolver projetos que garantissem o desenvolvimento econômico e espacial. Para que esse processo acontecesse era necessário capitalizar recursos estrangeiros já que que os nacionais não eram suficientes para realizar os investimentos planejados para o desenvolvimento do país.

Nesta nova perspectiva em que se encontra o Brasil o processo de integração territorial passa ser prioridade para o governo militar, Braga (2012) afirma que esta política de integrar as regiões pertencentes ao território brasileiro ajudaria no processo de ocupação de áreas de difícil acesso e com baixa ocupação demográfica. Segundo Tavares (2008), foi neste contexto que que nasce a SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia) com a finalidade de planejar e implementar projetos de ordem pública e privada para a região Amazônica, pois desde os governos anteriores já vinham sendo motivo de preocupação, sendo por isso que no ano de 1953 foi criado a SPVEA (Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia). De acordo com Vesentini (1986), o objetivo da SPVEA era promover o desenvolvimento econômico da Região Norte mediante ações que a integrassem ao restante do país.

Para que o processo de integração do Brasil acontecesse era necessário investir na Amazônia, pois devido a sua extensão e seu clima ela era um lugar de difícil acesso; para Menezes (2007) foi nessa perspectiva que é anunciada em 1970 a construção da rodovia Transamazônica durante o governo de Médici, esse projeto fazia parte do Programa de Integração Nacional (PIN).

De acordo com Neto *et. al.* (2015, p.169)

> Este modal, por sua vez, propicia o povoamento das margens das rodovias durante o regime militar, por meio de um processo que estimulou a colonização, realizada através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agraria - INCRA e empresas particulares. Agora os migrantes não mais dependiam apenas dos rios, como ocorreu especificamente em Rondônia e no Acre, onde os ônibus desempenharam um papel significativo, pois os mesmos transportaram um contingente significativo de famílias do Sul e Sudeste do país pela rodovia BR-364, entre RR e AC.

Observa-se que na prática quando o governo militar investe em construção de rodovias de interligação com a região Amazônica ou mais especificamente a implantação da Transamazônica, o governo estimula o crescimento e o surgimento de novas cidades, como também o desenvolvimento econômico da Região Norte. De acordo com Menezes (2007) a principal finalidade da construção da Transamazônica na qual o governo militar se justificava

era de ordem social, pois seria uma possível solução para secas do Nordeste, além de imprescindível para a segurança nacional ao possibilitar a integração da Amazônia à soberania nacional.

Para Martine (1982, p. 53) “ao propor a ocupação da Amazônia como resposta à seca nordestina de 1970, o Programa de Integração Nacional (PIN) reiterava e formalizava a tradicional solução brasileira às tensões sociais no campo: a expansão de fronteira agrícola”

Na visão de Menezes (2007, p. 53)

> Economicamente incorporaria a Amazônia à economia do país, ampliando sua possibilidade de crescimento. Entretanto, associada à compreensão de um “destino manifesto da nação”, como marco constitutivo do “Brasil grande”, “Brasil potência”, deveria prestar-se a fornecer legitimidade ao regime militar. Nesse capítulo, discutiremos as motivações que levaram a construção da Transamazônica e a sua respectiva associação ao tema do “Brasil grande” no contexto do “milagre brasileiro”. Entretanto, o tema do “Brasil grande” se inscreve em uma tradição secular do imaginário social brasileiro e do pensamento militar brasileiro, traduzido na produção geopolítica nacional datada desde o início do século XX.

De acordo com o IBGE (1979) iniciou-se a construção da Transamazônica tendo como objetivo promover o povoamento e a interligação com o restante do Brasil, apesar de até certo ponto ter sido garantida esta ocupação, alguns fatores acabaram prejudicando a intensificação deste processo, tal como o traçado inadequado das estradas e solos para agropecuária. Este projeto fazia parte do Plano de Integração Nacional (PNI), instituído pelo Decreto-lei número 1.106 em 16 de junho de 1970 (BRASIL, 1970, p 31). Tendo em vista que a BR-230 inaugurada a primeira etapa em 27 de agosto de 1972, foi cogitada para ter 8 mil quilômetros conectando o nordeste ao norte do Brasil com o Peru e Equador. No entanto até o os dias atuais a Transamazônica encontra-se inacabada.

Observe o mapa a seguir segundo Silva (2009) foram construído somente 4.223km, ligando a cidade de Cabedelo-PB à Lábrea-AM.

Segundo o IBGE (1979) a Transamazônica é a terceira maior rodovia brasileira, com a extensão de 4.223 quilômetros cortando sete Estados brasileiros: Paraíba, Ceará, Piauí, Maranhão, Tocantins, Pará e Amazonas. Tendo em vista que havia uma proposta inicial para a construção de 900km, ligando Humaitá à Tabatinga, conforme IPEA (1998)

> O plano inicial previa ainda a implantação de um trecho aproximado de 900 quilômetros entre Humaitá e Tabatinga. A implantação da Transamazônica, ao contrário da Belém—Brasília, obedeceu a um plano integrado de povoamento, colonização e desenvolvimento da área, que não logrou atingir os objetivos estabelecidos. Seu traçado procurou interligar os afluentes meridionais do Rio Amazonas buscando os pontos até onde a navegação é franca, isto é, as cidades de Marabá, Altamira, Itaituba e Humaitá, situadas, respectivamente, nos rios Tocantins, Xingu, Tapajós e Madeira. Esse traçado visava criar condições para conjugação do transporte rodofluvial, considerando-se que a rodovia se comportaria na realidade, como um conjunto de vias alimentadoras dos afluentes do Amazonas do lado sul. (IPEA,1998, p. 25)

Menezes (2007) ressalta que o modelo de ocupação territorial ao longo da faixa de construção da rodovia Transamazônica ficou a cargo do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), órgão vinculado ao Ministério da Agricultura, portanto adotou-se como estrutura de colonização agrovilas, Agrópolis e Rurópolis, que se diferenciam através do nível hierárquico de complexidade, variando em função da demanda populacional a que devem atender.

Sobre as agrovilas na perspectiva de Menezes (2007, p. 60):

> As agrovilas se constituiriam nas menores unidades de povoamento, configuraria em pequenas comunidades que deveriam ser providas de serviços básicos como água, luz, serviço médico, escola, serralheria. Pretender-se-ia a instalação de uma agrovila a cada 10 km ao longo da rodovia. As agrópolis, por sua vez, são unidades de porte médio e se parecem comum a vila. Essas devem dispor de serviços assistenciais ligados ao abastecimento e entretenimento, como armazéns, olarias, praças. Cada agrópolis seria constituída por 4 agrovilas e deveriam ser instaladas a cada 40 km ao longo da estrada. Por fim, as Rurópolis constituiriam verdadeiras cidades devendo conter escolas, postos de saúde, escritório do Banco do Brasil, posto de comunicação e do Ministério da Agricultura.

No entanto, o principal objetivo desta estrutura era para receber as pessoas que trabalhavam na construção da rodovia e para receber o grande contingente de pessoas que estavam fugindo da seca que assolava a região Nordeste e, assim, reduzir os desníveis inter-regionais. Com relação as propostas para a economia durante o governo militar, Braga (2012, p.130) relata que:

> 1- Transformar a Amazônia em região fornecedora de produtos primários para os mercados interno e externo. Resultando na implantação dos Latifúndios em detrimento das pequenas propriedades de subsistência.
> 2- Incrementar a pecuária, em virtude dos altos preços da carne bovina no mercado internacional da década de 1970. Resultando também na criação de latifúndios, com uso mínimo do potencial agrícola do solo e quase nenhuma mão de obra, pois "por onde passa o boi, o homem é expulso".
> 3- Fazer da região área de consumo dos bens produzidos nas regiões industrializadas do país. Para atingir esse objetivo era necessário aumentar a densidade demográfica da região, todavia, não com milhares de pessoas famintas e sem capital financeiro e cultural como no caso dos flagelados nordestinos. Para tanto, foram induzidos também agricultores oriundos das regiões sul do país, com um capital financeiro e cultural contrastante em relação ao nordestino.

Braga (2012) também afirma que apesar de todo este aparato para garantir o êxito da construção da Transamazônica com o objetivo do apoderamento territorial e desenvolvimento econômico em todo o seu percurso que liga a Região Nordeste ao Norte, faltou assistência adequada, entres elas pode-se destacar: falta de apoio governamental para os migrantes que se disponibilizavam a mudar para estas áreas; falta de agentes do Estado para organizar a execução do projeto de distribuição de terras e assistência, solo inapropriado para agropecuária, clima, relevo acidentado, entre outros.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da década de 1950 o governo federal passa a tomar iniciativas no sentido de garantir a integração do território brasileiro, neste contexto se enquadra a região Amazônica devido a sua distância ao eixo Centro-Sul. O governo militar toma inciativas com o objetivo de levar crescimento econômico e populacional para a região Amazônica, a solução encontrada

foi a construção de rodovias, porém a que mais se destacou foi a Transamazônica que tinha como objetivo ligar a Região Nordeste a Norte.

Apesar de a Transamazônica ter conseguindo levar um grande contingente de pessoas para ocuparem o território ao longo de sua construção, não foi capaz de garantir o desenvolvimento esperado, pois vários fatores não foram considerados antes da execução da obra. O resultado foi a não conclusão da rodovia até hoje, vilas abandonadas por falta de investimento público, solo inapropriado para agropecuária, degradação do meio ambiente, aumento da desigualdade social e violência em muitas cidades, na prática até que passou a existir a integração territorial, mas as custas de todos os fatores citados.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. **Metas e bases para a ação de governo. Brasília,** 1970

IBGE.**A organização do espaço na faixa da Transamazônica I**. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. -Rio de Janeiro: IBGE,1979 – 260

BRAGA, Magno Michell Marçal**. BR 230, nordestinos na rota Transamazônica: a trajetória dos migrantes no Estado do Pará** (1970-1974) – Recife, 2012. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós Graduação em História, 2012.

CERVI, Emerson Urizzi. **As sete vidas do populismo**. Rev. Sociol. Polit. [online]. 2001, n.17, pp.151-156.ISSN1678-9873. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010444782001000200012. Acesso: 22/02/2017.

IPEA. Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada**. Rede Básica de Transportes da Amazônia**. Texto para discussão Nº 562. Disponível em http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0562.pdf. Acesso :23/02/2017

MENEZES, Fernando Dominience. **Enunciados sobre o futuro: ditadura militar, Transamazônica e a construção do "Brasil grande**". 2007. 147 f. Dissertação (Mestrado em História) -Universidade de Brasília, Brasília, 2007. Disponível em http://repositorio.unb.br/handle/10482/2510. Acesso: 19/02/2017

MARTINE, George. **Expansão e retração do emprego na fronteira agrícola**. Revista de Economia Política, São Paulo, v. 2, n. 3, jul. /set., 1982.

NETO, Thiago Oliveira; NOGUEIRA Ricardo José Batista. **Geopolítica e rodovias na Amazônia: um debate necessário.** Revista de Geopolítica, Natal, v. 6, nº 2, p. 166 - 186, jul./dez. 2015. Disponível em http://revistageopolitica.com.br/index.php/revistageopolitica /article/viewFile/142/140. Acesso: 22/02/2017

SILVA, Rainério M. et alii. **Arranjos Produtivos locais nos municípios de Altamira, Anapu, Uruará e Brasil Novo**. UFPA/ SEBRAE. Relatório Técnico, 2009.

VESENTINI, José William. **A capital da geopolítica**. São Paulo: Ática, 1986. 240p

Disponível em http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n17/a11n17.pdf Acesso: 21/02/2017

BECKER, Bertha k. **A implantação da rodovia belém-brasília e o desenvolvimento regional**. Rio de Janeiro: UFRJ, p. 32-46, 1977

MARGARIT, Eduardo**. O processo de ocupação do espaço ao longo da Br-163: uma leitura a partir do planejamento regional estratégico da Amazônia durante o governo militar.** Geografia em Questão, V.06 ♦ N. 01 ♦ 2013. Disponível em http://e-revista.unioeste.br/index.php/geoemquestao/article/download/6634/5786. Acesso: 22/02/2017

28. ANÁLISE DOS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DECORRENTES DA INSTALAÇÃO DA UHE DE MARABÁ NO PROJETO DE ASSENTAMENTO CASTANHAL ARARAS E PROPOSTAS DE MITIGAÇÃO

Raimunda Maria Santos da Silva
(raimundasilva@unifesspa.edu.br)
Andréa Hentz de Mello
(andreahentz@unifesspa.edu.br)
Edma do Socorro Silva Moreira
(edmamoreira@unifesspa.edu.br)
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

Resumo

Diversos estudos têm mostrado que os empreendimentos hidrelétricos têm grande potencial de causar impactos socioambientais. Estes impactos estão relacionados tanto às características desses projetos, que afetam vastas áreas para a construção das usinas, modificando a vida das populações residentes, quanto pelas falhas nos licenciamentos quando estes são feitos de forma inadequada. A necessidade de mitigação de impactos ambientais relacionados à obtenção de energia e a busca por sustentabilidade geram discussões mundiais, que envolvem interesses ambientais, sociais, políticos e econômicos. O Planejamento de Recursos Integrados aplicado ao planejamento energético possibilita a diminuição de custos complexos e impactos ambientais e sociais. O presente trabalho descreve como os impactos socioambientais decorrentes da instalação da usina hidrelétrica podem ser mitigados.

Palavras- chave: Impactos. Reabilitação. Mitigação.

1. INTRODUÇÃO

Segundo o Plano Nacional Sobre Mudança do Clima (PNMC, 2008), comparado a outros países, o setor elétrico brasileiro é extremamente limpo. Isso se deve ao fato de a nossa matriz energética ter grande participação de fontes renováveis, em especial a hidroeletricidade e, mais recentemente, os derivados da cana de açúcar (*Saccharum officinarum*). Isto contrasta

com a situação da maioria dos países, nos quais os combustíveis fósseis, e em especial o carvão, têm uma grande importância na geração de energia. Entretanto, há controvérsias em relação à geração de energia no Brasil, em relação aos problemas socioambientais causados pelos grandes empreendimentos hidrelétricos. Na verdade, os impactos ambientais em geral atraem mais atenção, mas os sociais são igualmente importantes, pois envolvem mudanças na dinâmica de vida das populações que são afetadas pelas construções de represas, envolvendo remoções, aumento da incidência de doenças, perda da fonte de renda dos trabalhadores dentre outras consequências comuns a diversos desses empreendimentos, embora haja outras que são particulares de cada caso.

A ciência tem afirmado que parte dos efeitos do aquecimento global já são irreversíveis, e que caso não se mude radicalmente o padrão de desenvolvimento predominante as conseqüências só tendem a piorar. Esse resultado se deve, em boa medida, ao processo de industrialização que se iniciou com a Revolução Industrial, quando combustíveis fósseis, como o carvão e o petróleo passaram a ser usados como fontes energéticas nas indústrias (BAINES, 1994) somando-se a isso a difusão dos meios de transportes individuais no século passado, cujos principais combustíveis são os derivados do petróleo. Desde então, o nível de emissões de gás carbônico (CO_2) e de outros gases causadores do efeito estufa cresceu de forma acelerada, e os resultados podem ser percebidos de forma cada vez mais clara.

Com relação ao aspecto energético o Brasil se encontra em uma condição menos problemática, uma vez que a sua matriz energética é dita limpa devido à grande participação de fontes renováveis. A predominância de fontes hidráulicas e de biomassa na geração de eletricidade, a principal forma usada na indústria, faz com que a emissão de gases do efeito estufa (GEE) no setor energético brasileiro seja baixa quando comparada ao resto do Mundo, onde os combustíveis fósseis têm grande participação (CORTEZ, 2002).

Por outro lado, diversos estudos têm mostrado que os empreendimentos hidrelétricos têm grande potencial de causar impactos socioambientais. Estes impactos estão relacionados tanto às características desses projetos, que afeta vastas áreas para a construção das usinas, afetando a vida das populações residentes, quanto pelas falhas nos licenciamentos quando estes são feitos de forma inadequada. Como conseqüência, diversos impactos que poderiam ser evitados não o são, bem como as medidas mitigadoras propostas se mostram inadequadas, o que tem levado a danos ambientais excessivos e conflitos com as populações afetadas (CARVALHO, REIS, 2005).

A preocupação com os impactos ambientais vem da crescente conscientização de que a vida na Terra necessita dos recursos naturais para se manter em equilíbrio.

Atualmente, o preço deste desenvolvimento é conhecido, os impactos ambientais gerados são alvos de discussões internacionais para que sejam contidos e, se possível, restaurados. Segundo Goldemberg (2003), os impactos ambientais podem ser: a) Locais - poluição urbana do ar, poluição do ar em ambientes fechados; b) Regionais – chuva ácida; ou c) Globais – efeito estufa, desmatamento, degradação costeira e marinha. Adicionando a estes impactos outros relacionados à poluição sonora, impacto sobre a flora e fauna, é possível então a relação entre impactos ambientais e problemas sócio-econômicos gerados.

As hidrelétricas, vistas por muitos como uma fonte de "energia limpa", do ponto de vista ambiental não podem ser consideradas uma ótima solução ecológica. Elas interferem drasticamente no meio ambiente, devido à construção das represas, que provocam inundações em imensas áreas de matas, interferem no fluxo de rios, destroem espécies vegetais, prejudicam a fauna, e interferem na ocupação humana. As inundações das florestas fazem com que a vegetação encoberta entre em decomposição, alterando a biodiversidade e provocando a liberação de metano, um dos gases responsáveis pelo efeito estufa e pela rarefação da camada de ozônio.

Segundo Leite (2005), a implantação de hidrelétricas pode gerar impactos ambientais na hidrologia, clima, erosão e assoreamento, sismologia, flora, fauna e alteração da paisagem. Na hidrologia impacta com a alteração do fluxo de corrente, alteração de vazão, alargamento do leito, aumento da profundidade, elevação do nível do lençol freático, mudança de lótico para lêntico e geração de pântanos. Ainda segundo Leite (2005) impacta no clima alterando temperatura, umidade relativa, evaporação (aumento em regiões mais secas), precipitação e ventos (formação de rampa extensa). Impacta também através da erosão marginal com perda do solo e árvores, assoreamento provocando a diminuição da vida útil do reservatório, comprometimento de locais de desova de peixes, e perda da função de geração de energia elétrica. Na sismologia pode causar pequenos tremores de terra, com a acomodação de placas. Na flora provoca perda de biodiversidade, perda de volume útil, eleva concentração de matéria orgânica e conseqüente diminuição do oxigênio, produz gás sulfídrico e metano provocando odores e elevação de carbono na atmosfera, e eutrofização das águas. Na fauna provoca perda da biodiversidade, implicando em resgate e realocação de animais, somente animais de grande porte conseguem ser salvos, aves e invertebrados dificilmente são incluídos nos resgates, provocando migração de peixes.

No Brasil, a construção de usinas hidrelétricas na Amazônia vem degradando a floresta, que "tornou-se alvo das estratégias de desenvolvimento e integração territorial de diversos países da América do Sul" (FAVARETTO, 1999).

Assim, podemos considerar os impactos ambientais provocados por hidrelétricas como os exemplificados pela usina de Balbina, na Amazônia e Belo Monte em Altamira – PA. Nestes casos não só os impactos socioambientais são visíveis, como também os resultados da falta de planejamento para implantação do projeto como os que podem vir a ocorrer com a instalação da UHE de Marabá.

Os impactos ambientais são todos aqueles que ocasionam alguma interferência nas características originais do ecossistema e é reafirmado através da Resolução nº 001, CONAMA (1986), considerando impacto:

> (...) qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam: I - a saúde, a segurança e o bem-estar da população; II - as atividades sociais e econômicas; III - a biota; IV - as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; V - a qualidade dos recursos ambientais.

Assim, o objetivo deste trabalho foi analisar os possíveis impactos socioambientais decorrentes da instalação da Usina Hidrelétrica de Marabá no Projeto de Assentamento Castanhal Araras, bem como propor ações mitigadoras dos impactos gerados.

2. MATERIAL E MÉTODOS

Este trabalho consistiu na identificação empírica dos possíveis impactos socioambientais decorrentes da instalação da Usina Hidrelétrica de Marabá, através de revisão bibliográfica e visita no Projeto de Assentamento Castanhal Araras, município de São João do Araguaia – PA.

Segundo dados Sipot/Eletrobrás/Aneel de 2004 publicado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA, 2004) dentre os principais projetos de aproveitamento de recursos hídricos existentes e projetados na Região Hidrográfica Tocantins-Araguaia está a UHE Marabá, com potência prevista de 2160 MW, porém na ocasião foi indeferida pela ANEEL/ e com Inventário aprovado. Desse último relatório da ANNEL para os dias atuais houve várias mudanças e avanço em relação à instalação como cita (SILVA, 2014).

Para o MMA (2004) a estrutura do sistema interligado cria uma permuta de energia entre Norte e Nordeste do país, sendo a necessidade real de ampliação das UHEs já existentes e a criação de novas UHEs na bacia hidrográfica Tocantins-Araguaia. Diante desse contexto a UHE de Marabá está fazendo parte de bloco de instalações novas e como estratégia prioritária para reforçar esse sistema de energia interligado. Tais dimensões apontam que apesar de ter

alternativas de fontes de energias renováveis potencias dentro do território brasileiro como a energia eólica e a energia de biomassa, não são aproveitadas e não há políticas de investimentos, (MMA, 2004),

> É importante esclarecer que, apesar do grande potencial que o Brasil apresenta para a utilização deste tipo de fontes para a geração de energia elétrica, a base do fornecimento brasileiro de energia elétrica é essencialmente hídrica, e essa ainda é, incontestavelmente, a melhor e mais barata alternativa para o atendimento da demanda crescente por energia elétrica no Brasil.

O Projeto de Assentamento Castanhal Araras está localizado na mesorregião sudeste do Pará, município de São João do Araguaia com uma área 5.084,8463 ha, e com capacidade 92 famílias as quais estão assentadas e números de famílias assentadas: 92 e com as seguintes informações jurídica/ato de criação tipo: portaria com o número 633 na data de 04/08/1987 e foi desapropria 15/01/1987 e Código do Projeto: MB0002000 segundo fonte do (INCRA/SIPRA). O assentamento foi criado pelo Decreto de desapropriação publicado em 19 de dezembro de 1987 com 92 lotes destinados as famílias e mais 01 para vila totalizando 93 lotes.

Para Silva e Silva (2015) o P.A. Castanhal Araras foi criado pela necessidade de atender uma demanda de pequenos agricultores remanescente que eram oriundos da área indígena Mãe Maria pertencente à Aldeia Gavião e que diante do contexto tinha cumprido um mandado de despejo e estavam todos acampados no INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) a espera de uma negociação de uma nova área onde a mesma foi escolhida pelos agricultores e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais na época, a área escolhida foi à antiga Fazenda de exploração de castanha denominado Castanhal Araras de propriedade do Sr. João Oscar.

Seu clima é caracterizado como equatorial do tipo Am para o tipo Aw, segundo a classificação do Kôppen, com temperatura em média de 26,3º C aproximadamente e umidade relativa elevada, com duas estações: chuvosa - novembro até maio e o verão - junho até o mês de novembro, a umidade relativa do ar fica em torno de 78%, porém no período seco tende a cair e tem o índice pluviométrico em torno de 2.000mm anualmente com leve variação. A vegetação nativa da área é de floresta densa tipo equatorial latifoliada, e subtipos de floresta densa submontana, e com cocais presente em toda sua extensão e uma pequena faixa de cerrado na parte sul do assentamento nas proximidades do Rio Tocantins, (SEPOF, 2007). Na sua maioria a floresta nativa já foi suprimida para inserção da agricultura de subsistência – arroz

(*Oryza sativa*), milho (*Zea mays*), feijão (*Phaseolus vulgaris*) e mandioca (*Manihot esculenta*) nos primeiros anos e posteriormente a implantação de pastagem para criação de gados bovinos.

O solo é caracterizado como sendo segundo relatório da SEPOF (2007) de textura argilosa típico de Argissolo Vermelho-Amarelo e solos Aluviais. O relevo é relativamente plano, com suave ondulação ou ondulado, apresentando áreas dissecadas em rochas sedimentares e superfícies aplainadas e também uma área de várzeas – comumente conhecidas como 'baixões alagadiços'.

De acordo com dados do INCRA (2007) a rede hidrográfica é constituída pelo Rio Tocantins banhado ao Sul por seu afluente Igarapé Ubá. Também mantém pequenas grotas – nome comum na comunidade para denominar "pequenos igarapés efêmeros aqueles cujo fluxo hídrico ocorre durante as chuvas e ou poucas horas após esses eventos", segundo (FERNANDES, 2014).

Para o INCRA (2007) os agricultores familiares vivem da criação de pequenos animais – galinha caipira, pato, galinha d'angola, ovinos, suínos, peixes, e bovino mestiço de aptidão leiteira e bovino de corte na maioria da raça nelore. Os lotes contêm quintais florestais com diversas frutíferas (manga, laranja, goiaba, caju, acerola, limão, cajá, cupuaçu) para o consumo *in natura* e parte é transformada em polpa para se consumido pela família e o excedente para efetuar a comercialização e plantas medicinais e hortaliças

Alguns lotes também cultivam Sistemas Agroflorestal (SAF's) com plantas frutíferas e madeireiras.

3. RESULTADO E DISCUSSÕES

A abordagem adotada para a avaliação dos impactos ambientais estrutura a realidade em seis categorias de análise: ecossistemas aquáticos, ecossistemas terrestres, modos de vida, organização territorial, base econômica e população indígena (SOUSA, 2000). A quantificação e caracterização dos impactos ambientais provenientes da implantação de hidrelétricas podem ser avaliadas através de indicadores de impacto. Segundo Sousa (2000), para avaliar os impactos de implantação de hidrelétricas sobre a fauna da região é necessário conhecimento sobre espécies e costumes, rotas migratórias e reprodutivas, identificação das áreas de maior produtividade pesqueira, entre outros. Para avaliar os impactos sobre a cobertura vegetal e uso do solo na bacia são necessários mapeamentos das fitoformações naturais da bacia com auxílio de sensoriamento remoto e outros recursos cartográficos. Para avaliar os impactos sobre o ecossistema é necessária sua caracterização, avaliando-se espécies importantes na manutenção da diversidade biológica ou em extinção. Assim, o estudo se torna bem complexo, e neste

trabalho, foi avaliado empiricamente estas formas de degradação ambiental no Assentamento Castanhal Araras, através da percepção dos moradores.

Os agricultores do P.A. Castanhal Araras, entende que com a instalação da UHE, haverá um grande impacto, pois muitos irão perder suas terras, suas raízes e suas histórias, corroborando assim com Mendes (2005) quando afirma que um empreendimento de grande porte como uma UHE, os impactos socioambientais são gerados nas fases de planejamento, implantação e operação, e que (,,,),

> (...) nesse contexto, com a implantação das usinas hidrelétricas, milhares de famílias perderm suas terras e residências. Muitas famílias deixam de ser reassentadas, e aquelas que recebem indenizações, muitas vezes, não conseguem comprar novas terras, em virtude do valor irrisório recebido. Outras são reassentadas em terras com baixa fertilidade. Em muitos casos, a exemplo de Tucuruí (Estado do Pará), milhares de famílias ainda não foram reassentadas e pescadores a jusante da usina hidrelétrica perderam seus meios de vida, sem serem compensados por essas perdas (MENDES, 2005, p.45).

Para Silva (2014) esse processo de retiradas das famílias compromete de forma avassaladora as formas de produção, perdas materiais como de suas casas, animais, plantações, a renda das famílias e ainda também as perdas imaterias. As perdas materiais ainda são passivas de serem recuperadas, porém existem algumas perdas que não são adquiridas novamente, como é o caso das relações associativistas da comunidade e as relações culturais. As relações de comunidades referidas são aquelas construídas nos moldes do campesinato de comunidade descrito Chiappe (2002), sendo que uma comunidade rural tem os seguintes princípios: a) uma forma de associação entre indivíduos; b) interesses coletivos; c) um sistema social local. Essas relações são perdidas com as mudanças e deslocamento e difícil de ser em reestruturadas.

Para os agricultores do P.A. Castanhal Araras os impactos socioambientais são claros, bem como as suas conseqüências, corroborando com os estudos do MMA (2006),

> Os empreendimentos voltados para a geração de energia hidrelétrica na Região Hidrográfica do Tocantins-Araguaia, (...) considerações sobre os impactos sócioambientais como o reassentamento de famílias, a inundação de áreas agriculturáveis, alterações populacionais da ictiofauna com reflexo na subsistência regional, inundação de sítios arqueológicos e patrimônios histórico-culturais, supressão da vegetação com consequente perda de biodiversidade e patrimônio genético, somente nos últimos anos têm se aproximado do nível exigido pela sociedade e pelos órgãos ambientais. Além disso, os grandes reservatórios reguladores de vazão, acabam evidenciando a limitação dos usos múltiplos dos recursos hídricos.

Assim, a degradação ambiental será evidente em todos os lugares que ocorrem à implantação de UHE e esses impactos começam antes mesmo da fase de implantação e se intensificam a cada nova fase.

Foi observado que com a expectativa de instalação da UHE de Marabá, no Projeto de Assentamento (P.A.) Castanhal Araras já é possível identificar modificações em toda logística dos agricultores familiares que estão fazendo plantios e criando seus animais, gerando emprego e renda, trazendo inquietudes e incertezas criando um clima de instabilidades entre os moradores antes mesmo de iniciar a sua implantação.

Dessa forma, debates entre os agricultores, com apoio de suas associações, já buscam entender este processo caso efetivado, e buscam formas de mitigação dos impactos socioambientais que ocorrerão no P.A. Castanhal Araras.

De acordo com o MMA (2006), estes impactos podem ser mitigados com um planejamento Integrado de Recursos, que os considere corretamente visando o desenvolvimento sustentável. Com um Planejamento Integrado de Recursos bem desenvolvido e devidamente avaliado, é possível analisar a real necessidade de implantação de um projeto, mitigar os impactos ambientais provenientes da obtenção de energia elétrica, e promover o desenvolvimento sustentável.

As medidas mitigadoras ou planos compensatórios vêm como a função de minimizar a degradação ambiental e os impactos socioambientais. Segundo (MMA, 2006):

> O MAB recomenda aumentar a eficiência dos sistemas implantados; evitar e minimizar os impactos sobre o meio ambiente; adotar a análise participativa das opções e necessidade de desenvolvimento, valendo-se de critérios diversos; assegurar a melhoria dos meios de subsistência das pessoas desalojadas e afetadas pelos projetos de barragens; e resolver injustiças e desigualdades passadas, transformando as pessoas afetadas pelo projeto de barragens em seus beneficiários.

Assim, propõe se para a mitigação dos impactos socioambientais no Projeto de Assentamento Castanhal Araras, as seguintes ações e respectivos objetivos (Tabela 1).

.

Medidas mitigadoras	**Objetivos**
Capacitação profissional em atividades rurais	Qualificar a mão- de -obra do campo
Assistência técnica	Melhorar a produção socioeconômica-ambiental
Programa de Educação Ambiental Crítica	Conscientização socioambiental das pessoas
Recuperação de áreas degradadas	Prevenir, compensar e diminuir os impactos
Monitorar o rio, igarapés e águas subterrâneas	Minimizar impactos e controlar o volume de água e qualidade.
Realocar o cemitério da comunidade	Preservar a memória
Compensação ambiental	Conservação de animais e plantas existentes em U.C da região
Recuperar as APP's	Revitalizar
Conservar o ecossistema aquático	Preservar /conservar
Conservar a fauna e flora terrestre	Preservar /conservar
Monitorar a ictiofauna do Rio Tocantins	Monitorar e avaliar espécies de peixes

Estudar os peixes ornamentais	Desenvolver técnicas de cultivo
Implantar um sistema transporte de peixe na UHE	Transportar os peixes que sobe o Rio Tocantins para desovar.
Remanejar famílias rurais do PA	Adquirir novos espaços
Reorganizar as áreas de remanejados do Projeto de Assentamento Castanhal Araras	Garantir condições socioeconômicas de produzir
Indenizar as famílias atingidas	Pagar em forma de pecúlio
Reassentar as famílias atingidas	Adquirir novas propriedades melhores
Reparação sociocultural-emocional do Projeto de Assentamento Castanhal Araras	Reparar perdas emocionais e culturais
Apoiar a Agricultura Familiar do Projeto de Assentamento Castanhal Araras	Fortalecer a cadeia produtiva da AF diversificada e capacitar agricultores.
Recomposição da infraestrutura rural do Projeto de Assentamento Castanhal Araras	Reconstruir e recompor benfeitorias danificadas pela UHE
Reparação ao individuo do P.A. Castanhal Araras	Reparar danos a pessoas que estiver seu modo de vida afetado pela UHE de Marabá
Recomposição de atividades produtivas rurais do Projeto de Assentamento Castanhal Araras	Fornecer condições financeiras para alavancar as atividades agropecuárias e extrativistas afetadas
Reestruturação da cadeia extrativista do PA	Fornecer condições específicas para fortalecer o extrativismo
Recomposição da infraestrutura viária	Refazer acessos comprometidos
Recontruir infraestruturas coletivas e equipamentos sociais	Condições socioculturais melhores
Recomposição de praias	Lazer das pessoas
Potencialização do agroturismo	Agregar renda as famílias do PA
Delimitar o mercado de madeira	Aproveitar economicamente a madeira
Instalar uma vigilância epistemológica	Prevenir e combater doenças
Controle médico e segurança no trabalho	Atendimento aos trabalhadores da obra
Capacitação de mão de obra	Qualificação profissional local

Tabela 1. Medidas mitigadoras e objetivos para a área do Projeto de Assentamento Castanhal Araras – São Domingos do Araguaia – PA

4. CONSIDERAÇÕES

Foi observado que com a prevista instalação da UHE de Marabá, os agricultores do Projeto de Assentamento Castanhal Araras, poderão sofrer com a degradação ambiental e os impactos socioambientais produzido pela grande obra hidráulica refletindo em perdas da biodiversidade animal e vegetal, supressão da vegetação nativa do P.A, perda da ictiofauna, inundações de áreas agricultáveis e patrimônio cultural, desmatamento, deslocamento de famílias, alterações da população local e desequilíbrio no fluxo hídrico de córregos e águas subterrâneas.

REFERÊNCIAS

BAINES, STEPHEN G. A Usina Hidrelétrica De Balbina e o Deslocamento Compulsório DosWaimiri-Atroari. Série Antropologia, 166. Brasília, 1994. Capturado em julho 2005. Online. Disponível na Internet: www.unb.br/ics/dan/Serie166empdf.pdf.

CARVALHO, C. E.; REIS, L. B. **Desenvolvimento de Procedimentos e Métodos para Mensuração e Incorporação das Externalidades em Projetos de Energia Elétrica: Uma Aplicação às Linhas de**

Transmissão Aéreas. Tese de Doutorado, Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. Brasil, 2005.

CORTEZ, JOSÉ H. Não existe Energia Limpa. **Jornal Gazeta Mercantil**. 24 de abril de 2002. Capturado em julho 2005. Online. Disponível na Internet: http://www.camaradecultura.org/Nao%20existe%20energia%20limpa.pdf

MMA. **Caderno da Região Hidrográfica do Tocantins-Araguaia** / Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Recursos Hídricos. Brasília: MMA, 2006.132 p.

MME: http://norteenergiasa.com.br/site/wp-content/uploads/2011/04/NE. Rima_.pdf

OLIVEIRA JUNIOR, R.C. de; VALENTE, M.A.; RODRIGUES, T.E. **Caraterizaç**ão **fisico-hídrica de solos** do **sudeste paraense.** Belém: Embrapa Amazonia Oriental, 1999. 35p. (Embrapa Amazônia Oriental. Boletim de Pesquisa, *20).*

SEPOF-PA:/Portal Amazônia/http://www.portalamazonia.com.br/secao/amazoniadeaz/interna.php?id=672. Acesso em 14.10.2016.

SILVA, Cristiano Bento da. **A comunicação da Usina Hidrelétrica de Marabá traduzindo uma situação social de conflito: reflexões a partir da vila Espírito Santo (território ribeirinho do sudeste paraense)**.

SILVA, Lucas Mateus Santos; SILVA, Cleina Souza. **Pesquisa Socio-Educacional I: Histórias Locais do PA Castanhal Araras,** 2015.

29. HARDENING COM VIRTUALBOX OSE: UM ESTUDO DE CASO PARA FORTALECER UMA PROPOSTA DE VIRTUALIZAÇÃO A BAIXO CUSTO ORGANIZACIONAL

Raimundo Martins de Araújo Júnior
(junior.martins@unifesspa.edu.br)
Guilherme Luiz Frufrek
(frufrek@utfpr.edu.br)
Hélio Dias Bastos
(sgtbastos2004@yahoo.com.br)

Resumo

A virtualização é um meio tecnológico muito utilizado nos dias atuais pelas empresas, organizações e etc, mas o custo de sua implementação a nível organizacional possui um valor elevado, se tratando de soluções *VMWare*, que se destaca das soluções existentes no mercado. Outras soluções abertas podem ser utilizadas nesse contexto, trazendo à pequenas e médias empresas a oportunidade de utilizar tal tecnologia. O objetivo desse trabalho é mostrar através de um *hardening* com *Virtualbox* OSE como as empresas podem adaptar sua infraestrutura, reduzindo assim custos e obtendo segurança e produtividade. O estudo de caso foi realizado na 23ª Brigada de Infantaria de Selva, Quartel-General sediada em Marabá, estado do Pará.

Palavras-chave: Virtualização; Abstração; Desempenho; Hardware; Hardening.

1. INTRODUÇÃO

Quando se pensa em implementar meios de TI (Tecnologia da Informação) em uma organização, uma das primeiras coisas que devem ser verificadas é a sua infraestrutura, pois a mesma deve ter o mínimo de estrutura que possibilite essa evolução. Segundo Weill e Ross (2010) “A infraestrutura de TI é o alicerce do modelo operacional da organização baseada na informação”. Weill e Ross (2010) ainda falam que o modelo operacional [..]representa o nível de integração e padronização dos processos necessários ao bom funcionamento da organização. Por sua vez, o modelo operacional reflete a estratégia da organização”.

Os conceitos apresentados acima demonstram que, independente do plano estratégico de uma organização, deve-se ter um modelo operacional que seja responsável pelo alinhamento com a estratégia para que as regras de negócio possam ser implementadas.

VERAS (2016) dizia que, “conceitualmente, a infraestrutura de TI é a parte da TI que suporta as aplicações que, por sua vez, sustentam os processos de negócio”. Abaixo podemos ver um modelo que faz a relação entre infraestrutura de TI, aplicações e processos de negócio, que foi proposto por VERAS (2010).

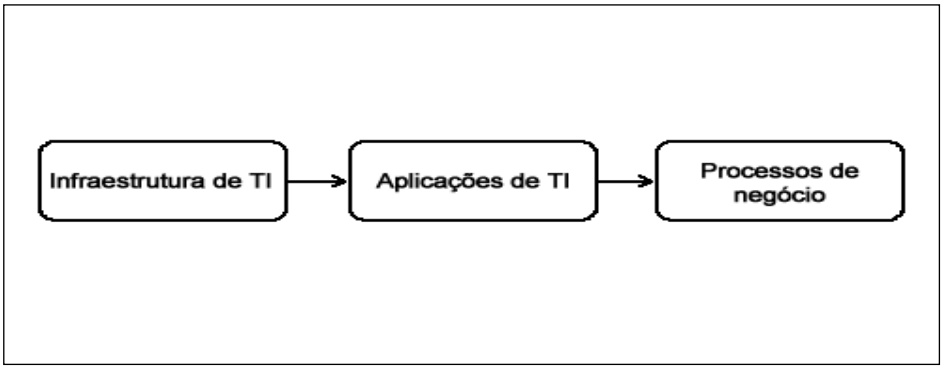

Figura 1 – Infraestrutura de TI, aplicações de TI e processos de negócio

Fonte: VERAS (2016)

VERAS (2016) ainda comenta que, “A infraestrutura também pode ser vista como o conjunto de serviços compartilhados de TI, disponível para toda a organização”. Dentro do contexto da 23ª Brigada de Infantaria de Selva, onde existem vários serviços compartilhados, faz-se necessário a implementação de um modelo de infraestrutura que possa ser resiliente a desastres, tais como, panes elétricas, sistema corrompido e etc.

1.1. PROBLEMÁTICA

Surge então a necessidade de um modelo que possa suprir a organização de tal forma que, os serviços se mantem disponíveis, atendendo aos princípios da segurança da informação. A virtualização é uma tecnologia que se encaixa nesse contexto. Segundo VERAS (2010) "A virtualização é a tecnologia central de um datacenter e essencialmente transforma, obedecidas certas condições, um servidor físico em vários servidores virtuais. Os impactos são muitos e os benefícios também".

A organização em que foi realizado o estudo de caso já possui uma infraestrutura com virtualização, onde foi utilizada a ferramenta *VMWare*, a mesma é bastante conceituada no mercado de tecnologia, mas os valores de sua licença ainda é uma realidade distante de muitas organizações.

1.2. OBJETIVOS

O objetivo dessa pesquisa é realizar um *hardening* em um servidor físico com a ferramenta *Virtualbox OSE*, apresentando uma solução a baixo custo para que as organizações possam melhorar sua infraestrutura de TI, transformando seus serviços de TI em máquinas virtuais podendo realizar backups e restaurando os mesmos após um possível desastre. Segundo REIS et al (2011) "hardening, ou blindagem de sistemas, consiste na utilização de técnicas para prover mais segurança a servidores que disponibilizam serviços externos, como servidores web, ou até mesmo serviços internos[..]".

2. TRABALHOS CORRELATOS

Os trabalhos correlatos em sua maioria são realizados de forma comparativa entre soluções de virtualização, descrevendo os benefícios e malefícios de cada ferramenta existente, assim, norteando o responsável pela infraestrutura de alguma organização a escolha correta que suprirá as problemáticas e/ou evolução da infraestrutura.

Pôde-se contemplar também durante a pesquisa desse projeto o trabalho do primeiro-tenente do Exército Brasileiro, José Wanderson de Aquino Dias, cujo tema do trabalho é referente a virtualização, mais especificamente sobre a ferramenta *VMWare Workstation*, trabalho esse que norteou a implementação de virtualização na infraestrutura na 23ª Brigada de Infantaria de Selva.

3. DESENVOLVIMENTO

A organização militar onde foi realizado o estudo de caso possui alguns serviços que poderiam ser armazenados em nuvem (*cloud computing*), mas, as peculiaridades da região não

permitem a utilização dessa tecnologia, pois a infraestrutura de internet é muito instável. Devido a essa problemática, faz-se necessário o uso de uma virtualização local desses serviços, os mesmos são descritos abaixo para melhor entendimento de causa:

Sistema	Sistema operacional	Descrição
Sped	Ubuntu 8.10	Sistema de protocolo eletrônico
Siscofis	Windows XP	Sistema de controle físico
Intranet	Debian 8.5 Jessie	Sistema web

Tabela 1 – Serviços utilizados na organização militar
Fonte: Elaborada pelo próprio autor, 2017

Segundo LAUREANO (2006), existem três formas de virtualização:

- Virtualização do Hardware;
- Virtualização do sistema operacional;
- Virtualização de linguagem de programação.

Devido as peculiaridades do ambiente organizacional onde se escolheu para fazer o estudo de caso, o melhor tipo de virtualização que se encaixaria nas necessidades da organização foi a virtualização de sistema operacional.

Abaixo podemos contemplar o modelo proposto de uma virtualização de sistema operacional:

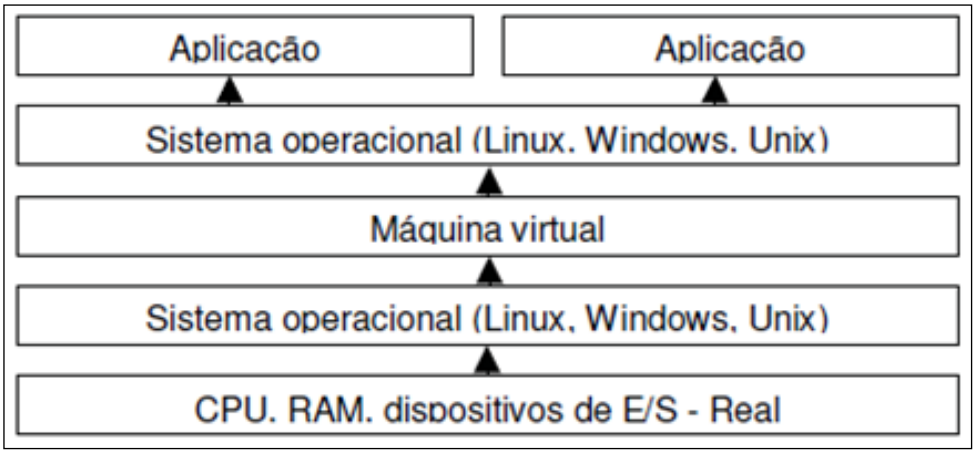

Figura 2 – Modelo de virtualização de sistema operacional.
Fonte: LAUREANO, 2006.

MORIMOTO (2012) dizia que, embora no início o *Virtualbox* era visto por muitos apenas como um concorrente gratuito do *VMWare*, o mesmo cresceu bastante nos seus recursos, além de ser multiplataforma, poderia rodar sobre *Linux*, *Windows*, *Solaris* e etc.

Além dos recursos visuais, o *Virtualbox* também oferece alguns utilitários de linha de comando, onde podemos destacar o *VBoxManage*, que é o recurso utilizado nesse trabalho. O mesmo permite desde a criação e remoção de uma VM (*Virtual Machine*, traduzido para o português, máquina virtual) até a modificação do tamanho de uma VM.

3.1. CRIAÇÃO DAS MÁQUINAS VIRTUAIS

Considerando a utilização de um servidor físico *Debian*, o primeiro passo antes de criar as máquinas virtuais é a instalação do *Virtualbox OSE*.

Figura 3 – Comando para adicionar o repositório oficial *Debian*.
Fonte: www.ubuntued.info, 2017.

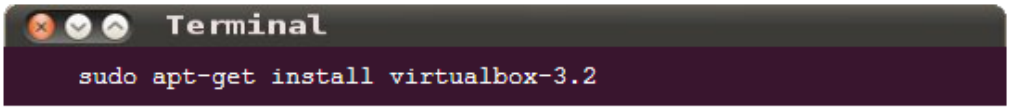

Figura 4 – Comando para instalação do *Virtualbox OSE*.
Fonte: www.ubuntued.info, 2017.

Após a instalação do *Virtualbox OSE* versão 3.2 na máquina física Debian, pode-se então executar os comandos de criação das VM's. Seguindo a ordem descrita abaixo.

Figura 5 – Comandos iniciais *VBoxManage*.
Fonte: www.hardware.com.br, 2017

Essa parte é o passo inicial para a utilização do Virtualbox OSE através de linhas de comando, mas nada impede que seja utilizado máquinas virtuais já existentes, o que é o caso da organização em que foi feito o estudo de caso. Como já possuíam VM's bastou apenas copiar as mesmas para o diretório da infraestrutura de teste.

3.2. ACESSO REMOTO COM RDESKTOP

Para acessar as máquinas virtuais que estão sendo executadas no modo texto na forma gráfica, podemos utilizar a ferramenta *rdesktop*, uma solução que acessa de forma remota algum serviço voltado para quem utiliza as distribuições *Linux*. Para utilizar o rdesktop faz-se necessário primeiramente instalá-lo através do comando abaixo.

Figura 6 – Instalação do *rdesktop*.
Fonte: Elaborado pelo próprio autor, 2017.

Após a instalação pode-se então executar os comandos para acesso remoto e gráfico da VM utilizando as seguintes configurações:

Figura 7 – Comando de acesso via *rdesktop*.
Fonte: Elaborado pelo próprio autor, 2017.

3.3. INTRODUÇÃO A SHELL SCRIPT

De acordo com STREICHER (2011, p. 72)

> A linha de comando do Linux (conhecida simplesmente por shell, Bash ou terminal) oferece centenas de pequenos utilitários para ler, escrever e analisar dados. Com alguma digitação extra é possível combinar esses utilitários em numerosos aplicativos improvisados e de maior complexidade, para fins diversos.

Segue em anexo o algoritmo que realiza as rotinas de *backups* e remoção de *backups* antigos executado nessa pesquisa.

3.4. AGENDAMENTO DE TAREFAS COM CRON

Para que os *scripts* de *backup* sejam executados diariamente é necessário o uso de um utilitário do *Linux* que faz essa função automaticamente. O *cron* é a ferramenta que poderá realizar essa ação.

> O agendamento de tarefas é um recurso essencial em servidores. No Linux, o daemon responsável pela tarefa é o cron. Ele é o responsável por diversas funções executadas automaticamente na maioria das distribuições (tais como o rotacionamento dos logs) e pode ser programado para executar operações diversas, como scripts de backup. (MORIMOTO, p. 95, 2011)

Considere como exemplo o arquivo sped.sh mostrado no apêndice para o exemplo da rotina diária de *backup*. Após realizado a criação do arquivo em *shell script* com os comandos para realização do backup deve ser dado permissão de execução ao mesmo e logo após realizar a edição do arquivo *crontab*, localizado na pasta /etc conforme a configuração a seguir:

Figura 8 – Comando de permissão de execução.
Fonte: Elaborado pelo próprio autor, 2017.

Figura 9 – Linha de configuração do arquivo crontab.
Fonte: Elaborado pelo próprio autor, 2017.

A configuração inserida no arquivo *crontab* determinou a seguinte ação. De segunda a sexta as vinte e três horas será executado o *script* sped.sh. O arquivo será lido e tudo que estiver dentro do arquivo será executado, ou seja, os algoritmos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na pesquisa realizada pôde-se concluir que o uso da solução *Virtualbox OSE* é satisfatória, ainda que a mesma precise evoluir bastante para chegar ao patamar de ferramentas mais utilizadas no mercado da TI como *VMWare, Xen*.

A infraestrutura obtida através da pesquisa, planejamento, execução, verificação e correção de possíveis problemas pode ser visualizada abaixo através da figura abaixo:

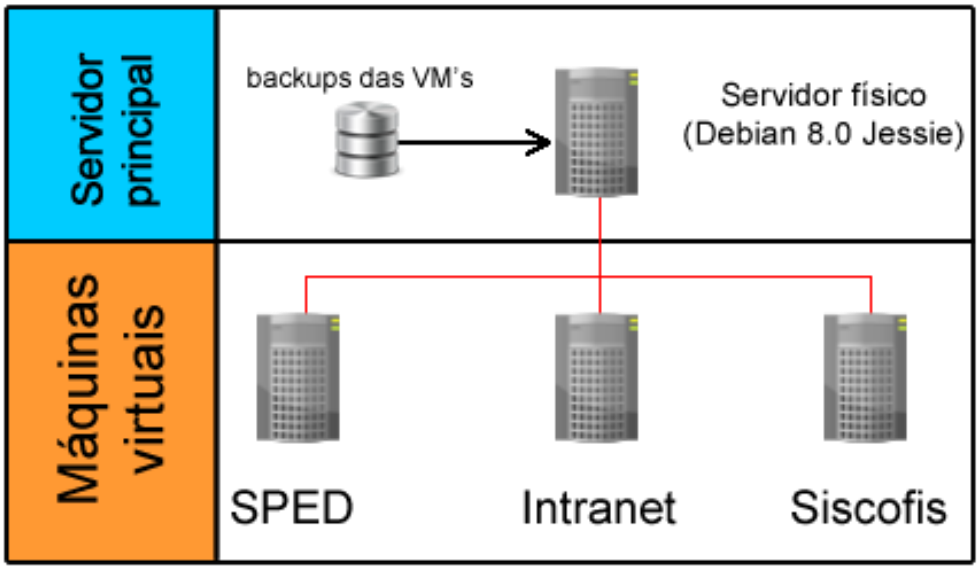

Figura 10 – Infraestrutura obtida com o projeto.
Fonte: Elaborada pelo próprio autor, 2017.

Para trabalhos futuros pode ser implementado um painel de controle web para realizar as tarefas do *Virtualbox OSE*, aproximando cada vez mais das características das soluções proprietárias. Essa opção irá propiciar que administradores que não possuem conhecimento avançado de *Linux* possam utilizar a plataforma proposta nesse projeto.

REFERÊNCIAS

MORIMOTO, Carlos. Controlando o Virtualbox via linha de comando. **Guia do hardware**, abr. 2012. Disponível em: <http://www.hardware.com.br/tutoriais/virtualboxshell/>. Acesso em 20 janeiro 2017.

NOVAIS, Cláudio. Como instalar o Virtualbox no Ubuntu. **Ubuntued**, jun. 2010. Disponível em: <http://ubuntued.info/como-instalar-o-virtualbox-no-ubuntu>. Acesso em 20 janeiro 2017.

REIS, F. A.; VERBENA, M. F.; PAGANI, Eduardo J. Hardening em sistemas operacionais GNU/LINUX. **Revista eletrônica – Faculdade Metodista Granbery**, set. 2011. Disponível em: <http://www.devmedia.com.br/hardening-artigo-revista-infra-magazine-1/20818>. Acesso em 20 janeiro 2017.

STREICHER, Martin. Shell scritp: trabalhando com pipes. **Linux Magazine Online**, n. 74, p. 72-74, jan. 2011. Disponível em: <http://www.linuxnewmedia.com.br/images/uploads/pdf_aberto/LM_74_72_74_03_prog_shell.pdf>. Acesso em 20 janeiro 2017.

LAUREANO, Marcos. **Máquinas Virtuais e Emuladores: Conceitos, Técnicas e aplicações**. São Paulo: Ed. Novatec, 2006

VERAS, Manoel. (2016). **Virtualização, tecnologia central do datacenter**. 2ª ed. Rio de Janeiro: BRASPORT, 2016.

WEILL, Peter; ROSS, Jeanne W. **Conhecimentos em TI**. São Paulo: M. Books, 2010.

30. AS FORMAS DE USO E APROPRIAÇÃO DA TERRA SOB A DINÂMICA DO CAPITAL ÀS MARGENS DO RIO TOCANTINS EM ITUPIRANGA, MARABÁ E SÃO JOÃO DO ARAGUAIA.

FORMS OF LAND USE AND OWNERSHIP IN THE DYNAMICS OF CAPITAL BANKS OF THE TOCANTINS RIVER IN ITUPIRANGA, MARABÁ AND SÃO JOÃO DO ARAGUAIA.

Ronildo Guilherme Sales - Unifesspa[1]
Celia Regina Congílio Borges[2] *- Unifesspa*[2]
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

Resumo

A expansão do capitalismo provoca efeitos em âmbito global, nacional, regional e local. Essas mudanças se mostram muito nocivas às populações locais e ao meio ambiente natural. Essa pesquisa se restringe a esfera local, analisa as formas pelas quais os pequenos agricultores que vivem às margens do rio Tocantins nas comunidades Vila Tauiri (Itupiranga), Projeto de Assentamento Grande Vitória (Marabá) e Vila Apinajés (São João do Araguaia) adquirem a terra, descrevendo suas formas de uso, para compreender as contradições entre os modos de vida tradicional e o atual modelo de desenvolvimento capitalista vigente na Amazônia Oriental.

Palavras-chave: posse agrária, capitalismo, pesca, conflitos socioambientais

Abstract

The expansion of capitalism causes effects on global, national, regional and local. These changes show very harmful to local populations and the natural environment. This research is restricted to the local level, it analyzes the ways in which small farmers who live on the river Tocantins in community Vila Tauiri (Itupiranga) Settlement Project Greater Victoria (Marabá) and Vila Apinajés (São João do Araguaia) acquire land, describing their ways of use, to understand the contradictions between the ways of traditional life and the current prevailing model of capitalist development in the eastern Amazon.

Keywords: land ownership, capitalism, fishing, environmental conflicts

[1] Mestrando em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia pela Universidade do Sul e Sudeste do Pará /UNIFESSPA. End. eletrônico: ronildosales@unifesspa.edu.br.

[2] Doutora e professora de Ciência Política na UNIFESSPA; líder do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Mudança Social no Sudeste do Pará; membro do Núcleo de Estudos sobre Ideologias e Lutas Sociais; e recentemente incorporada ao Grupo de Pesquisa Trabalho, Movimentos Sociais e Sociabilidade Contemporânea, vinculado ao Programa de Pós-graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia.

1. INTRODUÇÃO

O tema formas de uso e apropriação de terra se coloca como objeto de pesquisas por sociólogos, economistas, historiadores, geógrafos, entre outros. Marx (2009) dedicou parte da sua obra ao proletário agrícola britânico, destacando o caráter antagônico da produção e da acumulação capitalista, que teria se revelado brutal para esta categorial social, o que a levaria à miséria e indigência quando confrontados com as gerações camponesas anteriores, pois além de transformar as relações entre o homem e a terra, impacta significativamente o meio natural ao converter uma intervenção humana convencional e outra do tipo sistemática.

A propriedade enquanto categoria econômica submetida à abstração teórica se vincula a fatores extraeconômicos relativos à constituição do social concreto, opondo-se a análises de lógicas meramente formalistas (MARX, 2013 p.46-49). Interpretações marxistas sobre o papel do campesinato na transformação da sociedade apontam para a superação dessa fase produtiva pelo capitalismo. Esse estudo procura analisar a agricultura camponesa no sudeste paraense, para tal se ocupa de três comunidades à beira do rio Tocantins, economicamente denominada de microrregião de Marabá e geograficamente descrita como médio Tocantins, a qual também fazem parte os municípios de Itupiranga e São João do Araguaia. No processo de ocupação econômica, populacional e territorial da Amazônia Paraense observa-se na ocupação do espaço amazônico: o padrão *rio-várzea-floresta e o padrão estrada-terra-firme-subsolo* assim para Santos (2011),

> No primeiro padrão, o rio tem papel decisivo como eixo de circulação ou meio para ocupação do território, seja por meio da exploração de produtos extrativos da floresta ou mesmo de uma agricultura realizada nas várzeas dos rios. No segundo padrão, as estradas passam a assumir cada vez mais o lugar do rio, tornando-se também meio de integração territorial, mecanismo de ocupação do espaço regional e veículo de acesso aos recursos minerais, presentes no subsolo, e aos recursos madeireiros, agrícolas e pecuários, presentes na terra-firme (SANTOS, 2011 p. 2).

Em termos gerais busca analisar como está ocorrendo a apropriação e o uso das pequenas propriedades rurais às margens do rio Tocantins, com esforços proeminentes para discutir tendências das questões produtivas pela identificação do perfil dos agricultores familiares bem como a sua percepção sobre as questões do desenvolvimento e da política agrária. A perspectiva é a de que os grandes projetos na Amazônia criaram uma pressão sobre as pequenas propriedades levando ao aumento dos preços das mesmas e precarizando seu uso. As políticas de Estado que aludem o progresso e o desenvolvimento estão formatadas

contemporaneamente tal qual nos anos 1970, pelo governo militar, enquanto as populações residentes vivem constantemente sob tensões com relação a seu futuro.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

A investigação científica proposta constitui-se de pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo. A pesquisa bibliográfica realizada através de levantamento bibliográfico de obras e teorias relacionadas a apropriação e uso da terra enquanto estratégia de desenvolvimento regional, da política agrária, bem como dados sobre os sistemas produtivos, meios e finalidades. Para tal a análise das três localidades rurais lança mão da coleta de amostras através de entrevistas, depoimentos, mapas, gráficos e outros instrumentos que permitem demonstrar as nuances das populações residentes.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na Vila Tauiri a comunidade está alvoroçada com a pretensa ação governamental de implantação da Hidrovia Araguaia-Tocantins, projeto que julgam trazer grande prejuízo a forma como pescam, pois, o canal modificará a dinâmica do rio e inviabilizará o uso das redes em muitos locais onde pescam. A comunidade, embora resiliente, está cercada entre a água e as fazendas, assistindo seus recursos escassearem diante da apatia do governo para como ela.

Essa gente fazem pequenas barracas na beira do rio e ficam olhando as "malhadeiras[1]", o que sugere que a pesca é ainda uma atividade importante para as famílias, indicando um modo de vida ribeirinho bem específico, isso evoca uma concepção de agricultores onde há uma articulação terra-rio com pesca artesanal e atividades polipecuárias de baixa integração mercadológica, como a produção de farinha artesanal e criação de pequenos animais, algo parecido com o que ocorre aos longos das rodovias no sudeste paraense, particularmente nos assentamentos da colonização oficial.

No PA Grande Vitória as práticas de conservação do solo mais utilizada é o pousio das pastagens e a rotação das áreas de cultivo, a primeira lavoura é sempre mais produtiva, uma vez que, ao adotarem o sistema de corte e queima para limpar as áreas de cultivo, as cinzas remanescentes corrigem parcialmente o solo. As perdas ambientais do assentamento rural Grande Vitória anteriormente relacionado à fragilidade dos solos se estende a cultura camponesa e à ausência de políticas públicas para o campo pois

[1] Redes de pesca

> podemos notar que o percentual de área de Reserva Legal e Preservação Permanente estão abaixo do que determina a legislação ambiental e que, isso se dá pela falta de infra-estrutura mínima para prática de renovação do solo a qual não dispõem esses produtores, além da falta de conhecimento da importância desse acervo ambiental que trás [*sic*] agravantes para o meio natural como o assoreamento dos rios que são notados em algumas propriedades a escassez de espécies vegetal e animal, o empobrecimento do solo, erosão, tornado-se [*sic*] não favorável para o cultivo. (BRASIL, 2011 p. 37).

O uso inadequado do solo desencadeia a degradação de vários bens naturais, devendo ser considerado como um problema sistêmico, assim qualquer análise proposta deve ser interdisciplinar. Mas a questão entre posse e uso da terra se apresenta com amplo nível de complexidade em depoimento de um agricultor assentando do Pa Grande Vitória

> Cê tem uma área dessa aqui.... cê num pode queimar, mas pode fazer uma terra assim ... umas quatro ou cinco linhas, e aí nós fica parado de roça. Com cinco anos daqui eu me sinto.... no regime escravo. (...) Mas como regime você não está dentro do que é seu? Mas se eu estou dentro do que não é meu, pois diz " Não, é uma área de preservação ambiental". E não se manifesta pra tirar a gente pra botar num lugar, e se não manifesta pra dá o documento de ocupação, título definitivo, como é que faz? Como é que vamos fazer? (FILHO & SILVA, 2016).

A reforma agrária brasileira está relegada às pressões sociais ou ainda subjugada as demandas do mercado, ou seja, que o Estado não está interessado na reforma agrária, pois não a planeja, age de forma improvisada produzindo uma posse agrária precária que implica em um uso também precário pelas categorias sociais que da terra sobrevivem e nela produzem. Esse aspecto do Estado capitalista é precisamente descrito por Poulantzas (1977)

> Por outro lado, podemos referenciar um isolamento, no interior das relações sociais econômicas, em certas classes de uma formação capitalista, as quais decorrem de outros modos de produção coexistindo nessa formação: é o caso dos camponeses parcelares. É preciso, contudo, notar que, nesse caso, esse isolamento decorre das suas condições de vida econômica, a saber, precisamente da sua *não-separação* em relação aos meios de produção, ao passo que, no caso dos proprietários capitalistas e dos operários assalariados, o isolamento é um efeito do jurídico e do ideológico. Não obstante, este "efeito de isolamento" específico do M.P.C. impregna também, de forma *sobredeterminada*, as classes dos modos de produção não-dominantes de uma formação capitalista, acrescentando-se, na sua relação com o Estado capitalista, ao isolamento próprio das respectivas condições de vida econômica. (Poulantzas, 1977 p. 127).

Esse autor ensina que a distinção entre o público e o privado no Estado do M.P.C como efeitos do jurídico e do ideológico suscitam a oposição entre luta política e luta econômica, uma vez que opõem os agentes sociais, discriminando-os em indivíduos-sujeitos jurídicos e políticos (privados), ás estâncias políticas representativas da unidade dos sujeitos público.

A comunidade de Apinajés agrega pessoas cujas famílias nela vivem a várias gerações, sendo que a organização social se encontra extremamente intrincada com o meio ambiente natural, sendo, portanto, dependentes da maneira como articularam o uso da terra e do rio. A população local vive da pesca e do turismo, a atividade pesqueira está articulada com o mercado de Marabá e São Domingos do Araguaia. A ajuda mútua compõe a base econômica dessas atividades, sendo o trabalho familiar uma característica marcante no arranjo social comunitário (D´LEON, 2014). Os rios Araguaia e Tocantins são elos por onde transitam os moradores da vila Apinajés, principalmente nas festas religiosas, quando interagem mais efetivamente com a comunidade da Vila Espírito Santo com cultura semelhante mantendo importantes laços sociais (SILVA, 2014 p. 68).

Denunciam a pesca predatória, que nessa região se manifesta por variadas técnicas como a *zagaia*, que afugenta os peixes, por vezes os ferem mais não conseguem captura-los; a *malha de saco* que permite pescar até os filhotes de peixes; o *telão* que é a composição de três redes que vai da superfície da água até o fundo do rio, deixando os peixes sem defesa, e por fim, o *amarrador* prática pesqueira que reúne até trinta pessoas e redes com extensões quilométricas para “amarrar” os peixes – esta prática foi duramente combatida pela fiscalização do Ibama do Pará e Tocantins de forma conjunta, mesmo assim há informações que ocorre de forma discreta.

4. CONCLUSÃO

A análise vem confirmando a maioria do que foi postulado, assim destaca-se que as terras localizadas à margem esquerda dos rios Tocantins e Araguaia nos municípios de Itupiranga, Marabá e São João do Araguaia possuem propriedade de tamanho pequeno, médio e grande. Na comunidade de Vila Tauiri e no complexo de Ilhas do Bico do Papagaio, a pesca e o turismo são atividades importantes para as populações ribeirinhas, sendo que a pesca é mais expressiva às proximidades do lago da hidrelétrica de Tucuruí, ou seja, no Tauiri. Essas duas comunidades sofrem com a pesca predatória, prática que se aperfeiçoa a cada ano com a implementação de novas modalidades.

O projeto de Assentamento Grande Vitória, pertencente a colonização oficial não possui licença ambiental, procedimento administrativo de responsabilidade do Instituto de

Colonização e Reforma Agrária – INCRA. A parte desse assentamento que fica à margem do rio Tocantins agrega famílias que não pescam e dependem exclusivamente do cultivo da terra para sobreviver. Entretanto por ser uma área de preservação permanente, é ostensivamente fiscalizada pelos órgãos ambientais, cujos agentes proíbem a implantação de roças, sendo este seu principal conflito socioambiental. Paradoxalmente essa área é rica em areia e seixo, agregando mineradoras que fazem uso do subsolo com todas as licenças em dias sob a alegação que "o subsolo é da União", o que conota uma hipertrofia deste ente federativo.

Os pequenos camponeses das três comunidades estudadas só conseguem permanecer nas propriedades articulando formas de obtenção de rendas suplementares, assim se envolvem com pequenos cultivos, pesca e são obrigados a trabalhar diárias externas para manter o sustento familiar, apontando para uma posse agrária precária cuja a proletarização já é uma realidade para as populações camponesas do Araguaia-Tocantins.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Instituto de Colonização e Reforma Agrária. Plano de Recuperação de Assentamento do Pa Grande Vitória, Itupiranga, 2011.

D´LEON, Magno. **Pesca e turismo até quando?** Vila Pesqueira Apinagés – Um paraíso ameaçado.MD Produções - Marabá Publicado em 6 de jul de 2014.Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=gus3zR4cj4U> Acesso: 12/07/2016.

FILHO, Sebastião da Silva. SILVA. Maria de Lourdes. **Entrevista concedida a Ronildo Guilherme Sales no projeto de assentamento Grande Vitória**, Marabá, Ago. 2016. [A entrevista encontra-se transcrita integralmente no Apêndice da monografia].

MARX. Karl. O capital, **O Capital: crítica da economia política –** o processo de produção do capital**.** Tradução: Rubens Ederle, Boitempo Editorial, São Paulo, 2013.

___. **O Capital: crítica da economia política.** livro 1 vol. 2. Tradução de Reginaldo Sant'anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

SANTOS, Valcir B. **Desigualdades regionais e dinâmicas territoriais na Amazônia paraense**. Anais, encontros nacionais da ANPUR. Vol. 14, 2011.

SILVA, C. B.; SANTOS FILHO, A. S. A barragem de Marabá no contexto da vila Espírito Santo: considerações sobre a noção de atingido a partir da perspectiva dos ribeirinhos. In: **Seminário Produção e Incorporação da Interdisciplinaridade na concepção da Pesq no PDTSA**, 2014, Marabá. Produção e Incorporação da Interdisciplinaridade na concepç Pesquisa no PDTSA, 2014. v. 1. p. 1-15.

31. TRAJETÓRIA MIGRANTE DOS GUARANI MBY'A DO SUDESTE DO PARÁ

Verônica Ferreira Freire
(vera@unifesspa.edu.br)

Idelma Santiago da Silva
(idelma@unifesspa.edu.br)
Jerônimo da Silva e Silva
(jero1978@unifesspa.edu.br)
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

Resumo

O presente artigo faz parte da pesquisa que encontra-se em andamento em meu projeto de pesquisa de mestrado em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia pela UNIFESSPA e traz como tema a Trajetória Migrante dos Guarani Mby'a do Sudeste Paraense. Esta pesquisa surge da necessidade de se registrar através da memória coletiva as narrativas contadas pelos mais velhos do grupo indígena, desde a Argentina até chegar a região sudeste paraense. A migração deste grupo indígena até esta região foi impulsionada pelo mito e sonho de encontrar a "Terra Sem Males". A pesquisa busca analisar situações ocorridas com os indígenas nesse percurso migratório e que ainda se mantém viva na memória dos mais do grupo indígena. A pesquisa foi desenvolvida embasada em alguns procedimentos metodológicos, como a realização de entrevistas não estruturadas com os mais velhos da comunidade indígena, como também são realizadas observações participantes, e anotações no diário de campo das observações e participações realizadas entre o grupo indígena durante a realização da minha pesquisa. O estudo aponta que com o processo migratório, o grupo indígena transmite através da memória oral coletiva os saberes de seus antepassados para darem significados aos novos espaços por eles ocupados.

Palavras-chave: Migração; Território; Memória coletiva; Guarani Mby'a

1. INTRODUÇÃO

O tema "A trajetória migrante dos Guarani Mby'a do sudeste paraense" surgiu com o propósito de analisar as situações ocorridas com os Guarani Mby'a desde a Argentina até chegaram no sudeste do Pará, mas especificamente no município de Rondon do Pará e na terra indígena Nova Jacundá. A pesquisa busca analisar como ocorreu o processo migratório dos Guarani Mby'a até chegar a região sudeste paraense. Foram realizadas entrevistas com pessoas mais velhas e lideranças dos Guarani Mby'a que carregam em suas memórias as histórias de seus antepassados, com ensinamentos de seu autêntico e verdadeiro modo de ser e viver Guarani, como também reconstroem através dessas memórias, as duras realidades vivenciadas ao longo da trajetória migrante.

2. TRAJETÓRIA MIGRANTE DOS GUARANI MBY'A DO SUDESTE DO PARÁ

Antes que os europeus chegassem ao novo mundo, os povos indígenas viviam em terras ainda não conhecidas pelo velho mundo, e nelas, construíam sua história, viviam seus costumes, cultura e crenças, respeitando as normas e regras dos seres da mata e da natureza. Com a chegada dos europeus na nova terra, o etnocentrismo europeu não aceitava o Outro como pessoa, e apresentava-se como superior com seu modelo de civilização cristã-ocidental.

Tudo isso provocou um choque cultural já que os indígenas eram considerados seres inferiores, sem almas e comparados com animais, proibidos de falarem sua língua materna, o que trouxe como resultado foi o extermínio de populações indígenas por fazerem resistência à invasão de seus territórios e não aceitarem serem escravos, sendo considerados como obstáculos frente à expansão de conquista do colonizador (Machado, 2015, p. 35).

O novo mundo foi marcado pela ação dos europeus em busca de escravos indígenas, impulsionando assim, os deslocamentos acelerados, e as migrações indígenas. No século XVI quando os portugueses e espanhóis iniciavam a conquista da América, haviam populações Guarani entre os rios Paraguai, Paraná, Tietê, Uruguai, Jacuí e alguns assentamentos ao longo do litoral atlântico, e que hoje faz parte dos estados brasileiros do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, São Paulo e Mato Grosso do Sul, e algumas partes de países vizinhos, entre os rios Paraná-Paraguai.

A migração do grupo indígena foi impulsionada pela tentativa de fugir das bandeiras, do aprisionamento, medo de perder a liberdade, e com isso adentravam em grandes matas e territórios que nunca tinham habitado antes e que não fazia parte do território Guarani. Estes indígenas eram perseguidos porque não aceitavam a cruz, como propunha os religiosos europeus; como também, os indígenas receavam a espada portuguesa e espanhola já que carregavam com eles as marcas da resistência, e assim deram início à caminhada em busca dessa nova terra, a Terra Sem Mal (Machado, 2015, p. 36).

2.1 A busca pela Terra sem Males

A grande nação Tupi-Guarani ocupava extensões de terras no Brasil, Paraguai, Bolívia e Argentina até a chegada dos conquistadores europeus na América. Os europeus e missionários afirmavam que os indígenas não tinham religião porque não tinham templos, ídolos, bíblia e nem representações figuradas de divindades. E assim, o mito indígena da Terra sem Males foi interpretado pelos europeus dentro dos termos da narrativa bíblica do mito do dilúvio (Navarro, 1995, p. 62). Um dos velhos dos Guarani Mby'a de Nova Jacundá confirma isso com a seguinte

fala: “Sabe a história de Moisés? Nossa história é igual! Deus falava com Moisés, Moisés falava com Deus! Era assim o nosso cacique de primeiro! Caminhava procurando a Terra Prometida” (Entrevista realizada com seu Venâncio Guarani, 2016).

De acordo com as narrativas orais dos mais velhos Guarani Mby’a de Nova Jacundá, estes migraram saindo da Argentina e adentraram o Brasil, caminhando em direção a região norte brasileira sendo guiados por uma liderança espiritual do grupo indígena que tinha sonhos e recebia visões de *Nhanderu* (Deus Guarani) orientando-o a respeito de quais lugares deviam percorrer para chegarem até a Terra Sem Males. Acreditavam que ao encontrarem esta Terra, viveriam o bem viver, sem dores, sofrimentos, teriam alimentos com fartura, caça, rios, um lugar pleno onde há muita festa e felicidades entre todos. Machado (2015) assim descreve a Terra sem Males:

> “Para os Mbyá contemporâneos, a terra sem males é um lugar guardado e protegido; uma terra boa e fértil, um lugar onde existem as plantas e os animais que compõem o mundo original, onde as próprias pessoas experimentam as condições favoráveis à sua plenificação. Essa terra produz não só alimento, mas também inspiração para as orações e cânticos” (Machado, 2015, p. 107).

2.2 Um pouco da trajetória dos Guarani Mby’a

Os mais velhos narram que no Brasil, caminharam para o estados do Mato Grosso do Sul, vindo para o estado de Goiás Velho e eram guiados pelo seu Manoel Rodrigues, o líder espiritual do grupo. Os indígenas não lembram data ou período que eles chegaram ao estado de Goiás Velho. Segundo eles, foram alertados pelo seu Manoel Rodrigues de que ele iria morrer e o restante do grupo ficaria sem uma pessoa para guiá-los, e que o grupo iria se perder por não ter uma orientação espiritual entre eles.

De acordo com Ladeira (2006, p. 519), o líder espiritual Manoel Rodrigues chegou a falecer no ano de 1966. E segundo o depoimento dos indígenas, seu Manoel faleceu juntamente com outros indígenas quando aconteceu entre eles uma epidemia de doença acarretada de tosses e “febre braba”. Mesmo sabendo que após a morte do seu líder, eles não tinham mais uma pessoa para guiar o grupo, eles lembravam que outros mais velhos de seu grupo sempre dizia que eles tinham que seguir um rumo contrário ao movimento do sol. Ou seja, o sol gira do leste para o oeste, e eles tinham que seguir um roteiro do norte para o sul ou do sul para o norte.

Como não tinham mais a liderança espiritual entre eles, o grupo indígena Guarani Mby’a se dispersou dividindo-se em grupos seguindo um rumo incerto. Um grupo retornou para o

estado do Mato Grosso do Sul, outro grupo liderado pelo seu Raimundo Guarani (*im memorian*) seguiu para Santa Inês no Estado do Maranhão, morando com indígenas do grupo Tenetehara/Guajajara, vindo para o estado do Pará, para o município de Castanhal, regressaram para o estado do Maranhão novamente, vindo para novamente para o estado do Pará, para morarem com os indígenas Gavião da Montanha no município em Bom Jesus do Tocantins, e em 19996 adquiririam através do CTI - Centro de Trabalho Indigenista, um pedaço de terra em Rondon do Pará, que hoje se denomina a Terra Indígena Nova Jacundá.

Um outro grupo que tinha o senhor Albino Guarani (*im memoriam*) como o mais velho do grupo seguiram para o estado do Tocantins, para os municípios de São Miguel do Araguaia, Santa Isabel, Ilha do Bananal, Araguaína, Xambioá, logo após vieram também para o Pará, para a Terra Indígena dos Gavião da Montanha em Bom Jesus do Tocantins, retornaram novamente para Xambioá no Tocantins, onde residem até hoje juntos com o grupo indígena Karajá. Algumas destas famílias habitam hoje também na Terra Indígena Nova Jacundá.

As narrativas do grupo que foi liderado por seu Raimundo Guarani, é de que praticamente em todos territórios habitados por estes, eram terras de fazendeiros, onde faziam plantios, roças para estes fazendeiros, mas não recebiam salários por prestarem estes serviços, recebiam apenas alguns produtos alimentícios para a sua subsistência; e quando algum dos indígenas estavam doentes e não podiam ir trabalhar, os donos das fazendas já expulsava os indígenas das áreas de fazendas, como também quando os plantios das roças estavam próximos da colheita, os fazendeiros também mandavam logo os indígenas embora. Este migravam em busca de um novo território onde pudessem ficar, trabalhar e viver de acordo com seu próprio modo de ser Guarani.

Já o grupo indígena que tinha o seu Albino Guarani como integrante do grupo, também ficaram em áreas de fazendas, eram bem recebidos pelos fazendeiros, realizavam suas roças para manter a sobrevivência destes, e quando os indígenas adoeciam, os fazendeiros lhes oferecia medicamentos para a recuperação da saúde.

2.3 Refletindo a trajetória migrante dos Guarani Mby'a

Como descreve Navarro (1995), com o avanço da "civilização", os espaços vazios para os indígenas Guarani tornam-se cada dia mais escassos e migrar hoje em busca da Terra sem Mal traz como consequências a cultura do homem branco, viver em fazendas, estradas, sofrer violências, a hostilidade de fazendeiros e a incompreensão da sociedade de uma forma geral (Navarro, 1995, p. 71).

A presença da memória coletiva consolida as dimensões simbólicas e identitárias na relação de um grupo com seu território, dando profundidade e consistência temporal a esse território. E entre os povos indígenas, o território coletivo está ligado a uma história cultural, de maneira que mesmo estes povos realizando movimentos migratórios, com o passar do tempo o conhecimento destes povos não se desaparece porque se mantem viva a memória coletiva de seus antepassados, passada de geração a geração (Little, 2002, p. 11). A memória coletiva expressa o passado vividos pelos indígenas e emerge no presente através das narrativas dos mais velhos, revelando a sabedoria contida nas "bibliotecas vivas" da comunidade indígena (Machado, 2015, p. 86).

A memória coletiva é uma das formas mais importantes pelas quais os povos se localizam num território. Os povos indígenas especificamente, realizam suas migrações e se reagrupam em um território posterior como forma de resposta à expansão colonialista criando sua própria história, e assim, elaboram sua própria forma de memória coletiva (Little, ano? p. 13).

Para Halbwachs (1990), o passado vivido é bem mais que o passado apreendido pela história escrita, sobre a qual poderá posteriormente ser apoiado em sua memória, considerando e reencontrando a imagem de seu passado. Para se salvar as lembranças da memória, fixa-se as mesmas em narrativas para que os escritos permaneçam vivos na memória coletiva de um quadro espacial, e desse espaço lembra-se realidades duras, na qual nosso pensamento é capaz de reconstruir (Halbwachs, 1990, p.39).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos perceber que na memória coletiva do grupo indígena liderado pelo seu Raimundo Guarani, se faz presente as duras realidade vivenciadas por estes em quase todos os espaços territoriais percorridos ou ocupados pelos mesmos, onde sofreram por serem submetidos a trabalhos nas roças dos fazendeiros sem terem o direito de serem receberem salários pelos trabalhos realizados, e muito menos ainda terem o direito de consumir a colheita dos plantios realizados, sofrendo assim, a violação de seus direitos existenciais, culturais, econômicos, etc., o que fazia com que os indígenas migrassem para outros locais buscando melhores condições de sobrevivência.

Mesmo os Guarani tendo sua organização social dentro do território, suas configurações sociais vão para além do espaço físico, seu espaço geográfico deve ser organizado de forma em que os Guarani possam exercer seu verdadeiro modo de ser Guarani. E hoje, se torna desafiante

e praticamente impossível já que os espaços físicos tornam-se cada dia mais escassos, já que foram e estão sendo tomados pela sociedade não indígena.

Como a presente pesquisa ainda encontra-se em andamento na área indígena, algumas questões neste artigo que ainda se tornam limitantes para compreensão do mesmo, serão estudados, discutidos e apresentados em uma próxima publicação acadêmica.

REFERÊNCIAS

HALBWACHS Maurice. **A memória coletiva.** Vértice. 1990, p. 134.

LADEIRA, Maria Inês. Povos Indígenas do Brasil: 2001/2005. In: **Depois da Migração, o Reencontro.** São Paulo, Instituto Socioambiental, 2006, p. 519.

LITTLE, E. Paul. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil:** Por uma antropologia da territorialidade. 2002, p. 01 – 32.

LITTLE, E. Paul. **Espaço, memória e migração.** Por uma teoria de reterritorialização. Ano ?, p. 01 – 22.

MACHADO, Almires Martins. **De sonhos ao Oguatá em Busca da (s) da Terra (s) isenta (s) de Mal** (Tese de Doutorado). UFPA, Belém, 2015, p. 209 pgs.

NAVARRO, Eduardo de Almeida. **A Terra sem Mal, o Paraíso Tupi-Guarani.** Cultura Vozes, nº 02, 1995, p. 61-71.

HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos Territórios à Multiterritorialidade.** Porto Alegre: 2014, p. 01-20.

VAINFAS, Ronaldo. **O paraíso Tupi e seu profeta.** In: _____ A heresia dos índios: Catolicismo e rebeldia no Brasil colonial. São Paulo: Cia das Letras, 1995, p. 42-117.